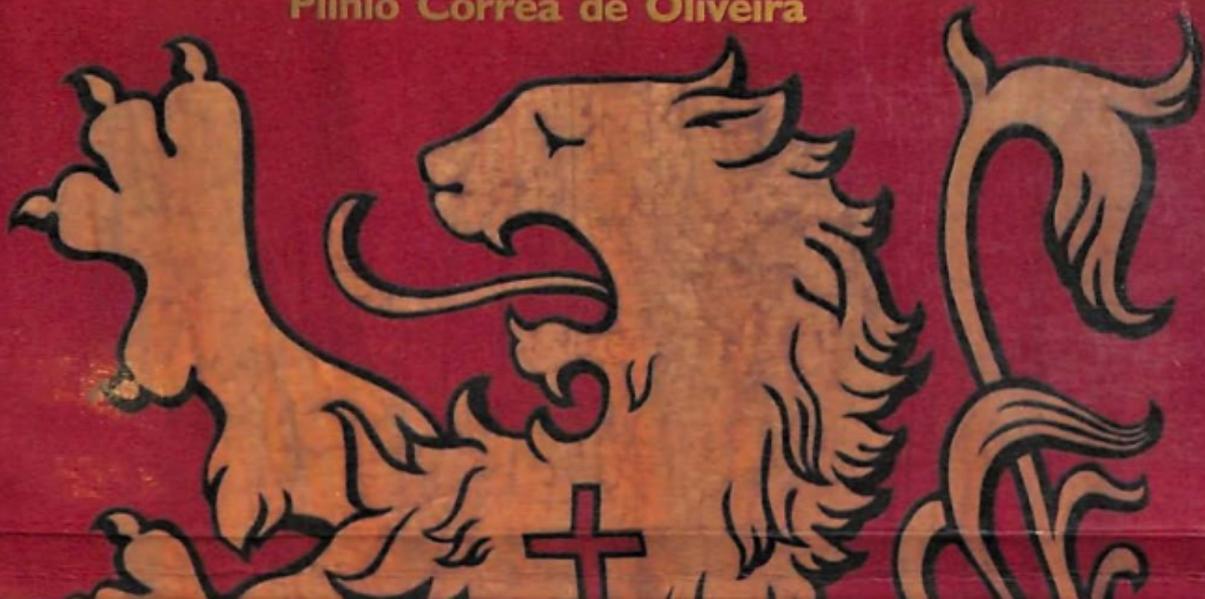


Guerreiros da Virgem

A RÉPLICA DA AUTENTICIDADE

A TFP sem segredos

Plínio Corrêa de Oliveira

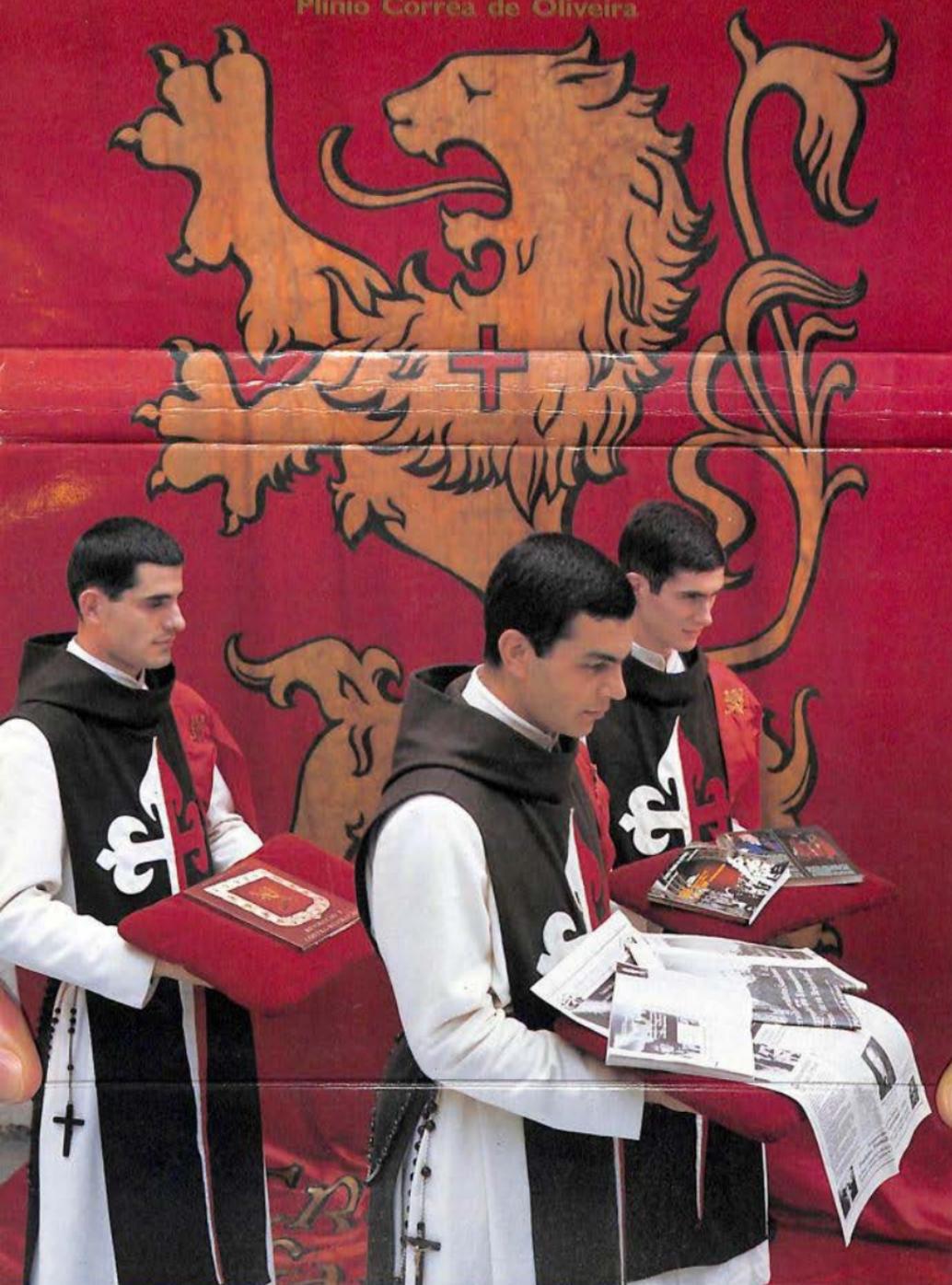


Guerreiros da Virgem

A RÉPLICA DA AUTENTICIDADE

A TFP sem segredos

Plínio Corrêa de Oliveira



Natal. Adorando o Menino Jesus no Presépio, eremitas do São Bento e do
Praesto Sum Lhe oferecem as obras editadas pela TFP durante o ano de 1982.

Guerreiros da Virgem

**A RÉPLICA DA
AUTENTICIDADE**



PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA

Guerreiros da Virgem

**A RÉPLICA DA
AUTENTICIDADE**

A TFP sem segredos

Editora Vera Cruz

EDITORA VERA CRUZ LTDA.
Rua Dr. Martinico Prado 246
01224 — São Paulo

Dezembro de 1985

Impressão e acabamento
Artpress — Papéis e Artes Gráficas Ltda.
Rua Javaés 681 — São Paulo

Fotos e produção
Capa e encarte com ilustrações:
Ângelo Randazzo

- Os destaques em *negrito itálico* nas citações são do autor desta obra, salvo indicação em contrário.
- As referências ao livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP* estão precedidas da sigla GV.

Ao leitor

No mês de julho do corrente ano foi posto à venda nas livrarias de São Paulo e de outras cidades do Brasil o livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP*, de autoria do sr. José Antônio Pedriali (EMW Editores, São Paulo, 1985, 201 pp.).

O lançamento da obra foi precedido pela publicação, na edição de 30 de junho p.p. de “O Estado de S. Paulo”, de um resumo do livro, ocupando uma página inteira e constante de extenso depoimento do autor, sob o título *Guerreiros da Virgem, escravos da TFP*.

A importância concedida pelo volumoso matutino a tal depoimento se pode aquilatar não só pela extensão da matéria, como também pelo fato de ter sido esta antecedida por vistosa propaganda publicada durante todos os dias da semana anterior, ocupando nada menos que duas colunas com 20 centímetros de altura.

Já antes, ainda, segundo todas as aparências, a Agência Estado tinha posto à disposição de jornais de todo o Brasil, matéria jornalística contendo o resumo do livro.

“O Estado de S. Paulo” dava assim impulso a uma nova

investida publicitária de grande envergadura contra a maior entidade civil anticomunista do Brasil.

Fazendo eco à publicidade de "O Estado de S. Paulo", outros jornais e revistas de todo o País divulgaram matérias de variáveis extensões com o resumo da história que o sr. José Antônio Pedriali narra em seu livro, ou com declarações obtidas diretamente do próprio autor, hoje integrante do quadro de jornalistas do referido matutino paulista (1).

(1) São as seguintes as publicações que chegaram ao conhecimento da TFP: *Ex-membro da TFP vai revelar seus segredos*, "Jornal dos Sports", Rio de Janeiro, 19-6-85; *Os segredos da TFP*, "Fim de Semana", Cuiabá, 28-6-85; *Guerreiro da Virgem conta segredos da TFP*, "Folha da Tarde", São Paulo, 29-6-85; *Ex-militante relata experiência na TFP*, "Folha de S. Paulo", 29-6-85; *Os segredos da TFP em Mato Grosso*, "Jornal do Dia", Cuiabá, 29-6-85; *Guerreiros da Virgem, escravos da TFP*, "A Tarde", Salvador, 30-6-85; *TFP — Guerreiros da Virgem*, "Folha de Londrina" (PR), 30-6-85; *Livro revela obscuros mistérios da TFP*, "A Notícia", Joinville (SC), 10-7-85; *Livro desvenda os bastidores da TFP*, "Diário do Pará", Belém, 10-7-85; *Livro revela segredos e mistérios da TFP*, "Jornal da Bahia", 10-7-85; *Segredos e mistérios da TFP revelados em livro de ex-militante*, "Jornal do Comercio", Recife, 10-7-85; *Jornalista conta tudo sobre TFP*, "O Liberal", Belém, 10-7-85; *Livro da extrema direita nas ruas*, "Tribuna da Imprensa", Rio de Janeiro, 10-7-85; *Segredos da TFP*, "O Dia", Rio de Janeiro, 10-7-85; *Livro faz revelações sobre TFP*, "Jornal de Santa Catarina", Blumenau, 10-7-85; *Ex-integrante da TFP lançará livro mostrando fanatismo da entidade*, "O Imparcial", Presidente Prudente (SP), 10-7-85; *TFP e livro*, "Zero Hora", Porto Alegre, 10-7-85; *TFP — Uma viagem ao inferno*, "A Gazeta", Vitória, 11-7-85; *Segredos da TFP*, "Folha de Londrina", 11-7-85; *Ex-militante conta em livro sua vida na TFP*, "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 18-7-85; *Gente e fatos*, "Jornal de Montes Claros", Montes Claros (MG), 20-7-85; *"Ex-guerreiro" denuncia a ação da TFP contra jovens*, "Diário Popular", São Paulo, 21-7-85; *A TFP, o ex-militante. O livro, um desabafo*, "Jornal da Tarde", 24-7-85; *Refúgio do Guerreiro*, "Diário da Tarde", Belo Horizonte, 28-7-85; *TFP — O avesso do estandarte*, "Fatos", Rio de Janeiro, 29-7-85; *Por dentro da TFP*, "Ele/Ela", Rio de Janeiro, n.º 193, julho de 1985; *Livro sobre a TFP tem lançamento*, "Jornal da Bahia", 13-8-85; *Jornalista revela segredos da TFP em livro*, "Tribuna

Dois dias depois, em 2 de julho de 1985, o mesmo “OESP” publicava uma notícia sobre o assunto sob o título *TFP não comenta o depoimento*. E por ocasião do lançamento do livro na capital paulista, em 13 de agosto de 1985, nova matéria, intitulada *Um ex-militante conta os segredos e táticas da TFP*.

* * *

Por mais que o autor procure atenuar — pelo menos na forma — o caráter agudamente polêmico de seu livro, mediante o uso, ao longo de quase toda a sua narração, de uma linguagem serena e como que imparcial, esta é inteiramente voltada a demolir o bom conceito da TFP, especialmente junto ao público atingido por “O Estado de S. Paulo”. Pois este foi e continua sendo, muito de longe, o principal órgão de comunicação social com que conta o livro *Guerreiros da Virgem*.

Com efeito, segundo as afirmativas do mencionado diário, anda por volta de 420 mil exemplares sua tiragem dominical (cerca do dobro de sua tiragem normal dos outros dias da semana). E foi num domingo que saiu o resumo de página inteira de *Guerreiros da Virgem*.

É verdade que tal público já não é de proporção a assegurar a “O Estado de S. Paulo” o primado incontestável da imprensa quotidiana em nosso Estado, do qual outrora gozou.

Porém, a despeito de lhe vir a “Folha de S. Paulo” disputando com crescentes êxitos esse primado, resta a “OESP”

da Bahia”, 13-8-85; “Diário do Pará” (sem título), Belém, 15-8-85; *Lançamento*, “Folha de Londrina”, 22-11-85.

Mas a publicidade em torno de *Guerreiros da Virgem* começara vários meses antes, com duas notícias avulsas: *Salvo da TFP!*, “Brasil Extra”, São Paulo, agosto de 1984; *‘A TFP me marcou para sempre’*, “Gazeta de Pinheiros”, São Paulo, 22-3-85.

não só o precioso legado do velho prestígio de outros tempos, como também um campo de leitores ainda largo e influente.

Importava, portanto, à TFP responder às acusações do sr. José Antônio Pedriali formuladas em seu livro, como na glosa que dele fez o matutino paulista.

* * *

Dado o caráter sensacionalístico da matéria publicada por “OESP” no dia 30 de junho, o Serviço de Imprensa da TFP foi por mim autorizado a informar desde logo que esta Sociedade replicaria aos ataques a ela dirigidos.

Embora constatando de antemão o cunho hostil à TFP, do anunciado livro, não tinha eu, até então, o direito de supor que ele viesse a apresentar características que o tornassem indigno de nossa réplica. E assim autorizei nosso Serviço de Imprensa a divulgar também que eu próprio me encarregaria de preparar a defesa da TFP, assim que terminasse o livro sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, que estava escrevendo (cfr. “O Estado de S. Paulo”, 2-7-85).

Se não fosse o ter-me engajado dessa maneira a fazer a réplica, não a faria agora; devo declará-lo desde logo.

Com efeito, o sr. José Antônio Pedriali apresenta, nas páginas 40-41, 90 a 92 e 190 a 193 de seu livro, descrições tão imorais, e até tão pormenorizadamente obscenas, que poderiam figurar com destaque na farta literatura pornográfica atualmente em curso em nosso País. O que, de si, torna o livro indigno de refutação, pelo menos para um católico fiel à moral tradicional da Igreja, suposto que não se haja deixado abalar pelos ventos de autodemolição que sopram agora em tão largos meios católicos do mundo inteiro.

Em rigor, tal refutação nem seria necessária. Pois apesar da propaganda estrondejante que precedeu e acompanhou o lançamento de *Guerreiros da Virgem*, esse livro nem de longe causou no grande público o efeito que o autor e a lançadora dele esperavam.

“*Tudo quanto é exagerado é insignificante*” — afirmou

certo autor francês do século XIX. O desmesurado, o evidentemente inverossímil da acusação do sr. José Antônio Pedriali reduziu-a liminarmente à merecida insignificância.

Sentiu-o, aliás, o próprio "OESP" que, colhendo do chão, onde caíra, a invectiva do sr. José Antônio Pedriali, tentou reerguê-la abrindo espaço para três artigos seriados de seu colaborador Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, publicados com destaque na página 2, nas terças-feiras 29 de outubro, 5 e 12 de novembro de 1985. Tais artigos não faziam senão endossar e repisar os ataques infundados do livro *Guerreiros da Virgem*, e foram recebidos com a mesma indiferença pela opinião pública.

Contudo, se eu me calasse depois de ter prometido a refutação, dir-se-ia que não tinha resposta a dar. É só o resguardo do nosso bom nome contra esta injusta impressão que me leva, pois, a publicar a defesa da TFP contra esse livro pornográfico.

Porém, a fazer uma refutação, não havia outra alternativa senão estendê-la, na medida do possível, a quanto merecesse, do ponto de vista do bom nome da TFP, ou do especial interesse do leitor, ser impugnado. "Na medida do possível", insisto. Pois tantas são as acusações que, a refutá-las todas, a réplica, já extensa, tomaria proporções inaceitáveis para o leitor moderno.

Daí o fato de ser tão volumosa a presente refutação.

Daí também o largo tempo que se passou entre a investida do sr. José Antônio Pedriali e a data em que sai a lume o presente trabalho.

Aliás, boa parte desse tempo não foi só consagrada à refutação de *Guerreiros da Virgem*. O autor deste volume teve também de redigir, com o *Master of Science* em Economia Agrária Carlos Patricio del Campo, o livro *A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista*, clamorosamente reclamado pelas circunstâncias em que vinha afundando o País; e dirigir a campanha de envergadura nacional levada a cabo pela TFP para a difusão dessa obra em 652 cidades, ao longo de 85 dias, e com o escoamento de 14 mil exemplares.

* * *

O presente trabalho é refutação precisamente do quê? Do resumo de *Guerreiros da Virgem* publicado, com glosa própria, por “OESP”, na reportagem de 30 de junho p.p.? Ou refutação do próprio livro?

As acusações dignas de atenção vinham, quase todas, contidas no resumo publicado por “OESP”. Mas muitos elementos indispensáveis para a refutação do livro não figuram em tal resumo. Por exemplo, a matéria de “OESP” omite as três cenas de lubricidade e pornografia que manifestam a crise de pureza, sem a qual o afastamento do autor em relação à TFP só pode ser entendido de modo incompleto.

Quem se cingisse, a esse respeito, ao declarado muito sucintamente no entretanto largo resumo de “O Estado de S. Paulo”, teria assim uma visão da realidade falha em um dos seus aspectos essenciais e característicos.

Aliás, um resumo não tem, para efeito de crítica, uma existência inteiramente autônoma do texto original que ele visa abreviar. Pelo que, qualquer crítico consciencioso não se contenta em analisar o resumo, e vai também ao texto original.

Mas concluída a análise deste, se verifica dispensável um comentário autônomo do resumo. E assim a presente refutação se centra no livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP*, aduzindo, quando conveniente, observações do resumo e das demais publicações de o “OESP”, ou de outros órgãos de comunicação social que a elas fizeram coro.

* * *

Registra aqui o autor seu agradecimento pela inteligente cooperação da douta Comissão de Estudos Médicos da TFP. O parecer elaborado por dois de seus componentes, Dr. Edwaldo Marques e Dr. Miguel Beccar Varela — publicado em Apêndice, neste volume — sobre o fundo freudiano das nar-

rações do sr. J.A.P., foi de grande valia para corroborar, do ponto de vista científico, certas afirmações de ordem doutrinária feitas no decorrer desta refutação.

* * *

“Guerreiros da Virgem”, nós nos honramos de ser. E é sob a égide dAquele que é, para seus inimigos, “*terribilis ut castrorum acies ordinata*” — “terrível como um exército em ordem de batalha” (Cant. VI, 3 e 9), que vem agora a lume a obra *Guerreiros da Virgem — A réplica da autenticidade / A TFP sem segredos*, na qual a entidade se reafirma como é e sempre foi, sem véus nem segredos, em todo o vigor de sua autenticidade.

São Paulo, 21 de novembro de 1985
Festa da Apresentação da Santíssima Virgem

PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA
Presidente do CN da TFP



Índice

<i>Prólogo — Contra o tufão igualitário do agro-reformismo, a atuação patriótica e eficaz da TFP</i>	3
1. <i>O cunho radical e igualitário do agro-reformismo que sopra nos meios católicos brasileiros</i>	3
2. <i>Em conexão com a Reforma Agrária, a reforma urbana, a industrial e a comercial</i>	7
3. <i>Reformismo igualitário e comunismo</i>	8
4. <i>Qual a força de impacto do reformismo igualitário?</i>	9
A. <i>Debilidade dos Partidos Comunistas nacionais</i>	10
B. <i>O esquerdismo católico: fundas raízes históricas</i>	11
C. <i>O macrocapitalismo publicitário de tendência esquerdista investe contra a TFP</i>	13
D. <i>O perfil moral da TFP se define aos olhos de todo o País</i>	14
5. <i>A TFP, paladina da luta contra a Reforma Agrária e da luta anticomunista em geral, na mira de novas investidas publicitárias</i>	15

<i>Capítulo I — Antes, durante e depois de sua permanência na TFP, o lúgubre itinerário do autor de “Guerreiros da Virgem”</i>	23
1. <i>Psicologia do mocinho JAP, antes de seu ingresso na TFP</i>	23
2. <i>Subjetivismo acentuado, introspecção</i>	26
3. <i>O sr. JAP na TFP: processos paralelos e contraditórios — integração e crise</i>	29
4. <i>Composição impossível</i>	31
5. <i>Uma solução de caráter eminentemente psico-coletivista</i>	33
6. <i>O preço da solução</i>	35

<i>Capítulo II — Sob a insinuante aparência de imparcialidade e bom humor, um furibundo libelo de acusações difusas, muitas vezes inexplícitas, mas sempre bem concatenadas</i>	37
1. <i>Os pontos capitais da acusação do sr. JAP à TFP</i> ..	38
A. <i>Seita de caráter iniciático</i>	38
B. <i>Aliciamento de adolescentes por meio de maquiavélicos métodos de “lavagem cerebral” ou de “manipulação do subconsciente”</i>	38
C. <i>Isolamento da família e afastamento dos ambientes naturais</i>	39
D. <i>Tratamento de choque, disciplina férrea e exercícios paramilitares, para quebrar a personalidade anterior e formar o “tefepista” típico, “robotizado”</i>	39
E. <i>A vida do sócio ou cooperador da TFP sob constante terror</i>	40
a) <i>Pânico da atuação das Forças Secretas</i>	40
b) <i>Pânico de uma hecatombe de proporções universais</i>	40
c) <i>Pânico das penas do Inferno</i>	41
d) <i>Pânico do pecado em geral, e do pecado contra a castidade em particular</i>	41

F. Fábrica de doentes nervosos e de loucos	42
2. <i>Conclusão contrária à evidência</i>	42
3. <i>Uma lição que teria sido útil considerar — o brasileiro que o sr. JAP não conhece</i>	43
 <i>Capítulo III — Para disfarçar a ausência de provas, sutis destrezas de exposição</i>	
1. <i>Um acusador que é a única testemunha e se pretende o único juiz</i>	45
2. <i>Ademais, uma testemunha suspeita</i>	50
3. <i>Para convencer sem provas, aparência de sinceridade e imparcialidade</i>	53
4. <i>Uma amostra da imparcialidade “sui generis” do sr. JAP: abstração quase completa da atuação pública da TFP e silêncio sobre as raízes profundas dessa atuação</i>	57
5. <i>Outro recurso: tornar-se simpático aos olhos do leitor</i>	58
6. <i>Até mesmo o reconhecimento das próprias fraquezas...</i>	60
7. <i>Embora ninguém seja obrigado a provar que é inocente, a refutação da TFP vai até lá</i>	61
 <i>Capítulo IV — “Lavagem cerebral” e “seita”:</i> <i>palavras-slogans portadoras de grande carga emocional, mas vazias de conteúdo real</i>	
1. <i>“Lavagem cerebral”: uma acusação implícita, mas habilidosamente insinuada</i>	63
2. <i>O misterioso processo mental a que a TFP teria sujeitado o sr. JAP: conto da carochinha? “show”?</i>	64
3. <i>“OESP” parece explicitar a acusação que o sr. JAP preferiu deixar apenas insinuada</i>	67
4. <i>“Lavagem cerebral”; método pretensamente irresistível para mudar convicções e comportamentos</i>	68
5. <i>“Lavagem cerebral” e conversão — diferença fundamental</i>	70

6. <i>Metáfora expressiva que correu o mundo</i>	72
7. <i>A proliferação das “seitas” e o relançamento da metáfora</i>	73
8. <i>Seitas: mero caso patológico, ou problema muito mais profundo?</i>	76
9. <i>“Lavagem cerebral”, mito que nega a existência do livre arbítrio</i>	77
10. <i>“Lavagem cerebral”, slogan publicitário que nenhum cientista de alto nível toma a sério</i>	79
11. <i>A teoria da “lavagem cerebral”, uma ameaça para a própria instituição do Direito</i>	83
12. <i>“Manipulação do subconsciente”, outro conceito vazio de conteúdo científico</i>	85
A. <i>Um conceito intimamente conexo com o de “lavagem cerebral”</i>	85
B. <i>Manipulação: palavra que quer dizer tudo e não quer dizer nada</i>	88
C. <i>É um erro imaginar o homem como mero receptor passivo das influências de seu ambiente</i> ..	90
13. <i>Mais uma laboriosa tentativa de explicação científica: o suposto processo iniciático da TFP se daria através do manuseio do fenómeno da “interacção social” ou “interacção grupal”</i>	92

Capítulo V — Analogias forçadas entre fatos na TFP e métodos “clássicos” de “lavagem cerebral”

1. <i>Ambiente das sedes cientificamente planejado a fim de agir sobre o subconsciente dos que as frequentam?</i>	99
2. <i>Imposto aos sócios e cooperadores o afastamento da família e dos ambientes extrínsecos à TFP?</i>	104
A. <i>A alta vocação da TFP: combater a guerra psicológica revolucionária, a principal tática de conquista do imperialismo comunista, em nossos dias</i>	109

B. O juízo da TFP sobre a família moderna “in genere”	113
C. A TFP e as famílias de seus sócios e cooperadores	118
D. “FMR”: uma expressão despectiva e injuriosa?	119
E. A TFP, fator de divisão das famílias?	121
3. <i>Disciplina rígida e tratamentos de choque para extirpar do sócio ou cooperador da TFP os resquícios revolucionários de sua vida passada?</i>	122
4. <i>Para quebrar a personalidade do “tefepista”, uma uniformização no pensar e no agir?</i>	131
A. Se a TFP impõe um pensamento uniforme .	131
B. Se na TFP é imposta uma uniformização quanto ao modo de vestir	135
C. Se há um modo de ser e de se portar próprio da TFP, se ele é imposto, e se quebra as personalidades individuais	138
5. <i>TFP, fábrica de loucos?</i>	146

<i>Capítulo VI — O terror na formação do sócio ou cooperador da TFP</i>	153
1. <i>Atuação das “Forças Secretas”: noção que a TFP não fabricou</i>	156
2. <i>Atuação do demônio no mundo: outra matéria que a TFP não inventou</i>	161
3. <i>As revelações de Fátima, outro motivo de terror? ..</i>	164
4. <i>A recordação das penas do Inferno, sempre oportuna em todos os tempos</i>	172

<i>Capítulo VII — A castidade antes do casamento, uma imposição arbitrária da TFP?</i>	179
1. <i>A castidade segundo o estado, um preceito da Lei de Deus</i>	179
2. <i>A culposa divisão interna do sr. JAP — “Quem ama o perigo nele perecerá”</i>	184

3. <i>A TFP recomenda o celibato aos seus sócios e cooperadores que livremente o queiram, porém de modo nenhum o impõe</i>	186
4. <i>As dúvidas e os desencantos do sr. JAP</i>	189

Capítulo VIII — A TFP, uma “seita iniciática” que “alicia” adolescentes, ocultando suas metas mais profundas e sua verdadeira natureza? 191

1. <i>O recrutamento da TFP: um maquiavélico processo de “aliciamento” de adolescentes?</i>	191
A. <i>Vocações para todas as atividades — como as da TFP — que exigem dedicação desinteressada e heroísmo em prol de um grande ideal são mais frequentes na adolescência e na juventude</i>	192
B. <i>Uma concepção de recrutamento que ignora completamente os hábitos informais do brasileiro</i>	193
C. <i>O sr. JAP descarta gratuitamente os aspectos lógicos da argumentação da TFP e só vê nela um astuciosíssimo artifício psicológico</i>	195
D. <i>A tática do “terreno comum” ou a “baldeação ideológica inadvertida”, outro dos elementos integrantes do pretense “método de aliciamento” da TFP?</i>	200
E. <i>O apostolando: um ente passivo “em torno” do qual se trava o combate entre o Bem e o Mal, entre anjos e demônios, que o arrastarão inelutavelmente para um lado ou para outro</i> ..	202
F. <i>Tratamento personalizado para cada apostolando: a “teoria das três vertentes”</i>	204
2. <i>A TFP, uma sociedade iniciática — Por quê?</i>	208
3. <i>A TFP oculta sua verdadeira natureza e seus fins últimos? — Uma entidade cívica de inspiração religiosa, em perfeita ordem com relação às leis civis e eclesiásticas</i>	212

4. *A pedagogia própria da TFP: um sistema adequado para as gerações novas* 220

Capítulo IX — Resposta a algumas acusações esparsas 227

1. *O Reino de Maria, mais uma noção que a TFP não inventou* 228
2. *O Reino de Maria, uma nova Idade Média?* 233
3. *O que a TFP pensa de si mesma e do papel que lhe caberá no Reino de Maria* 237
- A. *A TFP como entidade providencial e profética* 238
- B. *O papel da TFP no Reino de Maria* 242
- C. *A pretensa imortalidade do fundador da TFP e seu papel nos últimos tempos* 243
4. *O “mosteiro secreto” da TFP* 245
5. *O “motim” de 1975* 247
6. *Orações, benevolência e acolhimento: normas gerais de relacionamento da TFP com os que dela se afastaram* 250
7. *O atentado que o sr. JAP teme sofrer* 252

Capítulo X — “Guerreiros da Virgem”, livro hegeliano-freudiano que acena para a perseguição religiosa do dia de amanhã 255

1. *“Esquerda e direita são como as pontas da ferra-dura: extremos que se julgam opostos, mas quase se tocam”* 256
2. *Será todo e qualquer extremo necessariamente exagerado?* 258
3. *Nenhum ideal que exige dedicação e sacrifício seria próprio das pessoas verdadeiramente adultas* 260
4. *No relativismo total, em que nada chega às suas últimas conseqüências, a suprema sabedoria de vida* 261
5. *“O Senhor não faz bem nem mal a ninguém” (Soph. I, 12): a lição que a “experiência” do sr. JAP lhe ensinou* 264

6. <i>Em Freud e em Hegel, o substractum filosófico mais profundo de “Guerreiros da Virgem”</i>	268
7. <i>O relativismo, “religião” intolerante e exclusivista, ferozmente persecutória dos que ousam crer em verdades</i>	271

Apêndice

<i>O pensamento de Freud no livro “Guerreiros da Virgem” do sr. José Antônio Pedriali</i>	275
---	-----

<i>Introdução</i>	277
-------------------------	-----

<i>Capítulo I — Uma conversão neurótica regressiva</i>	281
1. <i>Relato do sr. J. A. Pedriali</i>	281
2. <i>A doutrina freudiana</i>	283

<i>Capítulo II — Repressão sexual neurotizante imposta em nome de princípios religiosos</i>	287
1. <i>A doutrina freudiana</i>	287
2. <i>Narração do sr. J. A. Pedriali</i>	290
3. <i>Primeira “cena”: renúncia à namorada e à masturbação — Consagração à Santíssima Virgem</i>	292
a) <i>Relato do sr. J. A. Pedriali da primeira “cena”</i>	292
b) <i>Sentido freudiano desta primeira “cena”</i>	293
4. <i>Segunda “cena”: agressão sexual na escola e relacionamento sentimental com uma colega; sentimento patológico de culpa</i>	294
a) <i>Relato do sr. J. A. Pedriali da segunda “cena”</i>	294
b) <i>Doutrina freudiana aplicável à segunda “cena”</i>	296
5. <i>Terceira “cena”: banho nu num lago, volta à masturbação e ida a um prostíbulo. Ruptura final com a TFP</i>	298
a) <i>Relato do sr. J. A. Pedriali da terceira “cena”</i>	299
b) <i>Doutrina de Freud aplicável à terceira “cena”</i> ..	300

<i>Capítulo III — Surgimento de idéias obsessivas</i>	303
1. <i>A versão do sr. J. A. Pedriali</i>	303
2. <i>Doutrina de Freud</i>	308
A. <i>A fórmula psicopatológica da religião</i>	308
B. <i>A “identificação com o líder”, um fenômeno psíquico regressivo</i>	309
<i>Capítulo IV — Angústia patológica causada pelo conflito entre os princípios inculcados pela TFP e o instinto sexual reprimido</i>	313
1. <i>A versão do sr. J. A. Pedriali</i>	313
A. <i>A clara opção entre o ideal da TFP e a vida de sensualidade</i>	314
B. <i>A opção pelo ideal “inatingível” cria um estado de conflito insolúvel</i>	315
C. <i>A ruptura do equilíbrio instável do conflito instinto-repressão</i>	316
2. <i>Conflito e angústia neurótica, segundo a doutrina de Freud</i>	318
<i>Capítulo V — Um determinismo psíquico no qual os instintos dominam a razão e a vontade</i>	321
1. <i>O determinismo psíquico do sr. J. A. Pedriali</i> ..	322
2. <i>O determinismo psíquico freudiano</i>	326
<i>Conclusão</i>	330





Plinio Corrêa de Oliveira

Nasceu em São Paulo, em 1908. Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, destacou-se desde a juventude como orador, conferencista e jornalista católico. Um dos fundadores da Liga Eleitoral Católica, foi o deputado mais votado do País para a Assembléia Constituinte federal de 1934.

Professor de História da Civilização no Colégio Universitário da Universidade de São Paulo, bem como de História Moderna e Contemporânea nas Faculdades São Bento e Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo e diretor do semanário católico "Legionário". Atualmente escreve para o mensário de cultura "Catolicismo". A partir de 1968 foi convidado a colaborar na "Folha de São Paulo" e em vários outros órgãos de imprensa do País. Inúmeros artigos seus têm sido transcritos no Exterior. É ainda autor de numerosos livros.

Católico convicto e militante, sua palavra e sua pena sempre estiveram a serviço de causas que interessam à Igreja ou à civilização cristã.

Em 1960, fundou a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade — TFP, e tem sido, desde então, Presidente do Conselho Nacional da entidade. Inspiradas em Revolução e Contra-Revolução e em outras obras do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, TFPs e associações congêneres se desenvolveram igualmente em quinze países das Américas, Europa e África.

PRÓLOGO

Contra o tufão igualitário do agro-reformismo, a atuação patriótica e eficaz da TFP

Em seus quinhentos anos de existência, o Brasil jamais esteve nos bordos de uma transformação tão borrascosa, nem tão profunda, quanto esta que a presente controvérsia agro-reformista e as dramáticas ocupações rurais que se lhe têm seguido, fazem prever.

1. O cunho radical e igualitário do agro-reformismo que sopra nos meios católicos brasileiros

Um dos propulsores mais eficientes da Reforma Agrária tem sido, em nosso País, o Emmo. Cardeal D. Vicente Scherer, Arcebispo emérito de Porto Alegre. Em consequência, é ele bem qualificado para dar seu depoimento a respeito de uma das metas mais profundas — a mais profunda pode-se dizer — do movimento agro-reformista. Talvez não haja ninguém que a tenha enunciado com tanta clareza quanto o ilustre Purpurado.

Afirmou ele: *“Os grandes proprietários, proclamamo-lo sem cessar, devem conformar-se com a redução de seus haveres. A disseminação da propriedade é um postulado fundamental de uma ordem social aceitável e justa”* (“Correio do Povo”, Porto Alegre, 3-1-62). E em outra ocasião: *“No setor rural, entre as formas de distribuição da propriedade está em primeiro lugar a reforma agrária. Se nas desapropriações na reforma agrária a compensação se faz pelo valor real, em se tratando de latifúndios, continuará a mesma desigualdade de fortuna e ela se estenderá a outro setor, fora do agrário, pela inversão do preço fabuloso obtido em propriedades imobiliárias urbanas”* (“Correio do Povo”, Porto Alegre, 12-11-68).

O Prelado é, nesses termos, favorável à desapropriação mediante indenização inferior ao preço real do imóvel. Desapropriação que constitui um **confisco injusto** de parte do valor real do imóvel.

Trata-se, como se vê, de passar a plaina sobre determinado setor da sociedade, os “latifundiários” mencionados *in genere*, sem distinção entre os que fazem e os que não fazem produzir suas propriedades. A meta da Reforma Agrária é, portanto, tirar de uns para dar a outros. E o argumento enunciado nos tópicos citados não é a alegada miséria de certas populações rurais, mas a aplicação de um princípio filosófico de ordem moral: a igualdade. **A desigualdade seria algo de intrinsecamente injusto, não só no setor imobiliário rural como, aliás, também no setor imobiliário urbano.**

Que setor deve ser assim nivelado pela plaina igualitária agro-reformista? Apenas o dos latifundiários? Na aparência dir-se-ia que sim. Pois o Purpurado preconiza a aplicação do confisco especificamente à expropriação dos latifúndios.

A realidade, porém, é outra. No linguajar dos agro-reformistas, “latifúndio” não tem sua significação etimológica natural de propriedade grande. Isto é, de propriedade tida por tal segundo o senso comum.

No uso específico dos agro-reformistas, “latifúndio” tem

aplicação muito mais ampla. Inclui primeiramente toda propriedade, cultivada ou não, de área superior a 600 vezes o módulo médio da propriedade rural, ou 600 vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona (cfr. Estatuto da Terra, art. 46, & 1º, b). Porém, além disso, abrange todo e qualquer imóvel rural, inclusive o pequeno, que, “*tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural*” (1), “*seja deficiente ou inadequadamente explorado*” ou, ainda, “*seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos*” (cfr. Estatuto da Terra, art. 4º, inciso V, b; e Decreto 55.891, art. 6º, inciso IV, b).

Essa nomenclatura estranha tem amortecido consideravelmente a reação ao Estatuto da Terra (ET). Pois muito fazendeiro alarmado com os riscos que a aplicação literal pode acarretar para seus direitos de proprietário de imóvel médio ou pequeno, se tranqüiliza quando se lhe mostram os tópicos do ET exclusivamente alusivos ao latifúndio. Ele se sente, então, fora do alcance da tormenta, pois atribui ingenuamente à palavra “latifúndio” seu sentido corrente, que é de propriedade grande, e até notadamente grande. Mal imagina o infeliz que, segundo o ET, até à propriedade de dimensões *mínimas* se pode aplicar, em dadas circunstâncias, o qualificativo de... latifúndio.

Como se as citadas declarações do Sr. Cardeal Scherer não bastassem para caracterizar a radicalidade do igualitarismo agrário nacional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em Itaici no ano de 1980, emitiu um documento intitulado *Igreja e problemas da terra*, no qual

(1) Módulo de propriedade rural é a área equivalente à de uma “*propriedade familiar*”; ou seja, de um “*imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalho com a ajuda de terceiros*” (cfr. Estatuto da Terra, art. 4º, inciso II).

a voz muito mais possante dos 172 Srs. Bispos que o aprovaram se manifesta no mesmo sentido que o Purpurado gaúcho. Maioria esmagadora, posto que só exclui oito dos Srs. Bispos presentes à 18.^a Assembléia Geral: quatro que votaram contra, e quatro que votaram em branco.

Os termos do documento de Itaiçi foram tão categóricos que facilmente poderiam dar a leitores desavisados a impressão de que ser favorável à Reforma Agrária preconizada por *Igreja e problemas da terra* era condição de fidelidade de todo católico à Santa Igreja (2).

Para desfazer tal impressão, que poderia colocar a favor da Reforma Agrária a quase totalidade dos brasileiros, a

(2) De que essa seja idéia bastante disseminada entre os membros do Episcopado nacional dá testemunho D. Moacir Grecchi, Bispo-Prelado do Acre e Purus, em recente declaração: "*O empresário cristão que investe contra a reforma [agrária] se coloca em confronto direto com a Igreja e está em contradição absoluta com a sua fé*" ("*Folha de S. Paulo*", 29-8-85).

Os pronunciamentos coletivos ou isolados de Srs. Arcebispos ou Bispos em favor da Reforma Agrária são tão numerosos que alongariam demais o presente trabalho, se fossem citados aqui (cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA e CARLOS PATRÍCIO DEL CAMPO, *Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?*, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1982, 4.^a ed., pp. 29-30, 247 a 268).

Ademais, é notório que os órgãos de cúpula da CNBB se vêm mostrando os mais afincados propugnadores do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Se a versão recentemente aprovada desse Plano tem recebido, por parte deles, alguma crítica, é pela sua pretensa moderação.

Aliás, D. Ivo Lorscheiter, Bispo de Santa Maria e presidente da CNBB, destacado promotor das liberdades civis e políticas, não hesitou em declarar que agora quem for contra a Reforma Agrária é subversivo, pois — diz — "*se quem se opõe às normas vigentes em um regime é chamado de subversivo, não existe outra denominação para eles*" ("*Jornal do Brasil*", 30-5-85). O Prelado estarreceu a opinião nacional ao declarar, na mesma ocasião, que até os latifúndios produtivos devem ser alcançados pela Reforma Agrária (cfr. *ib.*).

TFP publicou, em 1981, o livro *Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?* (3). A tese da obra, consignada no subtítulo, é precisamente que, enquanto católico, **pode e deve o fiel ser contra a Reforma Agrária**. Desse livro foram vendidos, pelas caravanas da TFP, 29 mil exemplares, em todo o território nacional.

Tudo quanto foi dito patenteia o cunho radical e igualitário do agro-reformismo que sopra nos meios católicos brasileiros, e cuja eventual vitória abalará em seu conjunto a estrutura agrária do País. E não só ela, mas **também a estrutura fundiária urbana** (4).

2. Em conexão com a Reforma Agrária, a reforma urbana, a industrial e a comercial

Com efeito, na 20ª Assembléia Geral da CNBB, realizada em fevereiro de 1982, em Itaici, foi aprovado o documento *Solo urbano e ação pastoral*. E neste, em nome do princípio, de si verdadeiro, de que sobre toda propriedade particular pesa uma hipoteca social, os Srs. Bispos que o subcrevem declaram que *“o direito natural à moradia tem primazia sobre a lei positiva que preside à apropriação do solo. Apenas [sic] um título jurídico sobre uma propriedade*

(3) PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA e CARLOS PATRÍCIO DEL CAMPO, Editora Vera Cruz, São Paulo, 4ª ed., 358 pp.

(4) Com o presente recrudescimento da agitação agro-reformista, recomeçou também o movimento pela reforma urbana, o qual cessa há tempo, a par do malogro das ocupações de terrenos nas cidades.

Ao final do VI Encontro de Entidades de Planejamento Urbano, realizado em São Paulo nos dias 27 e 28 de junho de 1985, o presidente da EMURB de São Paulo, arquiteto Sami Bussab, declarou que *“não se pode fazer uma discussão [a da reforma agrária] sem a outra [sobre desenvolvimento urbano e ocupação do solo]. Tudo se resume na ocupação do território e, ademais, 70% da população brasileira está nas cidades”* (“O Estado de S. Paulo”, 29-6-85).

não pode ser um valor absoluto, acima das necessidades humanas de pessoas que não têm onde instalar seu lar” (doc. cit., nº 84).

Falar em falta de lugar para se instalar, num país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 50% estão inteiramente desocupados (terras devolutas), é realmente assombroso!

Não obstante, os Srs. Bispos que aprovaram o documento investem contra o próprio Código Civil promulgado em 1916, apontando nele *“uma profunda inadequação à realidade atual, inadequação baseada numa superada concepção do direito de propriedade, concepção privatista de um direito absoluto sem nenhuma responsabilidade social”* (doc. cit., nº 100).

Não é possível considerar essa avalanche de igualitarismo fundiário, sem indagar se ela não terminará por atingir, **além da empresa rural, também a empresa industrial e a comercial**, e por fim todo o sistema sócio-político-econômico vigente. Ao que a resposta deve ser afirmativa.

E é o próprio documento da CNBB, *Solo urbano e ação pastoral*, que o declara desinibidamente: *“A implementação das reformas necessárias não deve induzir à ilusão de que estas sejam suficientes. Para eliminar a situação de injustiça estrutural, importa visar a novos modelos de organização da cidade, o que exige, por sua vez, mudança do modelo sócio-político-econômico vigente”* (doc. cit., nº 116).

3. Reformismo igualitário e comunismo

Como se vê, nos confins do horizonte desse reformismo surge uma transformação completa e fortemente igualitária de toda a estrutura sócio-econômica do País.

Implicaria, tal transformação, na implantação do comunismo?

Não é este o lugar para ventilar a questão. O menos que aqui se pode dizer a respeito é que o Brasil seria empurrado, por essa transformação, para uma nova situação a dois

passos do comunismo. E que, nessas condições, os eclesiásticos — tão veneráveis pelo caráter sagrado de que estão revestidos — se estão portando como alegres “companheiros de viagem” do comunismo, quase até a estação terminal deste.

O que alguns — é de crer que a maioria — estarão a fazer como “inocentes úteis”. Quanto a outros, não se pode facilmente presumir o mesmo (5). Esquivamo-nos de lançar aqui, a propósito das intenções deles, qualquer afirmação. Pois do que é subjetivo e interno, nem sequer julga a Santa Igreja: “*De internis nec Ecclesia*”.

4. Qual a força de impacto do reformismo igualitário?

Para aquilatar a amplitude da crise em que está sendo lançado o País, haveria ainda que perguntar qual a *força*

(5) Considere-se, por exemplo, esta poesia do Sr. D. Pedro Casaldáliga, Bispo-Prelado de São Félix do Araguaia (que ainda recentemente fez uma visita de solidariedade à esquerda nicaraguense e atraiu o merecido protesto de todo o Episcopado da nação irmã): “*Malditas sejam / todas as cercas! / Malditas todas as / propriedades privadas / que nos privam / de viver e de amar! / Malditas sejam todas as leis, / compostas habilmente por umas poucas mãos / para amparar cercas e bois / e tornar escrava a Terra. / E escravos os humanos! / Outra é a Terra nossa, homens, todos! / A humana Terra livre, irmãos!*” (DOM PEDRO CASÁLDALIGA, *Tierra nuestra Libertad*, Editorial Guadalupe, Buenos Aires, 1974, p. 129). E esta outra, do mesmo Prelado: “*Mas para viver, / eu já quero ter / a parte que me cabe / no latifúndio seu: / que a terra não é sua, / seu doutor Ninguém! / A terra é de todos / porque é de Deus! / ... Mas para viver, / terra eu quero ter. / Com Incra ou sem Incra, / com lei ou sem lei*” (id., p. 124).

No livro *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista — Apelo aos Bispos Silenciosos* (PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1977, 4.^a ed., 224 pp.), o tema é desenvolvido com a largueza que assunto de tal magnitude exige.

de impacto da ação assim desenvolvida por elementos tão numerosos e tão altamente colocados na estrutura eclesiástica.

A. Debilidade dos Partidos Comunistas nacionais

Nada mais elucidativo a esse propósito do que um efeito — para muitos inesperado — da *abertura política*. Na vigência do regime militar, o povo estava colocado na presença de um possante aparelhamento governamental. Para justificar o feitio autoritário de tal aparelhamento se alegava a necessidade de manter sob constante repressão a corrente comunista. O que importava em afirmar o número e a pujança dessa corrente, já que era necessário, para que ela não vencesse, um tão forte regime de exceção.

A História dirá um dia o que se passou com o comunismo nacional durante os vinte e um anos desse regime. Por enquanto não há dados públicos que permitam ajuizar a esse respeito. O fato é que, indultados todos os líderes da agitação comunista — grandes, médios e pequenos — abertos os cárceres aos que neles estavam detidos, de volta ao País os que estavam expatriados, acolhidos com o sorriso benévolo do Governo e com o aplauso fervoroso do macrocapitalismo publicitário, convocada em clima de inteira liberdade política toda a velha e a nova guarda do comunismo tupiniquim, a conclusão a que chegou o público foi a da insignificância numérica e política do PCB, do PC do B, do MR-8 e congêneres (6).

(6) Nos dias 23 e 24 de março de 1985, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) realizaram em São Paulo e em outras capitais do País, em lugares distintos, festas comemorativas do 63.º aniversário de sua fundação em 1922.

No parque da Água Funda, cedido pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a festa do PCB na capital paulista “*incluiu apresentações de artistas, exposições, debates e homenagens, tudo num clima de quermesse, onde compareceram cerca de cinco mil pessoas*”

B. O esquerdismo católico: fundas raízes históricas

Isso torna evidente que a única grande força presente no panorama nacional, indisfarçavelmente pronta a impulsionar o reformismo sócio-econômico global, é o esquerdismo católico (7).

em dois dias" ("Jornal do Brasil", 25-3-85). As exposições — diga-se de passagem — eram de livros de propaganda da Rússia, Alemanha Oriental, Checoslováquia...

A festa do PC do B se realizou no Ginásio do Pacaembu, no domingo 24 de março, e contou com o comparecimento do vice-governador Orestes Quércia, dos secretários estaduais Almino Affonso, José Serra e Caio Pompeu de Toledo, e do prefeito Mario Covas. A assistência era composta sobretudo de favelados e pessoas de classe modesta arrebanhadas e transportadas ao local por 80 ônibus da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). A maior aglomeração registrou-se às 15 horas, com aproximadamente 2.500 pessoas, e foi diminuindo gradativamente durante as quatro horas e meia do *show* musical que antecedeu o comício. O público estava mais interessado na partida de futebol que se realizava no Estádio Municipal contíguo. No início do comício propriamente dito, ainda permaneciam no local 1.500 pessoas, que uma claque de 300 adeptos do PC do B procurava sem êxito animar (cfr. "Catolicismo", nº 412, abril de 1985, pp. 10-11).

A Assembléia Legislativa de São Paulo promoveu, dois dias depois, sessão extraordinária de apoio à legalização do PC do B, à qual compareceram... 250 adeptos do partido! (cfr. "Catolicismo", nº 412, abril de 1985, p. 11).

A propósito, cumpre mencionar também o fracasso da última greve dos metalúrgicos, em São Paulo, em abril de 1985. Sem emitir aqui um juízo sobre a posição ideológica precisa de todos os mentores dela, é certo entretanto que o sucesso dessa greve era ardentemente desejado pelos comunistas, e que, se tivessem força para tanto, por certo a teriam levado ao êxito. Depois, segundo a conhecida tática do salame, conservariam ou não, nos postos de comando aparentes do movimento grevista, aqueles parceiros não-comunistas que deram impulso inicial a este.

(7) Sobre a amplitude da atuação do esquerdismo católico no Brasil, especialmente na realização de greves, agitações, invasões de ter-

Qual então a força de impacto real desse esquerdismo?

Para dar resposta a esta pergunta, é preciso notar que tal modalidade de esquerdismo não é mero fruto atual e efêmero de alguma passageira fantasia do *snobismo* social e cultural. Os primeiros fogachos dele foram denunciados já em 1943 — passaram-se, pois, mais de quarenta anos — no livro *Em defesa da Ação Católica* (8).

Desde 1951, vem polemizando incessantemente com o esquerdismo católico o mensário de cultura “Catolicismo”, redigido pelo grupo de intelectuais e homens de ação do qual nasceria depois a TFP. E, fundada esta em 1960, lançou-se a entidade desde logo na ação pública antiesquerdista de inspiração católica, que ininterruptamente vem desenvolvendo, a partir da difusão do livro *Reforma Agrária — Questão de Consciência*, o qual contribuiu decisivamente para impedir a implantação de uma Reforma Agrária socialista e confiscatória naquela década.

No livro *Meio século de epopéia anticomunista* (Editora Vera Cruz, São Paulo, 1980, 4.^a ed., 474 pp.) é narrado com abundância de detalhes o enfrentamento contínuo da TFP com as forças de esquerda que vêm tentando obstinadamente — e em importantes aspectos vitoriosamente — demolir a civilização cristã no Brasil. Com efeito, embora a TFP tenha conseguido opor consideráveis freadas ao processo de

ras etc., ver *As CEBs... das quais muito se fala, pouco se conhece — A TFP as descreve como são* (PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, GUSTAVO ANTONIO SOLIMEO e LUIS SÉRGIO SOLIMEO, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1982, 6.^a ed., pp. 171 a 231); *Brasil em chamas?* (“Catolicismo”, n.º 402, junho de 1984); “*Esquerda católica*” *incendeia o País* (“Catolicismo”, n.º 406-407, outubro-novembro de 1984).

(8) PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, Editora Ave Maria, São Paulo, 1943, 384 pp., obra prefaciada pelo então Núncio Apostólico no Brasil e depois Cardeal Bento Aloisi Masella, e honrada com uma carta de louvor escrita em 26 de fevereiro de 1949, em nome de Pio XII, pelo Substituto de Secretaria de Estado da Santa Sé, Mons. João Batista Montini, mais tarde Paulo VI.

corrosão das nossas instituições, é inegável que o esquerdismo, especialmente na sua versão religiosa, acusou nos meios católicos progressos impressionantes. Nem poderia a TFP, por si só, deter essa marcha inexorável, sem a participação de todas as forças vivas da Nação. Participação essa que muitas vezes falhou. A História apontará um dia os que se tornaram réus dessa gravíssima omissão.

De qualquer modo, enquanto iam fenecendo, por circunstâncias várias, agrupamentos anticomunistas existentes no País, por seu lado ia crescendo a TFP. E repercutia cada vez mais no Exterior, a ponto de suscitar o aparecimento de coirmãs autônomas em 14 outros países. As várias TFPs constituem hoje em dia o maior feixe de associações civis anticomunistas de inspiração católica, do mundo contemporâneo.

C. O macrocapitalismo publicitário de tendência esquerdista investe contra a TFP

E já que a esta altura dos fatos conduziu a exposição aqui feita, vem a propósito perguntar, por sua vez, qual a eficácia da ação anti-agro-reformista da TFP.

Não há mais expressivos sintomas da força de impacto e do acerto dos golpes recebidos por um adversário, do que os rugidos de dor e o ímpeto do contra-ataque deste.

Em nosso País, o comunismo não é, senão em muito pequena medida, um fenômeno de massa. Constitui ele, pelo contrário, em ponderável parte, uma enfermidade típica de certos bairros residenciais e clubes ricos, de algumas poderosas esferas macrocapitalistas, de numerosas sacristias e universidades. Ao longo dessas quatro décadas de luta antiesquerdista têm sido variadas as formas de agressão que vêm sendo desfechadas contra a TFP, e o pugilo de propulsores dela:

- a) De início, longos períodos de silêncio, próprios a

sufocá-la pela recusa sistemática e quase generalizada de divulgar sobre ela sequer a mais inócua notícia. E, sem prejuízo desse silêncio, serpeavam de quando em vez diversas campanhas de difamação e de calúnia propaladas de boca-a-ouvido, de ponta a ponta de nosso território-continente (cfr. *Meio século de epopéia anticomunista*, pp. 227-228);

b) Alternando com os períodos de sufocação pelo silêncio, não tardou muito em iniciar-se o vendaval dos sucessivos estrondos publicitários — estamos vivendo o 12º. Ao longo destes vendavais, muitos órgãos de comunicação social que pareciam ignorar desdenhosamente nossa entidade, costumam se ocupar dela como de matéria sensacional e de primeira importância, e se transformam prazerosamente em catapultas de rumores e ultrajes anti-TFP. A tal ponto que até investidas anti-TFP procedentes de pessoas sem realce, ou de grupos micro-corporculares, se beneficiam então de uma publicidade borbulhante e dispendiosa.

D. O perfil moral da TFP se define aos olhos de todo o País

Entre os múltiplos efeitos de tudo isso, é de se mencionar que, para a opinião pública brasileira não “engajada” nem “conscientizada”, a figura da TFP se vem caracterizando cada vez mais por uma coragem altaneira e desinteressada, e seus sócios e cooperadores vão sendo cada vez mais conceituados como idealistas, que caminham de cabeça erguida, olhar sereno e fisionomia alegre, em meio ao zumbir da detração verbal mais ou menos clandestina, como do “metralhar” das campanhas publicitárias estrepitosas. Tem essa atitude por fundamento o vigor da fé, a tranqüilidade da consciência e a certeza da proteção — tantas vezes comprovada — da Virgem Santíssima. Assim os vêem até círculos hostis à nossa entidade.

5. A TFP, paladina da luta contra a Reforma Agrária e da luta anticomunista em geral, na mira de novas investidas publicitárias

Tudo quanto aqui fica narrado focaliza, mais especialmente, a TFP como paladina da luta contra a Reforma Agrária socialista e confiscatória, pois tal é a natureza da campanha em que, no momento, a vê engajada o público.

Com efeito, posta em debate, pelo Governo federal, a *Proposta para a elaboração do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República*, a TFP lançou em agosto p.p. novo livro, *A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista* (9). E propagandistas da Sociedade o difundiram por todo o País, com calorosa acolhida nos meios rurais, do que é índice significativo o escoamento, em cerca de três meses de campanha, de duas edições, num total de 14 mil exemplares, além de 34 mil exemplares de um número especial de “Catolicismo” contendo uma condensação do livro.

Na realidade, porém, o esforço da TFP contra o comunismo e seus conexos abrange uma faixa de assuntos muito mais ampla. E por isto a narração resumida deles ocupa todo um volume de 472 páginas, publicado em 1980 — o já citado *Meio século de epopéia anticomunista*. Outro volume de igual porte seria talvez insuficiente para abranger todo o período, riquíssimo em atividades, que se estende de então para cá.

É indispensável pôr tudo isso em realce para deixar claro o que há de estridentemente absurdo em uma nova tecla de difamação anti-TFP, acionada em nosso País a partir de agosto de 1984.

Segundo essa campanha difamatória, a TFP não seria...

(9) PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA e CARLOS PATRÍCIO DEL CAMPO, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1985, 2ª ed., 208 pp.

uma entidade anticomunista! Não seria o que todo o povo brasileiro sabe que ela é desde sua fundação, de modo ininterrupto, heróico e notório. Aliás, prova-o à saciedade a oposição implacável do próprio centro propulsor do comunismo internacional (10).

(10) Um despacho da agência Tass, publicado em primeira página pelo jornal “Pravda” de Moscou, em 5-6-85, se congratula com o PCB pela realização da primeira reunião legal do partido no Brasil, após tantos anos de clandestinidade. E sublinha que entre as medidas preconizadas nessa reunião estava a Reforma Agrária. O que é muito significativo da atenção com que o Kremlin acompanha os acontecimentos brasileiros e encoraja seus agentes no exato momento em que se punha em discussão no País o Plano Nacional de Reforma Agrária. Na trincheira oposta se encontrava, como a força mais atuante, justamente a TFP...

Um episódio ocorrido em outro país é entretanto mais revelador.

No dia 13 de novembro de 1984, o governo da Venezuela, através de um decreto arbitrário e tirânico, encerrou as atividades da Associação Civil Resistência, coirmã das TFPs naquele país, bem como proibiu o funcionamento do escritório de representação das 15 TFPs em Caracas. Sairá a lume, em momento oportuno, uma obra consagrada a historiar documentadamente e analisar com serenidade e coragem o conjunto de fatos tenebrosos que desfecharam em tal decreto. Poucos dias depois de ser este assinado, o “Izvestia”, órgão oficial do governo soviético, que comparte com o “Pravda” o primado absoluto da imprensa russa, manifestou o seu regozijo pelo fato, em despacho de seu correspondente em Caracas, publicado na edição de 20-11-84.

Sob o título *O Kremlin deixa cair a máscara e canta vitória*, o Serviço de Imprensa da TFP brasileira fez publicar integralmente, na “Folha de S. Paulo” de 29-11-84, a matéria do “Izvestia”, observando: *“Sirva o sintomático desabafo do Kremlin para abrir os olhos dos inocentes úteis que, na Venezuela como alhures, estejam em condições de se deixar envolver inadvertidamente em tais campanhas. E para coibir a influência dos que, fazendo-se muitas vezes de inocentes úteis, não são senão comparsas do jogo comunista, característicos lobos com pele de ovelha”*.

Dizendo-o, a TFP não tem a intenção de afirmar que cada um dos propulsores ou dos agentes desses sucessivos estrondos publicitários esteja conluiado expressa e intencionalmente com o comunismo internacional.

Isso importaria em uma acusação temerária, em razão do evidente

Ela seria, pelo contrário, uma seita obscura, constituída para satisfazer o orgulho delirante de um fundador que se faria cultuar como santo — e à sua progenitora também — com base, segundo esses detratores da TFP, em concepções doutrinárias condenadas pela Igreja, e por meio de ritos vedados pelas leis eclesiásticas.

E todo o gigantesco esforço anticomunista da entidade seria uma miragem, um embuste (11). A vida de piedade

fato de que a entidade não possui a verdadeira montanha de documentos públicos e confidenciais que deveria estar necessariamente em mãos de quem se arrojasse a lançar semelhante assertiva.

Ademais, esta última constituiria uma flagrante manifestação de simploriedade e superficialidade de vistas. Pois, para explicar essa imensa concatenação de esforços, constituída em benefício do comunismo internacional, bastaria conhecer os artifícios da guerra psicológica, e os ardis das táticas comunistas respectivamente intituladas da “mão estendida”, da “queda das barreiras ideológicas”, dos “inocentes úteis”, do “salame”, dos “companheiros de viagem” etc. (cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista — Apelo aos Bispos Silenciosos*, Editora Vera Cruz, 1977, 4ª ed., pp. 38 a 43 e 65 a 67).

(11) Para que o leitor possa aquilatar desde logo quanto é infundada a acusação sobre a pretensa insinceridade das metas ostensivas da TFP, nada mais indicado do que a rememoração, há pouco feita, de tudo quanto a entidade vem levando a cabo, desde a sua fundação, contra o comunismo, e contra a possante “companheira de viagem” deste, a esquerda católica.

Quem tenha alguma experiência, por menor que seja, das preocupações, das fadigas e dos riscos que atividades do gênero das da TFP trazem inevitavelmente consigo, pode calcular o que representa de sacrifício desinteressado, de abnegação inteira, de dedicação de todas as horas ao longo de mais de vinte anos — em suma, de sinceridade sem jaça — nessa luta travada para preservar o Brasil e a civilização cristã, do perigo comunista.

Cabe aqui uma palavra especial sobre os riscos dessa luta, desenvolvida sempre de modo pacífico e ordeiro, como se comprova por mais de quatro mil cartas de delegados de polícia, prefeitos e autoridades municipais, testemunhas bem situadas para atestar a perfeita

intensa dos participantes dela seria, em conseqüência, outro embuste!

Essas falsas versões foram vitoriosamente refutadas pela TFP em uma obra em dois volumes, sob o título *Refutação da TFP a uma investida frustra* (Edição da TFP, São Paulo, vol. I, junho de 1984, 517 pp.; vol. II, julho de 1984, 469 pp.), de autoria de uma comissão de sócios da TFP constituída pelos srs. Antonio Augusto Borelli Machado, Atila Sinke Guimarães, Gustavo Antonio Solimeo e João S. Clá Dias.

Esse estudo conta com um parecer favorável do eminente teólogo dominicano, de fama mundial, Pe. Victorino Rodríguez y Rodríguez, Prior do Convento de São Domingos el Real, em Madrid, autor de mais de 200 estudos sobre teologia e filosofia, ex-professor nas duas célebres Faculdades de Teologia de Salamanca, atual professor no Conselho Superior de Investigações Científicas de Madrid, e ordinário da Pontificia Academia Romana de Teologia. O livro se baseia em obras de teólogos, moralistas e canonistas — anti-

ordem em que se desenrolou a campanha da TFP nas respectivas cidades.

Na longa lista dos riscos enfrentados pelos sócios e cooperadores da entidade, dois episódios merecem ser destacados, os quais ao mesmo tempo revelam o estilo de atuação da TFP.

Em 1969, a TFP se preparava para uma grande campanha de âmbito nacional, com o objetivo de difundir um número especial de "Catolicismo" que denunciava a atuação de organismos semiclandestinos, infiltrados nos meios católicos — o IDOC e os "grupos proféticos" — com o fim de transformar a Igreja Católica numa Igreja-Nova, atéia, dessacralizada, desmitificada, igualitária e posta a serviço do comunismo. No dia 20 de junho daquele ano, às três horas da madrugada, véspera do dia marcado para o lançamento da campanha, terroristas colocaram uma bomba na sede onde então funcionava a Presidência do Conselho Nacional da entidade. A explosão, ouvida a grande distância, destruiu boa parte da fachada do edifício. E danificou também uma antiga imagem de Nossa Senhora da Conceição, hoje venerada no oratório que, em desagravo, a TFP construiu no local.

Esta Sociedade não se deixou intimidar, e realizou normalmente

gos e modernos — de renome em toda a Igreja, além de aduzir pareceres sobre pontos específicos, do já citado Pe. Victorino Rodríguez, do Pe. Arturo Alonso Lobo O.P., eminente catedrático de Direito Canônico da Universidade Pontifícia de Salamanca, um dos colaboradores dos famosos *Comentarios al Código de Derecho Canónico* da BAC (Biblioteca de Autores Cristianos), e do ilustre teólogo e moralista Pe. Antonio Royo Marin O.P., professor na histórica Faculdade Teológica de Santo Estevão, da mesma cidade, e autor de conceituados livros difundidos por todo o mundo.

Em março de 1985, o mecanismo publicitário periodicamente acionado contra a TFP voltou a funcionar. Segundo as novas versões injuriosas e inverazes, ela não teria uma orientação verdadeiramente católica, mas constituiria uma sociedade secreta, na qual os membros se consagram ao fundador como autênticos escravos.

a campanha projetada, ao longo da qual teve de enfrentar numerosas tentativas de tumulto provocadas por baderneiros, não raras vezes insuflados por clérigos esquerdistas. Essas tentativas resultaram inúteis, graças à conduta sempre comedida e pacífica dos sócios e cooperadores da TFP que, postos em situação tão delicada, souberam com calma e coragem desarmar a fúria dos adversários.

Ainda nesse mesmo ano, cerca de vinte sócios e cooperadores da TFP de Belo Horizonte, ao saírem da Igreja da Boa Viagem, onde tinham ido comungar, foram atacados por desconhecidos. Os agressores, também em número de aproximadamente vinte, foram vigorosamente surrados pelos da TFP, postos dessa maneira na contingência inevitável de se defender.

E assim ficou marcado o *estilo* de atuação da TFP, versão em termos contemporâneos do espírito do cavaleiro cristão de outrora: No idealismo, ardor. No trato, cortesia. Na ação, devotamento sem limites. Na presença do adversário, circunspeção. Na luta, altanería e coragem. E pela coragem, vitória (cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, artigo *Estilo*, in "Folha de S. Paulo", 24-9-69).

Quanto é isto diferente da imagem que os detratores da TFP procuram caluniosamente inculcar!

A elucidação do assunto foi feita por esta Sociedade em outro livro, no qual mostra que, em essência, o novo ataque nada mais visava do que a *escravidão marial* altamente recomendada por Papas e Santos, e preconizada por São Luís Maria Grignon de Montfort como a forma mais perfeita de devoção a Maria Santíssima. Uma escravidão, portanto, de caráter todo espiritual, que nada tem a ver com a escravidão pagã, ou com a escravidão dos negros no Brasil.

Trata-se da obra *Servitudo ex Caritate*, de autoria do sócio da TFP sr. Atila Sinke Guimarães, que expõe com segurança de doutrina e abundância de citações o fundamento teológico da “escravidão de amor” a Nossa Senhora. Também este livro conta com um parecer favorável do ilustre Pe. Victorino Rodríguez O.P., o qual atesta a perfeita ortodoxia do trabalho, ficando assim reconhecida a inteira liceidade de tudo quanto se crê e se pratica na TFP, nessa matéria (12).

Como era de esperar, mais uma vez a investida não impressionou o público.

É de registrar com tristeza que versões tão descabidas encontraram guarida em uma nota da CNBB contra a TFP,

(12) A defesa da TFP em face dos ataques que recebeu não se limitou à publicação dos dois livros mencionados. Ela divulgou ainda, pela imprensa, os seguintes comunicados, nos quais a posição da entidade é perfeitamente esclarecida: 1. *A TFP afirma sua posição doutrinária e interpela opositor* (“Folha de S. Paulo”, 17-8-84); 2. *TFP explica culto com base em fundamentos teológicos* (“Monitor Campista”, 23-8-84 — título da redação); 3. *Voltando as costas a uma controvérsia-reafejo* (“Folha de S. Paulo”, 28-8-84); 4. *Fanatismo anti-TFP* (“Jornal da Tarde”, 1-10-84); 5. *Organização deseja tempo para responder* (“Folha de S. Paulo”, 16-3-85 — título da redação); 6. *TFP esclarece* (“Folha de S. Paulo”, 19-3-85 — título da redação); 7. *Sobranceira e serena, a TFP enfrenta o XI estrondo publicitário* (“Folha de S. Paulo”, 26-3-85); 8. *Controvérsia: só com objetividade, elevação e densidade doutrinária* (“Folha de S. Paulo”, 9-5-85).

divulgada no dia 19 de abril de 1985, ao fim de sua 23ª Assembleia Geral (cfr. “Folha de S. Paulo”, 20-4-85).

Atuando na legítima defesa de seu renome, a TFP pediu ao ilustre organismo episcopal, em termos respeitosos mas firmes, que, se ele “*considera que a TFP emitiu algum conceito heterodoxo, ou praticou uma só ação que seja, na linha do comunicado de 19 de abril, queira especificar qual: a TFP, sem dúvida, acatará o reparo desde que provada a autenticidade do erro ou a iliceidade da ação imputada*” (cfr. “Folha de S. Paulo”, 23-4-85).

Até o momento, essa explicação não veio...

Mas os adversários da TFP não desarmaram. E é então lançado na liça da publicidade outro contendor, o sr. José Antônio Pedriali, com seu livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP* (EMW Editores, São Paulo, 1985, 201 pp.).

Fazendo abstração completa de todas as réplicas da TFP à recente investida que sofreu, esse egresso da entidade presta agora seu depoimento contra ela. E, comparada essa investida com a anterior, é fácil notar que elas se ajustam perfeitamente como duas rodas de uma mesma engrenagem. E constituem duas tentativas de demolição em cadeia, duas exalações do mesmo ódio, duas ofensivas do mesmo adversário.

E — note-se — uma tão ineficaz quanto a outra. Pois as campanhas jornalísticas de uma e de outra não trouxeram até agora, como consequência para a TFP, a demissão de um único sócio, de um único cooperador ou de um único correspondente.

* * *

Em nossa época estrugem a todo momento, nos mais variados campos, acontecimentos que preocupam, quando não aterram, o homem, e que obrigam *ipso facto* a opinião pública a galopar com sobressaltada e dispersiva rapidez, de um tema para outro.

Quanto aos fatos anteriormente expostos, tornava-se

necessário lembrá-los e concatená-los para que o leitor tivesse em mente o contexto histórico no qual se insere a prosa longa, adocicada e venenosa contida no livro do sr. J.A.P.

CAPÍTULO I

Antes, durante e depois de sua permanência na TFP, o lúgubre itinerário do autor de “Guerreiros da Virgem”

Seu libelo contra a TFP, o sr. José Antônio Pedriali quis fazê-lo sob a forma de uma autobiografia — ou antes, de uma novela autobiográfica — na qual focaliza sua vida em três fases distintas: a anterior a seu ingresso na TFP, ocorrido em 1971; os seis anos que permaneceu na entidade; e por fim o período posterior a seu afastamento dela.

1. Psicologia do mocinho J.A.P., antes de seu ingresso na TFP

Natural de Londrina, o sr. J.A.P. se descreve a si próprio, aos 15 anos, como um jovem posto em condições de vida correntes.

Procede ele de uma simpática e operosa família católica, com prática religiosa freqüente. Fundamentalmente, dava-se ele bem em casa. Mas com discrepâncias, das que são habituais sobretudo na crise da adolescência.

Essas discrepâncias não chegam a produzir movimentos

de alma sísmicos como os narra, por exemplo, com referência a si próprio, o sr. Domingos Pellegrini, no prefácio que escreveu para *Guerreiros da Virgem* (1). Mas existiram.

Resultaram elas sobretudo de confusos mas vivazes anseios de alma do sr. J.A.P., de conhecer e degustar novos aspectos da existência impregnados de maior elevação e beleza, do que os encontrava na própria família e na Londrina daquele tempo. Parece ter sido disto que sentia falta, ser esse *“o elemento que tanto perseguira desde criança e que me fôra negado seguida e impiedosamente”* (GV p. 14).

Teria sido essa também a causa da *“série de frustrações”* de que responsabiliza seus pais, *“pois nem tinham como responder às minhas inquietações”* (cfr. “Folha de S. Paulo”, 29-6-85).

Não é apenas a seus pais que ele critica dessa forma. Todo o ambiente natal é por ele julgado com severidade: *“Meus professores, em geral, sabiam muito mal aquilo que atiravam ao vento nas salas de aula, os amigos desprezavam tudo o que não se referisse a si próprios, as poucas pessoas de meia idade ou de idade avançada que conhecia se limitavam a olhar para trás, lembrar o que julgavam as façanhas de suas vidas e não tinham estrutura para analisar e interpretar o que acontecia a um palmo dos próprios narizes. Havia exceções, e meu avô materno era uma delas”* (GV p. 14).

Sem embargo da pequena ressalva quanto a seu avô, já se nota aqui o feitio de espírito acentuadamente pessimista do sr. J.A.P., tendente a criticar tudo e todos, em torno de si, a se considerar incompreendido nos diversos ambientes que frequênta. Este é um traço psicológico que convém notar, pois explica muito da animosidade dele em relação à TFP.

(1) *“Eu fazia as primeiras barbas — diz o prefaciador — e, nas refeições, cultivava uma úlcera em meu pai; se pudesse, cuspia na sopa pra respingar na família”* (GV p. VII).

Também a arquitetura “*simples ou mesquinha da maioria das casas e edifícios de nossa cidade*” o desgostava; frustrava-se por “*ter de conviver com mentalidades tão provincianas*” (GV p. 18).

Entregando-se a longos devaneios interiores e sonhando de olhos abertos, habituou-se ele a fugir dessa realidade que não o agradava: “*Esse horizonte estreito me asfixiava — diz ele. Meu refúgio eram as longas horas que passava recolhido, lendo, ouvindo música ou simplesmente deixando vagar meu pensamento, sonhando com outros países, outros horizontes, outros costumes*” (GV p. 17).

Era católico praticante, e chegara a liderar um grupo católico de jovens, os quais também critica pela tibieza e falta de espírito religioso. Mas o motivo pelo qual o atraía a Igreja parece ser muito preponderantemente um misticismo difuso e sentimental, um anseio interior pelos aspectos por assim dizer psico-artísticos dos templos e das cerimônias católicas. Não se nota nele um empenho por exprimir seu pensamento sobre a doutrina, nem sobre a História, nem sobre a ação da Igreja no mundo contemporâneo. As impressões causadas nele pela Igreja: eis o que parece ter monopolizado, em matéria religiosa, a atenção desse jovem sensível e imaginoso.

Aliás, o feito introspectivo, e extremamente impressionável do autor ressalta desde o primeiro capítulo de *Guerreiros da Virgem*. Nos cinco parágrafos iniciais — que totalizam apenas 23 linhas — lêem-se as seguintes frases: “*Eu estava impressionado*”; “*aquele rapaz eloqüente deixava-me admirado*”; “*sentia grande inclinação*”; “*via-me confuso e atordoado*”; “*não encontrava quem me orientasse e me ajudasse a entender o mundo exterior*”; “*isso explicava meu sentimento*”; “*estava, finalmente, realizando um grande sonho*”; “*penetrar no campo de conhecimentos que tanto me fascinava*” (GV p. 11). Todo o enredo do livro, como se verá adiante, se passa no interior de sua alma. Os fatos externos só lhe interessam na medida que repercutem no âmbito interno.

2. Subjetivismo acentuado, introspecção

O contato inicial com a TFP deu-se em seu colégio, onde se apresentaram alguns cooperadores da entidade. Tempos depois, convidado a assistir a uma palestra na sede local da Sociedade, lá conhece “Rodrigo”, um labioso carioca, cooperador da TFP. Tratando com este — que *“cativava pelo sorriso fácil, pelas frases espirituosas e observações sagazes”* (GV p. 11) — lhe parece ver que a TFP conduz as almas ao mundo do maravilhoso que apetece ao jovem J.A.P. conhecer: *“Eu estava, finalmente, realizando um grande sonho, encontrando pessoas que poderiam fazer-me penetrar no campo de conhecimentos que tanto me fascinava”* (GV p. 11).

As boas maneiras, a cultura, a inteligência do carioca — no qual imaginava ver uma como que porta de acesso a um ambiente maior, mais alto — impressionam o mocinho. Atraem-no. E ele, sempre guiado pelas impressões subjetivas, mais e muito mais do que pelo raciocínio, começa então a frequentar a sede da TFP em Londrina.

E, como tudo lá agradava o mocinho que era, o sr. J.A.P. deduz hoje, no seu subjetivismo (2), que tudo estava artificialmente disposto para atrair mocinhos como ele. Até os símbolos e a decoração da sede teriam sido habilmente ordenados de maneira a exercer nele e em outros um efeito previamente calculado (cfr. GV pp. 48 e 74).

Naturalmente, poder-se-ia perguntar-lhe por que não via a mesma suposta artificialidade no edifício e nos ritos do culto católico, que também o encantavam. Mas, como já se está vendo, e adiante ainda mais se verá, a lógica de pouco vale no mundo interior do sr. J.A.P.

(2) Destinando-se o presente trabalho a um público em sua maior parte não afeito a assuntos filosóficos, emprega-se aqui a palavra *subjetivismo* tão-só no sentido que lhe dá a linguagem corrente. Ou seja, o mau hábito a que se entregam não poucas pessoas, de ver os fatos como lhes apraz imaginá-los, e não como são na realidade.

O imenso trabalho intelectual desenvolvido pela TFP para definir suas posições doutrinárias e justificá-las racionalmente, ocupa um espaço muito secundário, senão irrelevante, na atenção do sr. J.A.P.

Tendo passado seis anos na TFP, e tendo ouvido muitas palestras e conferências, revela entretanto um conhecimento surpreendentemente sumário de toda a produção intelectual da TFP. Menciona quase exclusivamente algumas noções — quão rudimentares! — de *Revolução e Contra-Revolução*.

A obra intelectual da TFP, constante de uma vintena de livros ou ensaios, quase todos com edições de dezenas de milhares de exemplares, e de várias dezenas de documentos de porte — manifestos, pronunciamentos, declarações e comunicados — amplamente difundidos por órgãos de comunicação social de todo o Brasil, pouco ou nada lhe interessa. Também isso tudo só o afeta enquanto explicando reações internas que produziram na sua muito peculiar subjetividade. E pensa que pode dar-se ao luxo de escrever um livro sobre a TFP, capaz de satisfazer a curiosidade dos leitores, sem mencionar o que sobre si mesma escreveu a TFP, nem o que escreveram outros que estudaram a TFP... (3).

Todo o itinerário dele na TFP é, com efeito, marcado muito mais por um problema subjetivo do que pelo desejo, próprio de um espírito objetivo, de saber se a crítica da entidade aos males do mundo moderno e os remédios que ela propõe para esses males são ou não são verdadeiros. Toda essa problemática, que diz imediatamente respeito aos fins da

(3) Nota do editor. — O Serviço de Documentação da TFP possui 248 livros, publicados em oito idiomas, contendo referências à entidade, e à sua fecunda atuação anticomunista. E a obra escrita do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, desde 1929 até o presente, atinge cerca de 2.300 títulos publicados, entre livros e artigos para a imprensa, e já foi objeto de uma tese de mestrado defendida, em 1984, na Universidade de São Paulo, pelo Prof. Lizânias de Souza Lima. Também trataram longamente de certos episódios relevantes da atuação de Plínio Corrêa de Oliveira, como homem público, duas teses

sociedade contra a qual escreve, não é tratada no seu livro.

O sr. J.A.P. sente uma necessidade de alma de certos “valores” para seu bem-estar, para seu equilíbrio interno, e isso é o que lhe importa. Seu campo de visão é principalmente interior e, se transborda um pouco deste, é para se estender apenas à realidade concreta e imediata que o circunda.

Assim, não lhe interessam os grandes lances públicos da TFP, os métodos que usa nesses lances, os êxitos que transformaram sucessivamente um pequeno grupo inicial de amigos católicos residentes em São Paulo em uma organização de âmbito nacional e já agora com irradiação internacional. Como também não lhe interessam os reveses — por vezes dramáticos — que a TFP vem enfrentando, ao longo de sua vida, e que conferem particular marca de autenticidade à sua empolgante luta.

Tudo isso, tão revelador do íntimo da entidade, o sr. J.A.P. não o vê: está fora do âmbito imediato de sua pessoa. Como também não lhe interessa saber se a TFP está efetivamente opondo barreiras ao avanço do comunismo, se os métodos que ela usa para tal são lícitos e eficazes, se ela aproveita bem o potencial considerável de dedicações e de recursos com que conta etc. É que tudo isto pertence ao mundo externo. E esse mundo só lhe interessa na limitada medida que lhe diz respeito pessoalmente.

de doutoramento, aliás bastante polêmicas. A primeira delas foi apresentada em 1971 pela Profa. Margaret Patrice Todaro, na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, sob o título: *Pastors, Prophets and Politicians: A Study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945*; a segunda, defendida em 1981 por Fr. José Ariovaldo da Silva O.F.M., no Instituto Litúrgico do *Anselmianum*, em Roma, versava sobre *O movimento Litúrgico no Brasil — Estudo Histórico* e, com esse mesmo título, foi publicada pela Editora Vozes (Petrópolis, 1983, 399 pp.).

Só um tema lhe interessa. Só a um se refere. Esse tema é ele próprio: o que sente, como o tratam, o que lhe dizem etc.

Em última análise, é ele, e não a TFP, o tema essencial de seu livro, escrito, na aparência, sobre a TFP.

3. O sr. J.A.P. na TFP: processos paralelos e contraditórios — integração e crise

Algum tempo depois dos primeiros contatos com a TFP, participa ele de uma Semana de Estudos promovida por esta em São Paulo. É nessa ocasião que decide consagrar a vida aos ideais da entidade. No relato que faz de uma decisão tão grave para ele, sobressai mais uma vez seu espírito impressionável e pouco afeito à lógica e ao raciocínio:

“Essa escolha eu a fiz com convicção quando assisti a uma conferência do professor Plínio, encerrando o primeiro congresso do qual participei. Nesse congresso assistimos a palestras e participamos de debates

“A doutrina, porém, foi o que menos me despertou a atenção. O que mais me tocou foi a proximidade com pessoas que buscavam o mesmo que eu, que se entusiasmavam com as coisas que me sensibilizavam desde a infância. As músicas, os símbolos — todo o ambiente, enfim” (GV p. 38).

Assim, vai ele deitando raízes à sua moda na TFP, a ponto de, a conselho de elementos desta, mudar-se para Curitiba, e passar a residir na sede que a Sociedade ali mantém.

Contudo, nesse processo de radicação — jamais será suficiente notar — ele já entra com a alma dividida. É que os peculiares anseios do sr. J.A.P., não foi só a TFP que lhos contentou. Fôra também — de outro modo — “Suzan”, colega sua em Londrina, com a qual mantivera um namoro que ele qualifica de “ingênuo e virginal” (GV p. 18).

Ainda em Londrina, a TFP o convidava a dedicar toda a existência a um ideal de cruzado. “Suzan”, possivelmente para conservar o namorado, tentou acertar o passo com a TFP ao longo das conversas com o sr. J.A.P. Porém ela não

conseguiu entender a Sociedade. O sr. J.A.P. a deixa quando vai morar em Curitiba. Mas leva consigo os nostálgicos langores de seu feitio de alma sentimental.

O gradual distanciamento verificado entre ele e a família constitui um fator a mais de sua divisão interna.

Ao freqüentar em Curitiba dois colégios sucessivos, é tratado com galhofeira hostilidade por colegas opostos à TFP. Três moças que cursam o mesmo ano que ele o submetem, em certa ocasião, a uma tentação obscena, à qual resiste. Não resiste, porém, à investida de “Marta”, outra colega, por quem tem uma atração sentimental que *“por se disfarçar sob a aparência de romantismo ingênuo e puro, seria capaz de neutralizar as resistências e conduzir-me fatalmente ao mesmo ponto, o sexo, o pecado”* (GV p. 93).

Também essa nova afeição sentimental lhe deixa nostálgicas divisões na alma: *“A impossibilidade de dar vazão ao que sentia em relação a Marta criara em mim um foco de atrito que se tornava latente, numa proporção crescente, deixando-me ainda mais atribulado devido à ruptura com minha família”* (GV p. 96).

Por outro lado, ao mesmo tempo que a TFP o vai maravilhando com a descrição (por ele vista com utopismo emocional) da Idade Média e as esperanças luminosas do vindouro Reino de Maria — época de esplendor que, segundo aprendeu na TFP, sucederá à presente era de trevas — alquebra-o com afirmações nas quais esse grande subjetivista julga ver toda espécie de fantasmas de pânico e terror. Nessa mesma linha estariam os castigos com que Deus pune os pecadores já nesta vida, e sobretudo na outra, com os tormentos eternos do Inferno.

Desse modo, e mais de uma vez com implicitudes matreiras, o sr. J.A.P. descreve sua aproximação e conseqüente integração na TFP como um astucioso processo de “lavagem cerebral” (não usa a expressão em nenhum momento, mas tudo é dito para o leitor chegar a essa conclusão). Pois — singular vício de pensamento de um espírito requintadamente fantasioso e egocêntrico — o sr. J.A.P. imagina que tudo quanto os ambientes, as pessoas e os fatos produzem de im-

pressões nele, foi *evidentemente* disposto, dito e feito para produzir esse resultado.

De qualquer modo, nessa etapa do processo, vê ele formar-se dentro da alma um depósito de nostalgias pelo mundo que deixara. As recordações de “*Suzan*”, de “*Marta*”, da família distante, e a sexualidade que vê por toda a parte, e notadamente no colégio, vão deitando germes de divisão em seu interior.

Não tarda, pois, a se instalar nele o conflito interno entre esses dois pólos: o mundo real, que lhe parecia insípido, banal e até prosaico quando o deixara, e que agora, à distância, começa a lhe parecer atraente, e, de outro lado, o mundo maravilhoso da TFP, no qual vai adentrando, mas que começa a lhe pesar.

Daí sua evolução marcada por uma profunda divisão interna. E, presumindo-se modelo arquetípico de todos os jovens que, como ele, ingressaram nas fileiras da TFP, imagina que o drama interior que vive está necessariamente no caminho de todos.

4. Composição impossível

Em um espírito de feitiço lógico, o remédio para essa situação obviamente tensiva e desgastante consistiria na explicitação e ponderação dos prós e dos contras que se apresentavam em cada pólo de atração, e na elaboração de uma escolha, na fixação de um rumo a seguir de consciência tranqüila, com passo decidido, livre e varonil.

Não é de assombrar, porém, que com sua peculiar conformação psicológica, o jovem J.A.P., em vez de assim proceder, se deixasse dilacerar indefinidamente pela dúvida. E fosse tomado, desse modo, por uma crise nervosa... pela qual culpa a TFP. E chega, em conseqüência, segundo ele afirma em “OESP” de 30 de junho, “à beira da loucura”!

Aconselhado por amigos da TFP a tratar-se com competentes médicos em Belo Horizonte, ele se hospeda numa sede da entidade. Ora, nessa sede se hospedavam alguns ou-

tros sócios ou cooperadores da TFP que estavam em Belo Horizonte para fazer tratamento de saúde gratuito ou a preços muito reduzidos com conceituados profissionais de especializações diversas. E o sr. J.A.P., muito à maneira dele — isto é, tendo-se em conta de indivíduo arquetípico — imagina que aquela sede se destinava exclusivamente a alojar doentes com distúrbios análogos aos seus.

O tratamento não resolve seu caso, o que também não pode espantar, pois não raras vezes temperamentos introspectivos e imaginativos, afeitos a alimentar e a cultivar seus próprios problemas, em lugar de colaborar com a cura, criam obstáculos a esta. Ele se sente cada vez pior. As saudades da vida mundana aumentam. O desejo de permanecer na TFP vai minguando aos poucos. E com isto a divisão interna se agrava.

A própria TFP o aconselha a cessar a sua participação integral na vida da entidade, e a seguir uma via conforme com suas novas disposições de alma, dentro dos princípios estabelecidos pela moral católica para os que não se sentem chamados a uma vocação especial. E se empenha em sustentá-lo passo a passo no percurso dessa via, com uma afabilidade e uma solicitude que ele narra em linhas muito gerais, mas sem uma palavra de agradecimento. Ao longo desse desligamento progressivo da entidade, a efervescência da sensualidade se acentua entretanto cada vez mais, até chegar por fim à cena torpe do último capítulo, em que é descrita sua ida a um prostíbulo de Londrina.

Pari passu, todas as antigas afinidades com o maravilhoso da TFP vão morrendo na alma dele: “*Perdia gradualmente a fé no ideal, ideal que iluminara minha adolescência e tumultuara o início de minha juventude*” (GV p. 185). Mais uma vez, nessa “*perda da fé*”, os problemas doutrinários parecem ter pouca influência. O grande papel toca às impressões, emoções e sensações.

Em outros termos, esse minguamento da “*fé*” não parece resultar de dúvidas doutrinárias, mas apenas de fatores psicológicos e subjetivos, de tal forma que ele, em depoimento à “*Folha de S. Paulo*” (29-6-85), declarou, à guisa de expli-

cação: *“Foi um processo muito lento e doloroso de abandono. Pouco a pouco, sentia que meu entusiasmo já não era o mesmo. Não racionalizei, foi da mesma forma como entrei, inconsciente, e irresistível”* (4).

Freqüentando cada vez menos a TFP, ele se sente reintegrado aos poucos no ambiente neopagão do mundo contemporâneo. Assim vai cessando a solicitação entre os dois pólos opostos. A crise desaparece — narra ele — e lhe volta um estado de alma que reputa equilibrado: *“Superado o trauma e com os nervos em ordem, recuperei, nesses oito anos, as potencialidades que desabrochavam em minha adolescência e que foram, em parte, sufocadas pela TFP”* (GV p. 200). Ele parece, pois, satisfeito com o retorno a esse ambiente do qual se retirara outrora enfastiado, para não dizer enojado. E com o qual acaba por se reconciliar.

5. Uma solução de caráter eminentemente psico-coletivista

Toda essa novela autobiográfica, a par de uma furiosa ofensiva contra a TFP, é, como se vê, uma como que apologia velada do mundo atual neopagão, objeto de severíssima crítica desta entidade.

(4) Como se vê, a narração do sr. J.A.P. abstrai, ou quase tanto, do livre arbítrio que, segundo a doutrina católica, o homem tem. Quanto mais robustecida a vontade pelo uso virtuoso desse livre arbítrio, tanto melhores as condições para, numa crise como a descrita por ele, chegar a bom termo. Isto é, à recuperação da paz interior e da normalidade.

Diz o sr. J.A.P. que rezou muito (cfr. GV pp. 169, 182-183). Porém o Céu não o escutou. A TFP, também não conseguiu ajudá-lo. A conclusão seria que a culpada por ação e omissão teria sido a TFP; e o culpado por omissão teria sido Deus, surdo às muitas e aflitas preces do sr. J.A.P. Sem culpa, mero paciente e juguete das circunstâncias, só ele!

Com efeito, para o sr. J.A.P., este mundo é como é. E, se não for aceito como tal, se não se viver nele participando dele como ele é, se entrará no caminho da irrealidade, da severidade, da repressão e do fanatismo. É o que faz, segundo o sr. J.A.P., a TFP. Ao longo da trajetória, haveria grave risco de se cair na vertigem das crises nervosas, rumo ao desequilíbrio. É o que lhe teria acontecido.

Remédio? Voltar ao neopaganismo contemporâneo. Aceitá-lo. Ajustar-se a ele. Deixar-se amoldar por ele. De boa mente aceitar-lhe até os defeitos, inclusive na sua expressão mais repulsiva. A obscenidade, por exemplo. A sujeira. As contradições. Então as tensões internas desaparecem (5).

Aceitar também o colaboracionismo em relação ao pólo vermelho, para o qual marcha o Ocidente, ao invés de se aferir, como a TFP, na posição anticomunista? Por que não? É preciso superar todas as divergências, aprendendo a conviver com os opostos. Tese, antítese, síntese... (6)

Importa notar o caráter eminentemente psico-coletivista no qual parece desembocar, muito discretamente, a novela autobiográfica desse subjetivista infrene que é o sr. J.A.P.

O mundo atual — como se explanará mais detidamente no Capítulo X — constitui, para ele, o ponto de regresso e de recuperação que ele descreve, não porque tenha as

(5) Em agosto de 1984, quase um ano antes do lançamento de *Guerreiros da Virgem*, “Brasil Extra”, órgão da chamada “imprensa alternativa”, de São Paulo, publicou uma fotografia do sr. J.A.P. com breve texto do qual se destacam as frases seguintes: *“Este homem passou seis anos dentro da TFP ... e agora escreve as últimas páginas de um livro — O Guerreiro da Virgem. Não quer revelar seu nome, por enquanto. Está com medo. Este homem procura apartamento para se instalar definitivamente em São Paulo. Evita certos bairros e se entusiasma quando encontra um perto da boca do lixo, zona de prostituição. Ali sente-se seguro”*.

(6) Segundo o “Jornal do Brasil” (18-7-85), o sr. J.A.P. *“garante que hoje tem a cabeça aberta para quaisquer soluções políticas, sejam as de direita, de esquerda ou de centro”*.

qualidades e os defeitos que tem, mas simplesmente porque é o mundo. Porque é todo-o-mundo. Porque é a sociedade dos humanos, na qual há que viver em harmonia, sob pena de resvalar para o sombrio abismo das neuroses ou das psicoses.

Em última análise, cumpre aceitar a ditadura psíquica de todo-o-mundo, como que deixar-se “dominar o cérebro” por todo-o-mundo, ou então perecer.

E os que se opõem a essa ditadura, os inconformes, são loucos e causadores de loucura. Para estes não pode haver liberdade, neste século de democracia...

6. O preço da solução

Mais especificamente, essa “reconciliação” do sr. J.A.P. com o mundo atual teve um preço. As trivialidades, os prosaísmos, as imoralidades, as obscenidades desse mundo, não mais o desagradam hoje. Ele os aceita, os assume. Ele já não os vê como verdadeiramente contraditórios com os fatores positivos que existem nesse mesmo mundo. Pois onde a contradição deve ser assumida e aceita como tal, não há verdadeira contradição, isto é, não há contradição antagônica. Pelo contrário, fatores positivos e negativos devem conviver compensadamente. E é do fato de aceitar essa convivência que resulta para ele o “equilíbrio” descontraído e sem terrores.

Por isso mesmo, a concepção católica tradicional, distinguindo claramente entre verdade e erro, entre bem e mal, e vendo a ambos em oposição perpétua, parece-lhe irreal (7). É tensiva. Produz desequilíbrios que podem dar origem a neuroses e psicoses.

A realidade que traz tranqüilidade a seu espírito timo-

(7) A “religiosidade” que tem hoje o sr. J.A.P. está em inteira coerência com sua nova filosofia de vida: *“Admirar um pôr-do-sol,*

rato e securitário é a mescla compensada entre verdade e erro, bem e mal. O sorriso descontraído diante do comunismo (que “não virá”, ou que “em última análise não é tão mau”) é o efeito desse “equilíbrio”.

Morreu nele o “guerreiro da Virgem”, o militante anticomunista dos outros tempos.

E por isso ele se apresenta ao público apadrinhado muito caracteristicamente por um escritor que se afirma egresso do comunismo, como o sr. J.A.P. é egresso da TFP e do anticomunismo.

Só que o sr. J.A.P. deixou inteiramente o anticomunismo. Seu padrinho, ao que parece, se deixou o comunismo, não foi para ir morar muito longe dele.

um belo corpo feminino ou o gesto generoso ou desinteressado de alguém é uma atitude de religiosidade mais profunda e pura do que rezar um terço mecanicamente. Não vou freqüentemente à missa” (“*Jornal do Brasil*”, 18-7-85).

Para a “*Folha de S. Paulo*” e a “*Folha da Tarde*” de 29-6-85, o sr. J.A.P. declarou que “*nunca mais foi a uma missa*” após ter deixado a TFP. E na “*Folha da Tarde*” da mesma data referiu-se ao mártir São Sebastião com uma observação blasfema, que a decência não permite reproduzir aqui.

CAPÍTULO II

Sob a insinuante aparência de imparcialidade e bom humor, um furibundo libelo de acusações difusas, muitas vezes inexplícitas, mas sempre bem concatenadas

Ao narrar com aparente naturalidade os variados lances de sua novela autobiográfica, o sr. J.A.P. vai pouco a pouco inoculando, no espírito do leitor desprevenido, suas acusações contra a TFP.

Talvez porque receasse insucesso análogo ao de outra recente investida contra a entidade, preferiu não adotar o mesmo estilo destemperado, mas optou por um modo de exposição como que sorridente. Procura ele dar a impressão de que nada tem de apaixonado e iracundo, e vai rememorando os fatos até mesmo com certa bonomia, com aquela forma de sorriso dulçuroso que alguns cétricos costumam adotar quando querem mostrar ares de imparcialidade para melhor demolir um adversário.

Mas, raspada essa pequena camada de açúcar, o leitor sente todo o azedume das acusações efervescentes de ódio do autor de *Guerreiros da Virgem*.

1. Os pontos capitais da acusação do sr. J.A.P. à TFP

Quais são precisamente as acusações do sr. J.A.P. à TFP?

Posto que a técnica utilizada pelo sr. J.A.P., ao montar seu libelo, consiste muito mais em insinuar do que em explicitar as acusações, cumpre formulá-las, adequada e ordenadamente, para que a TFP possa assim sistematizar sua própria defesa.

O libelo acusatório do sr. J.A.P., visto em suas linhas gerais, se desdobraria nos seguintes pontos:

A. Seita de caráter iniciático

O combate ao comunismo seria a finalidade com que a TFP se apresenta ao público. Mas, por trás dessa, haveria outra mais profunda, que só aos poucos iria sendo revelada aos iniciados. Para estes, a entidade se inculca como uma organização profética, que se desenvolveria à margem da Igreja, mas com a missão de salvar a própria Igreja, restaurar a civilização cristã e implantar um utópico Reino de Maria, era de ouro da humanidade, durante o qual os membros da TFP teriam ascendência sobre Papas e Reis.

Nesta visualização, a TFP seria, pois, uma seita de caráter iniciático, que ocultaria seus verdadeiros fins e que, na realidade, pretenderia se sobrepor à Igreja e ao Estado. Toda a atuação da entidade não visaria, em última análise, senão isso, tudo para satisfação de um líder insaciável de mando e de homenagens, ao qual se prestaria um culto clandestino.

B. Aliciamento de adolescentes por meio de maquiavélicos métodos de “lavagem cerebral” ou de “manipulação do subconsciente”

Esse objetivo, obviamente sacrílego e infame, a TFP o alcançaria em escala cada vez mais ampla, multiplicando suas fileiras por meio de um sutil processo de aliciamento e iniciação.

Esse processo comportaria desde técnicas capciosas de “manipulação do subconsciente” até conversas iniciáticas em que os arcanos da entidade iriam sendo pouco a pouco revelados, o que, no conjunto, constituiria um requintado método de “lavagem cerebral”.

Os alvos dessa operação seriam em geral adolescentes, com idéias ainda em formação, e portanto incapazes de resistir a esse maquiavélico processo.

Como resultado da aplicação desse processo, os jovens e adolescentes teriam sua mentalidade e convicções anteriores “lavadas” e substituídas pelas da TFP, e ficariam assim definitivamente dominados e engajados na “seita”, da qual só muito dificilmente e com grande sacrifício se conseguiriam libertar.

C. Isolamento da família e afastamento dos ambientes naturais

Condição necessária para esse processo de integração na entidade seria o gradual afastamento do jovem de seus ambientes naturais: da família, que seria sempre e necessariamente mal vista pela TFP, dos círculos de amizade, e até da cidade natal. Os neófitos seriam dessa forma induzidos a viver confinados nos ambientes da associação, quase sem contato com as pessoas de fora, as quais seriam também sempre e necessariamente mal vistas pela TFP.

D. Tratamento de choque, disciplina férrea e exercícios paramilitares, para quebrar a personalidade anterior e formar o “tefepista” típico, “robotizado”

Mesmo depois de ter dado sua adesão à TFP, o neófito conserva traços de sua personalidade anterior. Importa extirpá-los. Para isso o jovem ou adolescente seria submetido a tratamentos brutais e arbitrários — verdadeiros tratamentos de choque — que, completados com uma disciplina férrea e exercícios paramilitares, o transformariam no “te-

fepista” típico, despersonalizado, achatado e reduzido a autômato, numa palavra, “robotizado”. Assim o jovem neófito se tornaria receptivo a todas as doutrinações, obediente a todas as ordens, atuando dócil e submisso nas campanhas promovidas em vias e praças públicas pela entidade.

O jovem teria assim alcançado aquilo que na TFP se apresentaria como a perfeição suprema, isto é, a identificação com o espírito do líder, e que na realidade nada mais seria do que a despersonalização completa. A tal o teria conduzido a “lavagem cerebral” praticada pela entidade.

Prova disso seria a formação de um novo tipo humano, característico da TFP, uniforme no modo de pensar, de agir e até de vestir, que permite distinguir de longe o sócio ou cooperador da entidade.

E. A vida do sócio ou cooperador da TFP sob constante terror

No processo de “lavagem cerebral”, ocuparia papel de relevo o terror que a TFP incutiria nos seus adeptos a propósito de múltiplos aspectos da vida do homem de hoje.

a) Pânico da atuação das forças secretas

O mundo contemporâneo está em crise. Esta é uma afirmação banal, mas que a TFP exploraria em seu favor apresentando-a como resultado da ação de forças secretas que conspiram, sob o bafejo do demônio, para destruir a Igreja e a civilização cristã. Com essa concepção conspiratória da crise do Ocidente, a TFP criaria, em seus ambientes internos, um clima de terror propício à “lavagem cerebral”.

b) Pânico de uma hecatombe de proporções universais

Descrevendo, assim, o mundo contemporâneo em crise e com os riscos da inteira destruição a que se acha exposto,

não só pela eventualidade da guerra atômica, mas por outros fatores ainda, a TFP provocaria no “iniciando” um **terror-pânico**. Terror, aliás, singularmente agravado, em uma perspectiva religiosa, por efeito das revelações de Nossa Senhora ocorridas no ano de 1917 em Fátima, as quais anunciaram o advento do comunismo no mundo inteiro, com ainda outros cataclismos, caso a humanidade se obstinasse em prosseguir na via da impiedade e da corrupção, em que já então caminhava. Feixe de flagelos convergentes, que constituiria, na linguagem caseira da TFP, a *Bagarre*, um castigo enorme que atingiria toda a humanidade.

c) Pânico das penas do Inferno

A este terror se somaria outro. O dos castigos eternos com que Deus pune cada pecador que não abandone, até o momento da morte, o caminho de perdição eterna no qual se tenha posto. Castigo este mais terrível ainda do que os outros, e apontado igualmente por Nossa Senhora, na famosa revelação que constitui o primeiro Segredo de Fátima, em que fez ver incontáveis almas impenitentes precipitadas por isso no Inferno.

d) Pânico do pecado em geral, e do pecado contra a castidade em particular

Entre o pânico da hecatombe universal (*Bagarre*) e o pânico das penas eternas do Inferno, a TFP incutiria também, no “iniciando”, um terror angustiante do pecado individual, causa de um e de outro castigo. E notadamente o pânico de cair no pecado da carne, em que, na vida comum de hoje, tão cheia de insídias para a moralidade dos homens, pode sucumbir qualquer um, e em que sucumbiu, aliás várias vezes, o sr. J.A.P. Do que — diga-se de passagem — dá três descrições próprias a figurar com realce em qualquer publicação pornográfica das mais desabridas (cfr. GV pp. 40-41, 90 a 92 e 190 a 193).

F. Fábrica de doentes nervosos e de loucos

Então se compreende como a todo este processo não ficaria imune a saúde do sócio ou cooperador da TFP, que acabaria freqüentemente com os nervos abalados e aos bordos da loucura, na qual por fim adentraria se dela não escapasse oportunamente. Por isso o livro do sr. J.A.P. afeta ter por objetivo prevenir os jovens sujeitos à atração da TFP, para que não se deixem seduzir e nela não entrem.

Para condensar numa única frase todo o extenso corpo de acusações do sr. J.A.P., pode-se dizer que, segundo ele, **a TFP é uma seita de caráter iniciático que, por meio da “lavagem cerebral”, produz efeitos altamente danosos sobre seus integrantes.**

2. Conclusão contrária à evidência

Essa a descrição dos nervosos e tristonhos autômatos, que o sr. J.A.P., desrespeitando a evidência dos fatos, não hesita em fazer ao público, como sendo a das pessoas formadas pela TFP. Parece ele não se dar conta de que o mesmo público teve, tem e terá inúmeras oportunidades, no Brasil inteiro, de contatos pessoais com sócios e cooperadores da TFP, quer quando estão altaneira e denodadamente em ação, nas ruas e nas praças de nossas cidades, quer quando percorrem em alegres grupos — a serviço ou em passeio — as vias e logradouros públicos dos lugares onde moram. E que estes contatos desmentem de modo clamoroso o retrato do robô que ele procura inculcar como sendo o dos elementos da TFP.

Com temperamento fortemente sujeito à angústia e ao medo (cfr., por exemplo, GV pp. 14, 97, 157, 161-162), o sr. J.A.P. parece só ver como causa de tanto idealismo e de tão autêntico heroísmo... o terror e o pânico!

3. Uma lição que teria sido útil considerar — o brasileiro que o sr. J.A.P. não conhece

Para compreender a inverossimilhança dessa sua tese, especialmente em se tratando de jovens brasileiros, teria sido aconselhável que o sr. J.A.P. considerasse, antes de escrever seu livro, aquele dito atribuído a um antigo guerreiro português.

Ter-lhe-iam perguntado, depois da batalha de Aljubarrota (1385), como o Condestável de Portugal, Bem-aventurado Dom Nun'Alvares Pereira, à testa de uma tão diminuta tropa, conseguira vencer um tão mais numeroso exército de adversários. Ao que o guerreiro, bom conhecedor da alma de seu povo, teria dado esta resposta: *Nosso Rei venceu porque seu exército não é de soldados, é um exército de filhos!*

Aí está a explicação bem lusa — e bem brasileira — da psicologia nacional que o sr. J.A.P. não soube interpretar. Posto ante os lances de destemor e intrepidez dos jovens da TFP, ele se perguntou como se originariam na mentalidade deles. E só encontrou como explicação o terror que ele sentiu ante certos aspectos da TFP. Ignora ele, infeliz, que não é o terror que suscita os verdadeiros heróis. É o amor. E, mais, ignora que, na alma do brasileiro, a brutalidade, o mau-trato, as ameaças não conduzem à submissão, mas às exacerbações do brio malferido, ao revide, à inconformidade e à justa revolta.

Está ele tão longe de o entender que, mesmo quando tratado com a consideração e o afeto que se deve a filhos (cfr. GV pp. 163 a 181 e 193-194), ao longo da sua crise pontilhada de infidelidades e de quedas morais, que desfechou na cena final de que dá uma complacente e sórdida descrição (cfr. GV pp. 190 a 193), não percebeu que a conduta da TFP em relação a ele esteve constantemente nos antípodas do terror do qual se diz vítima.

Pois foi uma conduta caracteristicamente cristã, impregnada de bondade brasileira, continuadora genuína da afetividade lusa.

Até o último momento, foi tratado como filho. Apesar de merecer a expulsão, foi convidado a se reerguer moralmente, e foi-lhe facultado continuar a freqüentar as sedes da entidade apesar de seu comportamento moral já não condizer com tal.

Essa a norma de procedimento vigente na TFP, que foi usada para com ele mesmo, e que, não obstante, ele procura agora detratar.

CAPÍTULO III

Para disfarçar a ausência de provas, sutis destrezas de exposição

1. Um acusador que é a única testemunha e se pretende o único juiz

O sr. J.A.P. conta a história, toda interna, das reações de um jovem, próprio a ser classificado como integrante de certa faixa de psicologias existente na juventude hodierna. Esse jovem-tipo é ele mesmo.

Tendo ingressado na TFP em 1971, permaneceu nela dos 15 aos 21 anos, ou seja, até 1977. Refletindo agora — cerca de oito anos depois — sobre sua trajetória psicológica dentro da TFP, se afigura a ele ter sido sua mente objeto de toda uma série de manipulações concatenadas, por parte desta Sociedade. Tais manipulações teriam por escopo produzir nele certas mudanças interiores, a fim de o transformar em um “tefepista” total.

Subjetivista como é, e tendente a se imaginar no centro dos acontecimentos (cfr. Cap. I), o sr. J.A.P. se tem na conta de jovem típico ou até arquetípico do recrutando da TFP. E daí infere que análogo processo mental, se aplicado a

outros jovens, teria de produzir sobre eles análogo efeito.

E dado que qualifica de altamente nocivos os efeitos desse processo, ele se considera no caso de denunciá-lo para o bem de tantos outros jovens. É o que ele diz ter pretendido ao publicar *Guerreiros da Virgem*.

Ora, todo espírito sensato que se disponha a ler uma denúncia baseada na narrativa de uma experiência pessoal se coloca naturalmente a questão: **quais as provas dos fatos alegados para estear tal acusação?** Pois, a não serem elas suficientes, o livro não será uma autobiografia, mas mera novela.

Dado que, segundo o autor, a TFP recruta principalmente jovens com peculiar mentalidade — da qual ele é um tipo — e esses jovens seriam submetidos a uma ação análoga à que ele teria sofrido, dever-lhe-ia ser fácil conseguir entre outros egressos da TFP depoimentos numerosos e concordantes entre si, que lhe corroborassem a denúncia.

Se bem que, em matérias polêmicas como essa, depoimentos concordantes entre si — quer sejam eles favoráveis, quer contrários a determinada tese — não são necessariamente conclusivos. Com efeito, várias pessoas, levadas pela paixão ou pelo interesse, podem concertar entre si de prestarem o mesmo depoimento falso.

Assim, mesmo esse recurso — que o sr. JAP se exime muito prudentemente de seguir — teria sido para ele de um proveito dos mais duvidosos, à vista de toda a refutação desenvolvida neste livro.

Em todo caso, a apresentação de testemunhas teria pelo menos evitado ao sr. JAP o escolho preliminar com que esbarra o seu arrazoado. É a ausência de credibilidade da testemunha única, que depõe em abono da tese que ela mesma sustenta.

Em vista dessa falha fundamental, é muito plausível que se o sr. JAP tivesse dirigido análogas acusações contra outros contendores que não a TFP, vários dentre estes se tivessem absterido de toda a argumentação restante, como a que esta Sociedade cuidadosamente a seguir desenvolve. “Apresente outras testemunhas ou cale-se” — ter-lhe-iam objeta-

do esses opositores. O que não seria muito diferente de dizer: “Cresça e apareça”.

É a própria TFP provavelmente também a isto se cingiria, se não estivesse cronicamente às voltas com a ferocidade publicitária de certo macrocapitalismo de esquerda ou de centro-esquerda, o que a obriga a cuidados especiais (cfr. tópico 7 adiante).

De qualquer forma, importa sublinhar desde já a objeção preliminar que o depoimento do sr. JAP suscita.

A história que ele conta é exclusivamente a do que *ele* viu, do que *ele* ouviu, do que outros (uns poucos) disseram ou fizeram a *ele*, e das reações interiores que *ele* sentiu.

Nas poucas vezes em que alarga algum tanto o âmbito prevalentemente subjetivo e interior de sua narração, quase sempre menciona dados inexatos e fáceis de desmentir (cfr. por exemplo, GV pp. 29, 30-31, 67, 144-145).

Assim, para provar a existência de iniciações na “seita” TFP, o autor cita uma série de conversas com sucessivos “iniciadores”. Cada uma dessas conversas, porém, ele a narra com tal luxo de pormenores e subtilezas de expressão, que qualquer pequeno lapso de memória quanto a esta ou aquela palavra tornaria inexpressiva e vazia a suposta iniciação.

Ele se dá bem conta de que, decorridos mais de dez anos, não pode lembrar-se de tudo isso, nem dar a exata seriação em que os diálogos se seguiram. Imaginando remediar essa tão grave carência, ele optou por vaziar as suas recordações sob a forma de diálogos imaginários, e aliás inverossímeis, pois cada interlocutor fala como se estivesse numa cena de teatro. Isto é, com tal método, que uma parte só interrompe a outra no ponto certo, e jamais desvia o assunto. Procedimento este mais do que incomum na conversa habitualmente vivaz de jovens brasileiros.

No entanto, o sr. JAP teve a intenção de descrever por esse processo diálogos iniciáticos, em que precisamente o caráter de iniciação se infere da artilosa matização de conceitos e de linguagem com que o iniciante vai preparando o espírito do iniciando, em função das reações deste último, naturalmente imprevisíveis mais de uma vez.

A mesma coisa dita *ex-abrupto* poderia não ter o caráter iniciático, e o adquire em conseqüência dessa matização.

Assim, se os diálogos registrados pelo sr. JAP são imaginários quanto à forma, tal implica em reconhecer que a prova desse caráter iniciático é, ela mesma, imaginária. Pois ainda que os diálogos preservassem “a máxima fidelidade ao conteúdo”, como pretende o sr. JAP (GV Advertência 2, p. VI), eles não serviriam de prova do método iniciático que ele visa denunciar.

Ora, o sr. JAP é muito insistente neste ponto. Ele insinua continuamente a existência de todo um método psicológico de revelação iniciática maquiavelicamente gradual, que estaria em uso na TFP. E, para fazer o leitor “sentir” esse método... põe-se a figurar diálogos numa forma imaginária!

Sempre incorrigível subjetivista, parece não lhe ocorrer a natural objeção: se ele não se lembra das palavras, nem sequer possui simples apontamentos sobre esses diálogos, como pode garantir, por essa reconstrução fictícia, que está reproduzindo o método? E, ademais, que o está fazendo com “a máxima fidelidade ao conteúdo”?

A palavra *máxima* é muito categórica. E compromete a fundo o autor. Ou este quer dizer “fidelidade absoluta”, ou “a maior fidelidade possível”.

Se quer dizer “fidelidade absoluta”, o sr. JAP imagina ter conseguido um resultado impossível. Ou pelo menos tão árduo, que não se pode admitir — sem outras provas — que o tenha obtido.

Se quer dizer “a maior fidelidade possível”, isso importa no reconhecimento de que se trata de uma fidelidade apenas parcial, incompleta, relativa. Neste caso, qual o valor de prova de uma tal narração?

Isto ponderado, o leitor se perguntará naturalmente: o que distingue essa sua narração de uma novela?

E que credibilidade podem ter esses diálogos — verdadeiros diálogos de teatro! — que ele apresenta?

Tais perguntas parecem nem sequer vir ao espírito do sr. JAP. Dir-se-ia que lhe soariam inesperadas e extravagantes. *Pedriali dixit*. Como então duvidar?

Na essência, em sua história-libelo, é ele o *único* narrador e, ademais, pelo menos no que há de capital, a *única* testemunha, o *único* acusador e o *único* juiz!

Um libelo de força persuasória inexistente, portanto, pois como diz o velho aforismo do Direito, “*testis unus, testis nullus*” (uma só testemunha equivale a nenhuma) (1).

Pode dizer-se, para atenuar a fundamental invalidade da narração do sr. JAP, que, pelo menos, é ele uma testemunha direta. Pois esteve dentro da TFP e narra sua experiência pessoal.

Isso não remedeia o fato de que ele é, no caso, o “*testis unus*”, irremediavelmente insuficiente.

Uma testemunha direta *conhece* a verdade. Mas tem tanto a possibilidade de a dizer, quanto de dizer o contrário.

(1) Sentindo provavelmente a carência do valor documentário do depoimento de uma só testemunha, o sr. JAP resolveu consagrar o livro “*à memória de Ricardo, meu primo, que também passou por esta experiência*” (GV p.VI), deixando entrever que antes de morrer esse jovem cooperador da entidade, dele recebera confidências acerca de sua própria experiência na TFP, análogas às suas.

Essa confirmação viria, pois, de... um morto!

A esse respeito cumpre esclarecer que o sr. Ricardo Pedro Romagnolli, efetivamente primo do sr. JAP, frequentou a TFP sucessivamente em Londrina, Curitiba e Porto Alegre, entre 1971 e 1982. Neste ano faleceu num banal desastre de motocicleta, naquela última cidade. Tinha então 23 anos.

Bem ao contrário de seu primo, o jovem Romagnolli foi continuamente um modelar cooperador da TFP. E sua conduta jamais apresentou sintomas que deixassem entrever nele a crise que o sr. JAP descreve em si mesmo, tão fantasiosamente, nas páginas de *Guerreiros da Virgem*.

As relações da TFP com a digna Família Romagnolli foram sempre das mais cordiais. E é com o beneplácito dela que é publicada a presente nota.

Assim, sua alegada condição de testemunha direta *não basta* para fazer dele uma testemunha *ipso facto* suficiente.

2. Ademais, uma testemunha suspeita

Acresce que o sr. JAP é um egresso da TFP. E que valor tem, em casos como esse, o depoimento difamatório de um egresso? Se é verdade que, de um lado, este dá o depoimento de sua experiência, ele é levado, de outro lado, a fazer a crítica dessa experiência à vista das razões pelas quais se afastou da entidade, e se transformou em inimigo dela. O que torna seu testemunho, *a priori*, suspeito de parcialidade.

Depoimentos de egressos — sobretudo quando são vários e não apresentam contradições de fundo entre si — podem, sem dúvida, ser tomados em consideração, mas não podem ser aceitos como o de testemunhas suficientes e indiscutíveis. É o que ponderam com perspicácia, quanto a depoimentos análogos aos do sr. JAP, os Professores David G. Bromley, Anson D. Shupe Jr. e J. C. Ventimiglia, da Universidade do Texas:

“O papel do apóstata, que tem sido largamente negligenciado pelos sociólogos, tem um peso significativo para desacreditar um grupo dissidente e para justificar medidas de controle social. Como um indivíduo que abandonou a fé à qual aderira anteriormente, o apóstata é uma valiosa fonte de informação e pode representar o papel de testemunha ‘astro’ em processos públicos ou em campanhas de propaganda contra o grupo. Pode revelar atividades e segredos internos do movimento, de forma a confirmar as suspeitas e as alegações contra este, condená-lo com um conhecimento e uma certeza que os de fora não podem ter, e reafirmar os valores da sociedade convencional, ao confessar voluntária e publicamente o ‘erro’ ou seus caminhos.

“Os apóstatas contribuem substancialmente para o teor inverossímil dos contos de atrocidades. Tendo desprezado os valores do sistema dominante, o apóstata dificilmente pode esperar reconquistar sua aceitação na sociedade conven-

cional mediante simples manifestação de que já perdeu o interesse pelo grupo dissidente. Cabe a ele mostrar, de modo convincente, que sua reafirmação dos valores dominantes é autêntica, que ele compartilha com os demais os sentimentos de desaprovação em relação àquele grupo, e que seu compromisso anterior não era sincero.

“Juntamente com uma confissão pública aceitável, o apóstata sente provavelmente alguma necessidade de explicar sua própria conduta. Outros poderão perguntar: se o grupo é tão manifestamente mau como ele agora afirma, por que ele abraçou essa causa anteriormente? Na tentativa de explicar como fôra seduzido, e confirmar os piores temores em relação ao grupo, o apóstata é levado a pintar uma caricatura do grupo, que é elaborada mais pela sua condição atual de apóstata, do que por suas reais experiências do grupo” (The Role of Aneudoctal Atrocities in the Social Construction of Evil, in DAVID G. BROMLEY & JAMES T. RICHARDSON [ed.], *The Brainwashing / Deprogramming Controversy: Sociological, Psychological, Legal and Historical Perspectives*, The Edwin Mellen Press, New York-Toronto, 1983, p. 156).

Essas ponderações valem inteiramente para o sr. JAP.

Evidentemente, a par do depoimento dele podem ser mencionados os de elementos da TFP, pois que é no recinto desta, e em contexto com elementos dela, que o sr. JAP situa quase toda a sua narração.

Ora, os sócios e cooperadores da TFP, pela sua própria perseverança na entidade, constituem uma negação viva e contínua de quanto o sr. JAP depõe. Pois algum deles que admitisse como verdadeiras as narrações deste último, não teria outra coisa a fazer senão cortar ato contínuo qualquer liame com esta Sociedade.

As testemunhas da TFP depõem, portanto, em sentido contrário ao do sr. JAP. E não poderiam ser sumariamente ignoradas, embora pudessem ser argüidas de suspeitas pelos adversários da entidade.

Poderia alguém objetar que, dentro desta perspectiva, nenhuma associação de caráter ideológico poderia ser valida-

mente investigada, pela radical impossibilidade de obter testemunhas insuspeitas do que nela se passa.

Tal objeção não procede. A análise comparativa do grau de crédito a dar a cada testemunha segundo seus predicados intelectuais e morais, os cargos e funções que exercia, e as possibilidades maiores ou menores de conhecer os fatos, conferidos por essas funções, por fim a verificação da coerência entre os elementos constitutivos de cada depoimento etc. — tudo isto sem falar da inspeção da contabilidade, das publicações e dos arquivos da entidade — pode fornecer a uma investigação provas das mais concludentes. Por fim, cabe lembrar que *depoimentos favoráveis* à entidade, provenientes de egressos dela, se revestem de particular caráter de validade, pois sua condição normalmente os torna insuspeitos para tal.

* * *

Mas, perguntará algum leitor, a descrição que o sr. JAP faz de sua crise interior não é perfeitamente verossímil? E não é portanto digna de crédito?

Não basta algo ser verossímil para ser considerado *ipso facto* como demonstrado. Pois é normal que o sr. JAP reinterprete agora toda a história de sua passagem pela TFP segundo a nova criteriologia que adotou, e procure fazê-lo com aparências de verossimilhança.

Aliás, movido pelos reflexos de alma tão freqüentes nos que abandonam um ideal, certos fatos que lhe pareciam inteiramente normais no período de sua permanência na TFP, pelo menos até o início de sua decadência espiritual, ele agora não pode deixar de os ver com maus olhos e de os interpretar malevolamente. Pois, como diz o Evangelho, “o teu olho é a lâmpada do teu corpo. Se o teu olho for são, todo o teu corpo terá luz. Mas se o teu olho for defeituoso, todo o teu corpo estará em trevas” (Mt. VI, 22-23).

3. Para convencer sem provas, aparência de sinceridade e imparcialidade

Tudo isto posto, o caminho que restava ao sr. JAP, ao escrever seu livro, era “convencer” sem provas. O que só lhe seria dado conseguir junto a espíritos desprevenidos, e por isso propensos a aceitar a narração dele pela simples *impressão de sinceridade e de imparcialidade* que conseguisse causar.

Ora, para tal, o autor parece não ter omitido medidas:

a) O livro é um furioso e novelesco libelo acusatório contra a TFP. O que se comprova à vista do fato de que sua leitura convida o leitor crédulo a formar, acerca desta Sociedade, um juízo *global* inteiramente negativo. E isto sem embargo de um ou outro aspecto positivo que a narração “imparcialmente” deixa ver. O autor disfarça entretanto esse caráter de seu trabalho, colocando o principal de sua acusação no fim, quando o espírito do leitor, após ter ingerido toda a longa narração, está predisposto a crer na novela-libelo. Como já se notou antes, essa cautela talvez tenha sido motivada pela inocuidade, junto à opinião pública, de outra recente investida contra a TFP, vazada nos velhos métodos de ataques furibundos e com pretensões a grandiloqüentes.

b) O livro adota um sistema de exposição muito próprio a captar a confiança do leitor, pois o autor parece limitar-se tão-só a *narrar* os fatos que viveu ou que presenciou, fazendo-o com destrezas literárias próprias a dar a impressão de que esses fatos falam por si.

O método de exposição que ele emprega se aparenta mais com o gênero “conversa” do que com o gênero “tese”.

Os assuntos parecem fluir da pena do sr. JAP com a naturalidade repousada e descontraída de quem narra em uma roda de amigos suas recordações pessoais.

Isso lhe faculta passar através dos vários temas que aborda com velocidades diversas: lento e minucioso quando pretende causar efeito sobre o leitor (por exemplo, nas pp. 115

a 134, a longa e prolixa descrição da visita a uma das sedes da TFP em São Paulo, o Êremo de São Bento) (2) ou quando visa entretê-lo com algum episódio inesperado e lúbrico (GV pp. 40-41, 90 a 92 e 190 a 193). Pelo contrário, rápido e sumário quando quer evitar pormenores que poderiam depor contra suas conveniências (por exemplo, GV pp. 176 a 179). Na realidade, porém, todos esses artificios mal velam aos olhos do leitor experiente o caráter de verdadeira tese do livro.

c) A linguagem escolhida pelo autor também parece serena, branda. Em termos mais atualizados, dir-se-ia que ela é “espontânea” e “descontraída”. De princípio a fim, anima-a — como já se fez notar — o sorriso ligeiro e quase bonachão com que certos espíritos céticos e relativistas costumam adoçar o amargor das “experiências” pelas quais passaram, e até das injustiças que, ao longo dessas “experiências”, sofreram... ou imaginam ter sofrido.

(2) Em algumas sedes da TFP introduziu-se — por desejo dos sócios ou cooperadores que ali residem ou trabalham — um regime de silêncio fora das horas de reunião e de lazer, com vistas à obtenção de um clima de recolhimento propício ao trabalho ou ao estudo.

Quem primeiro sugeriu adotar esse sistema foi o saudoso membro do Conselho Nacional da TFP, Fábio Vidigal Xavier da Silveira, falecido em 1971. Alguns anos antes de falecer, o Dr. Fábio visitara o célebre *Êremo dell' Carcere*, lugar de recolhimento e oração perfumado pela presença sobrenatural de São Francisco de Assis, que o construíra. A recordação do *Êremo* de São Francisco entusiasmava o Dr. Fábio. E sua imaginosa vivacidade brasileira transpôs logo a palavra italiana para a sede do setor da TFP que ele dirigia.

O nome colocado pelo Dr. Fábio foi recebido com simpatia geral na TFP. E de modo natural, logo surgiram outros *Êremos*. E foi assim se institucionalizando esse regime de recolhimento, estudo, oração e trabalho em comum.

Na realidade, os *Êremos* não são mais do que sedes de estudo ou trabalho em que se requer maior concentração de espírito, ou simplesmente se tem em vista um melhor aproveitamento da ação. Pois os *Êremos* revelaram-se altamente eficazes como fator de aprofundamento intelectual e rendimento nos trabalhos. Por extensão, são chamados *eremitas* os que residem nos *Êremos*.

“É o sumo da imparcialidade” — comentará então, em seu foro interno, o leitor ingênuo, sensibilizado pelo que lhe parecerá uma grande autenticidade de alma. E começará a crer!

Quem ler o livro do sr. JAP poderá dar-se conta de que esses artificios, ele os usa com habilidade incontestável (3).

(3) A ostentação de serena imparcialidade com que o sr. JAP pretende marcar sua obra não se coaduna bem com a seguinte apresentação que dela faz, na orelha do livro, o sr. Luiz Fernando Emediato, repórter de “OESP” e diretor da “Coleção Testemunho”, da qual *Guerreiros da Virgem* é o volume 7:

“Este é um livro sobre o fanatismo de extrema direita, o delírio de um homem que se julga predestinado a dirigir os povos e a subir aos céus, no fim dos tempos, num carro de fogo, como o profeta bíblico. É o livro impressionante e aterrador, mas bem-humorado, sobre a experiência de um adolescente que foi aliciado para as hostes deste fanático e ali manipulado ao longo de seis longos anos, durante os quais quase enlouqueceu, obrigado a ver um comunista em cada esquina, um demônio em cada mulher, o pecado em cada prazer. ‘Guerreiros da Virgem’ é uma grande denúncia: pela primeira vez em sua história a TFP é realmente devassada, exibida para que a sociedade saiba o que se passa em seus mosteiros secretos, onde seus militantes são treinados não só para venerar Plínio Corrêa de Oliveira, seu dirigente maior, mas também — se for preciso — enfrentar armados os comunistas pecadores que, no delírio [sic, certamente por ‘delírio’] de Dominus Plinius, ameaçam todos os quadrantes da Terra.

“Não por acaso esse depoimento sincero e corajoso de um ex-tefepista é prefaciado por um ex-comunista, o escritor Domingos Pellegrini. Como ele próprio lembra em seu prefácio, a extrema esquerda e a extrema direita têm mais semelhanças que diferenças. Os aguerridos militantes do MR-8 usam jeans. Os fanáticos entorpecidos da TFP usam ternos e gravata. Uns e outros são dirigidos e manipulados por interesses que nem sempre compreendem inteiramente. Como muito já fez a Igreja, como ainda o Estado faz enquanto o serviço militar for obrigatório, tanto a esquerda como a direita recrutam jovens, resalta Pellegrini. Tanto para quem adora a Virgem Maria como para quem adora Lênin, as idéias a seguir, desenvolver e divulgar são as dos líderes. Pensar por sua própria conta cansa — é mais fácil e mais prudente ser liderado. Ai daquele que decide ser independente: des-

Mas, analisada seriamente a matéria, é fácil verificar que a realidade é muito outra. No depoimento do sr. JAP sobre seu itinerário interior, ao longo de seus seis anos de TFP, não há uma só historieta, uma só frase, dir-se-ia nem sequer uma só palavra que não tenda muito estudadamente a fazer o leitor aceitar a imagem falseada da entidade que

prezado pela direita e pela esquerda, duplamente traidor, está condenado a vagar pelos cantos como um renegado. A gerontocracia pseudo-socialista soviética ou o consumismo genocida norte-americano: não há meio termo num planeta polarizado por um confronto ideológico de conseqüências imprevisíveis para os comuns mortais. Dominus Plinius e seus fanáticos da TFP, entretanto, não têm dúvidas: *uma catástrofe de dimensões apocalípticas destruirá o urso da Sibéria e a Águia das Montanhas Rochosas, levando de roldão o resto da humanidade. Depois da catástrofe o mundo voltará ao que era, segundo a TFP, a idade de ouro do homem: os princípios medievais prevalecerão, o demônio será vencido e Dominus Plinius, imortal, reinará ao lado da Virgem Santa.*

“Guerreiros da Virgem”, que José Antônio Pedriali sofreu para escrever — ninguém se liberta com facilidade dos fantasmas do passado — é um depoimento revelador pelo que tem de acusação e advertência. Milhares de jovens são aliciados, neste e em outros países, para lutar por alguma causa nem sempre muito clara. É preciso saber antes de optar. É preciso ser livre antes de lutar por alguma coisa. Do contrário, jamais haverá liberdade para todos”.

Tal apresentação — visivelmente colocada na orelha do livro *Guerreiros da Virgem* como “chave” para facilitar aos leitores a intelecção da difusa prosa do sr. JAP — explicita muito do que estava jeitosamente implícito no texto do livro.

O sr. L. F. Emediato — note-se de passagem — não procura velar, como o sr. JAP, seu fanatismo anti-TFP. É, aliás, digna de nota a completa ausência de senso crítico dele: dá como absolutamente provado tudo quanto o sr. JAP afirma — e isso antes mesmo de ouvir o depoimento da TFP.

Ora, não é de crer que esse pronunciamento tenha sido aduzido ao livro do sr. JAP sem a aquiescência deste.

E, uma vez que ele aquiesce em fazer-se apresentar — melhor se diria, apoiar — por tal xingatório, fica reduzida a pedaços a imagem de imparcialidade, tão necessária para dar um mínimo de credibilidade aos seus depoimentos.

eclode no final do livro. No relato do sr. JAP, nada é efetivamente espontâneo, nada é realmente descontraído nem benévolo. Tudo é pesado, contado e medido de acordo com uma segunda intenção cautelosamente velada. E esta é fufiosamente acusatória.

Entretanto, para notá-lo é necessária uma prática de análise por assim dizer especializada. Prática que, naturalmente, a maior parte dos leitores não possui.

4. Uma amostra da imparcialidade “sui generis” do sr. JAP: abstração quase completa da atuação pública da TFP e silêncio sobre as raízes profundas dessa atuação

A vida secreta na TFP: tal é o subtítulo que o sr. JAP quis dar a seu livro.

Presume o autor apresentar uma imagem suficientemente completa dessa “*vida secreta*” em uma narração de 201 páginas, formato 21x13,5 cm, com caracteres em corpo 10. E o faz — como se viu — abstraindo quase por completo da imensa e heróica atuação pública da TFP. Sistema unilateral e deformante, até mesmo no que concerne o próprio espírito e a vida interna da associação, cuja descrição o autor se empenha em fazer.

Com efeito, a atuação pública de uma pessoa, de um grupo ou de uma associação é fruto natural de toda uma preparação interna. Assim, a apreciação do fruto de uma organização — como a TFP, ou outra — oferece critério seguro para o conhecimento da própria organização. “*Não é boa a árvore que dá maus frutos, nem é má a que dá bom fruto. Porque cada árvore se conhece pelo seu fruto*” (Lc. VI, 43-44), ensina o Divino Mestre.

Nenhuma descrição da vida quotidiana da TFP será completa enquanto não se lhe analise a atuação pública, e não se chegue por este meio ao conhecimento de suas mais profundas raízes de alma. O que é tanto mais evidente, quanto

a ação pública da entidade é de grande envergadura e vem empolgando, ao longo das décadas, não só amigos como por vezes opositores desta Sociedade. E em nível mundial, isto é, nos cinco continentes. Atuação desenvolvida com a fé, o desinteresse pessoal e o heroísmo jubiloso de cruzados.

Ora, no livro do sr. JAP, a narração — pelo próprio fato de se empenhar em parecer serena — deixa ver, embora de passagem, belos episódios da vida interna da TFP. Porém jamais, em nenhum momento, põe em relevo o conjunto de princípios, as doutrinas que se ensinam na TFP, os fatos exemplares de que se tem conhecimento na convivência quotidiana com a entidade, próprios a explicar a florescência dessas qualidades.

O enredo é sempre calculado de modo a persuadir o leitor das teses gravemente difamatórias do livro. O autor jamais omite realçar o que lhe parece desfavorável na vida da entidade. E para isso faz uso freqüente de seu estilo novelesco e venenoso. Porém o mais das vezes tão implicitamente venenoso quanto é de estilo na investida publicitária moderna de bom quilate técnico.

Mais ainda. O sr. JAP bem vê que, na TFP, a vida individual dos sócios e cooperadores não apresenta nenhuma nódoa moral. Ele seria, aliás, obrigado a apontá-las, se as notasse, para dar a seu depoimento foros de estrita objetividade. E como se esta ausência de nódoas fosse o fato mais corriqueiro nos dias presentes, ele passa por cima sem maior análise. Por onde se vê bem o naipe de sua imparcialidade: uma imparcialidade que sabe calar aspectos dignos do mais caloroso elogio...

5. Outro recurso: tornar-se simpático aos olhos do leitor

Para se tornar crível, lança ainda mão o sr. JAP de outro recurso, aliás de gênero análogo: tornar-se simpático aos que o leiam. Isto, ele o tenta mediante uma descrição

de si mesmo aparentemente natural e despreziosa, mas em realidade “enfeitada” e toda voltada a despertar compaixão.

O sr. JAP se apresenta, no ponto de partida da narração (cfr. GV pp. 11 a 20), como um mocinho de Londrina, piedoso e bom — dir-se-ia uma versão masculina do “Chapeuzinho Vermelho” — embora com uma psicologia um pouco peculiar.

Outros jovens, iludidos ou mal-intencionados, a serviço de um insaciável sorvedor de admirações, entusiasmos e dedicações — o Presidente do Conselho Nacional da TFP — se acercam do sr. JAP, atraem-no e tentam transformá-lo, por misterioso processo psicológico, em um moço fanatizado, agressivo, com o espírito agrilhado e ao mesmo tempo superexcitado pelo pânico.

Tudo isto tende a reduzi-lo a mero robô em mãos desses manipuladores de sua mente.

Hipnotizado por aspectos do que há de elevado no comportamento destes e na meta que lhe apresentam, o jovem caminha heroicamente nessa via, que ele agora — decorridos oito anos de seu afastamento da TFP — compara a um subterrâneo soturno, obscuro e mal arejado. Em conseqüência, o estado de seus nervos se deteriora e se agrava progressivamente. Mesmo assim, o abnegado idealista resiste. Resiste tentando adequar-se inteiramente aos métodos indicados, e ademais rezando, rezando, rezando. “*A estátua da Virgem de Sion transformara-se em minha confidente nas noites indormidas, nas manhãs suaves e frescas, nas tardes pontilhadas de amargura e solidão*” — diz ele, à p. 161, com não pequena dose de romantismo, referindo-se à imagem de Nossa Senhora que se venerava no jardim da antiga sede de Curitiba, e que anteriormente pertencera ao Colégio de Sion, da mesma cidade.

— Leitor, não é simpática a figura desse jovem idealista, abnegado e sofrido? Assim descrito, como não se sentir propenso a crer nele?

6. Até mesmo o reconhecimento das próprias fraquezas...

Sim, sem dúvida todo esse heroísmo desperta simpatia. Mas a era dos heróis de teatro do grande Corneille — imaculados e inquebrantáveis — já vai longe. O público de hoje só aplaude sem reservas um herói quando nele vê, também, uma ou algumas fraquezas. Ao herói de hoje cumprir, por alguns lados, um idealista, mas, por outro lado, é indispensável que se mostre democraticamente um igual, ou talvez melhor se dissesse, um cúmplice. Na presente quadra histórica que caminha para a anarquia permissivista sob o signo do freudismo, o herói tem de ser “descontraído”, concessivo, compassivo, sensual.

Por isso, o autor narra — aliás com mal disfarçado pendor autocontemplativo — os impulsos fortes e até incontidos, que a sensualidade desperta em seu interior. Efeitos disso são, por exemplo, as cenas pornográficas antes referidas. O quadro fica assim inteiramente ao sabor de inumeráveis apreciadores das obscenidades de TV, rádio e imprensa. E lhes ganha as simpatias.

Esses impulsos para a sexualidade desbragada desempenham, aliás, papel destacado em sua divisão interior: de um lado, o ideal que o chama para novas ascensões e novas alturas; de outro lado, o receio da catástrofe psico-patológica e os apelos da carne que o convidam para o terra-a-terra psiquicamente distensivo, mas também prosaico, da realidade palpável.

Esta tensão o leva ao desequilíbrio nervoso, e ele teme chegar à loucura.

Um suposto episódio, relacionado com o passageiro impedimento do Presidente do Conselho Nacional da TFP, vítima de um desastre de automóvel, em 1975, impressiona-o mal quanto à retidão de intenções dos mais altos dirigentes da entidade. É o golpe de misericórdia.

Ele se vai dessa forma afastando da TFP, dela se desintere-
ressa por completo, e por fim se reintegra na vida terra-a-
terra, prosaica e sem ideais da maior parte dos homens de
hoje.

7. Embora ninguém seja obrigado a provar que é inocente, a refutação da TFP vai até lá

De tudo isso emerge, com certas tintas de verossímil, a
acusação — muito difusa ao largo do livro, mas insinuada
mais claramente em suas últimas páginas, quando já se en-
contra bem preparado o terreno — de que a TFP é uma sei-
ta iniciática que pratica a “lavagem cerebral” em seus mem-
bros, com detrimento para a saúde mental deles.

Qual o alcance real dessa acusação, que constitui, por as-
sim dizer, o eixo de toda a montagem novelesco-difamatória
do sr. JAP?

Em rigor, o que ficou dito sobre a ausência de provas de
Guerreiros da Virgem é tão concludente, que de si bastaria
para replicar cabalmente ao sr. JAP. Porém, no caso con-
creto da TFP, tal não é suficiente. Pois tem ela numerosos
detratores, que se sucedem ao longo das décadas, no afã —
graças à proteção da Santíssima Virgem, sempre vão — de
a incompatibilizar constantemente com a opinião pública.
Desses detratores, alguns são instrumentos remotos e incons-
cientes de Moscou (“inocentes úteis”, diz-se em nosso idio-
ma; “idiotas úteis”, diz-se em castelhano, talvez com mais
propriedade), que a propaganda comunista encontra no cam-
minho, e dos quais tira proveito quanto pode — e outros
são agentes conscientes e até disciplinados. A todos esses
instrumentos humanos, Moscou os estrutura numa imensa
máquina de detração contínua.

Ora, o ódio de Moscou é infatigável. Atingida em seu cerne
por alguma argumentação concisa e incontestável, uma de-
terminada ofensiva difamatória de Moscou pode cessar. Mas

continua muitas vezes a propaganda desta a insistir em algumas acusações subsidiárias da tese refutada, enquanto tais acusações secundárias não sejam, elas também, refutadas por sua vez uma a uma.

As ofensivas de Moscou poderiam comparar-se assim a árvores dantescas, cujos galhos fossem serpentes. Abatido o tronco, estas continuariam a se mover com vida própria, a picar e a envenenar.

Isto é dito para explicar ao leitor as peculiaridades metodológicas de uma refutação que não quer se contentar com a alegação, de si suficiente, da ausência de provas de *Guerreiros da Virgem*.

É verdade que ninguém é obrigado a provar que é inocente, pois o encargo da prova incumbe ao acusador: "*Actori onus probandi incumbit*" — diz a máxima do Direito.

Mas a TFP quer ir mais longe e eliminar as serpentes entroncadas na árvore abatida. Só assim sua réplica será completa. Para isso importa-lhe provar, quanto possível, que são inverídicas as acusações contra ela assacadas.

Assim, serão analisadas a seguir as principais dentre essas múltiplas acusações, mostrando-lhes a vulnerabilidade, no que têm de intrinsecamente falso, de contrário ao que é de notoriedade pública etc. Ou simplesmente opondo ao testemunho sem provas do sr. JAP o testemunho da própria TFP.

Este é um indiscutível direito do acusado: diante de uma acusação gratuita, responder por uma simples negação: "*quod gratis asseritur, gratis negatur*". Ou seja, ao que é afirmado sem provas, o acusado pode replicar validamente por uma simples negativa.

“Lavagem cerebral”
e “seita”:
palavras-slogans
portadoras de grande
carga emocional,
mas vazias
de conteúdo real

1. “Lavagem cerebral”: uma
acusação inexplicita, mas
habilidosamente insinuada

Embora a expressão “lavagem cerebral” não figure nem no livro *Guerreiros da Virgem*, nem no resumo que dele publicou “OESP” em 30 de junho, de fato a impressão que o sr. JAP quer criar é a de que seu cérebro foi “lavado” durante os anos que frequentou a TFP.

Na reportagem de “OESP” de 30 de junho, no tópico subordinado ao título *Meu cérebro foi tomado*, a acusação de “lavagem cerebral” se corporifica por inteiro. Numa linguagem altamente emocionada e criadora de *suspense*, conforme a melhor tradição dos romances policiais, o sr. JAP procura apresentar-se como sendo “*dominado*” progressivamente por uma força misteriosa que o compele a agir contra a sua vontade: “*Os contatos cada vez mais regulares com os membros da organização induziam-me a encarar o mundo de forma repulsiva e, lentamente, a mudar meus hábitos. Eu*

me transformava, todos percebiam, eu percebia; mas era incapaz de reagir, pois meu cérebro, seis meses depois daquela primeira noite, já estava dominado pelos princípios da TFP. Esses princípios iriam pautar minha vida nos seis anos seguintes, iriam arrancar-me de minha família, iriam consagrar-me escravo da Virgem, iriam tornar-me discípulo e servo do profeta, iriam, enfim, conduzir-me à beira da loucura” (“O Estado de S. Paulo”, 30-6-85).

O autor se apresenta, pois, como “dominado”, coagido a atuar de determinada forma, e incapacitado de “reagir”, por força de “princípios” que ele imagina instilados ou inoculados de fora para dentro, misteriosamente, em seu cérebro, por um processo predominantemente psicológico, em que a lógica seria instrumentalizada para desempenhar um papel secundário. Uma vez instalados nele, tais princípios o compeliavam, segundo afirma, a portar-se irresistivelmente de um determinado modo.

Ele aceita, assim, um pressuposto que é também o de todas as teorias de “lavagem cerebral”, como também de “manipulação mental”, de “controle da mente” etc. Isto é, que existem técnicas psicológicas capazes de extirpar da mente humana as convicções que alguém professa, substituindo-as em seguida por convicções da exclusiva escolha do extirpador. Bem como de confiscar inteiramente o livre arbítrio do homem, fazendo deste último um robô totalmente sujeito ao confiscador.

2. O misterioso processo mental a que a TFP teria sujeitado o sr. JAP: conto da carochinha? “show”?

O sr. JAP realça muito, em seu livro, a incapacidade de reagir ao processo de integração na TFP: *“Minha vida parecia transcorrer normalmente, embora já pudesse sentir que algo mudava dentro e fora de mim. Sabia que mudava e*

estava de mãos atadas para impedir que o processo de transformação avançasse e se completasse por inteiro. Pouco a pouco, assimilava com menos resistência as novas idéias, que se refletiam em meu procedimento. Era vulnerável a essas idéias, e meus aliciadores sabiam muito bem explorar meus pontos fracos” (GV p. 17).

Por que se sentia o sr. JAP “de mãos atadas”? Que força misteriosa lhe “dominara o cérebro” e o tornava “incapaz de reagir”? Dessa força fala longamente o autor de *Guerreiros da Virgem*, em termos tais que fica claramente insinuada a existência, nos ambientes da TFP, de algo à maneira de uma “lavagem cerebral”: *“Havia uma força no ar, indescritível, impalpável, que impulsionava todos a pensarem do mesmo modo, a usarem os mesmos argumentos, a terem as mesmas reações diante de um fato corriqueiro ou de algum acontecimento espetacular. Havia uma força, disseminada nos ambientes da TFP, que influenciava por osmose os que os freqüentassem. Os símbolos, o mobiliário e a decoração traziam significados que, mesmo que não os percebesse, o espectador, de uma forma ou de outra, com muita ou pouca intensidade, os absorveria inconscientemente”* (GV p. 48).

E depois de se perguntar que força era essa, capaz de vencer as resistências, o sr. JAP prossegue: *“Não encontrava a resposta. Havia algo demasiadamente forte ao meu redor, que meus sentidos percebiam, mas que minha razão não conseguia discernir, diante do que minha vontade não tinha como reagir. O que justificava que um punhado de jovens trocassem seus sonhos de uma vida confortável e segura pelo comportamento austero, pelo futuro incerto, pelo presente marcado pela incompreensão da sociedade, pelo presente repleto de renúncias contínuas?”* (GV p. 48).

Causa estranheza que o sr. JAP “descreva” tão pormenorizadamente essa ação misteriosa, da qual afirma ter sido vítima, mas ao mesmo tempo não tenha procurado para ela alguma explicação científica.

Com efeito, deveria ele temer que um leitor qualquer, posto diante dessa descrição — para cuja veracidade o autor não

tem e não pode ter provas — passe adiante, dizendo, com um sorriso cético: “Qual, isto não passa de um conto da carochinha”...

Sendo a objetividade dessa narração indispensável para a força persuasiva do libelo do sr. JAP, seria absolutamente do interesse deste procurar, em fonte científica contemporânea, uma afirmação de que essa estranha operação, da qual se diz vítima, é considerada viável pelos especialistas.

Ora, ele disto se exime enigmaticamente. — Por quê?

Várias hipóteses são possíveis. Uma consiste em que a espetacular montagem publicitária obtida pelo sr. JAP, para seu libelo, parecia deixar ver que, tão logo publicado *Guerreiros da Virgem*, algum especialista em Psiquiatria ou Psicologia Social, de confiança do seu autor, saísse a público, de modo não menos espetacular, proclamando que o fenômeno descrito, porém não qualificado pelo sr. JAP — compreensivelmente, já que não entende de Psiquiatria nem de Psicologia Social — se explica inteiramente à luz da ciência: é uma característica “lavagem cerebral” ou “manipulação mental” etc. etc.

A intervenção de tal especialista, como um verdadeiro *Deus ex-machina*, seria de belo efeito publicitário.

E tal especialista, o sr. JAP poderia encontrá-lo, em nosso País, na pessoa de algum crédulo e retardado seguidor da teoria da “lavagem cerebral”.

Não há elementos para provar que tal *show* esteja preparado. Mas se o livro do sr. JAP tivesse sido escrito com intenção de dar azo a esse *show*, seu texto seria, em suas linhas mestras, precisamente como é.

Em todo caso, essa hipótese abre flanco, por sua vez, a uma objeção que o sr. JAP poderia fazer: se este *show* estava preparado, por que não foi lançado até o momento?

É uma pergunta explicável. Entretanto, o sr. JAP está, mais do que ninguém, em condições de respondê-la...

Teria ele julgado prudente esperar a publicação desta refutação?

3. “OESP” parece explicitar a acusação que o sr. JAP preferiu deixar apenas insinuada

De qualquer modo, o que se passa na TFP, segundo formula claramente o sr. JAP, é um maquiavélico e irresistível processo de domínio cerebral com a conseqüente inoculação de novas idéias e novos comportamentos. O que falta para caracterizar a tão famosa “lavagem cerebral”? — Nada...

Aliás, que era um processo de “lavagem cerebral” o que o sr. JAP pretendeu descrever, lê-se-o expressamente em “OESP”, na matéria publicada em sua edição de 2 de julho de 1985. Segundo o matutino, o sr. JAP *“contou [sic] o ambiente de terror e a lavagem cerebral a que foi submetido”*.

Fiel à técnica de exposição já comentada (cfr. Cap. II e Cap. III, 3), o sr. JAP não formula em termos explícitos essa acusação a um tempo impressionante (para o grande público mal informado) e desacreditada (no mundo científico).

Assim, menos explícito e mais cauteloso do que seus colegas de “OESP”, que depois se incumbiriam de glosar o que ele dissesse, o sr. JAP pareceu desejoso de dar a impressão de que nem sequer percebeu ter sofrido uma “lavagem cerebral”. Ele se limita, singelamente, a narrar fatos que, por coincidência, falam por si. E é o próprio leitor que conclui aquilo que o autor, ingênuo e cândido, parece nem ter percebido: que se trata de uma “lavagem cerebral” patente, indiscutível.

E assim fica alcançada, através da exposição aparentemente despreziosa do sr. JAP, a meta ferozmente difamatória que ele tinha em vista. Ou seja, denunciar a TFP à opinião pública, como seita malfazeja, destroçadora das inteligências e das vontades dos que a freqüentam e lhe aceitam as doutrinas.

Esse seria o efeito que o depoimento hábil do sr. JAP

tentaria produzir sobre o leitor desprevenido e ignorante do que seja “lavagem cerebral”.

Porém, ser hábil não é tão fácil quanto imagina o sr. JAP. Entre as múltiplas cautelas a tomar, quando se executam habilidades dessas, figura — precisamente — a de não deixar ver excesso de habilidade. Pois quando tal excesso se manifesta, transparece o caráter artificial da manobra e, portanto, se revela a inautenticidade de dois predicados indispensáveis para que uma narração alcance crédito: a imparcialidade e a naturalidade.

É precisamente o que acontece com *Guerreiros da Virgem*. Não há no livro um só fato que não tenha por fim revestir de credibilidade sua acusação contra a TFP. Dir-se-ia que o autor leu algum *pocket-book* sobre “lavagem cerebral”, e “arranjou” o enredo de modo a encaixar todo o ocorrido no esquema de uma “lavagem cerebral” típica.

Mas sua narração, que visa parecer desprevenida, acaba por parecer encomendada.

Com efeito, seu próprio silêncio sobre “lavagem cerebral” deixa ver o artificial da narração. Esta se parece por demais com uma operação de “lavagem cerebral” (como a descrevem os que nela ainda crêem), o que torna evidente que a conhecia. Por que, então, não formula ele claramente a conclusão a que sua narração procura conduzir? Qual a segunda intenção que se oculta por trás de tanta candura?

4. “Lavagem cerebral”, método pretensamente irresistível para mudar convicções e comportamentos

Para saber se alguém exerce sobre outrem as técnicas de “lavagem cerebral”, cumpre definir previamente o que entendem por tal os que admitem sua possibilidade.

Lavar algo — uma vidraça ou as pedras que revestem uma parede, por exemplo — é exercer sobre esse algo uma ação que retira dele elementos negativos — nos casos exemplifi-

cados, o pó e a fuligem — e o deixa limpo. Poder-se-ia falar, analogamente, de uma gaveta que fosse esvaziada e limpa, ficando assim livre o espaço para nela se colocar o que se queira.

A função da parede, da vidraça ou da gaveta é, pois, meramente passiva, quer quando se tira algo de sobre elas — ou, no caso da gaveta, de dentro dela; quer quando — ainda no caso da gaveta — se lhe põe algo dentro.

Analogamente, “lavar” o cérebro de um homem seria exercer sobre este uma ação pela qual — mediante prolongados maus-tratos, ameaças, subalimentação e trabalho extenuante — o deperecimento físico e o terror deixam a pessoa em estado de inteira passividade intelectual.

Uma vez obtida tal passividade, a vítima já não teria meios de se defender contra novas crenças que lhe queiram incrustar na alma. As convicções que antigamente possuía haveriam sido “lavadas” pela redução de seu espírito à passividade total. Desde que seu torcionário — ao qual se vai submetendo como a guia único e prestigioso — lhe ensine idéias opostas, elas penetrariam em seu cérebro e ali ficariam alojadas, como peças em um mosaico, ou objetos colocados numa gaveta vazia.

Para o êxito dessa operação, o “lavador” de cérebro deve usar, além das técnicas de opressão e pânico já mencionadas, algumas outras. Convém que ele afaste por inteiro o paciente da atmosfera em que vivia anteriormente, que lhe dê outros companheiros, outras atividades, que o circunscreva num ambiente em tudo afim com as idéias que estão sendo “colocadas” e com o novo comportamento que lhe está sendo imposto.

A “lavagem cerebral” poderia lograr dessa forma seus resultados integrais.

E isto — note-se — definidamente sem que a inteligência e a vontade da vítima tenham podido opor a tal processo um obstáculo intransponível.

5. “Lavagem cerebral” e conversão — diferença fundamental

No que o processo assim sumariamente descrito se diferencia da conversão, no sentido corrente do termo, isto é, da ação do entendimento e da vontade pela qual alguém renuncia a convicções religiosas, filosóficas, políticas, artísticas ou outras que tenha possuído, e assume face a qualquer dessas matérias uma posição oposta, seja esta modificação levada a cabo só por ele próprio, seja com a ajuda de outrem? E também à mudança de comportamento — seja individual, seja social — de maneira a que a pessoa passe a reprovar práticas e atitudes que antes aceitava?

Essencialmente — abstração feita da ação primordial da graça — a diferença está em que, na conversão, o convertido é o agente. Outros (progenitores, Sacerdotes, mestres, apóstolos ou ativistas de qualquer natureza) podem exercer sobre ele influência maior ou menor, podem falar à sua razão e impressionar a sua sensibilidade com o intuito de lhe solicitar a vontade para um sentido ou outro, mais profundamente ou menos. Mas o juiz que dá ganho de causa livremente a esta ou aquela escola, a este ou aquele sistema, é sempre e necessariamente a própria pessoa, com a sua inteligência e a sua vontade.

Na “lavagem cerebral”, pelo contrário, a mente humana “lavada” seria mero paciente, entregue totalmente à mercê de um hábil “lavador” de cérebro, sem possibilidade de resistir a ele.

Como se vê, segundo essa versão pseudo-científica, existiria um método capaz de, a não querendas do paciente, inserir neste uma personalidade fabricada de fora. A ação dos agentes inseridores encontraria a resistência da personalidade anterior da vítima, pré-existente à “lavagem cerebral”.

Com esse apoio dos inseridores, a personalidade artificial acabaria vencendo a personalidade natural.

O indivíduo teria então mudado inteiramente de personalidade. A bem dizer já não seria o mesmo. Teria sido vi-

toriosamente concluído o processo da “lavagem cerebral”.

A antiga e venerável metáfora de São Paulo sobre o “*homem velho*” que luta no íntimo da alma com o “*homem novo*” tem, com o fenômeno descrito segundo esta última concepção, uma analogia toda ocasional, e de mera superfície. Na realidade, uma está nos antípodas da outra (1).

Com efeito, na concepção católica, da qual os textos justificativos abundam no Antigo e no Novo Testamento, tanto a tendência para o bem quanto para o mal estão invisceradas no homem. Toca a este, no uso do seu livre arbítrio, dar ganho de causa a uma ou outra solicitação, por uma decisão personalíssima que se passa no recôndito da alma.

A ação sobrenatural da graça reforça no homem a tendência ao bem. E assim o “*homem novo*” vence, no católico fiel à graça. A ação preternatural do demônio, por sua vez, pode reforçar a tendência ao mal. Se esta prevalecer, terá vencido o “*homem velho*”. Mas, em qualquer caso, uma ou outra ação — sobrenatural ou preternatural — *solicita*, mas não *força* a vontade do homem, o qual sempre conserva o livre arbítrio.

Segundo a concepção da “lavagem cerebral”, pelo contrário, os dois “homens” em oposição no interior do paciente de nenhum modo são relacionados com Deus, a graça, o demônio e a tentação. O panorama é totalmente naturalista. E nem sequer é mencionado o livre arbítrio humano.

Ademais, sempre segundo a teoria da “lavagem cerebral”, os fatores dessa luta não são Deus, o homem e o demônio, a natureza e a graça, mas os técnicos da “lavagem cerebral” e a mentalidade natural anterior. As reações desta última

(1) Diz São Paulo: “*Fostes ensinados segundo a verdade que está em Jesus, a vos despojardes, pelo que diz respeito ao vosso passado, do homem velho, o qual se corrompe pelas paixões enganadoras. Renovai-vos, pois, no espírito do vosso entendimento, e revesti-vos do homem novo, criado segundo Deus na justiça e na santidade verdadeira*” (Eph. IV, 21 a 24).

parecem ser meramente instintivas. Talvez como as de um organismo animal sujeito a um tratamento veterinário. E, ao que parece, pelo menos no caso da “lavagem cerebral”, o “tratamento” sempre prevaleceria sobre o “animal”, isto é, o paciente cujo cérebro está sendo “lavado”.

Por fim, e em conseqüência, a nova concepção resultante dessa “lavagem cerebral” teria todas as condições de estabilidade no cérebro lavado. E ela poderia ficar metida para todo o sempre no paciente, sem que, nesta prodigiosa substituição, tivesse entrado em algo o livre arbítrio. Para não falar da inteligência, cujo papel é pelo menos nebuloso, na hipótese folhetinesca da “lavagem cerebral”.

Ora, essa operação mediante a qual um ser humano ficaria privado inteiramente de seu livre arbítrio, e incapaz de resistir a uma ação externa que vise mudar suas idéias e seu comportamento, não corresponde a nenhuma realidade. É um mito.

6. Metáfora expressiva que correu o mundo

A expressão “lavagem cerebral” nasceu em 1950, quando o jornalista norte-americano Edward Hunter Jr. descreveu, para os leitores do “The Miami Daily News” e do “The Leader Magazine”, um método que os comunistas chineses estariam utilizando para obter espetaculares “conversões” à sua ideologia, de adversários ferrenhos dela, especialmente missionários católicos e opositores políticos do regime.

Traduzindo livremente uma expressão chinesa, o jornalista cunhou, para designá-lo, a locução “lavagem cerebral” (“*brainwashing*”), de inegável valor expressivo.

Essa metáfora — pois se trata de uma simples metáfora, e nada mais do que isso — estava destinada a ter grande sucesso. Durante alguns anos esteve ela muito em voga. E foi largamente utilizada na imprensa de todo o Ocidente, para explicar confissões de culpa feitas, perante tribunais

comunistas, até por prisioneiros de grande valor pessoal, como o falecido Cardeal Josef Mindszenty.

Com o fim da Guerra Fria, em princípios dos anos 60, a expressão foi pouco a pouco saindo de moda, e acabou por desaparecer quase completamente do noticiário.

Porém, em meados da década de 70, haveria ela de voltar às luzes da ribalta, já agora figurando em contexto completamente diverso.

A “lavagem cerebral” passou então a ser utilizada para explicar mudanças repentinas de idéias e de comportamento, que levavam pessoas sem fé, ou túbias em matéria de religião, à crença em Deus e a uma surpreendente intensificação da prática religiosa.

Bem entendido, tudo que se diz aqui de convicções religiosas se aplica também a convicções sobre matérias filosóficas, políticas, sócio-econômicas etc.

Segundo este *new-look* da “lavagem cerebral”, esta não era mais empregada por governos comunistas, e sim por organizações ou grupos de fins religiosos, como também de fins políticos — não raramente de orientação direitista ou conservadora, note-se. E as vítimas não mais seriam prisioneiros, mas indivíduos — o mais das vezes jovens — aliciados por essas organizações ou grupos, e em seguida tornados vítimas de hábeis manipuladores. Em um regime de maior ou menor isolamento, sob coação física ou moral, tais vítimas teriam inteiramente “lavados” os seus cérebros.

Assim, por uma rotação digna de nota, a metáfora que fôra utilizada nos anos 50 para designar uma técnica dos comunistas, passava, vinte anos depois, a ser utilizada insistentemente por setores de esquerda para hostilizar e difamar seus adversários de direita.

7. A proliferação das “seitas” e o relançamento da metáfora

Há que considerar, a respeito, a notável proliferação, nos últimos dez ou quinze anos, de organizações religiosas

extravagantes que, em diversos países, mas muito notadamente nos Estados Unidos, vêm pregando mitos e modos de ser exóticos, que destoam fortemente dos hábitos e costumes atuais.

Algumas dessas organizações, geralmente designadas como “seitas” — vocábulo com conotação pejorativa evidente — têm por vezes causado crimes hediondos, que impressionaram fortemente a opinião pública, e nela provocaram justa indignação.

Mas outras não conduzem necessariamente a crimes de nenhuma espécie, nem a qualquer ilegalidade. São tão-somente a expressão de sistemas filosóficos ou religiosos novos, que um católico não pode deixar de censurar com severidade, mas que, do ponto de vista da laicidade dos Estados modernos, e da liberdade religiosa por estes garantida nas respectivas Constituições (até mesmo, *pro forma*, nos países comunistas), não há como considerá-las ilegais.

A expansão dessas *seitas* provocou, como era natural, uma reação também forte e influente — o denominado *movimento anti-seitas* — que contribuiu em larga medida para o relançamento da expressão “lavagem cerebral”.

Com efeito, numerosos eram os que custavam a compreender — nesta época de conformismo — a adesão de tantas pessoas a idéias e modos de ser tão chocantemente diversos dos aceitos pela maioria de seus contemporâneos. Estar-se-ia então em presença de algo enigmático e novo, como seria uma “lavagem cerebral”. Tal era a visualização que levava muitos a serem ardorosos militantes do movimento anti-seitas.

Nasceu daí a correlação íntima dos dois termos — *seita* e *lavagem cerebral* — ambos poderosamente impregnados de carga emocional, ao mesmo tempo que indefinidos em sua conceituação, e de contornos pouco claros.

No Canadá, uma Comissão de alto nível, presidida pelo sociólogo Daniel G. Hill, foi encarregada pelo governo da Província de Ontário, em 1978, de estudar o fenômeno das “seitas” e a “lavagem cerebral” a estas atribuída. Fez parte da Comissão o Dr. Saul V. Levine, professor de Psiquiatria

na Universidade de Toronto e conhecido estudioso de problemas de adolescentes, como também de movimentos religiosos.

Após 18 meses de trabalho, a Comissão apresentou seu relatório ao governo de Toronto. Entre as conclusões a que ela chegou se destaca a seguinte: *“Nenhuma das fontes que o presente estudo consultou, incluindo muitos psiquiatras, pôde definir em termos legislativos funcionais conceitos como lavagem cerebral ou coerção mental. Nenhuma fonte pôde oferecer meios de distinguir entre aqueles que usam técnicas de desenvolvimento mental e similares, de modo qualificado, e aqueles que as usam de modo não-qualificado. Tampouco puderam — e pela mesma razão — definir o que é um culto, uma seita ou uma nova religião, para efeitos legislativos e em termos que satisfaçam os ditames da justiça”* (DANIEL G. HILL, *Study of Mind Development Groups, Sects and Cults in Ontario / A Report to the Ontario Government*, 1980, pp. 588 a 590).

Com efeito, numa perspectiva laicista, como definir seita? Na opinião de muitos, é o grupo que consegue adeptos através de “lavagem cerebral”. E que é “lavagem cerebral”? Responderão as mesmas pessoas: é o método que utilizam as seitas para conseguir adeptos...

Tal círculo vicioso burlesco não está, infelizmente, longe de ser raro, sobretudo se se analisam as críticas subjacentes em muitas ofensivas do movimento anti-seita.

Daí decorre que na atual investida contra as *seitas* — e é de notar que junto com estas são postos de cambulhada organizações ou movimentos oficial e por vezes até enfaticamente reconhecidos como católicos pela Igreja (2) —

(2) Presumivelmente pela mesma razão prudencial que levou o sr. JAP a não utilizar a expressão “lavagem cerebral”, em *Guerreiros da Virgem*, a TFP não é explicitamente alvejada com a insultante designação de seita. Mas, como já se viu (cfr. Cap. II), a idéia de que a TFP seria uma seita iniciática está claramente presente no livro.

a metáfora da “lavagem cerebral” vem desempenhando papel de singular importância.

Ela é mesmo a principal arma de ataque do movimento anti-seitas que, por meio dela, tem por vezes obtido de tribunais licença para reduzir temporariamente à incapacidade civil maiores de idade adeptos das seitas, supostamente vítimas de “lavagem cerebral”, com o fito de os submeter a “tratamento” e os fazer retornar assim à “normalidade”.

Tal tratamento constitui a chamada “desprogramação”. Esta tem por pressuposto óbvio que os adeptos das seitas foram “programados” à maneira de um computador, pelos “lavadores” de seus cérebros.

Em documentada monografia recentemente divulgada no Brasil pela revista de cultura “Catolicismo”, sob o título “*Lavagem cerebral*” — *um mito a serviço da nova “Inquisição terapêutica”* (nº 409, janeiro de 1985), uma Comissão de Estudos da TFP norte-americana mostra que por trás da ofensiva anti-seitas se ergue, nas fímbrias do horizonte, qual novo Adamastor, um terrível espectro: o de uma ditadura de cunho psiquiátrico.

8. Seitas: mero caso patológico, ou problema muito mais profundo?

Para um católico, a palavra *seita* tem um significado muito claro. No seu sentido teológico, ela pode ser definida como “*um grupo de alguns homens que se desligaram da Igreja universal com a intenção de defender obstinadamente a excelência de alguns dos princípios que lhes são próprios e de os professar abertamente*” (J. CARROL, verbete *Secta*, in *Dictionarium Morale et Canonicum*, publicado sob a direção de Mons. Pietro Palazzini, Officium Libri Catholici, Romae, 1968, p. 252).

Esse significado de seita — importa notar — encontra fundamento na certeza da Fé, de que a Santa Igreja Católica, Apostólica e Romana, fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo, é a única Mestra e Guardiã da verdade revelada.

Um relativista, que ponto de referência doutrinário tem para conceituar uma seita? Nenhum. Para quem não admite a existência de verdades filosóficas ou teológicas absolutas, a noção de seita não pode corresponder a nenhuma realidade definível em termos doutrinários, uma vez que toda escola ou corrente de pensamento se cinge a um conjunto de opiniões tão defensáveis quanto quaisquer outras.

Para um relativista o termo “seita” é, portanto, tão-só um rótulo pejorativo, um insulto que ele afixa nos movimentos religiosos ou filosóficos que não lhe caem no gongo...

A explicação dessa rotulação arbitrária — frequentemente motivada por antipatias de fundo ideológico — é buscada, então, na Psiquiatria e na Psicologia. E todo o complexo problema das *seitas*, com suas matizadas implicações teológicas, filosóficas, sociológicas, fica reduzido dessa forma a um simples tema de patologia.

O mencionado estudo da TFP norte-americana observa judiciosamente que se fica assim diante de um arremedo de “Inquisição”, o qual se arroga o direito de emitir juízos e fulminar condenações, com critérios flutuantes e meramente subjetivos, em nome de uma suposta normalidade mental.

Certo seria aquilo que os médicos e psicólogos (os de certa orientação, já se vê) considerarem *sadio*; e *errado*, “*herético*” e digno de repressão seria aquilo que eles diagnosticarem como doentio, malfazejo para a sanidade mental etc. E o espectro de uma ditadura psiquiátrica se ergue desse modo no horizonte, num horizonte quiçá não muito distante.

9. “Lavagem cerebral”, mito que nega a existência do livre arbítrio

A doutrina que constitui o pressuposto filosófico de todas as teorias de “lavagem cerebral” é precisamente o *determinismo*, que nega o livre arbítrio do homem. Segundo esta concepção, o homem, manipulado por um fator externo que lhe atue direta e irresistivelmente sobre a inteligên-

cia e a vontade, não tem condições de, livremente, preservar sua inteligência e sua vontade dessa ação maléfica.

De acordo com a doutrina católica, pelo contrário, o homem é uma criatura racional dotada de livre arbítrio. Ou seja, dispõe ele da capacidade de discernir a verdade do erro, de optar pelo bem ou pelo mal. É este o ensino invariável da Igreja, que São Tomás de Aquino exprime nos seguintes termos:

“Diz a Escritura: ‘Deus criou o homem desde o princípio e deixou-o na mão de seu conselho’ (Eccli. XV, 14). Isto é, conforme a Glossa, ‘na liberdade do arbítrio’.

“O homem tem livre arbítrio; do contrário seriam inúteis os conselhos, as exortações, os preceitos, as proibições, os prêmios e as penas. E isto se evidencia considerando que certos seres agem sem discernimento; como a pedra que cai e, semelhantemente, todos os seres sem conhecimento. Outros, porém, agem com discernimento, mas não livre, como os brutos. Assim, a ovelha, vendo o lobo, discerne que deve fugir, por discernimento natural, mas não livre, porque esse discernimento não provém da reflexão, mas do instinto natural. E o mesmo se dá com qualquer discernimento dos brutos. — O homem, porém, age com discernimento; pois, pela virtude cognoscitiva, discerne que deve evitar ou buscar alguma coisa. Mas esse discernimento, capaz de visar diversas possibilidades, não provém do instinto natural, relativo a um ato particular, mas da reflexão racional. Pois a razão, relativamente às coisas contingentes, pode decidir entre dois termos opostos, como se vê nos silogismos dialéticos e nas persuasões retóricas. Ora, os atos particulares são contingentes e, portanto, em relação a eles, o juízo da razão tem de se avir com termos opostos e não fica determinado a um só. E, portanto, é forçoso que o homem tenha livre arbítrio, pelo fato mesmo de ser racional” (Suma Teológica, I, q. 83, a. 1).

É tão profundo e tão entranhado na natureza humana o livre arbítrio que, segundo a doutrina católica, a vontade de um homem não é direta e imediatamente acessível à ação de um agente estranho, seja ele outro homem, seja mesmo

um anjo. Diretamente sobre a alma do homem, só Deus pode agir.

É o que mais uma vez explana São Tomás, com a clareza costumeira, ao responder negativamente à pergunta de se os anjos poderiam mover a vontade humana: *“A vontade — diz o Doutor Angélico — pode ser imutada de dois modos. — Interiormente; e então, como o seu movimento não é senão a inclinação para a coisa querida, só Deus, que dá à natureza intelectual a virtude para tal inclinação, pode imutá-la. Pois assim como a inclinação natural procede de quem dá a natureza, assim a inclinação da vontade só pode proceder de Deus, que causa a vontade. — De outro modo, a vontade é movida pelo exterior. E isto, no anjo, se dá de uma só maneira, a saber, pelo bem apreendido pelo intelecto. Por onde, a causa de ser alguma coisa apreendida como bem desejado, move a vontade. De modo que só Deus pode mover eficazmente a vontade: o anjo, porém, e o homem podem movê-la persuadindo-a, como antes se disse. — Mas além deste modo, também a vontade do homem é movida pelo exterior, e isso pela paixão referente ao apetite sensitivo; assim, pela concupiscência ou pela ira a vontade é inclinada a querer um certo objeto. E então, também os anjos, na medida em que podem provocar essas paixões, podem movê-la; não porém necessariamente, porque a vontade sempre fica livre de consentir na paixão ou lhe resistir”* (Suma Teológica, I, q. 111, a. 2).

É, portanto, impossível alguém exercer sobre outrem uma ação irresistível, que lhe modifique, contra a própria vontade, o pensamento e o comportamento.

10. “Lavagem cerebral”, slogan publicitário que nenhum cientista de alto nível toma a sério

A esta conclusão, tão límpida do ponto de vista da teologia católica e da sã filosofia, também chegaram, pesquisando no campo próprio de sua especialidade, modernos

psiquiatras, psicólogos e sociólogos de repercussão mundial.

Usada inicialmente por jornalistas, de maneira desinformada e sensacionalista, a expressão “lavagem cerebral” generalizou-se a ponto de haver quem tachasse de tal até a propaganda comercial, o processo de aprendizado nas escolas e os programas de aperfeiçoamento de funcionários nas empresas... É o que observa judiciosamente a referida monografia da Comissão de Estudos da TFP norte-americana, *“Lavagem cerebral” — um mito a serviço da nova “Inquisição terapêutica”*, alicerçada em 38 especialistas de fama mundial nos campos de Psicologia, Psiquiatria, Sociologia e outras ciências sociais.

Assim, por exemplo, a psicóloga social Trudy Solomon, da *National Science Foundation*, mostra que se abusou do conceito de “lavagem cerebral” utilizando-o *“para designar praticamente qualquer forma de influência humana”* (TRUDY SOLOMON, *Programming and Deprogramming the Moonies: Social Psychology Applied*, in DAVID G. BROMLEY and JAMES T. RICHARDSON [ed.], *The Brainwashing / Deprogramming Controversy*, The Edwin Mellen Press, New York-Toronto, 1983, p. 166).

Segundo a mesma especialista, *“a lavagem cerebral era vista como um dispositivo misterioso e todo-poderoso, um método irresistível e mágico para obter o controle total da mente humana. Na realidade, o intenso uso e o abuso do conceito praticamente o esvaziaram de qualquer valor”* (op. cit., ib.).

Papel destacado no esvaziamento do mito coube — sempre segundo o estudo da TFP norte-americana — aos psiquiatras Drs. Lawrence E. Hinkle Jr. e Harold G. Wolff, consultores do Departamento de Defesa do Governo dos Estados Unidos.

Elaboraram eles em 1956 um importante relatório sobre os métodos de interrogação e doutrinação utilizados pelas Polícias Políticas dos países comunistas. Dentro do maior rigor científico, concluíram que a “lavagem cerebral” dos comunistas **não tinha nada de novo nem de misterioso, não era irresistível, nem tampouco apresentava qualquer funda-**

mentação científica. Além do mais, era de pequena eficácia, quer quanto ao número de vítimas realmente modificadas por ela, quer quanto à duração de seus efeitos nessas mesmas vítimas. Em suma, não passava da aplicação, de forma talvez mais requintada, certamente mais brutal, de métodos policiais correntes, elaborados empiricamente.

Essas conclusões desmitificavam a versão, então muito corrente no grande público, de que a “lavagem cerebral” seria um método infalível de produzir “zumbis”, de transformar seres racionais em autômatos incapazes de pensar.

Logo depois de Hinkle e Wolff, outros dois cientistas americanos — o psiquiatra Dr. Edgard Schein e o cientista social Albert D. Biderman, consultor da Força Aérea dos Estados Unidos — pesquisando cada qual por si, chegaram a análogas conclusões.

O Dr. Thomas Szasz, do *Upstate Medical Center*, da Universidade de Nova York, autor de numerosos livros e líder de uma corrente psiquiátrica, é incisivo e irônico em suas declarações:

“Que é ‘lavagem cerebral’? Existem, como o termo sugere, dois tipos de cérebros, os lavados e os não lavados? Como saber qual é um e qual é o outro? De fato, é muito simples.

“Como muitos outros termos dramáticos, ‘lavagem de cérebro’ é uma metáfora. Uma pessoa não pode lavar o cérebro de outra por meio da coerção ou da conversa, do mesmo modo que não pode fazer alguém sangrar com uma observação cortante. Se não existe a lavagem cerebral, o que quer dizer a metáfora? Serve para designar a mais universal das experiências e dos atos humanos, a saber, a influência de uma pessoa sobre a outra. Contudo, não chamamos lavagem cerebral a todos os tipos de influência pessoal ou psicológica. Reservamos o termo para as influências que desaprovaamos” (RICHARD E. VATZ & LEE S. WEINBERGER [ed.], *Thomas Szasz primary values and major contentions*, Prometheus Books, New York, 1983, p. 135).

O psiquiatra britânico James A. C. Brown, ex-diretor do Instituto de Psiquiatria Social de Londres, é autor de

conceituado livro sobre as modernas técnicas de persuasão, no qual estuda detidamente a “lavagem cerebral”, confrontando-a com as referidas técnicas (*Techniques of Persuasion — From Propaganda to Brainwashing*, Penguin Books, Middlesex, England, 1979). Ele também é categórico em suas afirmações:

“A noção de que a percepção subliminar, a lavagem cerebral ou qualquer outro artifício possa produzir na mente humana e de modo permanente, uma idéia completamente estranha a esta, e assim influenciar o comportamento, deve ser repelida como absurda” (op. cit., p. 221).

“Toda a falácia sobre a lavagem cerebral (se por isto se entende que uma ideologia possa ser implantada de modo permanente na mente de uma pessoa, independentemente de suas crenças primitivas e das circunstâncias exteriores) é uma noção estranha, implícita no livro de Sargent, ‘Battle for the Mind’, de que uma idéia é uma ‘coisa’ localizada no cérebro, que pode ser implantada ou retirada à vontade” (op. cit., p. 291).

“Não é preciso dizer que nenhum pensador científico poderia aceitar ou utilizar o conceito de lavagem cerebral; a lavagem literal do cérebro físico não poderia remover traços de memória, de algum modo comparável à desmagnetização de uma fita de gravador; além do mais, a própria idéia de eliminar as lembranças, ‘deixando a lousa limpa’ e substituindo-as por outras novas, é ridícula” (op. cit., p. 253).

“A violência direta ou a ameaça de violência podem produzir a submissão à vontade de outro indivíduo ou grupo; mas os pensamentos são criados e modificados sobretudo pela palavra, falada ou escrita. Assim, embora na chamada ‘lavagem cerebral’ as palavras possam ser complementadas por um tratamento físico constrangedor, e na publicidade comercial por música ou imagens agradáveis, é evidente que mesmo nesses casos as armas essenciais são verbais, ou, de qualquer modo, simbólicas, e os resultados procurados são de ordem psicológica. De maneira geral, e com poucas exceções, transformações psicológicas exigem técnicas psico-

lógicas, e é principalmente com essas influências, antes que com a obediência externa acarretada pelo emprego exclusivo da força, que nos preocuparemos neste livro” (op. cit., p. 9).

Com efeito, por ser o homem uma criatura racional, é impossível mudar-lhe as convicções sem se dirigir à sua razão. É o que comenta C. A. Mace, no prefácio ao citado livro do Dr. Brown: *“O homem tem uma capacidade para raciocinar e ser influenciado pela razão, que um tigre faminto, por exemplo, não possui. É interessante e significativo o fato de que os propagandistas religiosos e políticos, bem como os agentes de publicidade, se esforcem tanto para conceber argumentos (capiçosos) dirigidos à razão do homem. Estes argumentos constituem um testemunho involuntário da racionalidade do homem” (op. cit., p. 7).*

Ora, essa racionalidade do homem é negada por quem afirma ser possível, prescindindo de qualquer argumentação racional, *“remodelar coercitivamente a visão política de um indivíduo a fim de que abandone suas crenças anteriores”*, e levá-lo a *“aceitar como verdadeiro o que ele previamente aceitava como falso e a considerar falso o que antes via como verdadeiro”*, o que constitui, segundo o cientista social norte-americano Albert Somit, o objetivo visado pela *“lavagem cerebral”* (cfr. ALBERT SOMIT, verbete *Brainwashing*, in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, The McMillan Co. & The Free Press, 1968, vol. 2, p. 138).

11. A teoria da “lavagem cerebral”, uma ameaça para a própria instituição do Direito

Em meados da década de 70, um caso mundialmente comentado permitiu que o assunto “lavagem cerebral” passasse para o campo dos tribunais civis, voltando à baila nos meios de comunicação social e provocando polêmica entre os especialistas.

Patricia Hearst, jovem herdeira de uma poderosa cadeia de jornais, foi seqüestrada em 1974 por um grupo de terro-

ristas. Aderindo à ideologia de seus captadores, tornou-se uma perigosa guerrilheira urbana, e chegou a participar de ações armadas. Presa afinal pela Polícia, foi levada a julgamento em princípios de 1976.

A defesa, apoiada pela rede de jornais da família Hearst, procurou explorar ao máximo a tese da “lavagem cerebral”. Sustentava o advogado F. Lee Bailey, defensor de Patricia, com base em psiquiatras contratados pela família da moça, que esta agira inconscientemente, pois seu cérebro fora “lavado”. Pelo que não podia ser condenada.

Por trás desse processo, o que estava em jogo era todo o edifício do Direito. Foi o que ponderou, com todo o propósito, o diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Berkeley, Sanford Kadish, em declarações à revista “News-week” (*What is brainwashing?*, 1973-76, p. 31): “[Essa hipótese] abre as portas para abusos e ameaça os fundamentos do Direito, na medida em que este se baseia no livre arbítrio e na responsabilidade”.

Também o Dr. Walter Reich, professor de psiquiatria, Diretor do Programa de Educação e Treinamento Psiquiátrico no prestigioso *National Institute of Mental Health*, de Washington, e Diretor do Programa de Ciências Médicas e Biológicas na *Washington School of Psychiatrics*, apontou o perigo de psiquiatras se apresentarem como “peritos” em “lavagem cerebral” no decorrer de processos judiciais, uma vez que não há estudos científicos e formas de comprovação suficientes para habilitar tais perícias. A propósito dessa incursão em campo tão contestado, alertava o Dr. Reich: *“Duas importantes instituições estão ameaçadas: o Direito, que terá de rever seus fundamentos filosóficos, e a Psiquiatria forense, que poderá perder a credibilidade tão penosamente conquistada. O direito criminal se baseia no pressuposto da responsabilidade pessoal de cada um sobre seu comportamento; e isto, por sua vez, se baseia na presunção do livre arbítrio. A idéia de que os seres humanos têm uma vontade que governa livremente seu comportamento, parece ser essencial para o funcionamento do Direito criminal. Sem este conceito seria impossível sustentar a respon-*

sabilidade pessoal e, portanto, também a sociedade. Se o livre arbítrio fosse um mito, então aquilo que sustenta e protege a sociedade seria um mito” (WALTER REICH, *Brainwashing, Psychiatry, and the Law*, “Psychiatry”, vol. 39, novembro de 1976, nº 4, pp. 400 a 403).

Essa nota do conhecido psiquiatra teve grande repercussão, sendo freqüentemente citada pelos autores que tratam do tema da “lavagem cerebral”, quer do ponto de vista jurídico, quer do sociológico ou do psicológico.

No caso de Patricia Hearst, prevaleceu o bom senso, e ela foi condenada, pelo Tribunal do Juri, a sete anos de reclusão.

12. “Manipulação do subconsciente”, outro conceito vazio de conteúdo científico

Se, no rigor de uma análise científica, “lavagem cerebral” não existe, não se poderia talvez falar de algum outro tipo mais capcioso de “controle da mente” que, sem chegar aos extremos de brutalidade que caracterizam a primeira, inibissem o exercício do livre arbítrio humano, de modo que a mente fosse efetivamente dominada por ação de agentes externos?

A. Um conceito intimamente conexo com o de “lavagem cerebral”

Em *Guerreiros da Virgem* assevera o sr. JAP que, “*embora manipulado e numa idade em que não era responsável por meus atos, entrei [na TFP] porque queria entrar*” (GV p. 200).

Diga-se de passagem que a declaração é espantosa no Brasil, onde os adolescentes habitualmente se destacam pela precocidade.

“*Não era responsável por meus atos*”: tal afirmação, genérica e sem matizes, importa em declarar que a irresponsabilidade dele era irrestrita, abrangia todos os atos.

É claro que aos 15 anos — idade em que o sr. JAP ingressou na TFP — o adolescente não dispõe de toda a responsabilidade do homem maduro. Mas para várias coisas já pode ter uma definida e incontestável responsabilidade própria (3). Como a de se filiar por sua iniciativa — suposto o

(3) A responsabilidade moral do menor de idade — a qual cresce paulatinamente com o desenvolvimento deste — é reconhecida de modo expressivo pela Igreja, entretanto tão zelosa da observância do respeito à autoridade paterna.

Com efeito, diz o Código de Direito Canônico vigente: “*Cânon 98, § 2. A pessoa menor, no exercício de seus direitos, permanece dependente do poder dos pais ou tutores, exceto naquilo em que os menores estão isentos do poder deles por lei divina ou pelo direito canônico*”.

Comenta o Pe. Jiménez Urresti, decano da Faculdade de Direito Canônico da célebre Universidade Pontifícia de Salamanca:

“*Em matéria de direitos pré-canônicos ou de lei divina, quer dizer, o direito de seguir o ditame da própria consciência, o menor não depende de seus pais ou tutores; e o Código [de Direito Canônico] expressa esse direito algumas vezes, configurando-o, por exemplo, ao requerer e admitir dezesseis anos para o ingresso no noviciado (c. 643, § 1, 1.º); sete anos para receber por decisão própria o batismo (c. 868, combinado com cc. 865-866), e até menos de sete anos para receber a Comunhão se estiver preparado (cc. 913-914).*”

“*Sobre os direitos canônicos, o Código exime também o menor do pátrio poder ou da tutoria em alguns casos; por exemplo, são requeridos e bastam sete anos para adquirir quase-domicílio própria, e, se estiver emancipado, também domicílio (c. 105, § 1); catorze anos para escolher o rito ao batizar-se (c. 111, § 2) e para voltar ao rito latino anterior (c. 112, § 1, 3.º); dezesseis anos para ser padrinho (c. 874, § 1, 2.º; e c. 893, § 1)*” (TEODORO I. JIMENEZ URRESTI, comentário ao cânon 98, in LAMBERTO DE ECHEVERRÍA [dir.], *Código de Derecho Canónico — Edición bilingüe comentada*, BAC, Madrid, 3.ª ed., 1983).

No mesmo sentido comenta o teólogo e canonista Pe. Jesus Hortal SJ: “*Pelo direito divino, os menores não estão sujeitos ao pátrio poder naquilo que diz diretamente respeito à sua salvação*” (Pe. JESUS HORTAL, comentário ao cânon 98, in *Código de Direito Canônico*, tradução oficial da CNBB, Edições Loyola, São Paulo, 1983).

consentimento paterno — em uma sociedade de fins ideológicos como a TFP. Aliás, transposto o limiar não tão distante, por onde se passa dos 17 para os 18 anos, o jovem já pode ser eleitor, ingressando livremente em partidos políticos, participando assim da vida pública. E ademais pode ser emancipado por seus pais, adquirindo em consequência os direitos da maioridade legal.

Tudo isso faz ver até que ponto o sr. JAP se engana, julgando-se um adolescente ou jovem típico no Brasil.

Diz ele que foi *“manipulado”*. Manipulado no quê? Como? Por quem?

Fica obviamente insinuada uma terrível operação que a TFP teria executado em seu interior, servindo-se de recursos fraudulentos e maquiavélicos: algo do gênero de uma *“lavagem cerebral”*.

Essa impressão torna-se mais clara em outro texto do sr. JAP, extraído já não do seu livro, mas do depoimento que prestou a *“OESP”* de 30 de junho:

“Minha adesão à TFP exigiu — como à maioria de seus membros — um longo processo. A partir da primeira abordagem — na rua, escola ou igreja —, éramos submetidos a um tratamento científico.

“Deixei-me manipular, muitas vezes conscientemente, muitas vezes não”.

E *“OESP”* de 13 de agosto, ao noticiar o lançamento em São Paulo de *Guerreiros da Virgem*, é ainda mais explícito: *“Na obra, Pedriali descreve desde as técnicas de aliciamento a que foi submetido, até os conflitos que teve de superar para deixar a organização, com sua gradual reintegração à sociedade. Ele detalha, por exemplo, a aplicação científica do aliciamento de adolescentes, da manipulação do subconsciente, da observação constante e dos tratamentos de choque”.*

É curioso que o articulista de *“OESP”* empregue a expressão *“manipulação do subconsciente”* e não *“manipulação mental”* (*“mind manipulation”*), usual entre os especialistas.

Mera coincidência?

O fato é que, a ter algum sentido, a expressão “manipulação do subconsciente” se relaciona de perto com a de “lavagem cerebral”. E é, como se verá, tão inconsistente e tão vazia como ela.

É justamente do desgaste da expressão “lavagem cerebral” que se originaram expressões mais ou menos equivalentes, todas vagas e pouco definidas, como “manipulação mental”, “controle da mente”, “reforma do pensamento”, “persuasão coercitiva” etc.

Todas estas sugerem que, com meios muito menos drásticos do que os utilizados na apregoada “lavagem cerebral” (a qual comportaria prisão, espancamento, torturas físicas e morais, administração de drogas etc.), se conseguiria chegar ao mesmo pretensível resultado, ou seja, a violação e o confisco do pensamento e da vontade do homem.

B. Manipulação: palavra que quer dizer tudo e não quer dizer nada

Que significa propriamente “manipulação”?

Segundo os dicionários correntes da língua portuguesa significa, entre outras coisas, preparar com a mão, imprimir forma a alguma coisa com a mão. Mas não mencionam eles aplicações necessariamente pejorativas. O *Dictionnaire du Français Contemporain* (Larousse, Paris, 1966), inclui dois sentidos pejorativos: transformar por operações suspeitas (por exemplo, manipular estatísticas) e realizar manobra que vise enganar, fraudar (por exemplo, manipulações eleitorais).

Nestes sentidos, já entrou também para o português corrente. Diz-se, por exemplo, que um órgão de imprensa *manipula* as notícias antes de apresentá-las ao público. Isto é, “arranja” os dados de tal forma que a notícia saia de acordo com os pressupostos ideológicos ou a linha política do jornal. Acusa-se um governo de *manipular* os índices de inflação, a propaganda comercial de *manipular* os consumidores, criando neles necessidades artificiais ou impingindo-lhes produtos de segunda categoria como sendo os melhores etc.

Outro dicionário francês moderno, o *Petit Robert* (PAUL ROBERT, *Dictionnaire Alphabétique Analogique de la Langue Française*, Société du Nouveau Littré, Paris, 1979) já registra em *manipulation* o significado de “domínio [empri-se] oculto exercido sobre um grupo (ou um indivíduo)”.

E é manifestamente neste sentido que o utiliza “OESP”, bem como seu redator sr. JAP em relação à TFP.

Assim, a palavra “manipulação”, de uns tempos a esta parte, veio tomando aos poucos um sentido “talismânico” (cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *Baldeação ideológica inadvertida e Diálogo*, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1974, 5ª ed., pp. 49 a 59). E passou a ter um significado cada vez mais amplo e indefinido, que lhe é conferido sobretudo por hábeis formas de utilizá-la. Poder-se-ia dizer que essa mesma palavra vem sendo cada vez mais “manipulada” em sua significação...

Ela pode significar tudo e ao mesmo tempo nada. Quando utilizada de modo a criar suspense e mistério, se transforma numa terrível “arma semântica”. Difama e pode tornar suspeita qualquer pessoa ou grupo contra o qual seja lançada, à maneira de uma acusação evidente que dispensa provas.

Provas, para quê? — Tal como acontece com outras palavras de efeito “talismânico”, basta dizer que tal ou tal atitude é *manipuladora*, para que muitas pessoas — com base apenas em sensações inexplicadas que adquiriram não sabem como nem onde, e impressionadas pela carga emocional que acompanha o uso da palavra — julguem que de fato a acusação está demonstrada sem necessidade de provas.

O que fica frequentemente insinuado, na utilização talismânica da palavra, é que manipulação envolve um tipo de influência maléfica e coercitiva sobre as pessoas. Maléfica porque oculta e inadvertida, visando tão-só atender a algum interesse inconfessado do manipulador. E coercitiva porque subjugava a vontade das vítimas que, o mais das vezes, nem teriam recursos para se defender contra tal forma de influência soez.

Em outros termos, manipulação seria uma forma de “coerção mental” muito análoga a “lavagem cerebral”.

Não deixa de ser desconcertante, por sinal, que em certos órgãos de comunicação social se fale tanto em manipulação, nesta época de domínio tirânico da televisão. Tal meio de influenciar penetra livremente em todos os lares, e induz crianças e adultos, por vezes nações inteiras, sem que o percebam claramente (mas não sem darem seu consentimento, ao menos remoto, pois é voluntariamente que se expõem a tal influência), a modificarem radicalmente este ou aquele costume e, mesmo, sua própria psicologia. A tal ponto chega, em muitos casos, esta dependência da televisão, que seu efeito foi comparado ao de uma droga (cfr. MARIE WINN, *The Plug-in-Drug*, Bantam Books, Nova York, 2ª impressão, 1978, 258 pp.). Tudo isto — é de notar — sem protesto global e eficaz da grande maioria dos responsáveis. Com que lógica, pois, temer tanto a manipulação e os manipuladores?

**C. É um erro imaginar o homem
como mero receptor passivo
das influências de seu ambiente**

Assim como a idéia de “lavagem cerebral” parte de um falso pressuposto — a negação da liberdade natural e “inconfiscável” da inteligência e da vontade do homem — também os que utilizam expressões correlatas, tais como “manipulação mental”, “controle da mente”, “persuasão coercitiva” etc. partem de erro análogo.

Com efeito, negam eles algo de si evidente. Ou seja, que toda pessoa está, em relação a seu ambiente, num processo cognoscitivo e volitivo de interação. Todos influenciam a todos. Mas a todos é dado, se quiserem, conhecer e rejeitar as ações que recebem. E, portanto, não se pode imaginar uma influência como que mecânica e irresistível em sentido único, como se o homem pudesse ser reduzido duravelmente a mero receptor passivo de informações, influências e pressões.

É o que explica a já citada psicóloga social Trudy Solomon, da *National Science Foundation*, de Washington. Após destacar que conceitos como “controle mental”, “reforma

de pensamento”, “persuasão coercitiva” etc. não passam de reencarnações da desprestigiada expressão “lavagem cerebral”, mostra ela que praticamente toda forma de influência humana pode ser abrangida por tais designações:

“Pouco depois de sua introdução — diz ela — o conceito de lavagem cerebral era aplicado a uma variedade de contextos, incluindo técnicas de doutrinação e a fenômenos do passado como a Inquisição e certos processos de bruxaria. Por causa das conotações predominantemente más e negativas que rapidamente ficaram associadas com a expressão lavagem cerebral, foram inventados vários derivados semânticos mais neutros, como controle da mente, coerção mental, reforma do pensamento, persuasão coercitiva e mentecídio. É nestas últimas encarnações que o conceito de lavagem cerebral tem sido usado ao longo dos anos, para designar praticamente toda forma de influência humana, inclusive o hipnotismo, a psicoterapia, os meios de comunicação de massa, a propaganda, a educação, a socialização [isto é, a integração das pessoas na sociedade], a educação das crianças, as mudanças de comportamento e uma miríade de formas conexas de técnicas de mudança de atitude e de comportamento” (TRUDY SOLOMON, *Programming and Deprogramming the Moonies: Social Psychology Applied*, in DAVID G. BROMLEY and JAMES T. RICHARDSON, *The Brainwashing / Deprogramming Controversy: Sociological, Psychological, Legal and Historical Perspectives*, The Edwin Mellen Press, New York-Toronto, 1983, pp. 165-166).

Depois de citar o papel de Kurt Lewin na teorização do comportamento humano sob a influência social, da interação que se dá entre a pessoa e a influência do meio social, a psicóloga afirma que *“do ponto de vista cognoscitivo, o indivíduo submetido a técnicas de influência social dentro do contexto de um grupo é visto como sendo um organismo ativo, continuamente empenhado em estruturar e avaliar as informações que recebe”* (TRUDY SOLOMON, op. cit., p. 172).

Portanto, carece de qualquer fundamento a idéia, muito explorada sensacionalisticamente, de um indivíduo que sofre passivamente a influência de um grupo social sem ter noção disso, e sem capacidade para apreciar as informações que lhe chegam.

* * *

Resta ainda uma pergunta: por que o sr. JAP teria baseado todo o seu libelo contra a TFP numa acusação tão desacreditada no meio científico — embora ainda impressione o grande público mal-informado — como a de “lavagem cerebral” ou “manipulação mental”?

Presumivelmente porque ele, egresso desta Sociedade, não lhe acompanhou com a necessária atenção as publicações. E ignorava a matéria estampada em “Catolicismo” de janeiro último. Ou talvez tenha tomado conhecimento dela, e, por essa razão, achou mais prudente não lançar a acusação de frente — empregando a expressão cientificamente desacreditada — e preferiu fazê-la do modo indireto e capcioso já comentado páginas atrás.

13. Mais uma laboriosa tentativa de explicação científica: o suposto processo iniciático da TFP se daria através do manuseio do fenômeno da “interação social” ou “interação grupal”

Todo o amplo corpo de acusações que o sr. JAP faz à TFP pode, como já se viu no Cap. II, ser condensado numa única frase: a TFP seria uma seita iniciática que, através da “lavagem cerebral”, produziria efeitos danosos sobre seus adeptos.

É em torno dessa acusação central que se estruturam, como vértebras em torno da espinha dorsal, todas as demais acusações do autor.

Ora, nessa acusação central é de primordial importância o conceito de “lavagem cerebral”. Sem esse misterioso e irresistível processo de mudar, de fora para dentro, as convicções de alguém, desmorona o próprio eixo do libelo acusatório.

Importaria, pois, sumamente ao sr. JAP, tão empenhado no afã de demolir a TFP, ser claro, preciso e insofismável quanto à natureza desse misterioso processo.

Mas, como o leitor pôde constatar, é precisamente o contrário que se dá. Foi mesmo necessária toda uma argumentação para concluir que era realmente uma “lavagem cerebral” — ou um sucedâneo como uma não definida “manipulação do subconsciente” — que o sr. JAP tinha em vista ao escrever seu livro.

Com efeito, ele se esquivava cuidadosamente de empregar essas expressões, que só foi possível obter na pena de propugnadores seus, calorosos mas desavisados.

Dado que *Guerreiros da Virgem*, se não é veraz, é contudo um livro bem redigido — o sr. JAP levou nada menos que um ano e quatro meses para escrevê-lo (cfr. “Jornal do Brasil”, 18-7-85) — seria injusto atribuir o caráter vago de sua acusação à falta de perícia do jovem autor, cujo talento tanto entusiasmou leitores como o seu aliás fogoso apolo-gista Prof. Roque Spencer Maciel de Barros (cfr. “O Estado de S. Paulo”, 29-10-85).

Descartada a hipótese de imperícia, resta a de que a ambigüidade na acusação foi desejada. E, neste caso, bastante bem alcançada.

Que razão terá havido para isto?

Já se aludiu aqui, como possível explicação, ao desgaste do mito da “lavagem cerebral”, e da mal sucedida *reprise* desta sob o rótulo de “manipulação mental” (“*mind manipulation*”).

De qualquer forma, a sistemática omissão da expressão “lavagem cerebral” está a indicar que o sr. JAP teme que tal imputação lhe seja atribuída. E este temor o terá levado por certo a excogitar outras explicações para atender alguma interpelação que neste sentido lhe seja feita. Pois — seu

livro também o prova — agilidade e destreza são predica- dos que não lhe faltam.

Qual seria essa eventual explicação? O propósito de levar a presente refutação até os últimos confins do horizonte car- regado de difamações, que o sr. JAP põe ante os olhos do leitor, empresta algum interesse a esta pergunta.

Mas, esquadrinhado o texto do sr. JAP, ressaltam tantas hipóteses, todas elas de possibilidade remota, que o espíri- to se perde em conjecturas valendo tanto, ou tão pouco, umas quanto as outras. Pelo que, só resta aguardar o que sr. JAP tenha a dizer a propósito.

Se não, pondere o leitor estas duas conjecturas equivalentes:

1. O sr. JAP responderia que ele não quis, ao descrever o suposto processo iniciático da TFP, senão constatá-lo e torná-lo público. Não quis explicá-lo.

Mas, suposto isto, que grau de probabilidade apresenta sua narração, a qual, sem esta explicação, fica ainda mais frouxa e desalinhada?

E como explicar que uma acusação tão balofa haja en- contrado o apoio sensacionalista de um jornal que se preza de circunspecto como “OESP”?

2. Pode-se supor, ainda, que o sr. JAP saia a público pre- cisando que o conteúdo do processo iniciático do qual teria sido vítima consistiria, pelo menos em parte (e neste caso, qual a outra parte?), no manuseio do chamado fenômeno de “interação social” ou “interação grupal”, largamente es- tudado em Sociologia e Psicologia Social. Ou seja, na esti- mulação recíproca de pessoas que formam um grupo social, com a conseqüente modificação mútua do comportamento dos indivíduos dentro do grupo e por ação do grupo.

Esse fenômeno ofereceria então uma explicação científi- ca para o que o sr. JAP procura dramatizar e apresentar co- mo misterioso, e que, na realidade, é o mais banal e corren- te dos fenômenos sociais: as pessoas se influenciam umas às outras, desde o nascimento até o último instante (por exemplo, o agonizante que aceita a sugestão de um parente para se confessar; ou apenas para tomar mais uma injeção).

E as pessoas em grupo são influenciadas não só pelos membros individualmente, mas pelo conjunto, o grupo.

Correlato com esse, e decorrente dele, é o fenômeno mais particular do *conformismo*, pelo qual alguém abandona as próprias crenças e comportamentos, para adotar os do grupo, como resultado da pressão real ou imaginária deste.

A admitir que esta seja a explicação científica que o sr. JAP tem para o que ocorre na TFP, cumpre observar que o *conformismo* não é um fenômeno inevitável, conforme deixa claro o psicólogo social norte-americano Dr. Charles A. Kiesler, cujas palavras interessa transcrever:

“Todos pertencemos a grupos de pessoas. Além disso, tais grupos influem em nós. Nosso comportamento e nossa atitude se modificam à medida que interagimos com os outros. Um grupo deseja que o indivíduo que dele participa atue como os outros e acredite no que os outros acreditam. Por isso, o resultado final da influência do grupo é que nossas crenças e nossas ações serão mais semelhantes às de outras pessoas do grupo. Às vezes, um membro de nosso grupo terá mais influência em nós do que outros. Se cada membro do grupo influi nos outros e é influenciado por eles, os participantes se tornam cada vez mais semelhantes entre si quanto à atitude e quanto à ação. Portanto, em muitos grupos, cada participante muda suas atitudes e ações a fim de que estas sejam mais semelhantes às dos outros, e, no conjunto, o grupo se torne mais uniforme em comportamento e crença.

“Evidentemente, isso não ocorrerá com todas as pessoas. Se você participa apenas nominalmente de um grupo, os seus membros podem não exercer qualquer influência sobre você. Ou, se você participa de um grupo apenas porque isso é necessário (por exemplo, se os seus pais insistem para que você entre num clube de que não gosta) você pode resistir a todas as tentativas de influência. Apenas descrevemos o que pode acontecer como consequência de participação num grupo” (CHARLES ADOLPHUS KIESLER & SARAH B. KIESLER, *Conformismo*, Editora Edgard Blücher/EDUSP, São Paulo, 1973, pp. 2-3).

Adiante, o Dr. Kiesler estabelece uma distinção entre dois tipos de *conformismo*, o do “céptico obediente” e o do “crente verdadeiro”: *“Esses dois tipos de conformismo foram denominados, pelos psicólogos sociais, obediência e aceitação íntima. A obediência refere-se ao comportamento explícito que se torna mais semelhante ao comportamento que o grupo deseja que seus membros apresentem. O termo refere-se às ações explícitas, independentemente das convicções íntimas do ator. Quando falamos de ‘apenas obediência’, queremos dizer que a pessoa se comporta como o grupo deseja que o faça, mas, na realidade, não acredita naquilo que está fazendo. Vale dizer, acompanha o grupo, sem que intimamente concorde com este. A aceitação íntima refere-se a uma mudança de atitude ou crença, e na direção das atitudes e crenças do grupo. Nesse caso, a pessoa pode, não apenas agir de acordo com os desejos do grupo, mas também mudar suas opiniões, de forma que passe a acreditar naquilo em que o grupo acredita. Este termo tem seu paralelo na expressão ‘mudança de atitude’ usada em estudos de comunicações persuasivas”* (idem, pp. 3 a 6).

Como se vê, esse processo, a que é tão claramente possível resistir, não se identifica com a ação irresistível que o sr. JAP afirma ter sofrido na TFP. E assim essa laboriosa hipótese também rui por terra.

CAPÍTULO V

Analogias forçadas entre fatos na TFP e métodos “clássicos” de “lavagem cerebral”

Para dar alguma consistência à acusação de “lavagem cerebral” contra os movimentos cívicos, filosóficos ou religiosos que combatem, os adversários destes procuram estabelecer analogias entre o que se passa no interior de tais grupos e as descrições ou interpretações dos autores “clássicos” sobre “lavagem cerebral”. Assim, tentam apontar elementos de identidade entre os dois processos, tais como: isolamento, controle da informação, humilhações, dieta alimentar pobre, privação do sono, doutrinação contínua, auto-acusação em público etc.

As analogias vão sendo manipuladas pelos partidários da teoria da “lavagem cerebral”, e outros elementos “de prova” novos, mais subtis, vão sendo por eles acrescentados, para conferir maior aceitabilidade à idéia de que qualquer alegada semelhança neste campo é de si comprobatória da existência dessa famosa “lavagem cerebral”.

A já citada monografia da TFP norte-americana sobre “lavagem cerebral” (cfr. “Catolicismo”, nº 409, janeiro de 1985) expõe detalhadamente esse mecanismo.

Os cientistas sociais Richardson e Kilbourne fazem o seguinte resumo dessa montagem artificial, que depois passarão a criticar: *“A conversão a tais grupos também é conceituada essencialmente em termos de um modelo de resocialização em três etapas. A primeira etapa consiste no que temos chamado de controle do estímulo e no típico processo do despojamento. Supostamente, os indivíduos que são atraídos ao grupo recebem intensa atenção personalizada, são submetidos a pressões sociais extremas, bombardeados com rituais e atividades, privados do sono e da alimentação, e são sistematicamente induzidos a estados alterados de consciência. Esta primeira etapa é calculada para ‘amaciá-los’ e fazer com que o neófito seja mais receptivo às idéias e ideologias, muitas vezes estranhas, próprias da ‘seita’. Na segunda etapa, de controle da reação (isto é, treinamento e identificação), o neófito é submetido a uma ‘maratona de conferências e a intensas atividades de piedade ou confessionais, calculadas para manter e fortalecer a receptividade do neófito’ (Clark et al., 1981, 14). O neófito é induzido constantemente a adotar e a ensaiar as idéias, práticas e comportamentos aprovados pela seita. Na terceira etapa, de controle normativo e renascimento do novo eu, ‘uma segunda personalidade artificial — a personalidade da seita — começa pouco a pouco a adquirir uma certa autonomia, à medida em que luta com a antiga personalidade para tomar posição preponderante na consciência’ (Clark et al., 1981, 17)”* (RICHARDSON & KILBOURNE, *Classical and Contemporary Applications of Brainwashing Models: A Comparison and Critique*, in BROMLEY & RICHARDSON, op. cit., p. 37).

Com muita propriedade, os dois especialistas comentam essa concepção:

“A personalidade do indivíduo é vista, por aqueles que adotam uma perspectiva de reforma de pensamento ou lavagem cerebral, como se fosse determinada por poderosas forças instintivas, biológicas, culturais ou sociais. Os indivíduos são simplesmente receptores passivos de suas personalidades (ou seja, esta é algo que lhes ocorre ou que lhes é dado) desde a mais tenra infância até a idade madura.

“A suposição meta-teórica da auto-transformação é também evidente em cada um dos quatro modelos de lavagem cerebral [Sargant, Merloo, Lifton e Shein]. Isto é, o eu da pessoa pode ser transformado em novas formas do eu, como os bichos-da-seda se transformam em borboletas. Esta suposição está na essência de todos os modelos de lavagem cerebral” (RICHARDSON & KILBOURNE, art. cit., in BROMLEY & RICHARDSON, op. cit., pp. 34-35).

Ora, toda a narração do sr. JAP procura “arranjar” os episódios de sua novela autobiográfica de forma a se parecerem com essas descrições de suposta “lavagem cerebral” ou “manipulação mental”.

O imaginário ambiente de terror que seria criado na TFP, as pretensas técnicas de “aliciamento” e a exigência da castidade feita aos sócios e cooperadores, serão objeto dos capítulos seguintes. Por comodidade de exposição, serão analisadas agora algumas outras “analogias” com o processo de “lavagem cerebral” e de “manipulação mental” sugeridas pelo sr. JAP, para mostrar desde logo a completa falta de fundamento concreto dessa absurda acusação, no que se refere à TFP.

1. Ambiente das sedes cientificamente planejado a fim de agir sobre o subconsciente dos que as freqüentam?

Segundo o sr. JAP, todo o ambiente das sedes, todo o relacionamento entre os que as freqüentam, é tendente a influenciar o jovem “iniciando”, mais ou menos inadvertidamente, de maneira a fixá-lo na entidade e a modificar seus antigos gostos e preferências. Tendo em vista tal finalidade, a TFP planejaria minuciosamente a decoração de suas sedes, as músicas que nelas se tocam, as diversas modalidades de trato pessoal etc. (cfr. GV pp. 48 e 74). Tudo confluiria, nos ambientes da entidade, para esse objetivo, sem que fosse dito expressamente ao “iniciando”.

De fato, a TFP procura fazer com que a decoração, o am-

biente e o convívio em suas sedes estejam de acordo com os princípios e o espírito que animam a entidade, bem como com as normas de bom gosto e boa educação, e mais especialmente conformes com os ensinamentos e a moral da Santa Igreja (1).

Mas isto, na TFP, se faz com toda a naturalidade, sem nada de imposto artificialmente ou de planejado cientificamente, como pretende o sr. JAP.

O pressuposto doutrinário dele parece se identificar com o dos racionalistas, que condenam o apelo subsidiário aos sentidos, recurso pedagógico clássico, largamente utilizado pela Igreja e pelos educadores de todos os tempos.

Esse racionalismo está presente — e não pouco — na crítica que os protestantes, afeitos a uma liturgia desnudada de elementos capazes de falar aos sentidos, sempre fizeram à Igreja Católica, pela suntuosidade dos edifícios religiosos desta, pela beleza de suas imagens, pela riqueza de seus símbolos, pelo esplendor de seus paramentos e pela pompa de sua magnífica liturgia.

Para pessoas com tal mentalidade hirta, de fundo racionalista, o sentimento não é o auxiliar da inteligência no processo do conhecimento, nem é o estimulador da vontade no reto processo das simpatias e rejeições. Segundo elas, o sentimento é sempre suspeito de atuar como inimigo insidioso do pensamento lógico e objetivo, e do ato de vontade realmente livre.

Diametralmente oposto é o que sempre ensinou e pôs em prática a Igreja Católica.

Para não alongar as citações, veja-se, por exemplo, o que comenta a respeito um aliás muito conceituado manual de uso corrente: *“É contrário à experiência que a vida intelec-*

(1) Sobre a influência das artes e dos ambientes na boa ou má formação da mentalidade, ver PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *Revolução e Contra-Revolução*, Parte I, Cap. X.

tual esteja em razão inversa da vida afetiva; pelo contrário, uma e outra se desenvolvem, se enriquecem e se afinam reciprocamente O sentimento dirige o curso de nossa atividade cognoscitiva, nossas percepções, nossas associações, nossas idéias sobre as coisas, nossos julgamentos e crenças; transforma nossas certezas em convicções pessoais muito caras; faz-nos aderir a certezas racionais antes indiferentes ou rejeitadas sentimentalmente, porque, sob a influência de uma pessoa que nos é simpática, acabamos por estudar suas provas, que nos convencem em seguida por sua força intrínseca” (Pe. ENRIQUE COLLIN, *Manual de Filosofía Tomista*, Luis Gili Ed., Barcelona, 1950, 2ª ed., tomo I, p. 454).

Considerem-se, a propósito, alguns exemplos fortemente distintos uns dos outros: uma função litúrgica, um desfile militar, um debate oratório, um minueto.

Essas várias ações, por mais que sejam diferentes quanto a seus fins fundamentais, têm todas uma finalidade comum de inegável alcance: fazer sentir aos respectivos públicos, por palavras, por gestos, pela indumentária, pelo acompanhamento da música, pela entonação de voz, pelas formas literárias etc., o significado profundo e o grau de dignidade respectivo daquilo que intrinsecamente elas são.

Daí o fato de que o ambiente em que se desenvolve cada uma dessas ações — uma igreja, um campo de parada, o salão de atos de uma academia literária, uma sala de baile do século XVII ou XVIII — ter também, cada qual, um cenário em harmonia com o respectivo fim.

Com isto, procedem tais instituições a uma “lavagem cerebral”? Manipulam elas o subconsciente dos que assistem a esses atos? Ou agem simplesmente como instituições civilizadas?

Se ter sedes em que a decoração, a música (que, diga-se de passagem, não se toca na TFP com a freqüência e a intensidade insinuadas pelo sr. JAP) e o trato entre as pessoas simbolizam de algum modo os princípios de uma entidade, os seus fins e a sua dignidade intrínseca, com isto a TFP

faz, porventura, algo à maneira de uma “lavagem cerebral”? Ou simplesmente se mostra civilizada?

Com efeito, num país civilizado, não está a vida social marcada pelo hábito de usar recursos destes, até na esfera privada? No lar, por exemplo, o que faz cada família senão explicitar e definir um espírito, e comunicá-lo a todos os seus para o bem da unidade familiar, constituindo — por vezes apenas instintivamente, e muito aos poucos — seu ambiente próprio?

Pode-se então dizer que, procedendo assim, a Igreja, a família, as forças armadas, e tantas outras instituições fazem “lavagem cerebral” nos seus próprios membros, ou no público em presença do qual se realizam? Ou que as move toda a série de intuitos maquiavélicos e secretos que, em razão de práticas análogas, o sr. JAP, distorcendo a realidade, atribui à TFP?

Mas, poderia objetar o sr. JAP, se essa influência dos ambientes sobre a pessoa é inadvertida, ela não pode deixar de ser fraudulenta.

Sem dúvida, essa influência é muitas vezes implícita, mas não é completamente inadvertida, e menos ainda é dolosa.

Uma pessoa pode, por exemplo, sentir na igreja o efeito que sobre ela produzem o som do órgão ou do canto gregoriano, o perfume do incenso, a penumbra do ambiente. Ela nem sabe dizer com clareza no que, precisamente, consiste o efeito que aquilo lhe causa. Mas daí não se pode concluir que esteja sendo vítima de uma ação fraudulenta. Tanto é assim que muitas vezes a pessoa vai à igreja precisamente porque deseja aquele efeito. Porque sabe que daquilo advirão conseqüências benéficas para ela.

Ademais, no mero gostar e não gostar de música, de parada militar ou de retórica, há um ato seletivo consciente e livre, cuja raiz profunda é a mentalidade que o indivíduo tem. E esta mentalidade, ele a tem por fatores em parte congênitos e em parte adquiridos. Os congênitos, ele poderia modificá-los. Os adquiridos, ele poderia modificá-los, requintá-los ou suprimi-los livremente. Porque o gostar e o não gostar resultam, em última análise, de algo livre. O

fato de que o homem nem sempre torne conscientes as relações entre seus gostos e suas idéias não quer portanto dizer que a liberdade esteja ausente de suas escolhas.

Aliás, se fosse necessário suprimir tudo quanto age inadvertidamente sobre o homem, seria necessário suprimir a civilização.

Por exemplo, quantos efeitos inadvertidos pode produzir o quadro da Mona Lisa sobre os que o vêem? Ou um vitral gótico? Ou o Parthenon?

O sr. JAP parece tomar isto tudo como “lavagem cerebral”, “manipulação mental” ou coisas do gênero...

* * *

Um trecho pouco conhecido de Engels vem muito a propósito para estas considerações. Revela ele os preconceitos do ateu e marxista contra a pompa litúrgica da Igreja Católica. Porém ilustra igualmente a mentalidade de certas pessoas de formação racionalista, que querem ver, em todo apelo ao sentimento, um perigoso atentado à razão humana.

Assim descreve sua visita à catedral de Xanten, na Alemanha, o amigo e financiador de Marx:

“A catedral de Xanten cercada de velhas construções e de muros de convento, está separada de tudo o que é moderno.

“Entrei na igreja; oficiava-se justamente uma Missa solene. A música do órgão precipitava-se com majestade do alto do coro, como uma alegre tropa de guerreiros enfeitadores, e atravessava a nave ressonante para ir perder-se nos recantos mais afastados da igreja. Mas desde que os trompetes anunciam o milagre da transubstanciação, quando o padre levanta o brilhante ostensório, quando a consciência de toda a comunidade está embriagada no vinho do recolhimento, então, precipita-te para fora, foge, salva tua faculdade de pensar fora desse oceano de sentimento que submerge a igreja com suas vagas” (“Telegraph für Deutschland”, n.º 197, dezembro de 1840, MEGA, I, 2, 92, apud

HENRI DESROCHE, *Socialismes et Sociologie Religieuse*, Éditions Cujas, Paris, 1965, pp. 189-190).

Se o sr. JAP visitasse a catedral de Xanten com o mesmo espírito com que rememora os ambientes da TFP, é possível que não a descrevesse de outro modo. Pois é a partir dos mesmos pressupostos psicológicos de Engels que ele descreve as sedes da TFP.

“Foge, foge da TFP” — é o que em cada página, em cada letra, parece bradar seu livro tão sereno...

2. Imposto aos sócios e cooperadores o afastamento da família e dos ambientes extrínsecos à TFP?

Para mais facilmente modificar as idéias e o comportamento do jovem “iniciando”, a TFP procuraria mantê-lo quanto possível confinado nos ambientes das sedes, e afastá-lo sistematicamente da família e dos ambientes extrínsecos à associação. É o que *Guerreiros da Virgem* afirma ou insinua destramente em várias passagens (pp. 46 a 48, 54, 75-76, 96-97, 98, 139, 159, 186 e 200).

Em primeiro lugar, não é verdade que na TFP os jovens vivam confinados nas sedes, e afastados do ambiente externo. Sendo a atuação da entidade, por sua própria natureza, preponderantemente voltada para o grande público, a muito acentuada maioria dos sócios e cooperadores tem constante e intenso contato com pessoas extrínsecas à Sociedade. O público, aliás, já se acostumou a ver por toda parte os jovens cooperadores da TFP, sempre dignos, sempre alegres, sempre tão caracteristicamente da TFP que o sr. JAP — invariavelmente malévolo — até vê nisso uma uniformidade inexplicável sem uma “lavagem cerebral”...

O fato de que eles têm largo e freqüente contato com o público não exclui que eles se afastem, por um movimento instintivo, de determinados ambientes. Quais são estes?

Antes de mais nada, os ambientes hostis, nos quais, pelo

descaso ostensivo, pelo debique, pelo sarcasmo, quando não pela injúria caluniosa e infatigável, são objeto de uma verdadeira guerrilha psicológica.

Exemplos de ambientes tais dá-nos o próprio sr. JAP (GV pp. 15, 19, 90 a 97), quando se refere às pressões por vezes verdadeiramente cruéis que teve de sofrer da parte de colegas de classe, por freqüentar as sedes da TFP (2).

“*Cet animal est très méchant: quand on l’attaque il se défend*” (“Este animal é muito mau: quando atacado, ele se defende”) — diz uma canção popular correntemente citada pelos franceses (*La Menagère*, 1868). Essa a estranha posição de certos críticos da TFP, que acham *très méchant* que sócios e cooperadores se afastem, por defesa da própria dignidade, dos ambientes em que são vilipendiados de modo desconcertante. Tanto mais desconcertante quando vivemos numa sociedade cada vez mais permissiva, na qual até o direito de cidadania para a homossexualidade encontra apaixonados propugnadores.

Ambientes que chegam a esse extremo não são raros, mas, felizmente, não constituem a regra geral. Sem embargo, ainda há outros fatores que tornam explicável que deles se afastem — em medida maior ou menor, segundo as circunstâncias — sócios e cooperadores da TFP. E não só estes, como freqüentemente os correspondentes da Sociedade (3) esparsos por todo o Brasil, em geral pais e mães de família que,

(2) Não seria demais lembrar aqui o episódio lancinante, ocorrido na Venezuela, de um pai que, em debate de televisão, acusou seu filho de se afastar do ambiente doméstico. A isto respondeu o filho, ato contínuo, que o pai chegou a condená-lo a tomar as refeições, durante dez dias, junto à casinha do cachorro, como punição por freqüentar a sede da Associação Civil Resistência, coirmã das TFPs naquele país. Ao que o pai... se calou.

(3) Correspondentes da TFP são as pessoas de um ou outro sexo que, solidárias com o pensamento, as metas e os métodos da entidade, lhe emprestam apoio habitual, desempenhando com dedicação diferentes tarefas de propaganda e difusão, de inegável utilidade.

Os correspondentes se propõem a distribuir pela imprensa, rádio

por imperativo de consciência inegavelmente respeitável, intencionam firmemente manter-se na prática dos princípios da Moral tradicional da Igreja.

Desta prática se afastou gradualmente, no decurso dos últimos vinte ou trinta anos, um impressionante número de ambientes sociais, nos quais os temas das conversas, as liberdades de trato entre os sexos, a televisão ligada de modo incessante, e difundindo tantas e tantas vezes cenas imorais, não podem deixar de entrar em dissonância profunda com a consciência de católicos não progressistas.

Tais ambientes, em lugar de se adaptarem, na medida do necessário, às convicções e à sensibilidade moral dos católicos não progressistas, mantêm, em presença destes, exatamente o mesmo tônus em vigor se estes estivessem ausentes.

Isto equivale a lhes dizer: “Vocês são uns atrasados, de idéias estreitas e modo de ser antipático. Para vocês, só há cidadania entre nós se consentirem em calcar aos pés os princípios morais que professam”.

“Acolhidos” assim, que podem fazer os católicos não *aggiornati* pelo progressismo?

— Romper com a própria consciência? — Sofreriam mercadamente o desprezo mudo daqueles mesmos ante quem capitulassem.

— Protestar? — Desencadeariam com isto a indignação irada dos dominadores do ambiente, de onde se seguiriam discussões e rupturas. E, paradoxalmente, a fama de intolerantes ainda recairia sobre aqueles que o despotismo do espírito moderno não havia tolerado.

e televisão locais os boletins e comunicados da entidade, e a difundir, quando a ocasião se apresenta espontaneamente, os princípios e ideais da TFP no círculo de suas relações familiares e sociais, profissionais etc. Presentemente a TFP conta com correspondentes em mais de cem cidades do Brasil.

— Retirar-se? — Os arautos desse mesmo espirito os acusariam de “esquisitos”.

Resultado dessa situação é que, em certo número de vezes, o melhor para o católico não *aggiornato* consista mesmo em manter-se à distância.

Tudo quanto acaba de ser dito aqui, poucos têm a coragem de o afirmar em letra de forma, com tanta franqueza e tantos pormenores.

Mas, de uma vez por todas, era preciso que fosse dito. E dito fica.

* * *

Quanto ao afastamento das famílias, que o sr. JAP maliciosamente apresenta como imposto na TFP, e quanto à idéia de que todas as famílias seriam necessariamente mal vistas na entidade, há que fazer alguns esclarecimentos.

Inicialmente, não é verdade que haja um afastamento obrigatório em relação às famílias. Uma expressiva parcela de sócios e cooperadores vive com suas famílias: os casados, obviamente, e também muitos solteiros.

A grande maioria, porém, opta livremente por residir nas sedes da entidade. Por que o fazem? Para poderem melhor se dedicar às atividades dela, e também porque encontram no convívio com os irmãos de ideal um fator de mútuo afervoramento.

Significa isso renegar a família, como afirma explicitamente o sr. JAP (GV p. 46)? Absolutamente não. Há muitas circunstâncias em que um homem pode deixar o convívio dos seus sem que isso de nenhum modo signifique renegá-los.

Um jovem que opte pela carreira diplomática, sabendo que dessa forma viverá sempre no Exterior, um comerciante que vai se estabelecer em outra cidade, em outro Estado ou até em outro país, um marinheiro da marinha civil, um militar — do exército, da marinha ou da aeronáutica — sujeito aos contínuos deslocamentos impostos pela função, um aviador profissional, deixam suas famílias, e pela mente de

ninguém ocorre atribuir essas opções a uma aversão pelas respectivas famílias e, menos ainda, pela instituição da família enquanto tal. Pois salvo casos muito especiais em que sua presença no lar fosse indispensável, eles agem bem seguindo uma aspiração legítima que qualquer homem pode ter por um determinado gênero de vida honesto, ainda que, acidentalmente, o prive das vantagens da vida familiar.

Pode também acontecer que alguém deixe a família por amor a um ideal mais alto. É o caso, por exemplo, de um voluntário que vai para a guerra deixando os pais, a esposa e os filhos na consternação. É o caso de um missionário que parte para regiões longínquas, de um religioso ou religiosa que ingressa num convento, e cuja Regra — como normalmente acontece — acarrete o sacrifício de ter os contatos com a família muito restringidos. Procedem estes mal? Por aversão à família? A resposta dada a estas perguntas pelo senso comum só pode ser negativa. É por amor a um ideal mais alto, e sem menoscabo do muito amor que têm aos parentes, que seguem a vocação mais alta.

É precisamente o que se dá com o sócio ou cooperador da TFP, o qual sente em si uma vocação que, sem se identificar com as carreiras ou estados de vida aqui enumerados, não deixa de ter analogias com um ou outro.

Ademais, se os costumes modernos tornaram tão freqüente hoje em dia rapazes e moças, mesmo solteiros, deixarem o lar paterno, não com vistas, pelo menos proximamente, a se casarem, mas pelo simples gosto de morarem sós — sem que isso resulte necessariamente de conflitos familiares ou de incompatibilidade com os pais — por que não podem fazer algo semelhante os da TFP que se dedicam a um tão alto ideal?

Se também isto o consenso geral vê com toda a naturalidade, por que — cabe insistir — verá com uma torva e fanática hostilidade que sócios e cooperadores da TFP, por uma altíssima e premente necessidade da Pátria e da Cristandade, vão residir em sedes da TFP?

O sócio ou cooperador da TFP conserva — é óbvio — todo o afeto e todo o respeito pela família, e se algum dia

esta precisar dele, ele será sempre o filho melhor e mais dedicado. Foi o que muitos pais já tiveram ocasião de comprovar em circunstâncias particularmente difíceis.

Por fim, cumpre acrescentar que os filhos menores só entram para a TFP com licença paterna escrita; e o mesmo se passa quando vão morar nas sedes da entidade. E assim que seja cassada a licença, cessam de freqüentar a TFP. E os dirigentes da Sociedade acolhem com toda a solicitude os pais, especialmente de filhos menores, que os procurem para obter esclarecimentos e informações.

A. A alta vocação da TFP: combater a guerra psicológica revolucionária, a principal tática de conquista do imperialismo comunista, em nossos dias

Mas a que chama de tão alto, esta alegada vocação da TFP?

Importa ser absolutamente claro a tal respeito:

1. É opinião corrente entre os entendidos, que a investida da guerra psicológica revolucionária, principal tática de conquista do imperialismo comunista moderno, constitui hoje uma verdadeira arma de guerra, tão genuína como a artilharia, a infantaria ou a aviação, tão desleal quanto a espionagem e ainda mais perigosa que esta (4).

(4) A existência da guerra psicológica é reconhecida tanto por especialistas do Ocidente, como por comunistas:

Diz o Marechal soviético Nikolay Bulganin: *“A guerra moderna é uma guerra psicológica, devendo as Forças Armadas servir apenas para deter um ataque armado ou, eventualmente, para ocupar o território conquistado por ação psicológica”* (apud HERMES DE ARAÚJO OLIVEIRA, *Guerra revolucionária*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 60).

Terence H. Qualter, da Universidade de Waterloo (Iowa), Estados Unidos, observa: *“Originariamente, a guerra psicológica era planejada como uma preliminar da ação militar, com o objetivo de desmoralizar os soldados inimigos antes que o ataque fosse lançado, ou como auxiliar da ação militar, apressando e reduzindo os custos da vitória.*

2. Com efeito, o êxito dessa guerra psicológica revolucionária consiste na conquista de parte da opinião pública para o comunismo, na paralisação de outra pela absorção total, artificialmente provocada, da grande maioria dela, em afazeres particulares (com a conseqüente ausência de zelo e vigilância pela causa pública), e pela tentativa de dividir, afogar sob uma tempestade incessante de calúnias, e pelo desânimo, os poucos que resistem.

Uma vez alcançado este sinistro resultado, a Pátria fica impossibilitada de reagir à agressão externa soviética e/ou à revolução sócio-econômica comunista à mão armada.

Hoje ela se tornou um substituto da ação militar. Uma derrota na guerra fria poderia ser tão real e tão definitiva quanto uma derrota militar, e, certamente, seria seguida da derrota militar" (Propaganda and Psychological Warfare, Random House, New York, 1965, pp. XII-XIII).

O General Humberto B. Martins, Comandante da Academia Militar de Portugal, assim a apresenta: *"Uma nova arma secreta foi encontrada e é habilmente manejada pelos que pretendem alcançar a sua total hegemonia na Europa e na Ásia. As técnicas letais, baseadas fundamentalmente no estudo dos recursos de manobra psicológica das massas, são magistralmente reunidas em sistemas de forças convergentes que visam o aniquilamento da estrutura moral, econômica e militar das nações visadas em cada fase" (Prefácio do livro de HERMES DE ARAÚJO OLIVEIRA, Guerra revolucionária, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 21).*

É do especialista francês Maurice Mègret a observação de que *"de Clausewitz a Lênin, a evolução das técnicas e o progresso das ciências psicológicas conspiraram para conferir à guerra psicológica os poderes quase mágicos de uma 'arte da subversão' " (La guerra psicológica, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1959, p. 31).*

Outro conhecido especialista francês, Roger Mucchieli, acrescenta: *"A concepção clássica fazia da subversão e da guerra psicológica uma máquina de guerra entre outras, durante o tempo das hostilidades, e cessavam com o fim destas. Os Estados de hoje, imobilizados por esta distinção arcaica, não compreenderam que a guerra psicológica faz estourar a distinção clássica entre guerra e paz. É uma guerra não convencional, estranha às normas do Direito Internacional e das*

E a vitória da ofensiva soviética acarreta a destruição da civilização cristã, bem como a perseguição atroz a tudo quanto na Igreja não se identifique com o progressismo e a Teologia da Libertação. Sem falar da perda da independência nacional em benefício de Moscou.

3. É compreensível que sócios e cooperadores da TFP, nessa conjuntura supremamente crítica, considerem que o Brasil esteja em perigo muito maior do que se algum ponto de suas fronteiras tivesse sido invadido e uma parte do seu território ocupada por um agressor externo. E que, nessas condi-

leis de guerra conhecidas; é uma guerra total que desconcerta os juristas e persegue seus objetivos ao abrigo de seus códigos.

“A guerra moderna é antes de tudo psicológica, e a relação com as armas clássicas está invertida. Hoje é o combate no campo (a guerrilha) que se tornou auxiliar da subversão” (*La subversion*, Bordas, Paris, 1972, pp. 26-27).

O mesmo Roger Mucchieli explica:

“A subversão [tal é a denominação dada por ele ao que outros chamam guerra psicológica] não é uma agitação, nem mesmo uma propaganda política propriamente dita; não é uma conspiração armada nem um esforço de mobilização das massas. Ela é uma técnica de enfraquecimento do poder e de desmoralização dos cidadãos. Esta técnica é fundada no conhecimento das leis da psicologia e da psicossociologia, porque visa tanto a opinião pública quanto o poder e as forças armadas de que este dispõe. Ela é uma ação sobre a opinião por meios sutis e convergentes, como descreveremos.

“A subversão é, pois, mais insidiosa do que sediciosa. A ruína do Estado (quando se trata de subversão interna) ou a derrota do inimigo (quando se trata de subversão organizada do Exterior) são visadas e obtidas por vias radicalmente diferentes da revolução (entendida no sentido de levante popular) e da guerra (entendida no sentido de confronto entre exércitos adversários e de batalha territorial). O Estado visado afundará por si mesmo na indiferença da ‘maioria silenciosa’ (porque esta é um produto da subversão); o exército inimigo cessará por si mesmo de combater, porque será completamente desmoralizado e desarticulado pelo desprezo que o cerca” (op. cit., p. 7).

Marius Trajano T. Netto, do Exército brasileiro, conclui acertadamente que “a Guerra Revolucionária é muito mais uma Guerra de Almas do que de Armas” (*A guerra revolucionária e o misonéismo*, in “Military Review”, edição em português, agosto de 1974, p. 53).

ções, se ufanem de consagrar à pacífica e legal atuação anticomunista promovida pela entidade, o tempo e o esforço que todo bom brasileiro não negaria à Pátria no caso de uma agressão estrangeira.

4. O que tanto mais os urge e os empolga quanto presenciam a todo momento a maré montante dessa ofensiva psicológica contra a Pátria e a civilização cristã. E a negligência — quando não a cumplicidade — de tantas figuras exponenciais de certo alto capitalismo, de certo Clero, de importantes setores universitários e órgãos de comunicação social, ante a investida que sopra pelo País todo.

Fantasia da TFP? — “Inocentes úteis”, “companheiros de viagem” etc.: quem não tem ouvido falar deles em nossos dias, pelo Brasil e pelo mundo afora?

5. Focalizando ainda mais diretamente o aspecto religioso do problema, é compreensível ainda que, como católicos, os sócios e cooperadores da TFP desempenhem com espírito de Fé e com uma dedicação de inspiração religiosa essa patriótica atuação contra o inimigo máximo da Igreja em nossos tempos. Pois eles vêm nessa verdadeira Cruzada do século XX uma eminente forma de sacralizar a ordem temporal, tarefa própria dos leigos católicos, para a qual os convocou o Papa Pio XII em célebre Alocução aos participantes do II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, em 5 de outubro de 1957: *“As relações entre a Igreja e o mundo exigem a intervenção dos apóstolos leigos. A ‘consecratio mundi’ [sacralização do mundo] é, no essencial, obra dos próprios leigos, de homens que estão intimamente entremeados à vida econômica e social, que participam do governo e das assembléias legislativas”* (Alocução aos Participantes do II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, Documentos Pontifícios, nº 127, Vozes, Petrópolis, 1960, 2ª ed., p. 18) (5).

(5) De seu lado, fala neste sentido o Concílio Vaticano II: *“A obra de redenção de Cristo, enquanto tende por si a salvar os*

6. Não é digno de aplauso que um grande número de jovens poupe até as migalhas de seu tempo disponível, ou, ainda mais, dedique seu tempo integral para estudar e agir de maneira a enfrentar, dentro da lei e da ordem, o inimigo insidioso da soberania nacional, da civilização cristã e da própria Igreja? E isso precisamente numa época em que tantos e tantos jovens desperdiçam o tempo em ocupações menos nobres ou até francamente condenáveis?

B. O juízo da TFP sobre a família moderna "in genere"

Diz o sr. JAP que a TFP julga severamente as famílias modernas.

Vivemos em um mundo fortemente paganizado, não há como negá-lo. Sendo esse mundo constituído de famílias, é forçoso reconhecer que muitíssimas delas, hoje em dia, estão paganizadas. E, conseqüentemente, que nelas se tenha,

homens, propõe-se também à restauração de toda a ordem temporal. Por isso, a missão da Igreja não é apenas anunciar a mensagem de Cristo e sua graça aos homens, mas também impregnar e aperfeiçoar toda a ordem temporal com o espírito evangélico.

"Em conseqüência, os leigos, ao realizarem essa missão, exercem seu apostolado tanto no mundo como na Igreja, tanto na ordem espiritual como na temporal. O leigo, que é ao mesmo tempo fiel e cidadão, deve sempre conduzir-se, em ambas as ordens, com a mesma consciência cristã.

"É preciso que os leigos tomem a restauração da ordem temporal como sua função própria, e que, conduzidos nisso pela luz do Evangelho e pela mente da Igreja, e movidos pela caridade cristã, atuem diretamente e de forma concreta; que os cidadãos cooperem uns com os outros, com sua competência específica e com sua responsabilidade própria; e que em todas as partes e em tudo busquem a justiça do reino de Deus. A ordem temporal deve ser restaurada de tal forma que, observadas integralmente suas próprias leis, esteja conforme aos mais altos princípios da vida cristã, adaptada às várias circunstâncias de lugares, tempos e povos" (Apostolicam Actuositatem, n.ºs 5 e 7).

no que diz respeito ao bem dos filhos, uma concepção puramente materialista, não tomando na devida conta a importância da formação espiritual que cumpre dar-lhes. A incompreensão ainda sobe de ponto no que se refere ao serviço que a família deve prestar à Igreja ou à Pátria, dando a uma ou a outra os filhos que se sentirem a isso chamados. Por falta de espírito de Fé, uma família desse gênero teria igualmente dificuldades para compreender um filho que aderisse à TFP.

É também fora de dúvida que incontáveis famílias não vêem o perigo em que se encontra a civilização cristã, ameaçada pela expansão do comunismo, como deveriam vê-lo. Seja por simpatia ideológica, ou — o que é muito mais frequente — por acharem que o comunismo constitui um perigo tão remoto para o Brasil que é perda de tempo preocupar-se com ele. Naturalmente, se um rapaz de uma dessas famílias quisesse se consagrar à luta ideológica anticomunista da TFP, elas não veriam isso com agrado, porque lhes faltam os pressupostos para tal.

Há, por fim, os pais que, à margem do pesar que sentem por verem prejudicado aquilo que reputam o verdadeiro interesse dos filhos, têm uma certa concepção cooperativista da família, em que cada um dos membros é obrigado a concorrer para o bem de todos. Se um filho quer sair desse circuito fechado e, num contexto mais amplo, concorrer para o bem comum de toda a sociedade, religiosa ou temporal, consideram que este — sobretudo se se tratar de pessoa particularmente bem dotada — está sonhando à família uma colaboração a que ela teria direito.

Esse, aliás, é um vezo comum em muitas famílias em época de decadência religiosa. No século passado, por exemplo, não era raro, na Europa como também no Brasil, se destinar para o Sacerdócio ou para a vida religiosa os filhos menos inteligentes, menos favorecidos. E se procurava a todo custo reter no mundo os mais bem dotados, como quem quer dar a Deus apenas os frutos que não fazem muita falta. De algum modo, como os frutos que Caim ofereceu a Deus, e que provocaram a sua ira... (Gen. IV, 5).

Infelizmente, por outro lado, a instituição da família está muito longe, hoje em dia, de ter sempre e universalmente aquela santa estabilidade ainda freqüente décadas atrás. A imoralidade desbragada de tantos e tantos órgãos de comunicação social (e a este respeito é inevitável mencionar as devastações da TV nos lares), a legislação cada vez mais permissivista, a introdução do divórcio, o livre curso de contraceptivos, o aborto que, “despenalizado”, se vai generalizando em todo o mundo, são outros tantos fatores que vêm sistematicamente corroendo a tradicional e santa instituição (6).

Por mais que doam estas verdades, é imperativo de honestidade intelectual vê-las de frente: o pai ou a mãe que estão dispostos a matar o filho nascituro, que grau de amor têm ao filho que efetivamente nasceu?

É confrangedor ter que reconhecê-lo, mas, em nossos dias, na grande maioria dos casos, a influência de incontáveis famílias sobre os filhos que queiram viver inteiramente segundo a Lei de Deus é negativa. Isto é, conduz de um modo ou outro à transgressão dessa Lei. Se não por uma pressão direta (não rara...) em favor da freqüentação das ocasiões próximas de pecado grave, pelo menos por uma permissividade carregada de indulgência ou de sorridente simpatia.

Por aí se configura facilmente uma situação em que um jovem católico — ainda fazendo abstração do caso concreto dos da TFP — pode precisar se defender contra a pressão

(6) Em 14 de julho último, o “Jornal do Brasil” publicou um Suplemento de seis páginas sobre *A nova família*. Na apresentação da ampla matéria, lê-se: “*A família brasileira mudou, dizem os sociólogos, antropólogos e psicanalistas. Alguns sinais dessa mudança: a classe média dos grandes centros urbanos já não se sente tão escandalizada com o fato de alguém optar por ter duas mulheres ao mesmo tempo, ou sustentar quatro famílias, ser homossexual, preferir não coabitar com o parceiro amoroso, viver como ‘single’, ou ser mãe solteira. Há 30 anos, seria muito diferente.*”

negativa de seus familiares. É um direito, e mesmo um dever dele, porque “*é preciso obedecer antes a Deus que aos homens*” (Act. V, 29). Isso, evidentemente, sem prejuízo do amor, do respeito e da obediência que, dentro dos limites da Lei de Deus, ele sempre deve a quem lhe deu a vida.

Mas — perguntará alguém — não é uma enormidade ver com estes olhos tão severos um número indeterminado mas amplíssimo de famílias?

Se o mundo atual se encontra na situação em que está — e não há mais quem negue estar ele devorado por crises múltiplas e cada vez mais graves — é em larga medida por um reflexo da situação da instituição familiar, como acaba de ser descrita.

Quem considera o mundo na perspectiva em que o considerou Nossa Senhora quando apareceu em Fátima, em 1917 — devorado por múltiplas crises que se avolumam e rumam para um trágico desenlace, com guerras, revoluções, o aniquilamento de muitas nações etc. (cfr. adiante, Cap. VI, 3), e isso tudo por causa de uma situação moral péssima — esse evidentemente só pode concluir que, em nossos dias, muitíssimas famílias não estão cumprindo o seu dever.

Toda essa visão de conjunto do mundo atual — da qual o sr. JAP parece nem cogitar — é no entanto indispensável para destruir a impressão falsa, sugerida por *Guerreiros da Virgem*, de que a TFP estaria em guerra declarada até mesmo contra as famílias cristãs e exemplares (7).

(7) Em nenhum momento, ao longo desta exposição, se teve em vista aludir à Exma. Família Pedriali, que sabemos digna de respeitosa simpatia. Nem ao que o sr. JAP narra no tocante a suas relações com ela enquanto frequentou a TFP.

Com efeito, nesta refutação, que as exigências de defender o renome da TFP vão tornando por demais extensa para o tempo de leitura do homem médio contemporâneo, a necessidade de resumir nos obriga a cuidar só do que tem interesse geral, deixando de lado a casuística desta ou daquela situação concreta. E, de outro lado, o próprio sr.

Aliás, o próprio sr. JAP, no parágrafo final do tópico mais especialmente dedicado ao assunto, deixa bem ver o que ele entende por família, ao incluí-la num só contexto com bailes, convívio de jovens de sexos opostos, músicas, cinema etc. Diz ele: *“O julgamento que os teefepistas faziam da família causava-me a mesma estranheza que muitas de suas opiniões em relação às manifestações da vida moderna: os bailes, o convívio entre jovens de sexos opostos, as músicas, o cinema, o teatro, as revistas, jornais e livros. Tudo, tudo — segundo eles — fora contaminado pela Revolução ou simplesmente era produzido por ela”* (GV p. 48).

Na perspectiva dele, tudo isso forma um todo solidário, em inteira e desabotoada conformidade com os costumes contemporâneos, já que é esta a posição que ele adota expressamente. E, portanto, lhe parece injusto o pensamento da TFP sobre esse conjunto. Ora, é evidente que nos aspectos da vida moderna por ele enumerados (dentre os quais inexplicavelmente omitiu a televisão) existe muita imoralidade, para quem ainda conserve a noção do que é moral...

JAP — sempre se imaginando paradigmático — trata desse episódio muito menos como de um aspecto de sua biografia do que como um caso típico das relações da TFP com as famílias de seus sócios e cooperadores.

Ora, este assunto genérico vem sendo objeto de sistemáticas explorações da parte dos adversários da TFP. Já na torpe tempestade de calúnias que foi o estrondo publicitário de 1984 na Venezuela, esse tema foi objeto das distorções mais flagrantemente opostas à verdade. Para não falar de análogos fogachos congêneres no Brasil e em mais de um país, onde têm surgido tentativas de exploração clérigo-progressistas na matéria.

Bom é que o tema seja tratado, pois, na amplitude geral de seus aspectos, *ad perpetuam rei memoriam*.

De onde a presente exposição sobrepassar aos casos concretos.

C. A TFP e as famílias de seus sócios e cooperadores

No caso concreto das famílias dos sócios e cooperadores da TFP, será verdade, como pretende o sr. JAP, que elas são necessariamente mal vistas pela entidade, e que esta procura obstar o relacionamento dos filhos com os respectivos familiares?

Ainda aqui o sr. JAP distorce a realidade.

Já no tempo dele havia um número considerável de famílias exemplares, que entregavam com entusiasmo seus filhos à TFP, e apoiavam calorosamente a dedicação deles aos ideais da entidade. Nos últimos anos, graças a Deus, o número dessas famílias tem ainda crescido substancialmente.

Tanto é assim que, nos primeiros anos da década de 70, quando começou a se formar a vasta e pujante rede dos correspondentes da Sociedade, foi precisamente entre as famílias de sócios e cooperadores que o movimento teve seu grande impulso inicial. E embora hoje ele se tenha expandido em outros meios — inclusive entre ex-membros de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desiludidos com o rumo cada vez mais debandadamente esquerdista que o Clero progressista vem tomando — ainda é nas famílias de sócios e cooperadores que ele encontra uma boa parte de sua propulsão.

Com efeito, entre os participantes do último Encontro Nacional de Correspondentes da TFP, realizado em São Paulo de 2 a 5 de agosto de 1985, dos 1418 inscritos, 274 eram parentes próximos — pais, mães, irmãos, irmãs, filhos, filhas ou esposas — de sócios e cooperadores da entidade.

Se a TFP obrigasse sistematicamente seus elementos a romper os laços familiares, como afirma o sr. JAP, eles só teriam encontrado inimizades e incompreensões entre os parentes, e a Sociedade nunca poderia ter formado tão vasta e benemérita rede de simpatizantes.

Bem entendido, mesmo fora das fileiras de correspondentes da TFP, há muitas famílias que vêm com bons olhos a participação de seus filhos na entidade. Entre estas, há pais e mães que, não tanto por simpatia ideológica para com a TFP, mas por verem nela um poderoso fator de preservação moral dos filhos — nesta época em que a imoralidade, as drogas e a criminalidade se vão alastrando impunes entre jovens e adolescentes — dão todo o apoio a que eles freqüentem as sedes da Sociedade. Prova disso é que ela possui 864 documentos de apoio de pais e mães de sócios ou cooperadores, elogiando a formação dada pela TFP a seus filhos, ou se solidarizando com ela por ocasião de investidas publicitárias de que foi alvo.

D. “FMR”: uma expressão despectiva e injuriosa?

E o que dizer da expressão “FMR” — “fonte de minha revolução” — que, segundo o sr. JAP, serve para designar despectiva e injuriosamente as famílias dos sócios e cooperadores?

A Revolução, conforme a já citada obra *Revolução e Contra-Revolução*, é um movimento nascido no fim da Idade Média, de uma explosão de orgulho e sensualidade, a partir da qual se originou todo o processo de decadência da civilização cristã, que, em etapas sucessivas, através da pseudo-Reforma protestante, da Revolução Francesa e do Comunismo, chegou até nossos dias.

De tal forma a Revolução, como um todo, penetrou nos mais diversos ambientes, que praticamente não há nenhum campo da vida do homem em que sua influência deletéria não tenha penetrado em grau maior ou menor. Mesmo dentro das sedes da TFP, e no interior das almas de muitos e muitos dentre os melhores sócios e cooperadores da entidade, essa influência se faz notar, como aliás realça em diversas passagens o livro *Guerreiros da Virgem* (pp. 80-81, 110, 159).

Só poderia se espantar com isso quem ignorasse o importante papel que desempenham, na História, as *osmoses* cul-

turais que às vezes se verificam até entre os adversários ideológicos mais categóricos.

Por exemplo, ao longo das lutas ideológicas, políticas e militares dramáticas e violentas entre a França revolucionária e a Europa monarquista (1789-1815), é fato notório que houve permeações ideológicas de parte a parte. De tal sorte que, depois do Terror, a França foi evoluindo gradualmente para a República do Diretório, o Consulado, a ditadura coroada de Napoleão e, por fim, o regime monárquico não ditatorial dos Bourbons; e, paralelamente, as nações monárquicas foram inalando influências republicanas, as quais determinaram a evolução em todo o Continente das monarquias absolutas para monarquias constitucionais, e destas para repúblicas democráticas.

Essas transformações de um lado e de outro teriam sido impossíveis sem as permeações culturais que freqüentes vezes se operaram na mente de republicanos e de monarquistas dos mais fogosos. E sem que, nem uns nem outros, advertissem que estavam caminhando rumo ao mal cujo avanço queriam tolher.

Das influências revolucionárias não estão isentas as famílias, mesmo as melhores e mais entusiasticamente contrarrevolucionárias. Por outro lado, é normalmente muito grande e muito profunda a influência que as famílias exercem sobre os filhos. Daí o se ter originado o costume de alguns jovens se referirem às próprias famílias como “fonte de minha revolução”, ou, abreviadamente, “FMR”. Queriam com isso se referir ao ponto mais sensível da influência revolucionária que sentiam dentro de si mesmos.

Convém deixar claro que essa expressão surgiu há já cerca de 15 anos, mais como um gracejo que em determinado momento se tornou habitual entre os jovens da TFP. Mas a direção da TFP mais de uma vez a desaprovou e recomendou que não fosse empregada para se referir às famílias, pois parecia suscetível de interpretações malévolas como a que faz o sr. JAP.

É o que compreendem os pais que com isenção de ânimo considerem o assunto.

E. A TFP, fator de divisão das famílias?

Com tudo isso, não será a TFP, de alguma maneira, um fator de divisão dentro das famílias?

Precisamente o contrário se dá. Os jovens da TFP sem dúvida se defendem interiormente da influência revolucionária que possam sofrer de suas famílias, mas paralelamente devem evitar querelas e discussões inúteis. Eles não são um fator de desunião na família, salvo nos pontos indispensáveis a sua própria perseverança na boa doutrina e nos bons costumes. E, mesmo nesses casos extremos, procuram sempre se manifestar modelarmente respeitosos em relação a seus pais.

Espanta, por sinal, que haja quem se preocupe tanto com a imaginária divisão das famílias, que faria a TFP.

Admita-se, só para argumentar, a hipótese absurda de que a TFP realmente dividisse as famílias de seus sócios e cooperadores.

Quantas são essas famílias? Pouco mais de mil. Seria uma quantidade minúscula, se se considerarem os milhões de famílias atingidas pelos incontáveis fatores de divisão e de desagregação dos dias de hoje, e que em consequência desses fatores acabam sendo tragicamente cindidas.

Entre esses fatores ocupa papel de não pequeno destaque a televisão imoral. A TV Globo, por exemplo, com sua imoralidade pública e notória. Precisamente a emissora que em 1978 moveu uma estrepitosa e acirrada campanha contra a TFP, acusando-a, entre outras coisas, de dividir as famílias...

3. Disciplina rígida e tratamentos de choque para extirpar do sócio ou cooperador da TFP os resquícios revolucionários de sua vida passada?

Segundo o sr. JAP, também seria uma componente da “lavagem cerebral” a “*rígida disciplina*” (GV p. 36) que, dentro da TFP, coarctaria as legítimas liberdades e quebraria as personalidades.

A esse respeito, é preciso dizer desde logo que a disciplina interna da TFP está muitíssimo longe de ter a rigidez que o sr. JAP, em seu novelesco livro, procura fazer crer.

A doutrina católica sobre a liberdade humana ensina que esta consiste, não no direito ou na faculdade de fazer tudo quanto aprovar aos sentidos e à imaginação, mas em seguir os ditames da razão, por sua vez ilustrada e amparada pela fé (8). O que constitui precisamente o contrário da doutrina de Freud e da maior parte das escolas psicológicas e psiquiátricas que surgiram depois dele.

(8) É esse o luminoso ensinamento de Leão XIII, na Encíclica *Libertas Praestantissimum*, de 20 de junho de 1888:

“A liberdade, portanto, é, como temos dito, herança daqueles que receberam a razão ou a inteligência em partilha; e esta liberdade, examinando-se a sua natureza, outra coisa não é senão a faculdade de escolher entre os meios que conduzem a um fim determinado. É neste sentido que aquele que tem a faculdade de escolher uma coisa entre algumas outras, é senhor de seus atos.

“Assim como o poder enganar-se, e enganar-se realmente, é uma falta que acusa a ausência da perfeição integral na inteligência, assim também aderir a um bem falso e enganador, ainda que seja um indicio do livre arbítrio, constitui contudo um defeito da liberdade, como a doença o é da vida. Igualmente a vontade, só pelo fato de que depende da razão, desde que deseja um objeto que se afaste da reta razão, cai num vício radical que não é senão a corrupção e o abuso da liberdade. Eis por que Deus, a perfeição infinita, que, sendo soberanamente inteligente e a bondade por essência, é também soberana-

Ora, nestas condições, a sujeição a uma disciplina voltada a impedir que o homem se ponha em ocasiões de ser arrastado pelo bramido irracional e turbulento dos instintos,

mente livre, não pode de nenhuma forma querer o mal moral. E o mesmo sucede com os bem-aventurados do Céu, graças à intuição que têm do soberano bem.

“O Doutor Angélico ocupou-se freqüente e longamente desta questão; e da sua doutrina resulta que a faculdade de pecar não é uma liberdade, mas uma escravidão. Muito sutil é a sua argumentação sobre as palavras do Senhor Jesus: ‘Aquele que comete o pecado é escravo do pecado’ (Jo. VIII, 34). ‘Todo ser é o que lhe convém segundo sua natureza. Logo, quando se move por um agente exterior, não age por si mesmo, mas pelo impulso de outrem, o que é próprio de escravo. Ora, segundo a natureza, o homem é racional. Por isso quando se move segundo a razão, é por um movimento próprio que ele se move, e opera por si mesmo, o que é essência da liberdade; mas, quando peca, procede contra a razão, e então é como se fosse posto em movimento por um outro e sujeito a uma dominação estranha. É por isso que aquele que comete pecado é escravo do pecado’ ” (Documentos Pontifícios, nº 9, Vozes, Petrópolis, 1961, 4ª ed., pp. 6 a 8).

A respeito, comenta ainda o teólogo e filósofo de reputação mundial, Pe. Victorino Rodríguez y Rodríguez O.P.:

“A análise psicológica da liberdade mostra-nos que ela é mais que o simples querer ou odiar, muito mais que um simples desejo realizável segundo dê na veneta de alguém.

“A eleição livre implica em deliberação, em seleção nos gostos e desejos; é a fixação de meios em ordem a um fim, é a ‘electio mediocrum servato ordine finis’ de que fala São Tomás (Suma Teológica, I, 62, 8 ad 3).

“Uma busca espontânea de um bem elementar não é exercício de liberdade. A liberdade humana é mais que a espontaneidade espiritual (Bergson) e, sobretudo, é mais que a espontaneidade instintiva e causadora de prazer (Freud), que se dá também no animal em meio de um ambiente propício de vida. Pode-se optar livremente por essas espontaneidades, mas elas não são a liberdade. Ambas as coisas se confundem, por exemplo, nesta passagem de André Gide: ‘É preciso não ter leis para ouvir a lei nova. Oh, libertação! Oh, liberdade! Irei até onde possa alcançar meu desejo’ (Los nuevos alimentos, Buenos Aires, 1962, p. 117)” (Pe. VICTORINO RODRÍGUEZ OP, Temas-Clave de Humanismo Cristiano, Speiro, Madrid, 1984, p. 110).

constitui, não um vínculo ou uma algema para a liberdade, mas uma preciosa proteção para ela.

Assim, proibir a um jovem que freqüente ambientes onde se fume maconha não é limitar a liberdade dele, mas garantir essa liberdade contra a tirania do vício, para o qual uma tentação sutil ou torrencial pode atraí-lo de um momento para outro.

E quando um religioso se obriga, mediante voto, a obedecer a seu Superior, visa com isso garantir melhor sua própria liberdade contra os assaltos da natureza humana degradada por efeito do pecado original e dos pecados atuais, bem como “instrumentalizada” pelo demônio. Esses assaltos o expõem tantas vezes ao risco de ter procedimentos e, por fim, de adquirir hábitos que sua razão e seus princípios religiosos censuram absolutamente. E, por isso, com o voto de obediência, ele pratica a perfeição heróica da liberdade cristã.

Mas — poderia redargüir o sr. JAP — os procedimentos indicados em *Guerreiros da Virgem* como sintomas de disciplina rígida na TFP manifestam, não propriamente a obediência, mas o exagero da obediência (9). Disto se tratará em seguida, ficando claro que não existe tal exagero.

(9) Que idéia terá o sr. JAP da obediência religiosa, e do que nela distingue a observância heróica do exagero? Não é de crer que ele enverede por esse campo que lhe é tão pouco familiar. Se o quiser fazer, seria aconselhável antes ler alguma coisa da abundante bibliografia sobre o assunto. Para lhe facilitar o trabalho de pesquisa, eis algumas indicações: SÃO BERNARDO DE CLARAVAL, *Del Precepto y de la Dispensa*, in *Obras Completas de San Bernardo*, BAC, Madrid, 1955, vol. II, pp. 777 a 823; SANTA CATARINA DE SIENA, *El Diálogo*, parte V (De la obediencia), in *Obras de Santa Catalina de Siena — El Diálogo*, BAC, Madrid, 1955, pp. 514 a 548; SÃO FRANCISCO DE SALES, *Entretiens Spirituels*, deuxième entretien *Discours de l'obéissance*, e douzième entretien *De l'obéissance*, in *Oeuvres*, Gallimard, Paris, 1969, pp. 1011 a 1019 e 1142 a 1172; SÃO ROBERTO BELLARMINO, *Tractatus de Obedientia, quae caeca nominatur*, in Pe. XAVIER-MARIE LE BACHELET SJ, *Auctarium Bellarminianum — Supplément aux Oeuvres du Cardinal Bellarmin*, Gabriel Beauchesne Ed., Paris, 1913, pp. 377

* * *

O sr. JAP dramatiza especialmente, em sua novela autobiográfica, os exercícios de adestramento realizados em duas sedes da TFP localizadas no bairro de Itaquera, em São Paulo. A disciplina férrea então imposta, a atividade contínua e extenuante, com alterações bruscas e inopinadas de programa, os pretensos “exercícios paramilitares”, o tratamento bruto, as punições pelas mínimas faltas cometidas, tudo não teria outro fim — segundo ele — senão quebrar as resistências que o militante da TFP ainda apresentasse “*em relação ao comportamento julgado ideal*” (GV p. 146). As “Itaqueras” constituiriam, portanto, verdadeiros “tratamentos de choque” para extirpar os resquícios revolucionários da vida passada do sócio ou cooperador da entidade. O que, na ótica do sr. JAP, corresponderia, por assim dizer, à etapa final do processo de “lavagem cerebral”, a qual acabaria por modelá-lo segundo o figurino característico da TFP (cfr. GV pp. 55 a 67, 142 a 147, 159-160).

Depois disso, regras de vida muito estritas (“*Ordos*”) (10) e um convívio intenso assegurariam “*o comportamento*

a 385; SÃO VICENTE DE PAULO, *Conferências às Filhas da Caridade*, Lisboa, 1960, pp. 43 a 49, 335 a 348, 514 a 525 e 706 a 714; Pe. MANUEL MARIA ESPINOSA POLIT SJ, *La Obediencia Perfecta — Comentario a la Carta de la Obediencia de San Ignacio de Loyola*, Editorial Jus, México, 1961, 2ª ed., 394 pp.; Pe. F. MAUCOURANT, *Probación religiosa de la obediencia*, Garnier, Paris, 1901, 363 pp.; Dom COLUMBA MARMION OSB, *Jesucristo Ideal del Monje*, Editorial Difusión, Buenos Aires, 1951, pp. 266 a 307; Dom ILDEFONSO HERWEGEN OSB, *Sentido e Espírito da Regra de São Bento*, Edições Lumen Christi, Rio de Janeiro, 1953, pp. 108 a 114, 395-396, 400 a 403.

(10) O Pe. Antonio Royo Marín, na sua conhecida *Teología de la perfección cristiana*, destaca a importância de um plano de vida até mesmo para os simples leigos:

padronizado que distingue ao longe um membro da TFP” (GV p. 146).

Como sempre, em sua novela autobiográfica, a narração do sr. JAP é feita com sagazes omissões e bem calculadas distorções, de forma a impressionar desagradavelmente os

“Como é sabido, o plano de vida consiste em traçar para si um horário completo e detalhado das ocupações e dos exercícios de piedade que se há de praticar durante o dia, a fim de, uma vez aprovado pelo diretor espiritual, cumpri-lo fielmente.

“A grande utilidade do plano de vida está fora de qualquer discussão, sobretudo para os espíritos caprichosos e inconstantes. Sem ele, perde-se muito tempo, aumenta-se a indecisão, descuidam-se as obrigações, ou se cumprem desordenadamente, e se desfecha na inconstância e na volubidade de caráter. Pelo contrário, submetendo-nos a um plano sabiamente traçado, não cabe lugar a vacilações nem a perdas de tempo, nada de importante fica sem prever, sobrenaturalizamos as menores ocupações pela obediência ao diretor, e educamos nossa vontade submetendo-a ao dever de cada momento.

“Tal plano de vida é utilíssimo para os leigos, para o Sacerdote secular, e ainda para pessoas que vivem em comunidade.

“Para os leigos — Vivendo, como vivem, no mundo, sem um superior a quem obedecer nem um regulamento a que sujeitar-se, dificilmente poderão evitar os inconvenientes de que acabamos de falar sem um plano de vida aprovado pelo diretor, e ao qual se submetam com a mais exímia pontualidade, ao menos na forma compatível com as mil circunstâncias imprevistas que comporta a vida no mundo.

“Para obter do plano de vida o máximo rendimento e utilidade, é preciso traçá-lo sabiamente, de acordo com o diretor espiritual Em geral, será preciso ter em conta as seguintes normas:

“1.ª) Deve estar, antes de mais nada, perfeitamente acomodado aos deveres do próprio estado, às ocupações habituais, às disposições de espírito, do caráter e do temperamento, às forças do corpo, ao nosso grau atual de perfeição e aos atrativos da graça.

“2.ª) Será ao mesmo tempo flexível e rígido. Flexível, para não nos sentirmos escravizados por ele, quando a caridade para o próximo ou uma circunstância grave absolutamente imprevista nos obrigue a omitir algum exercício ou a substituí-lo por outro equivalente. Rígido, para não deixar uma válvula de escape para a inconstância e o capricho do momento.

“3.ª) Deverá abarcar duas partes essenciais: o horário, ou quadro de ocupações desde a manhã até a noite, e a lista das más inclinações

leitores. Ele omite todas as explicações que poderiam manifestar o caráter profundamente sensato e razoável desses exercícios, e por outro lado desfigura aspectos fundamentais deles, o que rebaixa sua descrição ao nível de mera caricatura da realidade. Nessa ótica, os exercícios de adestramento praticados em Itaquera — que, aliás, não se realizaram mais desde 1974 — ou segundo o *“espírito de Itaquera”* (GV p. 160), não passariam de um conjunto de aberrações e brutalidades próprias a quebrar qualquer personalidade, algum tanto à maneira da suposta *“lavagem cerebral”*. E submetê-la ao arbítrio dos dirigentes da entidade. Bem entendido, tudo visto sob o prisma do drama interior do sr. JAP, que importa para ele mais do que a verdadeira natureza dos fatos e a correspondente justificação objetiva e lógica.

Em primeiro lugar, não se compreende por que ele quis tanto participar dos exercícios de adestramento realizados em Itaquera (*“a tão esperada Itaquera”*, GV p. 142) aos quais, agora — atendendo aos designios que se propôs, de denegrir e difamar a TFP — descreve com as cores próprias a caracterizar o processo arbitrariamente designado por *“lavagem cerebral”*.

O sr. JAP naturalmente dirá que se sentia coagido a tal participação, pois segundo sua ótica atual, sua mente estava *“dominada”* pela TFP, em decorrência do processo de *“lavagem cerebral”*. Só agora, liberto das garras da Sociedade, é que ele estaria em condições de reinterpretar tudo o que sofreu, e denunciá-lo à opinião pública.

a reprimir e dos bons hábitos a fomentar. E tudo isso deve estar perfeitamente controlado pelo exame de consciência diário.

“O cumprimento do plano de vida será severo e perseverante, se não queremos tirar-lhe quase toda a sua eficácia. Como já dissemos, a menos que a caridade, a impossibilidade material ou uma circunstância grave absolutamente imprevista no-lo impeça, devemos ser inflexíveis em ajustar a ele nossa conduta” (op. cit., BAC, Madrid, 1955, 2ª ed., pp. 741 a 743).

Essa argumentação não tem valor, pois padece do defeito designado em Lógica como “petição de princípio” (vício de raciocínio que consiste em dar como argumento probante aquilo mesmo que se quer provar).

Ele inclui as “Itaqueras” como parte do processo de “lavagem cerebral” e “prova” que as pessoas não eram livres para deixar de ir a Itaquera porque haviam sofrido “lavagem cerebral”...

Tendo, portanto, o sr. JAP ciência prévia do que iria encontrar durante os dois ou três dias da “Itaquera” (cfr. GV p. 66) — isto é, o inopinado, a atividade prolongada e cansativa, o estado de mobilização espiritual e corporal contínuo — e havendo se submetido a isso voluntariamente e por razões que lhe eram então perfeitamente claras, não pode alegar agora que se tratava de um processo de “lavagem cerebral” próprio a quebrar-lhe as últimas resistências da personalidade. Pois o elemento básico que caracterizaria a “lavagem cerebral” — segundo os que admitem a eficácia desse processo — seria a coerção.

A afirmação de que as “jornadas de Itaquera” constituíam etapas de um processo para quebrar as resistências da personalidade carece de qualquer fundamento. A finalidade desses exercícios era justamente o contrário, isto é, produzir um robustecimento da alma e do corpo. Com esse objetivo é que a TFP os promovia, o que explica o entusiasmo com que sócios e cooperadores se consagravam a eles.

Não é outra, aliás, a finalidade com que as Forças Armadas promovem os exercícios de ordem unida e os chamados “exercícios de vivacidade”, que se distinguem dos adestramentos especificamente *militares*.

Nem há porque chamar tais exercícios de “paramilitares”, pelo fato de serem eles predominantemente praticados nas Forças Armadas. As nossas escolas secundárias, tão civilistas, até hoje ensinam a formação e os movimentos de ordem unida, quando mais não seja para efeito dos desfiles da Semana da Pátria. E os exercícios de vivacidade são praticados em várias de suas formas pelos *escoteiros* e até pelas tenríssimas *bandeirantes*, a partir dos 7 anos de idade,

naturalmente proporcionados ao seu desenvolvimento físico e mental.

Mas, posto que é nas Forças Armadas que tais exercícios são aplicados de forma mais característica, é nelas que cumpre estudar sua finalidade e seus efeitos.

A priori deve ser rejeitada a tese de que tais exercícios são uma fábrica de loucos, ou de autômatos. Pois se assim fosse, as Forças Armadas o seriam também. O que evidentemente não é verdade, por mais que as mentalidades excessivamente civilistas queiram ver estes ou aqueles defeitos no modo de ser militar.

E qual é a finalidade desses exercícios na preparação militar? Eles estão obviamente subordinados ao fim último do soldado, que é a sua atuação na guerra.

Não é preciso ser um especialista em assuntos bélicos para entender que o soldado, na guerra, tem que atuar disciplinadamente, com rigorosa obediência às ordens recebidas, precisão e coesão de movimentos, energia de execução, destreza e agilidade diante do inopinado, tenacidade na luta, capacidade de sofrimento.

Nada disto é possível sem um adestramento habilmente dosado e convenientemente prolongado, para *aumentar* (e não quebrar...) a resistência do soldado, habituando-o a enfrentar, com ânimo alegre, a fadiga e o sofrimento, agilizando suas reações físicas e mentais, tornando-o, enfim, um homem rijo e destro de alma e de corpo.

É um axioma da formação militar que só quando os soldados houverem aprendido a “cerrar os dentes” para, com grande esforço, permanecerem em forma durante os exercícios realizados em tempo de paz, é que se poderá contar com um bom desempenho deles no campo de batalha.

A esse adestramento físico, que projeta seus efeitos no campo psicológico, cumpre acrescentar uma preparação específica no campo moral, inculcando no soldado a convicção de que defende uma causa justa, desenvolvendo nele o amor à Pátria e uma alta compreensão do seu destino histórico, a confiança nos chefes e o sentimento do seu próprio valor como combatente.

Assim estará o soldado plenamente formado para derramar o seu sangue, se preciso for, em defesa da Pátria.

Esta situação não é sem analogias com outras muito diferentes quanto aos objetivos que perseguem.

As Irmãs de Caridade, que se dedicam ao cuidado dos doentes nos hospitais, das crianças nos orfanatos, dos velhos em asilos, não precisam de menor energia de alma e de corpo, e para isso são convenientemente preparadas nos Noviciados e seguem uma Regra rígida.

Os missionários que abandonam tudo para levar a Fé católica aos pagãos no Oriente e na África, ou aos índios no interior do Brasil, recebem nos Seminários a formação adequada.

E a simples cura de almas de um Vigário de aldeia não exige menor desapego e capacidade de trabalho, com fadigas inenarráveis, que a opinião pública muitas vezes desconhece.

À luz dessas considerações, é fácil compreender a posição da TFP, que se consagra, por vocação específica de apostolado dos leigos, à defesa dos valores básicos da civilização cristã. A TFP escolheu para si o método de contato direto com o público, seja nas pacatas cidades do Interior, seja no centro das megalópolis febricitantes.

Como não entender que a formação do sócio ou cooperador da TFP exige essa dedicação multiforme, essa preparação para o inopinado, essa capacidade de enfrentar a fadiga, essa disciplina de procedimento que implica o contato direto com os transeuntes nas ruas e praças desse imenso Brasil?

Todos estes eram motivos bastante claros aos olhos do sr. JAP quando ele desejou submeter-se aos exercícios de Itaquera, “*a tão esperada Itaquera*” (GV p. 142).

Se o *flash* dessas razões se apagou diante de seus olhos, elas não se apagam de todo de sua memória, e ele as recorda e descreve, embora caricaturalmente, em sua novela autobiográfica (loc. cit.).

Mas nada disso o autoriza a reinterpretar agora, sob uma luz falsa, os fatos que observou nas “Itaqueras”, ajustando-os aos moldes *science-fiction* da “lavagem cerebral”.

4. Para quebrar a personalidade do “tefepista”, uma uniformização no pensar e no agir?

Segundo se depreende da leitura de *Guerreiros da Virgem*, a TFP obrigaria seus aderentes a se uniformizarem nas idéias, no modo de vestir, no modo de ser e no comportamento, até nas coisas mais corriqueiras da vida, a fim de forçá-los a rejeitar todo o seu passado, e quebrar-lhes a personalidade individual (cfr. GV pp. 19, 21, 36, 37, 81, 145, 146, 171 etc.).

Três questões distintas são assim levantadas:

A. Se a TFP impõe uma uniformização nas idéias;

B. Se ela impõe uma uniformização quanto ao modo de vestir dos sócios e cooperadores;

C. Se há um modo de ser e de se portar próprio da TFP, se ele é imposto, e se quebra as personalidades individuais.

A. Se a TFP impõe um pensamento uniforme

Pode causar estranheza a mais de um espírito relativista que a TFP tenha um corpo de princípios coeso e lógico, que vem atravessando os anos, os lustros e as décadas sempre enriquecido, sempre desdobrado, mas permanecendo inalterado em suas linhas essenciais.

Estranheza ainda maior pode causar que esse sólido e vasto conjunto de princípios seja aceito por um tão grande número de pessoas das mais variadas procedências, idades e condições, sem que surjam, continuamente, contradições, contestações, dissidências.

Para um espírito atolado no relativismo e no permissivismo modernos, só poderia explicar tal fenômeno uma “lavagem cerebral”, imposta para modificar o pensamento dos que entram, seguida de uma drástica e ditatorial disciplina intelectual para impedir que saiam da linha “ortodoxa” os cérebros já “lavados”.

O mesmo por certo pensaria, caso vivesse hoje, qualquer dos protestantes fanáticos dos séculos XVI a XIX, ou mesmo muito protestante de nossos dias, se posto em presença da majestosa e monumental uniformidade na Fé que caracteriza a Igreja Católica.

* * *

Mas haverá na TFP uma ditadura intelectual?

É preciso considerar, antes de tudo, que a TFP constitui uma escola de pensamento, e uma não pequena escola de pensamento.

O que caracteriza as escolas de pensamento é justamente que seus seguidores tenham em comum não só os grandes princípios gerais, mas também toda uma série de princípios menores, por sua natureza secundários — o que não significa pouco importantes — como são por exemplo os de ordem operativa.

Dentro desse patrimônio comum, dentro dessa unidade fundamental, é próprio às escolas de pensamento bem constituídas que haja uma grande variedade e uma grande liberdade na aplicação dos princípios gerais.

Não seria sem propósito estabelecer uma certa analogia, naturalmente com as devidas proporções, com o princípio clássico que a Igreja admite para as diferenças que, dentro de seu regaço materno, as várias escolas de pensamento legitimamente têm: *In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas* — naquilo que é necessário, unidade; no que é duvidoso, liberdade; e em todas as coisas, caridade, ou seja, amor de Deus.

O que é o *necessário* na escola de pensamento da TFP? Antes de tudo, uma adesão total e entusiasmada à doutrina da Santa Igreja Católica Apostólica Romana, expressa nos ensinamentos dos Romanos Pontífices, e do Magistério eclesialístico em geral (atribuindo a cada documento, segundo a natureza dele, toda a medida de acatamento preceituada pelo Direito Canônico).

Em seguida, adesão a uma série de princípios teóricos, ou teórico-práticos, que foram deduzidos, com escrupuloso rigor de lógica, da doutrina católica ou da análise da realidade — seja a atual, seja a histórica — segundo metodologia e critérios elaborados cuidadosamente na TFP, e cujos fundamentos se encontram largamente expostos no ensaio *Revolução e Contra-Revolução*, já mencionado.

Por fim, adesão a uma série de princípios operativos que foram sendo constituídos pela análise atenta da prática, ao longo de décadas de atuação comum. Tais princípios também têm seus fundamentos traçados em *Revolução e Contra-Revolução* (Parte II, Caps. V a XI).

Esses princípios todos constituem um conjunto que é o patrimônio fundamental da escola de pensamento da TFP. Em torno deles, graças a Deus, tem havido muita coesão, de tal forma que podem ser contadas nos dedos as pessoas que deixaram a Sociedade por discrepâncias doutrinárias.

* * *

Essa grande unidade de metas, de métodos de pensamento e de ação não significa nem um pouco que na TFP as idéias sejam impostas por força.

Que existe uma sadia e ampla liberdade na escola de pensamento da TFP, é fácil demonstrar. Pois sem a necessária medida de liberdade, nenhuma escola de pensamento pode ser verdadeiramente fecunda. Pelo contrário, torna-se repetitiva e enfadonha em suas produções, seus adeptos vão rareando, os leitores desaparecem, ela se estiola e acaba morrendo.

Ora, a vitalidade, a fecundidade e a pujança da TFP como escola de pensamento são atestadas pelos mais de 20 livros ou ensaios publicados pela TFP brasileira (cfr. relação no final desta obra), bem como pelas volumosas e densas coleções do “Legionário” de 1933 a 1947, e do “Catolicismo” de 1951 até nossos dias.

Em seus livros, como nas páginas desses órgãos, a TFP tratou e trata dos mais variados temas — religiosos, filosó-

ficos, políticos, sociológicos, artísticos, psicológicos, históricos, econômicos etc. — sempre dentro das linhas gerais acima referidas, mas com a mais ampla liberdade de aplicação e de desdobramentos.

Isso para não falar na também muito considerável produção intelectual das TFPs de 14 outros países, que, sem prejuízo de sua inteira autonomia, se inspiram nos mesmos princípios da TFP brasileira e se inserem na mesma escola de pensamento. Todas elas editam habitualmente jornais e revistas, e várias delas têm livros publicados (cfr. relação no final deste volume).

Aliás, qualquer pessoa que conheça um pouco os ambientes internos da TFP — e o sr. JAP se gaba de os conhecer — sabe quão grande é a liberdade que existe dentro da entidade para qualquer um estudar o que quiser, como e quando quiser, sem nada de artificial ou imposto. Normalmente, as iniciativas intelectuais que surgem nos mais variados setores da TFP são acolhidas com boa vontade, e recebem todo o incentivo dos dirigentes.

O respeito intelectual que há dentro de suas paredes chegou a surpreender o sr. JAP, que, como ele mesmo reconhece, não estava acostumado a ser tratado com tanta consideração. O que não o impede, aliás, de ver nessa própria consideração, uma “técnica de aliciamento”! (11)

A direção da TFP tem por norma nunca lançar uma campanha pública ou uma iniciativa importante sem reunir os sócios e cooperadores — mesmo os muito jovens — e expor-lhes suas razões e suas metas, ouvir as perguntas de todos, esclarecer as dúvidas, responder as eventuais objeções.

(11) *“As pessoas eram cultas e atenciosas, havia respeito intelectual. Essa atenção eu não encontrava no meu círculo religioso e social. Na organização, qualquer besteira que eu falasse era discutida com atenção e recebida até com carinho. Mais tarde, eu constataria que isso também fazia parte de uma série de técnicas de aliciamento” — declarou ele à “Folha de S. Paulo”, de 29-6-85.*

Em todas as reuniões de rotina, a palavra é sempre franqueada aos presentes — inclusive aos mais moços — e todos podem, com inteira liberdade, ponderar, perguntar ou objetar o que queiram.

Nessas reuniões, qualquer que seja o conferencista, nunca há uma palavra que não seja eximamente polida, nunca se expõe uma tese que não seja fartamente apoiada em argumentos ou em documentos, nunca se faz uma afirmação sem que todos os presentes tenham tempo, ocasião e ambiente para examinar e contra-argumentar à vontade. Nunca uma objeção ou dificuldade que não seja resolvida com toda a atenção e fraterno afeto.

O sr. JAP reconhece que isso é assim na fase de aproximação do neófito. Mas diz que tal respeito pelo novato não passa de um artifício para atraí-lo às malhas da TFP. Em relação àqueles em quem a TFP já deitou garras, o que fica maliciosamente insinuado em *Guerreiros da Virgem* é que o trato é bem outro. Nas reuniões da TFP todos ficariam intimidados, aterrorizados, aceitando passivamente as afirmações mais abstrusas sem ousar sequer enunciar uma simples dúvida.

Nada mais contrário à realidade. E o sr. JAP sabe disso perfeitamente.

Aliás, nem seria possível obter a coesão dessa mocidade turbulenta, agitada, inquieta, e por isso muitas vezes agressiva, do século XX, sem afeto, sem respeito, sem lógica. E sobretudo sem profundo espírito de Fé.

O que é muito especialmente verdadeiro em nosso País, dada a índole especial do brasileiro (cfr. Cap. II, 3).

É esse, e não outro, o “segredo” da adesão entusiástica que a TFP desperta entre os jovens.

B. Se na TFP é imposta uma uniformização quanto ao modo de vestir

Se na TFP houvesse um modo comum de vestir, nada daí se poderia deduzir quanto à “lavagem cerebral”, ou a imaginários abusos do princípio de autoridade. Porém manda

o amor à verdade que se acrescenta não existir na TFP essa uniformidade.

Durante muito tempo, os sócios e cooperadores da TFP se trajaram habitualmente com terno e gravata, como era então costume de todo homem ou rapaz que sáísse de sua casa para o trabalho, para o estudo, ou para freqüentar algum ambiente social. Costume esse ainda existente em muitos ambientes brasileiros atuais. E que continua bastante corrente em vários países, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Esse costume vinha desde as primeiras décadas do século, mas no Brasil foi caindo em desuso a partir de meados dos anos 60. E as modas masculinas que vieram depois — para falar só das masculinas — tinham uma acentuada nota de extravagância.

Essa extravagância era particularmente notável nas modas para rapazes, fortemente influenciadas pelos estilos surgidos no final da década com o *hippismo*, e resultava da tendência revolucionária moderna para generalizar a extravagância em todos os domínios da existência.

Daí se ter espontaneamente originado na TFP, como reação, a tendência a conservar, quanto possível, o uso do paletó e da gravata. Não era uma imposição, como afirma o sr. JAP (cfr. GV p. 177), não se tratava de nenhuma decisão oficial da entidade, mas tão-somente, por um consenso tácito, se foi conservando um costume que era considerado justo por todos à vista do contexto de fatos há pouco exposto.

Já em meados da década de 70, o paletó e a gravata haviam deixado quase completamente de ser usados no Brasil por rapazes. E começava a causar crescente estranheza que os usassem os da TFP, mais ou menos como se estranharia que um homem de idade se pusesse a andar pelas ruas com a bengala e o chapéu coco que ele mesmo usara quando moço...

Para uma entidade que se dirige habitualmente ao grande público, convém não destoar demais dos usos correntes. “*Se estiveres em Roma, vive como os romanos*”, diz velho

provérbio que, embora com os devidos matizes, cumpre tomar em conta.

Ademais, certa imprensa contrária à entidade começava precisamente a apresentar o terno e a gravata como elementos inseparáveis da figura do sócio ou cooperador da TFP, algo à maneira de um uniforme, o que nunca correspondeu à realidade.

Por essas razões — e não como um disfarce para atuar na clandestinidade, como maliciosamente pretende o sr. JAP (cfr. GV p. 177) — em 1975 a direção da entidade julgou conveniente recomendar aos mais moços que procurassem escolher, dentre os gêneros de roupas usados pelos rapazes de sua geração, aqueles que pudessem adotar sem prejuízo da compostura e dignidade que sempre caracterizam a apresentação dos sócios e cooperadores da TFP.

Teria a entidade, com isso, transigido em matéria de princípios? Teria ela feito uma concessão oportunista ao laxismo indumentário ao dar tal recomendação? — Não, porque embora o uso do terno e da gravata fosse de si preferível ao que veio depois, ele nunca fôra apresentado como ideal dentro da TFP. Era mesmo muito objetável de diversos pontos de vista (12). Se os da TFP o adotavam então, é pela mesma razão por que depois os mais jovens passaram a adotar outros modos de trajar. Ou seja, porque normalmente as pessoas devem vestir-se como o fazem os seus contemporâneos de mesma condição. Salvo, obviamente, quando surgem modas imorais ou de uma extravagância tão gravemente atentatória ao bom senso, que se torna por isso incompatível com a dignidade humana.

Hoje, os jovens da TFP, na sua quase totalidade, preferem usar blusões ou jaquetas, e raramente paletó e gravata, como ainda o faz a maior parte das pessoas que atingiram certa idade. E sem embargo de conservarem todos a nota de compostura e dignidade característica da TFP, é muito

(12) Cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *Indumentária, Hierarquia e Igualitarismo*, in "Catolicismo", n.º 133, janeiro de 1962.

grande a variedade de modelos e de cores que adotam tanto os mais antigos como os mais jovens.

O que não impede o sr. JAP, na sua permanente e mal disfarçada má-vontade em relação a tudo na TFP, de ver nos trajas dos sócios e cooperadores um “uniforme” (GV p. 11).

C. Se há um modo de ser e de se portar próprio da TFP, se ele é imposto, e se quebra as personalidades individuais

Que há um modo de ser e de se portar característico da TFP, é inegável. Esse modo de ser é aliás tão inconfundível, que só mesmo o sr. JAP pode imaginar que as roupas adotadas pelos mais jovens cooperadores da entidade, a partir de meados da década de 70, poderiam habilitá-los a agir na “clandestinidade” sem serem imediatamente identificados como da TFP...

É preciso lembrar, a esse propósito, que a eclosão de um tipo humano específico e diferenciado não constitui peculiaridade da TFP. Ela é o produto natural de uma sociedade pujante e organicamente constituída. As diversas espécies de atividades profissionais, por exemplo, são de molde a engendrar tipos humanos característicos: Sacerdotes, militares, médicos, artistas, são não raro identificáveis com facilidade, mesmo quando não estejam usando qualquer sinal visível de suas profissões.

Também o convívio de certos grupos humanos tende a destilar todo um modo de ser e de se portar comum, que se reflete até com particular força de expressão em pormenores às vezes ínfimos, como no modo de escrever ou de falar, ou de andar pela rua.

É freqüente, por exemplo, que um jornalista novato, entrando para a redação de um jornal ou revista, pouco a pouco assimile o estilo dos mais antigos, e por esse mecanismo — em que pode entrar, a princípio, algo de mimetismo, mas que tem muito de legítimo e de tradicional —

se constitua, ao cabo de algum tempo, um estilo próprio da-quele órgão (13).

Também na linguagem da conversa quotidiana essa influência se faz sentir muito fortemente. Por exemplo, não há casa de família, ambiente de trabalho ou agrupamento humano de qualquer natureza em que o convívio intenso de seus elementos não vá naturalmente cunhando uma série

(13) O próprio "OESP" (o jornal em que trabalha o sr. JAP) foi, em princípios do século, acusado precisamente de despersonalizar seus redatores:

"O escritor que para lá entra, na qualidade de membro efetivo da redação, o primeiro impulso que experimenta é o de uma irreprimível exasperação do orgulho pessoal

"Aproveitando-se desse desvanecimento de alma em que os seus colegas se comprazem, o secretário geral da redação opera habilmente, sem que nenhum o perceba, a capitulação completa de cada responsabilidade pessoal diante da irresponsabilidade impersonal do critério coletivo — simbolizado no poder autocrático que o referido secretário nas suas mãos despóticas enfeixa. As personalidades fundem-se e desaparecem, tragadas voraginosamente por aquele centro absorvor de todos os esforços isolados; umas deixam de produzir, malferidas nos seus naturais estímulos para o trabalho mental; outras só produzem de acordo com a inflexível orientação do secretário todo-poderoso, e, portanto, com absoluta quebra de sua independência intelectual. Uma única exceção, talvez, conheço até agora: é Plínio Barreto

"Além da plena acomodação aos gostos e inclinações pessoais do secretário-mór, timbram os redatores de 'O Estado' em imitar a maneira de escrever do sr. Julio de Mesquita. Não há, nesse movimento, nenhum servil intuito bajulatório: é um irreprimível e espontâneo impulso de admiração que os leva a assim proceder. Dentro de pouco tempo estão escrevendo como ele, em períodos curtos, em frases incisivas, em locuções nervosas e vibrantes. Se, no decurso de uma discussão momentosa, acontece que um acaso qualquer impossibilita o diretor de traçar a sua nota, é ele substituído, e de tal arte o seu estilo foi assimilado pelos outros redatores, que só os profissionais com larga experiência percebem — e assim mesmo com que dificuldades! — que houve substituição de homem no leme" (J. ALBERTO DE SOUZA, Amadeu Amaral — Urzes, névoas, espumas, ed. d'O São Paulo Imparcial, São Paulo, 1918, pp. 15, 16, 21 e 23).

de expressões próprias, que ali todos entendem com determinado sentido, e que algum adventício provavelmente não entenderá desde logo. Constitui-se dessa forma um linguajar característico daquele grupo social ou profissional.

* * *

Não é apenas naturalmente, que se estabelecem essas uniformizações nos grupos humanos. Muitas vezes, a modelagem dos estilos é feita artificialmente.

A esse propósito, cumpre contestar o princípio genérico subjacente em certas críticas do sr. JAP, de que toda e qualquer uniformização, padronização ou estilização é intrinsecamente compressiva e deformante da personalidade.

Tal princípio, de sabor freudiano, importa na negação de tudo quanto é norma de asseio, de compostura, de boa educação, e conduz à anarquização das mentalidades e dos costumes.

A modelagem artificial pode, sem dúvida, estereotipar a pessoa, e fazer com que perca suas legítimas peculiaridades. É o que, em grande medida, faz hoje em dia, por exemplo, a televisão. Mas nem toda modelagem artificial estereotipa necessariamente, e às vezes é até um possante meio de desenvolvimento da personalidade. Longe de amesquinhá-la, permite que ela explore todas as suas potencialidades.

Essa modelagem é levada por vezes a ponto de não apenas modificar certos aspectos exteriores, mas toda a imposição da vida, toda a mentalidade. E é obtida num contexto de rígida disciplina e ensinamento constante.

Importaria isso em uma “lavagem cerebral”? — De nenhum modo, como se pode verificar no contato com Religiosos, militares e tantos outros que passam por semelhante modelagem e apresentam marcante personalidade. Aliás, isto é do mais elementar bom senso.

Nessa linha, são interessantes as considerações dos cientistas sociais David G. Bromley e Anson D. Shupe Jr.

Segundo eles, a doutrinação e a disciplina severa impostas a um conjunto de pessoas em regime de internamento

(freqüentemente apresentadas como características principais da “lavagem cerebral”) não têm, na realidade, o efeito de transformar as pessoas em meros “robôs”, sendo adotadas em instituições nas quais se exige do indivíduo grande capacidade de decisão pessoal, como academias de oficiais das forças armadas e também em conventos católicos: *“Em outro estudo clássico, o sociólogo Sanford N. Dornbusch examinou as técnicas de doutrinação utilizadas na Academia Naval Guarda-Costeira dos Estados Unidos. Os cadetes são primeiramente despojados de suas identidades civis anteriores: suas cabeças são raspadas e se lhes entregam uniformes; seus antigos empregos, realizações e laços familiares, não só são desvalorizados, mas muitas vezes nem lhes é permitido referir-se a eles. Um novo sistema de prêmios e castigos substitui gradualmente seus valores, e eleva os novos objetivos — os da academia militar — acima de quaisquer outras lealdades e interesses. O contacto com o mundo exterior é estritamente controlado. A princípio, as cartas e as visitas não são permitidas. Até mesmo as reflexões pessoais sobre sua vida atual são desestimuladas: os diários íntimos são proibidos. Segundo os padrões civis convencionais, o sistema de vida de um cadete guarda-costeiro é restritivo e mesmo repressivo. Ele remodela os valores, altera as personalidades. Disciplina os indivíduos e determina suas perspectivas, mas não os converte em robôs. Técnicas similares são utilizadas correntemente nos campos de treinamento de todas as forças armadas, assim como em muitos conventos e mosteiros da Igreja Católica Romana”* (BROMLEY & SHUPE JR., *Strange Gods — The Great American Cult Scare*, Beacon Press, Boston, 1981, pp. 97-98).

Também na formação religiosa clássica havia um empenho de modelar todo o modo de ser do seminarista, de tal forma que ele adquirisse o *maintien* (porte, postura, modo de apresentar-se em sociedade) que se julgava mais adequado para um Sacerdote.

Já o Concílio de Trento (1545-1563) enunciava o princípio geral que devia reger o *maintien* de um eclesiástico: *“Convém absolutamente que os clérigos chamados a ser a*

herança do Senhor disponham de tal forma sua vida e seus costumes, que sua veste, seu gesto, seu caminhar, sua conversação, assim como tudo o mais de sua conduta nada apresentem que não inspire gravidade, temperança e espírito religioso” (Sess. XII, cap. 1, De Ref.).

Não apenas os princípios gerais de comportamento eram ensinados nos seminários, mas se entrava também no terreno da vida prática. Conheceu grande voga, no século passado, o clássico manual *Politesse et Convenances Ecclésiastiques*, do Padre sulpiciano L. Branchereau (Vic et Amat, Libraires-Editeurs, Paris, 12^a ed., 572 pp., com prefácio de Mons. Félix Dupanloup, Bispo de Orleans, datado de 22-3-1872).

Na época em que Saint-Sulpice dava por assim dizer o tônus para os seminários da Europa e de todo o mundo, esse manual, que compendiava o espírito e o modo de ser do sulpiciano clássico, teve amplíssima divulgação nos meios eclesiásticos. Nele, até o modo de equilibrar a cabeça sobre o pescoço, de carregar um guarda-chuva, de pisar o chão com maior ou menor força ao caminhar, de modular o timbre de voz nas conversas, tudo é minuciosamente tratado, com o objetivo de que cada seminarista ou cada Sacerdote aproxime ao máximo seu aspecto exterior do padrão considerado ideal para um eclesiástico.

Em certas empresas comerciais ou industriais existem também cursos para formação dos funcionários, descendo por vezes até a pormenores bastante minuciosos. E isso não apenas para dar ao público uma boa imagem da empresa, como para a própria eficiência do serviço. Ainda hoje, são frequentes os cursos de aperfeiçoamento em todos os níveis, desde “executivos” até relações públicas, secretárias, vendedores etc. E o efeito normal desses cursos é modelar as pessoas, a tal ponto que elas adquirem o modo de ser próprio de sua profissão ou até mesmo de sua empresa. Ficará assim despersonalizado o profissional? Normalmente se dará o contrário.

* * *

E na TFP, o que se passou ou se passa nessa linha?

Realmente se pensou, no ano de 1976, em elaborar uma espécie de “*ordo*” ou diretório geral para o sócio ou cooperador da TFP, com normas de *maintien*, procedimento, trato pessoal etc., de tal forma que a imagem da entidade que cada um deles dá ao público com o qual tem contato correspondesse à elevação dos ideais da associação.

Uma primeira redação desse diretório chegou a ser esboçada, e, como experiência, alguns pontos começaram a ser adotados por certos grupos dentro da TFP. Porém não como um modo de ser artificial e arbitrariamente imposto. Tratava-se, em considerável parte, mais bem de uma compilação e de uma ordenação de costumes que, ao longo dos anos, já vinham sendo organicamente adotados na TFP. E que, consuetudinários como eram, deveriam sofrer a influência gradual das circunstâncias que fossem mudando.

Dada a grande expansão que a entidade teve na última década, e devido à absorção de muitos nas atividades sociais sempre crescentes, não foi infelizmente possível completar o referido diretório, e menos ainda estender sua aplicação a toda a TFP. Ficou para alguns como um ideal a ser atingido, sempre orgânica e consuetudinariamente, com o favor de Nossa Senhora, no momento oportuno. Para outros, caiu no esquecimento.

* * *

Diz o sr. JAP que os sócios e cooperadores se despersonalizam e se transformam em robôs (cfr. GV pp. 19 e 197).

“*Despersonalizam*”: expressão elástica, que se pode prestar a confusão.

Segundo a doutrina católica e a experiência da sabedoria de todos os séculos, a influência exercida por alguém de personalidade e de procedimento modelares é essencialmente benfazeja, pois “*verba movent, exempla trahunt*” (as palavras movem, os exemplos arrastam). E, conforme o caso, pode projetar-se não só sobre este ou aquele aspecto da personalidade influenciada, mas até modelá-la em seu conjunto.

Foi o que fez Nosso Senhor Jesus Cristo com os Apóstolos, e estes com os fiéis que foram atraindo para a Igreja nascente. O exemplo dos Mártires suscitava outros Mártires, e dos Apóstolos outros Apóstolos. E assim por diante, a imensa caudal dos bons exemplos que se vêm sucedendo na Igreja ao longo dos séculos. Quando esta última eleva um Santo à honra dos altares, apresenta-o como exemplo para todos os homens em todos os séculos.

Para as pessoas chamadas ao estado de perfeição evangélica, a fidelidade ao exemplo dado pelo fundador dos respectivos institutos religiosos deve modelar toda a personalidade de seus membros. A este propósito, um autorizadíssimo biógrafo do Bem-aventurado Miguel Rua, primeiro sucessor do glorioso Fundador da Congregação Salesiana, São João Bosco, afirma que Dom Rua *“era conhecido como uma personificação de Dom Bosco”* (*Memorias biográficas del Reverendo Padre D. Miguel Rua primer sucesor de Don Bosco*, por el Sac. J.B. FRANCESIA, salesiano, Tip. Salesiana del Colegio Pio IX, Buenos Aires, 1911, p. 120) (14).

(14) O Pe. Francesia — que conviveu 60 anos com o Bem-aventurado Miguel Rua, e privou com São João Bosco por cerca de 40 — recorda em sua obra alguns episódios que permitem aquilatar até que ponto Dom Rua procurou imitar as virtudes e assimilar o espírito de seu Fundador:

“Quando Dom Bosco nos oferecia algum trabalho e, por estar erizado de dificuldades não nos comprometíamos a levá-lo até o fim, acudia sempre a Dom Rua, certo de ser secundado. Muitas vezes tive ocasião de ouvir estas palavras da boca de Dom Bosco: ‘fica tranqüilo, pois Dom Rua fará tudo, e às mil maravilhas’. O que não me surpreendia, pois sabia muito bem que Dom Rua era intérprete fiel dos pensamentos de Dom Bosco. Previa o que tinha para fazer, e propunha os meios para a execução, procurando ajustar-se na prática ao pensamento de Dom Bosco. O humilde Dom Rua trabalhava em silêncio, quase como se não existisse. Dom Bosco lhe assinalava os rumos, e ele punha o maior empenho em cumprir a vontade de seu pai.

“No ano de 1883 Dom Bosco percorreu triunfalmente a França É algo que escapa à mente humana descrever o entusiasmo que Dom

Teria São João Bosco “despersonalizado” o Bemaventurado Miguel Rua? Indo mais longe, teria o Divino Salvador “despersonalizado” tantos e tão santos e gloriosos fiéis que fizeram da mais perfeita imitação dEle o ideal de sua vida?

Quem o afirmasse mostraria ignorar a própria essência da perfeição cristã. Esta visa conformar em tudo o fiel com os Mandamentos e os conselhos evangélicos. O que em nada destrói as características pessoais de cada fiel, mas pelo contrário as confirma, as purifica, as retifica e as eleva.

É o que se prova pela experiência: o efeito benfazejo exercido pela Moral e pela civilização cristã sobre todos os povos em todos os séculos, é incontestável.

Se necessário fosse maior aprofundamento de matéria já

Bosco despertou em Paris. Os milhares de visitantes vão desfilar lentamente, e muitos dentre eles devem contentar-se em falar apenas com 'o Secretário de Dom Bosco', como era [D. Rua] chamado naqueles dias. Muitos exclamavam após ter-lhe falado: 'É cópia fiel de Dom Bosco; até nos gestos se parece com ele'.

'A 8 de dezembro de 1885, [Dom Bosco] nomeou Dom Miguel Rua como seu Vigário Geral: 'De hoje em diante ele me substituirá no governo de toda a Pia Sociedade, e tudo o que posso fazer, ele o poderá também, com plenos poderes'. À primeira vista, parece que o novo encargo deveria pôr Dom Rua mais em contato com Dom Bosco, para mais amiúde trocar idéias com ele e uniformizar os sentimentos. Mas, na realidade, de nenhum ponto de vista se deveria alterar o procedimento do novo Vigário De fato, Dom Rua até aquele momento havia posto todo seu empenho em interpretar, até em seus menores detalhes, o pensamento de Dom Bosco, para em seguida pô-lo escrupulosamente em prática. Não era pequeno consolo para Dom Bosco ver como seus filhos se dirigiam ao novo Vigário, especialmente quando proferiam frases como esta: 'Ele é outro Dom Bosco, pois herdou grande parte de seu espírito'.

'Morto Dom Bosco, Dom Rua não quis introduzir modificação alguma em redor de si. Como outrora na França se anunciava a morte do Rei com estas palavras: 'morreu o Rei, viva o Rei', assim também nós teríamos podido exclamar: 'morreu Dom Bosco, viva Dom Bosco', porque, para nós, Dom Rua era Dom Bosco" (pp. 131 a 133, 134 a 136, 141 a 143, 159 a 161).

de si tão evidente, caberia recomendar o citado livro *Servidão ex caritate*, de Atila Sinke Guimarães (Artpress, São Paulo, 1985, pp. 184 a 210).

Aliás, é público e notório que os sócios e cooperadores da TFP se fazem notar facilmente por sua presença onde quer que estejam. Marcar tanto um ambiente será indício de falta de personalidade, de automatismo? A coragem e a altaneria com que os da TFP enfrentam a pressão adversa, sem recuar ou esmorecer, não é pelo contrário sintoma de uma personalidade robusta e bem constituída?

Ainda segundo o sr. JAP, a TFP reduz os seus a uma espécie de inibição, impedindo que desabrochem as potencialidades de cada um (cfr. GV p. 200). No entanto, onde quer que eles vão, portam-se com desembaraço, expõem com clareza suas idéias, sabem sustentá-las com argumentos lógicos, de modo cortês mas firme. Em contatos com personalidades exponenciais dos mais variados ramos da atividade pública ou particular, têm desempenhado à altura missões delicadas, não raras vezes colocando perguntas embaraçosas a líderes socialistas em visita ao País (15). E o sr. JAP os considera incapazes!

5. TFP, fábrica de loucos?

Segundo o sr. JAP, os sócios e cooperadores da TFP vivem sob contínua pressão psicológica, tensos, nervosos, atemorizados, isolados do mundo e vigiados dentro das sedes, reprimidos quanto à prática sexual, de tal sorte que é grande a incidência de doenças nervosas ou mentais entre eles (GV p. 169). A TFP disporia até de uma casa especialmente

(15) Cfr. "Catolicismo", n.º 390, junho de 1983, p. 6; n.º 397, janeiro de 1984, p. 6; n.º 398, fevereiro de 1984, p. 8; n.º 417, setembro de 1985, p. 2.

montada, em Belo Horizonte, para tratar desses doentes (GV pp. 163-164).

Pessoas padecendo de doenças psíquicas as há, em número cada vez maior, no mundo contemporâneo. O fato é óbvio e, como se verá a seguir, numerosas estatísticas o confirmam.

Evidentemente, as fileiras da TFP não estão ilesas desse mal que não poupa qualquer país, organização, classe social ou profissional.

Será o número de casos de neurose ou psicose maior na TFP do que em outros segmentos no Brasil atual?

Lembrou-se jamais alguém de investigar até que ponto esses males existem nas fileiras do PCB, do PC do B ou do MR-8? Não. O que o anticomunismo jamais empreendeu contra essas organizações, o anti-anticomunismo não hesita em usar contra a TFP...

Nos arredores de Brasília são numerosas as organizações de índole mais ou menos filosófico-religiosa, com peculiaridades bastante acentuadas. Lembrou-se jamais algum crédulo ou algum seguidor fanático do mito da “lavagem cerebral” e da tese da nocividade intrínseca das “seitas” de investigar tais organizações uma por uma, a fim de indagar, por exemplo, das condições neuro-psíquicas dos que as freqüentam?

O espiritismo... Quanto se falou, não há tanto tempo, da devastação que ele estaria produzindo na saúde mental de seus adeptos! Entretanto, que medidas práticas essas versões provocaram?

E os candomblés e macumbas, tão do agrado de muitos políticos à cata de votos ou de ajudas “talismânicas”?

Com a superficialidade que jamais deixa de ter quando lhe convém, o sr. JAP de nada disso fala, quando empreende alarmar os leitores acerca dos casos supostamente numerosos de neuroses ou psicoses que, segundo ele, existem na TFP.

Sua destra simplificação vai ainda mais longe. Em um mundo tão devastado pelas doenças mentais, ele faz tábula rasa da possibilidade de que algum sócio ou cooperador da

TFP afetado por um mal desse gênero já fosse portador discreto dele ao ser admitido na entidade (quer por algum fator hereditário, quer em virtude da instabilidade do lar, tantas e tantas vezes dilacerado por dramas entre o pai e a mãe, quer pelos efeitos da TV, já ingeridos desde a primeira infância, quer pela trepidação da vida moderna etc.). E pres-supõe do modo mais arbitrário que absolutamente todos ingressaram na TFP em condições neuro-psíquicas sadias.

Aliás, o fato de o sr. JAP ter ficado doente dos nervos enquanto estava na TFP não prova que esta o tenha desequilibrado. Ele precisaria começar por provar que não tinha nenhuma tendência ao desequilíbrio antes de ser da TFP. E isso, como se vê pelos traços psicológicos que ele revela no seu livro, é pelo menos muito discutível.

Com efeito, ao se descrever a si mesmo como era antes de conhecer a TFP, ele faz um esforço não pequeno para mostrar-se um mocinho normal (16), equilibrado, sociável, com muitos amigos. A TFP é que o teria levado *“à beira da loucura”*.

A despeito desse esforço, é uma mentalidade facilmente desequilibrável a que ele apresenta como sendo a sua, anteriormente a seu ingresso na TFP (cfr. Cap. I).

Assim, quando fala da atração que a Igreja exercia sobre ele, é apenas de uma atração imaginativa, sentimental, quase infantil, que ele descreve. Não é a atração de um rapaz normal diante da Religião.

É próprio do espírito varonil não se deter na mera sensibilidade, mas analisar, raciocinar, procurar as razões. O subjetivismo e o egocentrismo que ele revela ao longo do livro, já estavam presentes na descrição que faz do mocinho supostamente normal que ele era antes de conhecer a TFP.

(16) É interessante ver o que o sr. JAP entende por “normal”. Em depoimento publicado pela “Folha de S. Paulo” de 29 de junho de 1985 e pela “Folha da Tarde” de mesma data, diz ele, referindo-se à fase em que se aproximava da TFP: *“Eu continuava estudando, flertando, me masturbando, até relação sexual já tinha tido com uma garota, tinha ainda uma vida normal mas me deixava envolver cada vez mais pela TFP”*.

Sem embargo do que, o sr. JAP não hesita em concluir arbitrariamente que todos os distúrbios em sócios ou cooperadores da TFP só foram adquiridos por culpa desta.

Aqui ficam, para conhecimento do sr. JAP como dos que lhe tenham lido a farfalhante prosa, alguns dados tirados da grande imprensa:

- *“De 1976 até hoje, 123 mil pessoas foram internadas na rede hospitalar de Brasília com doenças mentais. E o movimento está subindo: há dois anos, o atendimento mensal era de 2.890 pacientes; atualmente os casos chegam a mais de 4 mil por mês”* (“Folha de S. Paulo”, 10-11-1980).

- *“As doenças nervosas constituem a moléstia de maior incidência entre os atendimentos realizados pela previdência social no Brasil”* (“Folha de S. Paulo”, 5-8-1981).

- Cerca de 20% dos franceses sofrem ou sofreram de depressão nervosa (cfr. “Le Matin”, Paris, 17-2-1984).

- Cerca de 15% das pessoas apresentam algum tipo de problema mental que merece atenção psiquiátrica. Desse total, um terço sofre de doenças sérias, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (cfr. “Folha de S. Paulo”, 19-5-1985).

- 25% da população de Buenos Aires tem necessidade de assistência psiquiátrica, e o problema tende a se agravar, segundo a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente da municipalidade de Buenos Aires (cfr. “Tiempo Argentino”, Buenos Aires, 10-2-1985).

- Mais de 20% da população supostamente saudável do Peru sofre de algum problema psiquiátrico; 14% dos adolescentes peruanos tomam bebidas alcoólicas em excesso e ao fim de 10 anos sofrem de transtornos mentais (cfr. “O Estado de S. Paulo”, 19-5-1985).

- *“Em São Paulo, cerca de 150 jovens se suicidam anualmente, o que representa uma morte a cada dois ou três dias. Em intervalos de 40 minutos ocorre uma tentativa de suicídio, resultando numa média de 30 a 35 por dia e 15 mil por ano. Desse total, 75% são praticadas por jovens, a maioria mulheres, ... na faixa etária dos 12 aos 24 anos. E mais:*

as tentativas também estão aumentando entre as crianças de 7 a 12 anos” (“Folha de S. Paulo”, 17-6-1985).

- “Dez por cento da população brasileira (cerca de 12 milhões de pessoas) sofrem de algum tipo de distúrbio psíquico que requer tratamento psiquiátrico ou psicoterápico. A Associação Brasileira de Psiquiatria estima que esta cifra chegue a 32 milhões até o fim da década se não houver um trabalho de prevenção por parte do Governo” (“O Globo”, Rio de Janeiro, 21-7-1985).

- “Calmanes, pílulas para dormir e psicotrópicos já não são privilégio de adultos. Pesquisa feita pelo Dr. Alain Lazartigues, da clínica de psiquiatria de crianças e adolescentes do Hospital Salpêtrière, em Paris, revela que 15,7% das crianças com menos de sete anos tomam, com relativa freqüência, medicamentos que atuam sobre o sistema nervoso. Segundo estatísticas, o consumo de remédios desse tipo é uma tendência comum nos países ocidentais, onde são chamados de ‘aspirina psicológica’ ” (“Folha de S. Paulo”, 13-10-1985).

Se as doenças nervosas atingem de tal forma o homem contemporâneo, a ponto de haver quem se refira a elas como “o mal do século”, nada mais explicável que haver na TFP também pessoas atingidas por elas.

Mas a observação diária e constante da vida interna da TFP permite afirmar com segurança que o número de doentes nervosos na entidade é baixo, sensivelmente inferior à da média da população.

Durante a perseguição brutal que o governo socialista da Venezuela moveu — e continua movendo — contra o Escritório de representação das TFPs em Caracas, bem como contra a Associação Civil Resistência, coirmã das demais TFPs, naquele país, alguns elementos da entidade foram submetidos a exames psiquiátricos pelos órgãos policiais. Ao mesmo tempo, os jovens procuraram um conceituado psicólogo particular, para um eventual confronto dos exames. O resultado foi que eram rapazes perfeitamente normais do ponto de vista mental e nervoso. E no entanto é preciso notar que esses exames foram realizados em circunstâncias par-

ticularmente desfavoráveis para eles, sujeitos que estavam havia mais de 10 dias a pressões psicológicas de toda ordem, respondendo seguidamente a interrogatórios extenuantes de várias horas cada um, sob contínuo assédio da imprensa, rádios e TVs hostis à entidade.

* * *

Se é assim, por que razão — perguntará alguém — iam tantos sócios e cooperadores a Belo Horizonte, para tratamento de saúde?

Por razões inteiramente circunstanciais, em Belo Horizonte a TFP contava com três médicos — um clínico geral, um alergista, um oftalmologista — e dois cirurgiões-dentistas, integrantes da Sociedade ou muito chegados a ela, os quais se prestavam a tratar dos sócios e cooperadores gratuitamente.

Esses beneméritos profissionais — muito considerados entre seus colegas, e com bom relacionamento em diversos hospitais — conseguiam ademais certas facilidades para os sócios e cooperadores da TFP que necessitavam de atendimento médico de outras especializações.

Havia, além disso, em Belo Horizonte, um laboratório de análises clínicas pertencente a um sócio da entidade, então residente na Capital mineira, que depois o vendeu por motivo de mudança, o qual prestava gratuitamente seus serviços aos da TFP.

O que, tudo, tornava muito compensador para os nossos irem a Belo Horizonte quando precisavam de algum tratamento médico ou dentário de maior vulto. Muitos foram e ainda vão lá com essa finalidade, para tratar dos mais variados problemas, para fazerem cirurgias diversas etc.

Daf a TFP ter alugado, em 1978, uma casa na Rua Marquesa de Alorna, destinada a hospedar essas pessoas.

Quando o sr. JAP esteve em Belo Horizonte, ele se hospedou numa sede da Rua Paraíba. Era uma sede de hospedagem comum, e não se destinava, como mais tarde a da

Rua Marquesa de Alorna, especialmente a alojar pessoas em tratamento médico ou dentário.

Alguns casos de neuro-psiquiatria também os houve no tempo em que lá estive o sr. JAP. E continuaram a haver. E o curso normal das coisas no Brasil e no mundo faz prever que ainda os haverá. Não temos o direito, é claro, de lhes revelar os nomes. Mas podemos dizer com toda a segurança que são casos de origens muito diferentes, e alguns deles provêm de fatores comprovadamente hereditários.

Assim narrados os fatos em sua simplicidade, e esvaziados de seu conteúdo emocional, a realidade que surge é completamente diferente da imaginada pelo sr. JAP em sua novelesca autobiografia.

*Guerreiros da Virgem,
nós nos orgulhamos * de ser.*



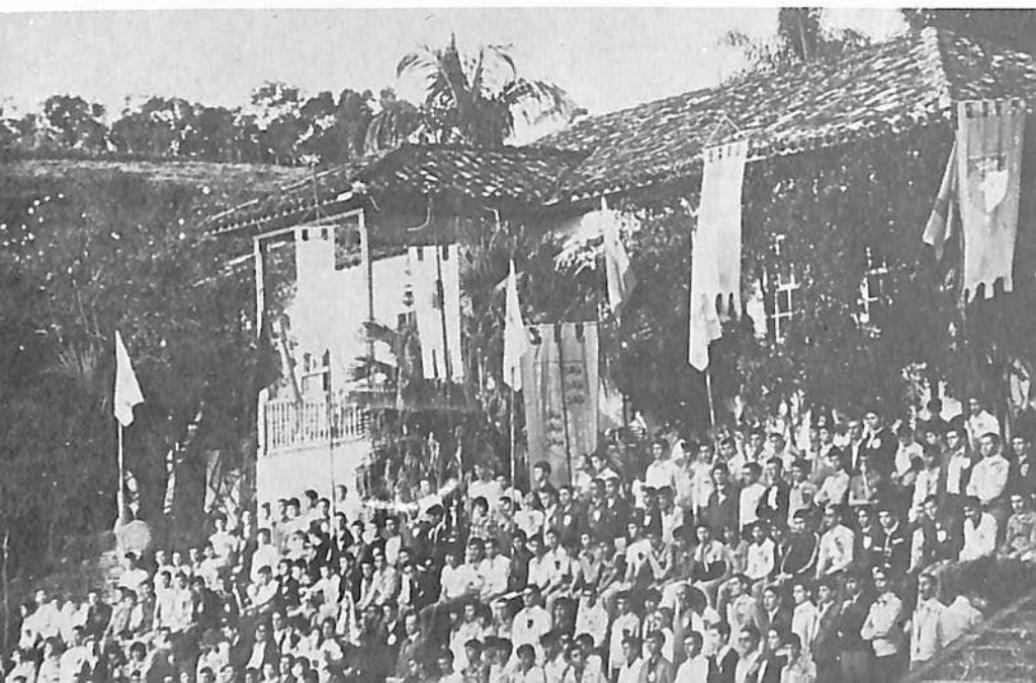
Eremitas do São Bento
conduzem
processionalmente
a Imagem Peregrina
Internacional de
Nossa Senhora de Fátima,
no Aeroporto de Congonhas,
em sua chegada
ao Brasil em 1978.



Jogos durante uma Semana Especializada para a Formação Anticomunista (SEFAC), na Fazenda Morro Alto em Amparo (SP).

Vocações para todas as atividades — como as da TFP — que exigem dedicação desinteressada e heroísmo em prol de um grande ideal, são mais frequentes na adolescência e na juventude.

Jovens participantes de uma SEFAC.





Conversa informal na sede Nossa Senhora da Saúde, em São Paulo.

Não seria possível obter a coesão dessa mocidade turbulenta, agitada, inquieta, e por isso muitas vezes agressiva, do século XX, sem afeto, sem respeito, sem lógica. E sobretudo sem profundo espírito de Fé. É esse, e não outro, o "segredo" da adesão entusiástica que a TFP desperta entre os jovens.

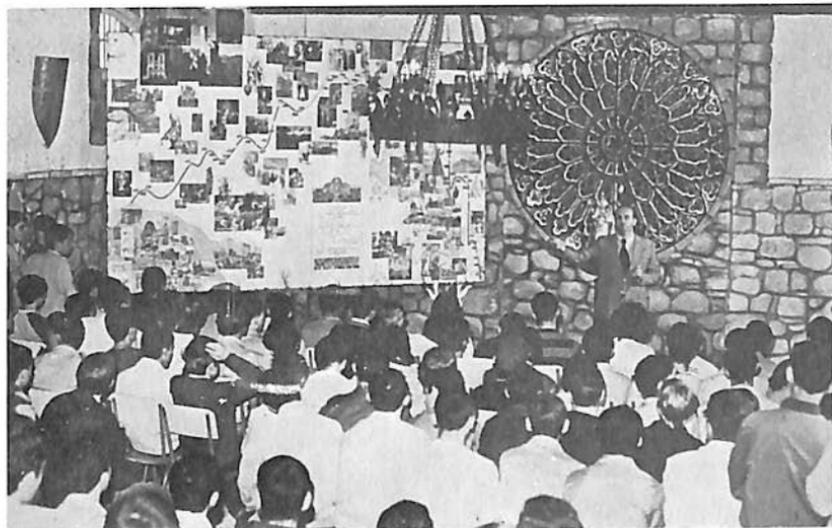
Jovens ouvem atentamente uma exposição, durante uma SEFAC.





Nas reuniões de rotina nunca há uma palavra que não seja eximamente polida, nunca se expõe uma tese que não seja fartamente apoiada em argumentos ou em documentos, nunca se faz uma afirmação sem que todos os presentes tenham tempo, ocasião e ambiente para examinar e contra-argumentar à vontade.

Acima: Exposição do Dr. Antonio Rodrigues Ferreira, presidente da secção mineira da TFP, para sócios e cooperadores da entidade, em São Paulo. **Embaixo:** Reunião de formação para jovens cooperadores da TFP em Amparo.





Reunião do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, em São Paulo,
para jovens da TFP...

...e para veteranos da entidade.





Caravanistas da TFP singram as águas do Rio Negro,
rumo a uma cidade do Amazonas...



...prestam auxílio na vacinação contra o tifo, em Conceição do Rio Verde (MG) às vítimas das inundações, em fevereiro de 1981...

Quem tenha alguma experiência, por menor que seja, das fadigas e dos riscos que atividades do gênero das da TFP trazem inevitavelmente consigo, pode calcular o que representa de sacrifício desinteressado, de abnegação inteira, de dedicação de todas as horas ao longo de mais de vinte anos — em suma, de sinceridade sem jaça — nessa luta travada para preservar o Brasil e a civilização cristã, do perigo comunista.

...e entregam presentes de Natal para favelados em São Paulo.





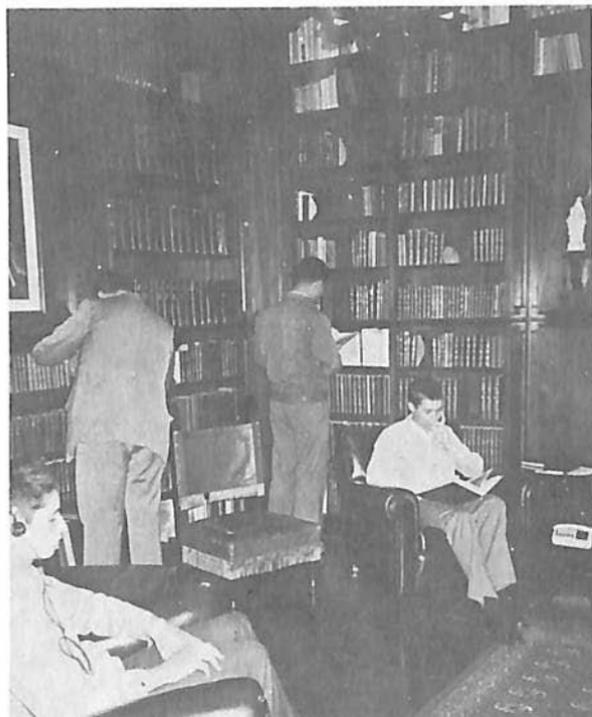
*A TFP procura fazer com que a decoração,
o ambiente e o convívio
em suas sedes estejam de acordo com
os princípios e o espírito que*



No alto: Hall da Sede do Conselho Nacional da TFP, à Rua Maranhão, em São Paulo. **Acima:** Pátio da Sede de Nossa Senhora de Jasna-Gora, em Itaquera, durante a festa de Natal para as famílias de Correspondentes e Simpatizantes da TFP da cidade de São Paulo, em 1985.



animam a entidade, bem como com as normas de bom gosto e boa educação, e mais especialmente conformes com os ensinamentos e a moral da Santa Igreja.



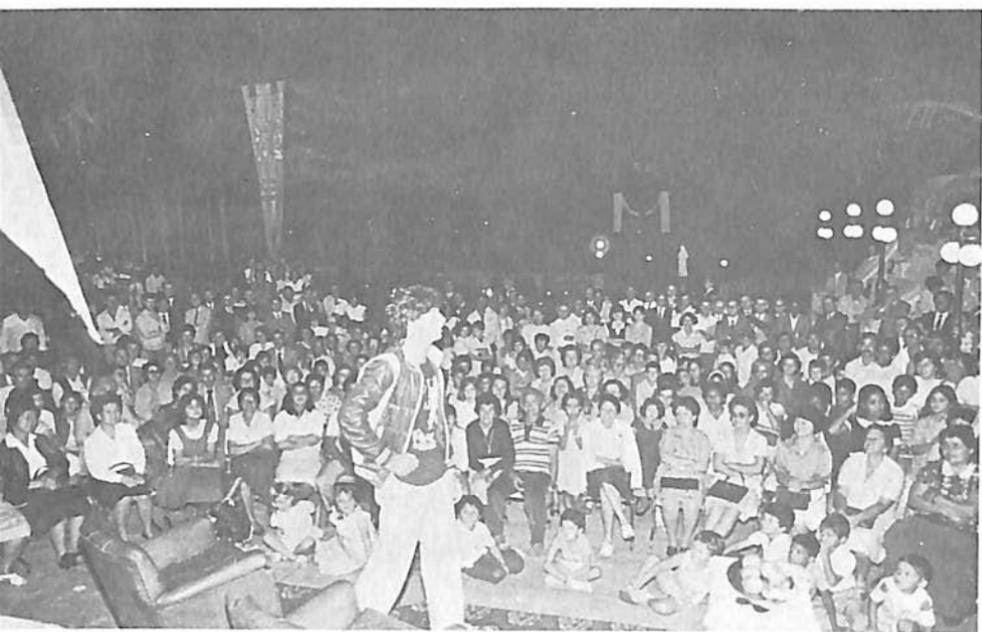
No alto: Pátio do *Éremo Praesto Sum*, em Santana, São Paulo.
À esquerda: Biblioteca do *Éremo de São Bento*, no Jardim São Bento, São Paulo.



A acusação de nutrir a TFP aversão às mulheres é tanto mais improcedente quanto é do conhecimento geral que a TFP vem contando, a partir do início da década de 70, e cada vez mais nos últimos anos, com a preciosa colaboração de correspondentes do sexo feminino.

Participantes do IV Encontro Nacional de Correspondentes e Simpatizantes da TFP saúdam o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira durante o encerramento na Casa de Portugal, em São Paulo.





Famílias de Correspondentes e Simpatizantes da TFP em São Paulo assistem a uma representação teatral durante a festa de Natal organizada pela entidade.

Correspondentes e Simpatizantes da TFP no encerramento do V Encontro Nacional, na Casa de Portugal, em São Paulo.





*No empenho de trabalhar pela restauração da civilização cristã segundo as belas palavras do Apóstolo São Paulo que São Pio X tomou como lema de seu Pontificado — **Instaurare omnia in Christo** — a atuação da TFP sempre foi marcada por uma nota vivamente religiosa.*



Eremitas do Éremo de São Bento cantam o Ofício Parvo de Nossa Senhora durante visitação pública da Imagem Peregrina Internacional de Nossa Senhora de Fátima, na sede dos *Buissonnets*, em São Paulo.



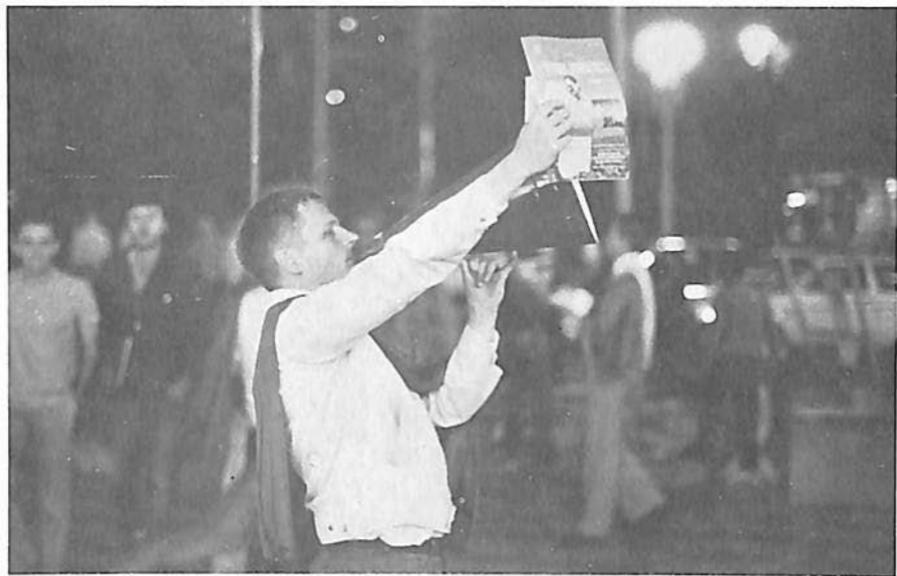
Jovens cooperadores da TFP
da sede Nossa Senhora da Saúde,
em São Paulo,
fazem a oração da manhã
durante um de seus
acampamentos
em Joanópolis (SP).



Dois cooperadores da TFP
rezam o Terço durante a vigília
noturna diante da imagem
de Nossa Senhora da
Conceição
Vitima dos Terroristas,
no oratório da Rua Martim
Francisco,
em São Paulo.







A figura da TFP se vem caracterizando cada vez mais por uma coragem altaneira e desinteressada, e seus sócios e cooperadores vão sendo cada vez mais conceituados como idealistas, que caminham de cabeça erguida, olhar sereno e fisionomia alegre, em meio ao zumbir da detração verbal mais ou menos clandestina, como do metralhar das campanhas publicitárias estrepitosas. Tem essa atitude por fundamento o vigor da fé, a tranqüilidade da consciência e a certeza da proteção — tantas vezes comprovada — da Virgem Santíssima. Assim os vêem até círculos hostis à nossa entidade.



Na página oposta: Campanha de divulgação do livro da TFP sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Praça da República, São Paulo, em 1982.
Nesta página: Divulgação do último livro da TFP sobre a Reforma Agrária, no centro de São Paulo, em agosto de 1985.



*Assim ficou marcado o estilo de atuação da TFP,
versão em termos contemporâneos
do espírito do cavaleiro cristão de outrora:
No idealismo, ardor. No trato, cortesia.
Na ação, devotamento sem limites.
Na presença do adversário, circunspeção.
Na luta, altanería e coragem. E, pela coragem, vitória!*

CAPÍTULO VI

O terror na formação do sócio ou cooperador da TFP

Ao mostrar, nos Capítulos anteriores (IV e V), a inteira inocuidade da acusação de “lavagem cerebral”, foi propositalmente deixada de lado, por comodidade de exposição, uma pergunta entretanto relacionada com o tema: porventura utiliza a entidade, na formação que dá aos jovens que nela ingressam, o método de aterrorizá-los para os tornar mais flexíveis à sua ação educadora?

O sr. JAP o sugere, por exemplo na seguinte passagem de seu livro: *“Quanto mais me entusiasmava pelas coisas que descobria ou me ensinavam na Organização, mais temia ser incapaz de atingir a perfeição que me era exigida. Ao mesmo tempo, sentia medo: medo das Forças Secretas, medo do pecado, medo das pessoas que não compactuavam com nosso ideal. Medo também dos castigos previstos para a humanidade pervertida, medo de sucumbir antes da Bagarre, medo de perder-me durante ela. Medo de mim. Medo de todos. Medo até de Dominus Plinius, o profeta que*

podia, pela graça de Deus, discernir os espíritos” (GV pp. 161-162) (1).

E o timorato autor de *Guerreiros da Virgem* realça, ao longo de seu livro, os temas nos quais a TFP deitaria, para esse efeito, uma ênfase especial:

1º) Interpretação da História Moderna e Contemporânea como um grande combate ideológico de pequenas forças residuais da Cristandade contra uma conspiração de forças secretas, com a maçonaria e o judaísmo à frente, invisivelmente dirigidas pelo demônio, que tentam extirpar da terra a Igreja e a civilização cristã, e obter assim a vitória do Mal.

2º) Uma concepção sombria da presente situação do mundo, concepção esta correlata com o dito acima: a humanidade vive sob a égide do demônio, e está quase toda ela conquistada pela sensualidade e pelo orgulho igualitário. Caminha ela assim para uma catástrofe cultural, sócio-econômica e política sem precedentes, no decurso da qual os pecadores que se mantiverem impenitentes serão mortos, e suas almas precipitadas no Inferno.

É, em linguagem da TFP, a *Bagarre*.

Depois disso brilharão, para toda a humanidade punida e purificada, dias de santidade, de ordem e de esplendor sem precedentes. Será o Reino de Maria.

3º) Referência insistente da TFP às revelações feitas por Nossa Senhora, em 1917, aos três pastorinhos de Fátima — Lúcia, Francisco e Jacinta — que reforçam a impressão

(1) A palavra “*terror*” não figura no livro do sr. JAP. Mas é tal o papel que ele atribui ao medo, na rocambolesca “lavagem cerebral” de que acusa a TFP, que evidentemente esse medo opressivo, contínuo e onipresente toma vulto de uma obsessão, de um terror.

Poderia algum defensor do sr. JAP alegar que tal comentário carrega as tintas.

Para obviar tal ressalva, convém lembrar que a já citada notícia de “OESP” de 2 de julho de 1985 se refere expressamente ao “*ambiente de terror*” que o livro “*conta*” [sic] existiu na TFP.

aterradora produzida pela expectativa de um castigo para todo o gênero humano.

4º) Por fim, a lembrança do Inferno, e a consideração do perigo que representa, para todo homem, a possibilidade de morrer em estado de pecado mortal e ser, assim, condenado ao fogo eterno (2).

* * *

Bem entendido, o sr. JAP, ao expor esses temas, e especialmente os três primeiros, não o faz nos seus verdadeiros termos. Mas freqüentemente distorce o pensamento da TFP, acrescentando ou omitindo pormenores de importância, exagerando certos aspectos ao sabor de sua fecunda imaginação, embaralhando fontes de referência etc. — tudo de modo a causar, no leitor não familiarizado com o assunto, a impressão mais desfavorável da TFP.

Na realidade, o sr. JAP parece insinuar que esses medos exerceriam na TFP um papel substitutivo ao do pânico produzido pelas crueldades nos processos “clássicos” de “lavagem cerebral”.

(2) O sr. JAP menciona ainda, em *Guerreiros da Virgem*, duas outras formas de inculcar terror, que se usariam dentro da TFP: a consideração dos castigos individuais que Deus pode mandar, ainda nesta vida, aos que abandonem a TFP (cfr. GV pp. 99 e 183-184), e as punições disciplinares em vigor na entidade (cfr. GV pp. 167 e 168).

Quanto às punições de Deus ainda nesta vida, segundo a Sagrada Escritura e a doutrina católica, elas ocorrem de quando em vez. E a consideração delas, desde que feita com equilíbrio, só pode fazer bem às almas. É o caso, por exemplo, da punição impressionantíssima infligida por Deus a Ananias e Safira. Se o fato está narrado nos *Atos dos Apóstolos* (V, 1 a 11), é por evidente intuito da Providência de que o tenham em vista todos os homens até a consumação dos séculos.

No tocante às punições disciplinares mencionadas pelo sr. JAP, ele omite dizer que elas só se aplicam a jovens, em proporção de cuja natural resistência física nada têm de excessivo.

Mas entre uma coisa e outra não há termo de comparação. Por mais que os terrores supostamente usados na TFP fossem levados a um grau de exacerbação quase inconcebível (o que o sr. JAP também não afirma), seria disparatado atribuir a eles efeitos tão dramaticamente avassaladores quanto os do método “clássico” de “lavagem cerebral”.

Essa temática comporta vários esclarecimentos:

1. Atuação das “Forças Secretas”: noção que a TFP não fabricou

A noção de que uma gigantesca conspiração de forças ocultas bafejada pelo demônio, se veio espraiando na Europa, e depois na América, não é corrente no público brasileiro. Os meios de comunicação social, por exemplo, sobre ela silenciam inteira ou quase inteiramente. Quem lê de chofre, por exemplo, as páginas 33-34 de *Guerreiros da Virgem*, facilmente pode ficar, pois, com a impressão de que tudo quanto o sr. JAP atribui à TFP naquelas páginas não passa de invencionice desta.

O sr. JAP se abstém arduamente de esclarecer os leitores a este respeito.

Na realidade, essa noção de forças ocultas não é “fabricada” pela TFP, nem é, como pretende o sr. JAP (GV p. 148), baseada nos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Ela se fundamenta em sucessivos documentos dos Romanos Pontífices.

A mais antiga condenação papal da Maçonaria data de 28 de abril de 1738 — há quase 250 anos! É a Carta Apostólica *In eminenti*, do Papa Clemente XII.

Muitos outros documentos pontifícios renovaram depois essa condenação e premuniram os católicos contra a atuação das forças secretas que tramam contra a Igreja e a civilização cristã.

À condenação de Clemente XII seguiram-se a Constituição Apostólica *Providas*, de Bento XIV (18-5-1751), a Cons-

tituição *Ecclesiam a Jesu Christo*, de Pio VII (13-9-1821), a Constituição *Quo graviora*, de Leão XII (13-3-1825), a Encíclica *Traditi humilitati*, de Pio VIII (24-5-1829) e a Encíclica *Mirari Vos*, de Gregório XVI (15-8-1832).

Sob Pio IX (1846-1878), as sociedades secretas foram condenadas em nada menos do que 116 documentos, sendo 11 Encíclicas, 53 Cartas e Breves, 33 Alocuções e Discursos, e 19 documentos de Cúria. São desse pontificado a Encíclica *Qui pluribus* (9-11-1846), a Alocução *Quibus quantisque* (20-4-1849), a Encíclica *Quanta Cura* (8-12-1864) e a Alocução *Multiplices inter machinationes* (25-9-1865).

Nos 25 anos que durou o pontificado de Leão XIII (1878-1903), pelo menos 226 documentos foram exarados pela Santa Sé condenando a Maçonaria, a Carbonária e as sociedades secretas em geral; destes, o mais conhecido é a Encíclica *Humanum Genus*, de 20 de abril de 1884 (cfr. JOSÉ A. FERRER BENIMELI, *Bibliografía de la Masonería — Introducción Histórico-Crítica*, co-edición Universidad Católica Andrés Bello de Caracas / Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 1974, 385 pp.; e JOSÉ A. FERRER BENIMELI/ GIOVANNI CAPRILE, *Massoneria e Chiesa Cattolica — ieri, oggi e domani*, Ed. Paoline, Roma, 1982, 2ª ed., 287 pp. Embora tais obras sejam excelentes do ponto de vista da documentação bibliográfica, o pensamento nelas expresso discrepa em vários pontos do professado pela TFP).

O Código de Direito Canônico até recentemente em vigor, que foi elaborado durante o pontificado de São Pio X (1903-1914) e promulgado em 1917 pelo Papa Bento XV, punia com pena de excomunhão o católico que se filiasse à Maçonaria (cfr. cânon 2335).

Embora o novo Código de Direito Canônico que entrou em vigor em 1983 tenha suspenso a pena de excomunhão, continua proibido para o católico filiar-se às associações

maçônicas, conforme esclarece recente Declaração da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (3).

A bibliografia de autores católicos sobre essas forças secretas é tão numerosa, que seria impossível elencá-la aqui por inteiro. Talvez a melhor obra teológica e histórica de conjunto sobre esta matéria ainda seja *A conjuração anticristã*, de Mons. Henri Delassus, Cônego da Diocese

(3) É a seguinte a íntegra do documento:

“Declaração sobre as associações maçônicas. — Pôs-se a pergunta se teria mudado o juízo da Igreja acerca das associações maçônicas, em vista de que no novo Código de Direito Canônico não se faz menção expressa delas, como no Código antigo.

“Esta Sagrada Congregação pode responder que tal circunstância se deve atribuir ao critério empregado na redação, o qual foi observado também no tocante a outras associações igualmente passadas sob silêncio pelo fato de estarem incluídas em categorias mais amplas.

“Continua pois inalterada a sentença negativa da Igreja acerca das associações maçônicas, porque os princípios delas sempre foram considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja, e por isso a inscrição nas mesmas permanece proibida pela Igreja. Os fiéis cristãos que dão seu nome às associações maçônicas incorrem em pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão.

“As Autoridades eclesiais locais não gozam da faculdade de proferir um juízo acerca da natureza das associações maçônicas que implique a derrogação da supradita sentença, segundo o disposto na Declaração desta Sagrada Congregação de 17 de fevereiro de 1981 (cfr. AAS, 1981, vol. 73, pp. 240-241).

“Deliberada a presente declaração na Reunião ordinária desta S. Congregação, o Sumo Pontífice João Paulo II, na Audiência concedida ao abaixo-assinado Cardeal Prefeito, aprovou-a e ordenou que fosse publicada.

“Roma, na Sede da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em 26 de novembro de 1983. — Joseph, Card. RATZINGER, Prefeito; Fr. Hieronymus Hamer, O.P., Arc. tit. de Lorium, Secretário” (AAS, 1º de Março de 1984, nº 3, vol. LXXVI, p. 300).

de Lille (4). Cabe lembrar, a propósito, as célebres pastorais antimaçônicas de D. Fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), Bispo de Olinda, cujo processo de beatificação foi introduzido junto à Santa Sé (5). Por vezes algum tanto desigual na escolha dos seus colaboradores, mas apresentando habitualmente matéria de grande interesse para o estudo do antimaçonismo nas primeiras décadas deste século, não pode ser omitida a conhecidíssima “Revue Internationale des Sociétés Secrètes” (boletim bi-mensal da “Ligue anti-judeo maçonnique ‘*La France Catholique*’”), publicada a partir de 1911, sob a direção de Mons. E. Jouin, Cônego honorário de Notre Dame de Paris e Protonotário Apostólico.

Também não é possível passar em silêncio sobre os livros fortemente impugnados pelo Pe. Ferrer Benimeli, mas dignos de nota, de Léon de Poncins (6).

(4) Mons. HENRI DELASSUS, *La conjuration antichrétienne — Le temple maçonnique voulant s'élever sur les ruines de l'Église catholique*, Desclée, Lille, 1910, 3 volumes; com uma carta congratulatória escrita, em nome do Papa São Pio X, pelo Cardeal Merry del Val, Secretário de Estado da Santa Sé.

(5) *Carta pastoral do bispo de Olinda contra as ciladas e machinações da Maçonaria*, Recife, 1873, 45 pp.; e *Instrução pastoral sobre a maçonaria e os jesuítas*, Rio de Janeiro, 1875/Petrópolis, Ed. Vozes, 1957, 197 pp.

(6) Obras de LÉON DE PONCINS: *La Franc-Maçonnerie anglosaxonne*, “*Mercure de France*”, 15-8-1931, 62 pp.; *Les forces secrètes de la révolution — La Franc-Maçonnerie — Puissance occulte*, Ed. Bossard, Paris, 1932; *La Dictature des puissances occultes — La Franc-Maçonnerie*, Beauchesne, Paris, 1934, 319 pp.; *La Franc-Maçonnerie d'après ses documents secrets*, Paris, 1934; *La Société des Nations — Super-État maçonnique*, Paris, 1936; *La mystérieuse internationale juive*, Paris, 1936; *Histoire secrète de la révolution espagnole*, Beauchesne, Orleans-Paris, 1938, 286 pp.; *La Franc-Maçonnerie contre la France*, Paris, 1941; *Freemasonry and the Vatican*, Britons, London, 1967; *Christianisme et Franc-Maçonnerie*, L'Ordre Français, Versailles, 1969, 272 pp.

Seria ridículo atribuir indistintamente a inspiração de tão numerosos documentos pontifícios, e de toda essa larga e rica corrente de pensamento, ao nazi-fascismo, pois que as mais antigas obras sobre o tema datam ainda do século XVIII, como as célebres *Mémoires pour servir à l'histoire du Jacobinisme*, do Abbé Barruel, publicadas em Londres, em 1797, as quais responsabilizam a maçonaria pela eclosão da Revolução Francesa.

O nazismo e o fascismo não fizeram senão deformar e desdourar, por seus evidentes exageros, as teses antimaçônicas (7).

(7) Nas páginas 151 a 155 de seu livro, o sr. JAP se estende longamente sobre assuntos que são comentados nas "Reuniões de Recortes" da TFP. Em outros pontos do livro, ele menciona também essas reuniões (GV pp. 84, 107), que têm por fim analisar, com base no noticiário de imprensa, os acontecimentos nacionais e internacionais, à luz dos princípios expostos no já citado ensaio *Revolução e Contra-Revolução*.

Sem perder tempo na crítica da descrição, impugnável em vários pontos, do sr. JAP, a impressão que ela transmite ao leitor é a de que a TFP se aventura sistematicamente a dar explicações pretensiosas sobre problemas que estão acima da capacidade de informação e análise da entidade.

Tal impressão desfavorável se baseia num pressuposto errôneo, cujo primarismo salta aos olhos. Pois o essencial dele consiste em considerar inadmissível que um observador de política nacional ou internacional, com longa experiência pessoal da vida pública, e mesmo servido por especiais conhecimentos de História e de Filosofia, possa traçar idoneamente conjecturas ou prognósticos com o mero noticiário de imprensa.

A tal respeito, cabe perguntar: não adverte o sr. JAP que inculcando esse pressuposto ele nega a razão de ser do próprio jornal que tão amplamente lhe abre espaços? Pois, se a leitura do noticiário internacional dos diários não proporciona aos seus leitores formar conjecturas ou prognósticos, é o caso de se perguntar se serve para grande coisa.

Quanto à qualidade de tais conjecturas e prognósticos, depende em parte do noticiário, e em parte da experiência e da aplicação da formação cultural e do senso político de cada qual.

Negando isto, o sr. JAP reduz o papel do leitor do jornal ao de

2. Atuação do demônio no mundo: outra matéria que a TFP não inventou

“O mundo está todo posto sob o jugo do Maligno”, adverte o Evangelista São João (I Jo. V, 19).

E São Pedro conclama à vigilância: “*Sede sóbrios e vigiai, porque o demônio, vosso adversário, anda ao redor, como um leão que ruge, buscando a quem devorar*” (I Pt. V, 8).

Quanto à ação do espírito das trevas neste mundo, há também incontáveis referências em textos litúrgicos e nos documentos pontifícios.

É célebre, por exemplo, o *Exorcismo* que Leão XIII, em 1884, prescreveu fosse rezado no final das Missas (8).

mero carneiro, cujas conjecturas e prognósticos — cujas opções, portanto — estão na estrita dependência dos “bancos de pensamento”, ou “bancos de informações” monopolizados pelo macrocapitalismo publicitário...

Se assim se forma a opinião pública, o que é então a democracia, da qual o sr. JAP por certo é um entusiasta, pelo menos na presente conjuntura em que ela está tão na moda?

Poderia ele responder que os assuntos sobre os quais se opina na TFP são por demais complexos para que quanto a eles forme opinião um simples particular.

Ora, em nossos dias, o gigantismo da crise contemporânea projeta no interior de cada país problemas de uma gravidade não raras vezes insondável. Entretanto a decisão deles é confiada a essa imensa soma de simples particulares, que se chama eleitorado, e ainda há quem, ademais, pleiteie que sobre esses temas sejam convocados a votar os analfabetos! O que ocorreu sem provocar maiores estranhezas, nas últimas eleições para o preenchimento dos cargos de prefeito municipal...

(8) É o seguinte o texto desse Exorcismo: “*São Miguel Arcanjo, defendei-nos no combate, sede nossa proteção contra a maldade e as ciladas do demônio. Ordene-lhe Deus, instantemente o pedimos; e vós, príncipe da milícia celeste, pela força divina, precipitai no Inferno a satanás e aos outros espíritos malignos que vagueiam pelo mundo para perder as almas. Amém*”.

O mesmo Pontífice escreve na Encíclica *Humanum Genus*: “Desde quando, pela inveja do demônio, miseravelmente se separou de Deus, a quem era devedor do seu chamado à existência e dos dons sobrenaturais, o gênero humano dividiu-se em dois campos inimigos, que não cessam de combater, um pela verdade e pela virtude, o outro por tudo o que é contrário à virtude e à verdade. — O primeiro é o Reino de Deus na terra, a saber, a verdadeira Igreja de Jesus Cristo O segundo é o reino de Satanás. Sob o seu império e em seu poder se acham todos os que, seguindo os funestos exemplos de seu chefe e de nossos primeiros pais, recusam obedecer à lei divina e multiplicam seus esforços, aqui para prescindir de Deus, ali para agir diretamente contra Deus” (Documentos Pontifícios, nº 13, Vozes, Petrópolis, 1960, 4ª ed., p. 3).

Não falta nos documentos do Supremo Magistério a noção da crise contemporânea devastadora, e dos castigos que ela pode acarretar, conjugada com a atuação do príncipe das trevas em nossos dias.

Assim, o Papa São Pio X (1903-1914), na primeira encíclica que dirigiu ao orbe católico, após descrever a impiedade já impressionante em seu tempo, ponderava que talvez tivessem chegado os dias do Anticristo, supremamente aflitivos para os católicos: “*Quem pesa estas coisas tem direito de temer que uma tal perversão dos espíritos seja o começo dos males anunciados para o fim dos tempos, e como que a sua tomada de contacto com a terra, e que verdadeiramente o filho de perdição de que fala o Apóstolo (II Tess. II, 3) já tenha feito o seu advento entre nós, tamanha é a audácia e tamanha a sanha com que por toda parte se lança o ataque à religião, com que se investe contra os dogmas da fé, com que se tende obstinadamente a aniquilar toda relação do homem com a Divindade!*” (Encíclica *E Supremi Apostolatus*, de 4-10-1903, Documentos Pontifícios, nº 87, Vozes, Petrópolis, 1958, 2ª ed., p. 6).

Mais recentemente, analisando as perturbações ocorridas na Igreja no período pós-conciliar, Paulo VI afirmou

ter a sensação de que *“por alguma fissura tenha entrado a fumaça de Satanás no templo de Deus”* (Alocução de 29 de junho de 1972, *Insegnamenti di Paolo VI*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. X, p. 707).

E no dia 26 de março de 1981, durante a homilia na Basílica Vaticana, diante de professores e estudantes universitários, João Paulo II dissertou longamente sobre a luta entre o Reino de Deus e o de satanás, em nossos dias:

“Cristo confirma a existência do espírito maligno e de seu reino, que se deixa guiar com um programa próprio. Este programa exige uma estrita lógica de ação, uma lógica tal que o ‘reino do mal’ possa durar. Aliás, que possa desenvolver-se nos homens aos quais é dirigido. Satanás não pode agir contra o próprio programa, não pode o espírito maligno expulsar o espírito maligno. Assim diz Cristo.

“A luta entre o reino do mal, do espírito maligno e o Reino de Deus ainda não cessou, não terminou. Entrou apenas em uma nova etapa, aliás em uma etapa decisiva. Nesta etapa a luta continua nas gerações sempre novas da História humana.

“Será preciso talvez demonstrar que essa luta continua também em nossos dias? Sim! É certo que ela ainda continua. E ela até se desenvolve, passo a passo com a História da humanidade, nos diversos povos e nações. E ela continua igualmente em cada um de nós. E acompanhando essa História, inclusive a História de nossa época, podemos também constatar como o reino do espírito maligno não está dividido, mas por vários modos busca uma ação unificada no mundo, procura atuar sobre as pessoas, sobre os ambientes, as famílias, as sociedades. Como no início, também agora centra seu programa sobre a liberdade do homem... sobre a sua liberdade aparentemente ilimitada.

“A atividade do espírito maligno em nós e entre nós seduz o homem com uma liberdade que não lhe é própria. Seduz ambientes, sociedades e gerações inteiras. Seduz para manifestar, por fim, que esta liberdade não consiste em outra coisa senão em se adaptar a uma coerção múltipla: à coerção dos sentidos e dos instintos, à coerção da situa-

ção, à coerção da informação e dos vários meios de comunicação, à coerção dos esquemas correntes de pensamento, de avaliação e de comportamento, nos quais se silencia sobre a questão fundamental, que é se um tal comportamento é bom ou mau, digno ou indigno.

“Gradualmente, o mesmo programa julga e sentencia a respeito do bem e do mal, não segundo o valor autêntico das obras e das questões, mas segundo as vantagens e as circunstâncias momentâneas, segundo o ‘imperativo’ do prazer e do sucesso imediato.

“Pode o homem ainda despertar? Pode ele dizer claramente a si mesmo que esta ‘liberdade ilimitada’ se torna, no fim das contas, uma escravidão?

“Aprendei a pensar, a falar e a agir de acordo com os princípios da simplicidade e da clareza evangélicas: ‘Sim, sim. Não, não’. Aprendei a chamar o branco de branco e o preto de preto — o mal de mal e o bem de bem. Aprendei a chamar o pecado de pecado e a não chamá-lo de libertação e de progresso, ainda que toda a moda e a propaganda se oponham a isso”(Insegnamenti di Giovanni Paolo II, Libreria Editrice Vaticana, 1981, vol. IV, 1, pp. 788 a 791).

3. As revelações de Fátima, outro motivo de terror?

As revelações de Fátima falam realmente de um tremendo castigo que assolaria a humanidade, caso esta não abandonasse as vias do pecado em que se havia atolado. O anúncio desse castigo consta do famoso segundo Segredo, revelado aos três pequenos videntes — Lúcia, Francisco e Jacinta — no dia 13 de julho de 1917. São palavras de Nossa Senhora, conforme o relato da Irmã Lucia, a única vidente ainda viva:

“Vistes o inferno, para onde vão as almas dos pobres pecadores. Para as salvar, Deus quer estabelecer no mundo a devoção ao meu Imaculado Coração.

“Se fizerem o que Eu vos disser, salvar-se-ão muitas almas e terão paz.

“A guerra vai acabar, mas se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio XI começará outra pior. Quando virdes uma noite alumiada por uma luz desconhecida, saíbeis que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo de seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre.

“Para a impedir, virei pedir a consagração da Rússia ao meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a meus pedidos, a Rússia se converterá e terão paz; se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja; os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas; por fim, o meu Imaculado Coração triunfará. O Santo Padre consagrar-Me-á a Rússia, que se converterá, e será concedido ao mundo algum tempo de paz.

“Em Portugal se conservará sempre o Dogma da Fé, etc.”
(9).

Como é sabido, Nossa Senhora comunicou aos três pastoresinhos, na mesma Aparição de julho de 1917, um terceiro Segredo, cujo texto se encontra em poder da Santa Sé desde fins de 1958 ou princípios de 1959.

Segundo a Irmã Lúcia, essa terceira parte do Segredo versa sobre matéria distinta das duas partes já reveladas, e poderia ser divulgada só a partir de 1960, quando, então, seu conteúdo se tornaria *“mais claro”*, conforme afirmou ela ao Cardeal Alfredo Ottaviani, Prefeito da Sagrada Congregação do Santo Ofício (cfr. *“La Documentation Catholique”*, Paris, n.º 1490, 19-3-67, p. 542).

A Santa Sé não divulgou, até o momento, esse terceiro Segredo, e um texto dele que circula amplamente nos meios

(9) Cfr. ANTONIO AUGUSTO BORELLI MACHADO, *As aparições e a Mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia*, Ed. Vera Cruz, São Paulo, 1984, 20.ª ed., pp. 44 a 47).

católicos não goza de nenhuma garantia quanto à autenticidade.

Sem embargo, uma análise contextual das duas partes já reveladas (a primeira trata da visão do Inferno; a segunda anuncia o castigo) permite conjecturar plausivelmente que a terceira parte do Segredo, distinta das anteriores, versa sobre a crise da Igreja, que justamente a partir da década de 60 se vem tornando cada vez *mais clara* (10).

O sr. JAP menciona sumariamente essas revelações (GV pp.77-78). Ele comete incorreções graves, como o atribuir a elas a profecia de que dois terços da humanidade perecerão durante o castigo. Haverá talvez revelações particulares que falem disso, não porém as de Fátima.

O castigo que Nossa Senhora previu em Fátima, a TFP vê nele um ato supremo de misericórdia de Deus para com o mundo pecador, pois muitas almas, nesse sofrimento extraordinário, poderão se arrepender de seus pecados e expiar suas culpas. Precisamente como o dilúvio que, segundo São Pedro, foi motivo de salvação eterna para muitos que, entretanto, haviam permanecido incrédulos enquanto Noé fabricava a arca. Porém, quando desabou sobre eles o tremendo castigo, se arrependeram e pediram perdão a Deus, aceitando a morte como expiação de seus pecados (11).

(10) Interessantes considerações sobre o assunto se encontram no artigo *A mensagem de Fátima e a crise na Igreja*, de A. A. BORELLI MACHADO, in "Catolicismo", nº 317, maio de 1977.

(11) "*Ele [Nosso Senhor Jesus Cristo] também foi pregar aos espíritos que estavam no cárcere [do Limbo]; os quais outrora tinham sido incrédulos, quando nos dias de Noé a paciência de Deus estava esperando [a sua conversão], enquanto se fabricava a arca, na qual um pequeno número, isto é, oito pessoas apenas se salvaram sobre a água. À qual figura corresponde o batismo, que agora vos salva*" (I Pt. III, 19 a 21).

Sobre a interpretação habitualmente dada a esse trecho, cfr. JOSÉ SALGUEIRO OP, *Bíblia Comentada*, BAC, Madrid, 1965, vol. VII, pp. 129-130.

Sobre as revelações de Fátima cumpre dizer que, tendo se encerrado com a morte do último Apóstolo o ciclo das revelações oficiais, elas, como as de Lourdes e tantas outras, se incluem definidamente na categoria das revelações privadas. Ora, se às primeiras o católico deve dar assentimento sob pena de pecar contra a Fé, às últimas ele pode livremente dar ou recusar crédito, segundo seu prudente critério.

No entanto, o católico que creia nas revelações de Fátima está longe de poder ser acoimado de crédulo, leviano ou heterodoxo. Pois tal tem sido o apreço manifestado pelos Romanos Pontífices, bem como por incontáveis Prelados do mundo inteiro, ao culto de Nossa Senhora de Fátima, que torna descabidas tais inculpações (12).

(12) Deixando de lado os atos e documentos de Bispos do mundo inteiro que de um modo ou outro preconizam a devoção a Nossa Senhora de Fátima — porque só o elenco deles formaria um volume —, já é bem ampla a relação das manifestações de apoio provenientes da Santa Sé e de altos Prelados romanos à devoção de Nossa Senhora enquanto se tendo manifestado na Cova da Iria, e ao Santuário de Fátima:

1926, 1.º de novembro. — O Núncio Apóstolico em Lisboa, Mons. Nicotra visita o local das Aparições.

1927, 21 de janeiro. — A Santa Sé concede o privilégio de uma Missa votiva em Fátima.

1929, 9 de janeiro. — Pio XI oferece a professores e alunos do Colégio Português, em Roma, estampas de Nossa Senhora de Fátima.

1929, 6 de dezembro. — Pio XI benze a Imagem de Nossa Senhora da Fátima destinada ao Colégio Português em Roma.

1930, 13 de outubro. — O Bispo de Leiria publica uma carta pastoral que aprova o culto de Nossa Senhora de Fátima e declara dignas de crédito as Aparições.

1931, 13 de maio. — Grande peregrinação do Episcopado português, tendo à frente o Cardeal Patriarca de Lisboa e o Núncio Apóstolico; Consagração de Portugal a Nossa Senhora de Fátima.

1942, 31 de outubro. — Encerram-se as comemorações do 25.º aniversário das Aparições de Fátima. O Santo Padre Pio XII fala em português para Portugal e faz a Consagração do mundo ao Coração Imaculado de Maria.

1946, 13 de maio. — O Cardeal Aloisi Masella, Legado Pontifício, coroa, na Cova da Iria, a Imagem de Nossa Senhora de Fátima,

Em sua homilia de 13 de maio de 1982, durante a peregrinação a Fátima para agradecer a Nossa Senhora o fato

como “Rainha da Paz e do Mundo”. O número de peregrinos ascende a cerca de um milhão.

1950, 8 de maio. — Pio XII declara: “*Já passou o tempo em que se podia duvidar de Fátima*”.

1951, 13 de outubro. — O Cardeal Tedeschini, como Legado do Papa, encerra em Fátima, na presença de 50 Bispos, o Ano Santo Universal, e revela que no final do Ano Santo de 1950 Pio XII presenciara por quatro vezes, nos jardins do Vaticano, o “*Milagre do Sol*”, tal como ocorrera na Cova da Iria, em 13 de outubro de 1917.

1952, 7 de julho. — Pio XII consagra os povos da Rússia ao Imaculado Coração de Maria (Carta Apostólica *Sacro Vergente Anno*).

1955, 13 de maio. — Preside às cerimônias da peregrinação ao Santuário de Fátima o Cardeal Ottaviani.

1956, 13 de maio. — Iniciam-se no Santuário as comemorações do 25º aniversário da Consagração de Portugal ao Coração Imaculado de Maria, sob a presidência do Cardeal Roncalli, futuro João XXIII.

1956, 13 de outubro. — O Cardeal Eugênio Tisserant, Decano do Sacro Colégio, preside à peregrinação do encerramento do 25º aniversário da Consagração de Portugal ao Coração Imaculado de Maria, e benze a sede do Exército Azul de Nossa Senhora de Fátima.

1957, 15 de outubro. — Peregrinação presidida pelo Cardeal Cicognani.

1959, 8 de fevereiro. — Despede-se de Fátima o Cardeal Fernando Cento, Nuncio Apostólico em Lisboa, há pouco nomeado membro do Sacro Colégio.

1960, 13 de maio. — Mons. Giovanni Panico, Nuncio Apostólico em Lisboa, acende no Santuário o círio oferecido pelo Papa, dizendo: “*Este círio representa a alma, o coração do Santo Padre, que veio rezar ao Santuário de Fátima, ao pé de Vós*”.

1960, 12 e 13 de outubro. — Esta peregrinação fica na história de Fátima como uma das maiores manifestações coletivas de oração e penitência. Preside a mundial manifestação de fé o Cardeal Lercaro, Arcebispo de Bolonha (Itália).

1961, 12 e 13 de maio. — A peregrinação é presidida pelo Cardeal Luigi Traglia, Vigário-Geral de Roma.

1961, 13 de outubro. — O Santo Padre João XXIII manda uma carta, assinada de próprio punho, ao Cardeal Patriarca de Lisboa, “*por saber e imaginar o ardor espiritual que prepara a segunda Peregrinação Nacional a Fátima*”.

1963, 28 de agosto. — Com grande luzimento, foi benzida

de ter sobrevivido ao sacrílego atentado que sofreu na Praça de São Pedro, exatamente no dia 13 de maio do ano ante-

a Capela bizantina do Exército Azul pelo Cardeal Tisserant.

1963. — Além da visita de cinco Cardeais, o ano ficou assinalado pelo legado do falecido Papa João XXIII — a sua Cruz Peitoral — feito ao Santuário de Fátima, onde ele uma vez foi peregrino, e pela concessão de Missa própria.

1964, 12 a 13 de maio. — A peregrinação é presidida pelo Cardeal Agostino Bea.

1964, 21 de novembro. — Ao fim da III Sessão do Concílio Vaticano II, Paulo VI, depois de declarar Nossa Senhora “*Mãe da Igreja*”, confia o gênero humano ao Imaculado Coração de Maria e anuncia que enviará a Rosa de Ouro ao Santuário de Fátima.

1965, 13 de maio. — A entrega da Rosa de Ouro ao santuário é o acontecimento inolvidável desta peregrinação. É Legado do Santo Padre o Cardeal Fernando Cento e assistem 25 Bispos portugueses, além do Cardeal Patriarca de Lisboa.

1966, 21 de janeiro. — Visita de Mons. Mario Nasalli Rocca, Mestre de Câmara de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

1966, 12 e 13 de maio. — A peregrinação é presidida pelo Cardeal José António Ferreto.

1967, 13 de maio. — Paulo VI visita o Santuário de Fátima e se associa à comemoração do 25º aniversário do ato de Pio XII, que ocorreria a 31 de outubro desse ano.

1982, 20 de abril. — Carta do Cardeal Casaroli, Secretário de Estado, a todos os Bispos, comunicando que João Paulo II visitaria Fátima no dia 13 de maio seguinte, ocasião em que tinha a intenção de renovar, em união espiritual com todos os Bispos do mundo, os dois atos realizados por Pio XII.

1982, 13 de maio. — João Paulo II visita o Santuário de Fátima e consagra o mundo ao Imaculado Coração de Maria, renovando os atos de Pio XII de 1942 e 1952.

1983, 8 de dezembro. — Carta de João Paulo II aos Bispos do mundo inteiro convidando-os a se unirem a ele no ato de entrega e consagração do mundo que iria realizar em 25 de março do ano seguinte.

1984, 25 de março. — Em Roma, João Paulo II faz um ato de entrega e consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria, e especialmente dos homens e das nações que têm mais necessidade dessa entrega e dessa consagração.

Os dados do presente elenco, até o ano de 1966, foram extraídos de *Fátima — Guia histórico e turístico*, organizado pelo Pe. José Domingues Fernandes Silva, 1967, 112 pp.

rior, João Paulo II pronunciou estas palavras que atestam quanto a mensagem de Fátima continua atual:

“À luz do mistério da maternidade espiritual de Maria, procuremos entender a extraordinária mensagem (grifo do original) que, daqui de Fátima, começou a ressoar pelo mundo todo, desde o dia 13 de maio de 1917.

“Se a Igreja aceitou a mensagem de Fátima, é sobretudo porque esta mensagem contém uma verdade e um chamamento que, no seu conteúdo fundamental, são a verdade e o chamamento do próprio Evangelho.

“Este chamamento foi feito nos inícios do século vinte e, portanto, foi dirigido, de um modo particular, a este mesmo século. A Senhora da mensagem parecia ler, com uma perspicácia especial, os ‘sinais dos tempos’, os sinais do nosso tempo.

“Esta mensagem é dirigida a todos os homens. O amor da Mãe do Salvador chega até onde quer que se estenda a obra da salvação. E objeto do Seu desvelo são todos os homens da nossa época (grifo do original) e, ao mesmo tempo, as sociedades, as nações, os povos. As sociedades ameaçadas pela apostasia, ameaçadas pela degradação moral. A derrocada da moralidade traz consigo a derrocada das sociedades.

“O conteúdo do apelo de Nossa Senhora de Fátima está tão profundamente radicado no Evangelho e em toda a Tradição, que a Igreja se sente interpelada por essa Mensagem (grifo do original)”

Mais adiante, depois de indagar como é que se apresenta, diante de Nossa Senhora de Fátima, o sucessor de São Pedro, o Pontífice responde:

“Apresenta-se com ansiedade, a fazer a releitura daquele chamamento materno à penitência e à conversão, daquele apelo ardente do Coração de Maria, que se fez ouvir aqui em Fátima, há sessenta e cinco anos. Sim, relê-o, com o coração amargurado, porque vê quantos homens, quantas sociedades e quantos cristãos foram indo em direção oposta (grifo do original) àquela que foi indicada pela mensagem de Fátima. O pecado adquiriu assim um forte direito de ci-

dadania e a negação de Deus difundiu-se nas ideologias, nas concepções e nos programas humanos!

“E precisamente por isso, o convite evangélico à penitência e à conversão, expresso com as palavras da Mãe, continua ainda atual (grifo do original). Mais atual mesmo do que há sessenta e cinco anos atrás. E até mais urgente” (Insegnamenti di Giovanni Paolo II, Libreria Editrice Vaticana, 1982, vol. V, 2, pp. 1570 a 1575).

* * *

É concebível que o Segredo de Fátima suscite antipatias e até queixas na família de almas dos comunistas e socialistas explícitos, bem como de sua vasta congêrie de *“inocentes úteis”, “companheiros de viagem”* etc. E que, em consequência, a esquerda católica deite todo o empenho em desprestigiar as aparições de Fátima, e os que as divulgam e comentam. As *“armas”* aqui brandidas pelo sr. JAP parecem tiradas desse arsenal forjado em Moscou (13).

* * *

Em consequência de tudo isso, o católico que dê crédito às revelações de Fátima, as difunda e as comente, tem o direito de não ser criticado nem impugnado simplesmente por isto. Essa divulgação, Nossa Senhora a pediu, Ela mesma,

(13) É digna de nota esta crítica a Fátima que fez o ideólogo comunista francês Roger Garaudy, quando, em 19-5-1970, debateu com o Cardeal Jean Daniélou diante das câmeras da TV francesa: *“Não esqueça que quando Marx escreveu: ‘A religião é o ópio do povo’, ele se situava naquela parte do século XIX em que o espírito da Santa Aliança ainda subsistia, e devo dizer que este espírito não morreu ainda em todos os lugares, e até acontece algumas vezes ser ele encorajado. Para não citar ninguém, evocarei simplesmente Fátima”* (ROGER GARAUDY, *Chrétiens et marxistes devant le monde moderne*, “La Documentation Catholique”, n.º 1564, 7-6-70, pp. 546-547).

em Fátima. E o comentário que se atenha escrupulosamente ao conteúdo da Mensagem, sem o ampliar nem deformar, outra coisa não faz senão aumentar a eficácia da divulgação, tornando-a mais fácil de ser entendida e avaliada nas suas justas proporções. É o que faz a TFP.

Se tal conduta levasse implícita e necessariamente ao terror, como pretende o sr. JAP, seria o caso de responsabilizar por isso... a própria Mãe de Deus!

Não é admissível que o conteúdo de todos os documentos citados nos tópicos anteriores e neste seja próprio a criar um terror desequilibrado... em espíritos equilibrados. Pois não é de crer que ensinamentos da Igreja e revelações de Nossa Senhora sejam nocivos para as almas.

Se uma tensão nervosa se seguir ao estudo dessas matérias, o mal não está nelas, porém nas deficiências psíquicas ou nervosas destes ou daqueles dentre os que as estudem.

Se, pois, daí decorreu algum mal para o sr. JAP, a causa está nele, e não no que aprendeu na TFP.

4. A recordação das penas do Inferno, sempre oportuna em todos os tempos

O mesmo se diga quanto ao temor do Inferno, que o sr. JAP parece relacionar especialmente com sua crise de pureza.

É certo que, já antes do Concílio Vaticano II, se fazia notar em muitos pregadores uma tendência a falar cada vez menos do Inferno. Tendência esta em uma mútua relação de causa e efeito com o desinteresse (quando não a antipatia crescente) de certo público mundano, ou então sofisticadamente “intelectualizado”, para com pregações sobre esse tema.

Não espanta. Pois o pecador é habitualmente infenso a que se lhe fale da punição de seus pecados, como o mau pagador evita conversar sobre suas dívidas. De outro lado, os pregadores imediatistas e utilitários evitam tratar de temas que desagradam seus ouvintes. Isto não obstante, con-

tinuam válidas para todos os homens, em todos os tempos, e em todos os lugares, as palavras da Sagrada Escritura: *“Em todas as tuas obras lembra-te dos teus novíssimos, e nunca jamais pecarás”* (Eccli. VII, 40).

Como se sabe, os novíssimos são: Morte, Juízo, Inferno e Paraíso.

Por isto, documentos do Magistério eclesiástico dos mais graves, tratados e sermões de teólogos, moralistas e pregadores dos mais eminentes, escritos de incontáveis Santos têm versado o tema *per longum et latum*, para o maior proveito dos fiéis.

Diz em outro lugar o Eclesiástico: *“O temor do Senhor expulsa o pecado; quem não tem este temor não poderá ser justo”* (I, 27-28). E ainda: *“Não há coisa melhor do que o temor de Deus, e nada há mais doce do que observar os mandamentos do Senhor”* (XXIII, 37).

A idéia de que o temor de Deus é o princípio da sabedoria, aparece não menos que sete vezes nas Sagradas Escrituras (Ps. CX, 10; Prov. I, 7; IX, 10; XV, 33; Eccli. I, 16; I, 25; XXI, 13).

Em princípio, pois, falar sobre as penas do Inferno, usando, ao fazê-lo, de proporcionada insistência, só pode ser benfazejo.

São famosas, por exemplo, as missões populares organizadas por Santo Afonso Maria de Ligório, e postas em prática na Igreja pelos Redentoristas, com grande concurso de povo, pelo menos até o fim da chamada *“era pré-conciliar”*. Segundo as normas de Santo Afonso, os pregadores deveriam dirigir-se às ruas e praças no cair da noite e exortar o povo a comparecer à Missão. O próprio Santo traça as normas de como devem ser feitas essas *“exortações noturnas”*:

“Sem estas exortações, pelo menos nos primeiros quatro ou cinco dias, ver-se-á a igreja freqüentada apenas por aqueles que menos necessitam da Missão. A experiência tem demonstrado com evidência que as exortações da noite conseguem de modo maravilhoso acordar essas almas preguiçosas e levá-las à Igreja.

“Essas exortações, é de se notar, devem ser de curta duração e até mesmo bem curta, não devendo ir além de quinze minutos.

“Serão feitas em tom veemente, não faltarão aí palavras de terror, que firam com freqüência o coração e os ouvidos dos assistentes.

“Não devem elas terminar com o ato de contrição, mas sim com uma sentença aterradora.

“É bom retornar sempre ao argumento, assim: ‘Ouviste, pecador? Se vens ao Senhor, tu o encontrarás clemente e misericordioso; se recusas seu abraço paternal, Ele te fugirá, não te chamará novamente...’

“Finalmente se conclui com uma sentença aterradora, que deve estar em conexão com o argumento, com a proposição. Sentença curta em termos graves, aterradores, que façam profunda impressão e toquem o coração do ouvinte. Por exemplo: ‘Treme, pecador, treme! Quiçá esta noite ainda Deus te mandará a morte, quando não queres mudar de vida! E serás assim um condenado!’ Ou: ‘Geme, lamenta teus pecados, faze-o agora para não o teres que fazer na eternidade!’ Ou: ‘Continua, na tua vida desregrada, continua a ofender a Deus; escuta, porém: no Vale de Josafá hás de ouvir a sentença de Jesus Cristo: Ide, malditos, para o fogo eterno...’ Poder-se-á terminar também com as palavras do cântico, caso elas se prestem a isso, assim:

*“De um dia para outro / Assim morres, pecador!” (Santo AFONSO MARIA DE LIGÓRIO, *Os exercícios da Missão*, Vozes, Petrópolis, 1944, pp. 9 a 14).*

Quem ousaria dizer que o fruto das Missões Redentoristas foi encher os manicômios ou os hospitais de doentes nervosos? A prática de mais de 200 anos indica exatamente o contrário. Elas sempre foram ocasião de grandes conversões e de recuperação moral, criando assim condições propícias para a sanidade mental.

* * *

Em síntese, nenhuma censura merece a TFP por alertar seus sócios e cooperadores para os perigos que as almas deles correm especialmente nos dias de hoje.

Se nisso houvesse algo de nocivo, seria impossível evitar de dizer que também nociva é a maternal mensagem da Mãe de Deus à humanidade pecadora de nossos dias. Pois a TFP, nessa matéria, não faz senão implícita ou explicitamente difundir, explicar e comentar a mensagem de Fátima.

Convém lembrar, a esse propósito, que na terceira aparição de Nossa Senhora em Fátima, no dia 13 de julho de 1917, a Santíssima Virgem mostrou o Inferno aos três pastorinhos, visão essa que constitui a primeira parte do célebre Segredo. Narra a Irmã Lúcia: *“Ao dizer estas últimas palavras, [Nossa Senhora] abriu de novo as mãos como nos dois meses passados. O reflexo [de luz que elas expediam] pareceu penetrar a terra e vimos como que um grande mar de fogo e mergulhados nesse fogo os demônios e as almas como se fossem brasas transparentes e negras ou bronzeadas, com forma humana, que flutuavam no incêndio levadas pelas chamas que delas mesmas saíam juntamente com nuvens de fumo, caindo de todos os lados — semelhante ao cair das fagulhas nos grandes incêndios — sem peso nem equilíbrio, entre gritos e gemidos de dor e desespero que horrorizavam e faziam estremecer de pavor. Os demônios distinguiam-se por formas horríveis e asquerosas de animais espantosos e desconhecidos, mas transparentes como negros carvões em brasa”* (apud ANTONIO AUGUSTO BORELLI MACHADO, *As aparições e a Mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia*, Ed. Vera Cruz, São Paulo, 1984, 20ª ed., pp. 43-44).

Comentando o terror que essa visão causou às três crianças — e especialmente à menor delas, Jacinta — assim se exprimiu a Irmã Lúcia em suas memórias (III): *“Algumas pessoas, mesmo piedosas, não querem falar às crianças do inferno, para não as assustar; mas Deus não hesitou em mostrá-lo a três e uma de 6 anos apenas e que Ele sabia se havia de horrorizar a ponto de, quase me atrevia a dizer, de susto se definhar”* (*Memórias da Irmã Lúcia*, edição da

Postulação dos Processos de Beatificação de Francisco e Jacinta Marto, Fátima, 1978, 3ª ed., p. 97).

Sem dúvida, como também outros temas religiosos, o temor do Inferno pode levar a um rigorismo desequilibrado as pessoas que meditem sobre ele, não segundo as regras da sabedoria, mas segundo as suas meras preferências pessoais. O que acontece também, por exemplo, com a meditação sobre a misericórdia de Deus, que, feita inadequadamente, pode favorecer o laxismo.

Mas esses possíveis abusos não impedem que tais temas sejam desenvolvidos — ou assimilados — equilibradamente pela generalidade das almas. *“Abusus non tollit usum”* (o abuso não impede o uso) — essa a norma do Direito que tem aplicação também no campo religioso.

Aliás, até que ponto chega a normalidade e onde começa o abuso, em pregações do gênero? Depende isso de tal maneira das peculiaridades de quem disserta, de quem ouve, da ocasião e do modo em que o tema é tratado, que resulta difícilimo, em considerável número de casos, dizer exatamente qual é a linha demarcatória entre uma coisa e outra.

Nesse particular, só caberia alguma crítica se o modo de tratar o assunto fosse censurável pela excessiva insistência, ou por sua dramaticidade charlatanesca.

* * *

Algo disse o sr. JAP parece insinuar quando, ao tratar da visita que realizou ao *“mosteiro secreto”* da TFP, relata longamente a audição de uma fita magnética contendo a gravação de um exorcismo (GV pp. 116 a 119).

Ora, essa fita foi realmente ouvida no auditório da TFP, em reunião plenária, sem que em ninguém tivesse causado o pânico verdadeiramente desproporcionado que o sr. JAP descreve em si, e — sempre tendente a se julgar paradigmático — imagina tenha sido a reação dos outros: *“Meus companheiros e eu, lívidos todos, trêmulos alguns, esforçámo-nos para recobrar a respiração normal, e outros, mais tensos que os demais, tinham a pele úmida de suor”* (GV p. 119).

A ver dramaticidade charlatanesca nesse episódio, ela estaria unicamente no modo pelo qual o sr. JAP o relembra...

Aliás, é de notar que o sr. JAP não menciona, ao narrar esse episódio, conversas com seus companheiros, mas apenas o que julga ter notado nas expressões fisionômicas deles. Para um observador subjetivista como ele, e propenso a imaginar nos outros o que ele mesmo sentiu, é bastante compreensível.

Veja-se, ademais, o seguinte trecho:

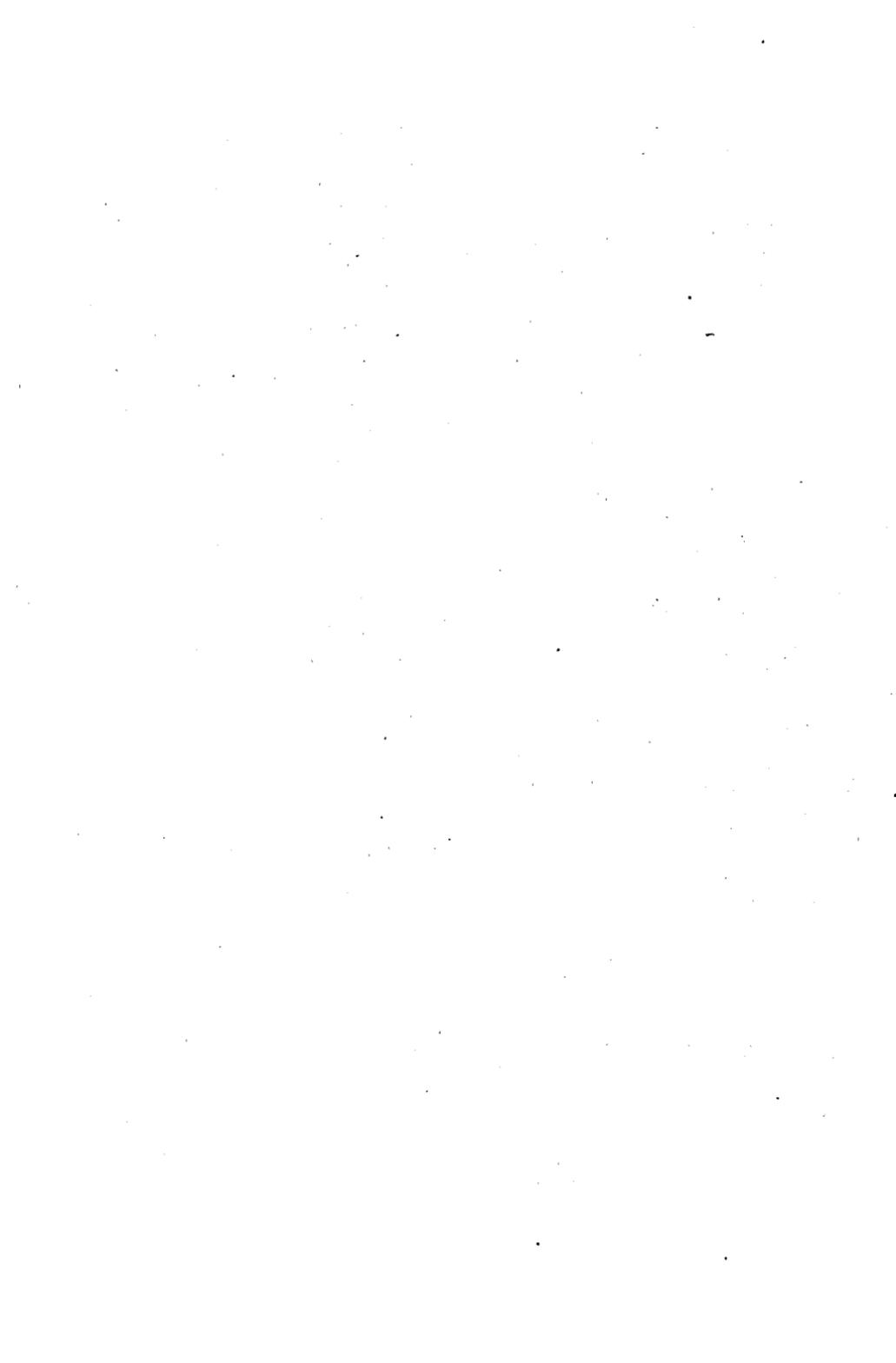
“De repente, o homem [o exorcizado], estirado no sofá, dava sinais de recuperar lentamente os sentidos adormecidos; porém, ao contrário de demonstrar normalidade, de pertava com aspecto sombrio, pálido, balbuciando palavras incompreensíveis. Aos poucos, seus músculos tornavam a contrair-se e o homem, esbugalhando assustadoramente os olhos a ponto de dar a impressão de que os faria saltar das órbitas, alinhava-se na poltrona, cravava as unhas no estofado e adquiria porte altivo e desafiador, aumentando sucessivamente o volume de um gemido desesperado e acabrunhador.

“— Vade retro, Satana! — bradava o sacerdote, procurando, às pressas, o crucifixo e o frasco de água benta. Os amigos e parentes do homem, assustados, aproximavam-se dele, na expectativa de ter de contê-lo mais uma vez” (GV pp. 118-119).

Dir-se-ia que o narrador assistiu a um filme technicolor. Pois é preciso ter muita imaginação para compor, a partir de uma simples gravação, um relato tão vivo, tão rico em pormenores...

* * *

Devidamente explicados esses vários “terrores”, vê-se cair mais uma coluna em que se apoiava a acusação vazia e inócua de que na TFP se praticaria uma “lavagem cerebral”.



CAPÍTULO VII

A castidade antes do casamento, uma imposição arbitrária da TFP?

Uma das componentes da crise do sr. JAP concerne à castidade.

1. A castidade segundo o estado, um preceito da Lei de Deus

A esse respeito, é preciso notar antes de tudo que, para o mocinho que ele fôra, e para o moço em que o curso do tempo o transformou ao longo da sua permanência na TFP, a castidade pré-matrimonial constituía um dever de consciência. O sexto Mandamento da Lei de Deus diz expressamente: *“Não pecarás contra a castidade”*, com o que fica vedado a todo católico, do sexo masculino como do feminino, qualquer ato, pensamento ou desejo impuro, e em particular qualquer relação sexual fora dos laços sagrados do matrimônio.

E mesmo neste último estado, o preceito da castidade permanece, se bem que com peculiaridades específicas. Em ra-

ção do que a Moral católica cunhou a expressão “*praticar a castidade segundo o estado*” de vida.

Isto posto, o sr. JAP, durante o período de sua permanência na TFP, devia guardar a castidade, não em virtude de um arbitrário preceito da TFP, mas por força da Lei de Deus.

Sem dúvida, a TFP procura ajudar os jovens a observarem a virtude da pureza, uma virtude árdua e difícil, contra a qual se rebela a natureza humana decaída por efeito do pecado original. Daí se poder dizer que um homem casto constitui — na ordem moral — um milagre. Mas, por paradoxal que pareça, com a ajuda da graça que Deus não nega a ninguém, e numa ordem de coisas cristã, o homem casto é um milagre freqüente. Desde que, bem entendido, ele queira realmente ser casto, reze, seja vigilante e tenha o cuidado de se manter rigorosamente afastado das ocasiões próximas de pecado.

E obtida assim a castidade habitual, é normal que o varão casto se sinta estável nessa virtude, tendo entretanto bem presente a advertência de São Paulo: “*Qui se existimat stare videat ne cadat*” (“Aquele que julga estar de pé, tome cuidado para não cair” — I Cor. X, 12). Exceto se Deus, em sua sabedoria infinita, dispuser que ele passe por tentações, por vezes até tormentosas, ao longo das quais se acrisola ainda mais a sua fortaleza, e lhe é dado expiar pelos outros ou quiçá por desordens da sua própria vida passada.

Essa estabilidade lhe dá no interior da alma um equilíbrio e um bem-estar que constituem um prêmio, já nesta vida, pela batalha moral em que foi vencedor.

Se, porém, o homem diminui na oração ou na vigilância, e entra no caminho funesto das pequenas concessões à impureza, nada se lhe torna mais difícil do que manter a castidade.

Daí, precisamente, certas regras de procedimento costumeiras nos meios católicos antes do atual processo de auto-demolição por que passa a Santa Igreja, do qual falou Paulo VI (cfr. Alocução aos alunos do Seminário Lombardo, 7 de dezembro de 1968, *Insegnamenti di Paolo VI*,

Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. VI, p. 1188). Essas regras, que o sr. JAP viu praticadas na TFP, ele as distorce e interpreta, de modo tolo ou malévolo, como se constituíssem sintomas de aversão à mulher enquanto tal (GV pp. 42-43) (1).

Por mais que a mentalidade e os costumes modernos sejam avessos a tal, uma efetiva prudência no convívio entre pessoas de sexo diferente constitui uma das características básicas da civilização cristã. E, no que diz respeito ao estado religioso, que é o estado de perfeição, os Fundadores de Ordens e Congregações têm chegado a minúcias e rigores, no tocante às relações de seus Religiosos com pessoas de outro sexo, capazes de desconcertar os espíritos sensuais e permissivistas de nossos tempos. *“Entre Santa e Santo, muro de cal e canto”*, diz uma velha máxima portuguesa. E outra encarece de modo prazenteiro: *“Santo e Santa, nem sequer no mesmo altar”*.

Sobre as disposições da Moral católica tradicional referentes à vigilância nas relações entre os sexos, seria um não mais acabar, se se citasse aqui tudo quanto dizem os moralistas ortodoxos.

Que a TFP recomende, pois, a seus sócios e cooperadores, todo o cuidado nesta matéria, dissuadindo-os de frequentar piscinas mistas, praias, locais de dança, casas em que os trajes imorais das jovens ou a continuada reunião de todos diante da televisão, aberta imprudentemente a toda e qualquer forma de programação, podem pôr facilmente em risco a pureza deles: nada há nisto de estranhável,

(1) A acusação de nutrir a TFP essa pretensa aversão às mulheres é tanto mais im procedente quanto é do conhecimento geral que a TFP vem contando, a partir do início da década de 70 e cada vez mais, nos últimos anos, com a preciosa colaboração de correspondentes do sexo feminino.

No último Encontro Nacional de Correspondentes da TFP, realizado em São Paulo de 2 a 4 de agosto p.p., dos 1418 participantes inscritos, 801 eram do sexo feminino.

por mais que não o compreenda o sr. JAP, continuamente minado por sua divisão pusilânime entre a castidade e a impureza.

Mas, dir-se-á, aferrada a essa moralidade perempta (2), a TFP recusa a arejada liberação moral ocorrida na Igreja durante o período pós-conciliar?

A Moral católica, que se funda toda nos preceitos contidos na Revelação, não pode mudar ao sabor dos tempos. Lembrou-o ainda recentemente S.S. João Paulo II, durante sua conturbada viagem à Holanda. Em Amersfoort, no dia 14 de maio último, dirigiu as seguintes palavras aos jovens:

“O Evangelho, na verdade, nos apresenta um Cristo muito exigente, que convida à radical conversão do coração (cfr. Mc. I, 5), ao desapego dos bens terrenos (cfr. Mt. VI, 19 a 21), ao perdão das ofensas (cfr. Mt. VI, 14 ss.), ao amor aos inimigos (cfr. Mt. V, 44), a suportar pacientemente as afrontas (cfr. Mt. V, 39 ss.) e até ao sacrifício da própria vida por amor do próximo (cfr. Jo. XV, 13). Particularmente, no que concerne à esfera sexual, é notória a firme posição por Ele tomada em defesa da indissolubilidade do matrimônio (cfr. Mt. XIX, 3 a 9) e a condenação proferida também diante do adultério ainda que só de coração (cfr. Mt. V, 27 ss.). E como não ficar impressionado com o preceito de ‘arrancar o olho’ ou ‘cortar a mão’, se tais partes do corpo forem ocasião de ‘escândalo’ (cfr. Mt. V, 29 ss.)?”

“Diante destas precisas referências evangélicas, é realístico imaginar um Cristo ‘permissivo’ no campo da vida matrimonial, em matéria de aborto, das relações sexuais pré-

(2) Enganam-se os que pensam que o mundo rola para o abismo da imoralidade sem reações saudáveis, e até admiráveis. Sobre tais reações nos Estados Unidos de nossos dias, cfr. *Valores familiares ganham impulso e Combate à imoralidade e drogas*, in “Catolicismo” n.ºs 368-370, de agosto/outubro de 1981.

matrimoniais, extra-matrimoniais ou homossexuais? Certamente permissivista não foi a primitiva comunidade cristã, instruída por aqueles que tinham conhecido pessoalmente a Cristo. Basta aqui reportar-se às numerosas passagens das epístolas paulinas que tratam dessa matéria (cfr. Rom. I, 26 ss.; Cor. VI, 9; Gal. V, 19 etc.). Às palavras do Apóstolo não faltam certamente clareza e rigor. E são palavras inspiradas pelo Alto. Elas permanecem normas para a Igreja de todos os tempos. À luz do Evangelho, ela ensina que cada homem tem direito ao respeito e ao amor. O homem tem importância! Em seu ensino, a Igreja nunca pronuncia um juízo sobre pessoas concretas. Mas, a nível dos princípios, ela deve distinguir o bem do mal. O permissivismo não torna os homens felizes. Tampouco a sociedade de consumo traz a alegria de coração. O ser humano só se realiza na medida em que aceita as exigências que lhe vêm de sua dignidade de ente criado à 'imagem e semelhança de Deus' (Gen. I, 27).

“Portanto, se hoje a Igreja diz coisas que não agradam, é porque ela se sente na obrigação de o fazer. Ela o faz por dever e lealdade. Seria, em realidade, muito mais fácil aterse a generalidades. Mas às vezes ela sente o dever de, em conformidade com o Evangelho de Jesus Cristo, manter os ideais em sua máxima abertura, embora com o risco de ter que desafiar as opiniões correntes.

“Não é, então, verdade que a mensagem evangélica seja uma mensagem de alegria? Ao contrário, é muito verdadeiro! E como é possível? A resposta está em uma só palavra, uma palavra curta, mas de conteúdo vasto como o mar. Esta palavra é: amor. O rigor do preceito e a alegria de coração podem conciliar-se perfeitamente entre si, se a pessoa que age é movida pelo amor. Quem ama não teme o sacrifício. Pelo contrário, ela procura no sacrifício a prova mais convincente da autenticidade do seu amor” (“L'Osservatore Romano”, 16-5-1985).

2. A culposa divisão interna do sr. JAP **— “Quem ama o perigo nele perecerá”**

De qualquer forma, a luta pela pureza é árdua, máxime em nossos dias. A castidade é cada vez menos compreendida, e é objeto de campanhas de escárnio, que tocam várias vezes no feroz. Exemplo disso é o caso referido pelo próprio sr. JAP, das três jovens que cursavam com ele o mesmo colégio, e certo dia o cercam com provocações lascivas.

Isto, mais as solicitações da carne, de cuja violência o sr. JAP se gaba numa descrição despudorada (e até algum tanto envaidecida) de um ato de masturbação, e que transparece também em outros tópicos do livro, faz ver que seus bons propósitos nessa matéria eram precários, quase se diria esporádicos (GV pp. 20, 40-41, 89 a 94 e 186 a 194).

Dividia-o a luta entre a lei da carne e a lei do espírito: *“Vejo nos meus membros uma outra lei que se opõe à lei do meu espírito, e que me faz escravo da lei do pecado, que está nos meus membros”* (Rom. VII, 23). Mas em vez de fazer prevalecer a lei do espírito sobre a lei da carne, por meio da resolução séria, firme, heróica de se manter puro, é patente em sua própria narração que ele dava um semi-consentimento freqüente, ou até mais ou menos habitual, e por vezes mesmo confessado, às solicitações da carne.

A estas últimas, jamais deixara ele de conceder molemente certa cidadania em seus afetos, em seus sonhos, em suas nostalgias, e, pois, inevitavelmente, em suas esperanças.

Influenciado evidentemente pela teoria freudiana de que a repressão está na raiz das neuroses, ele parece ver no ensinamento da TFP sobre a pureza, acima exposto, algo intrinsecamente favorecedor dos desequilíbrios nervosos. Mas, evitando entrar em conflito direto com a doutrina oficial da Igreja nesta matéria — que a TFP não faz senão repetir — inculpa esta entidade por todos os problemas nele causados pela luta em prol da pureza. Procedimento que é impossível não qualificar de desleal.

Ora, o grande culpado das tensões e dos distúrbios nervosos a que se refere o sr. JAP não é a TFP, nem muito menos a Igreja. Pelo contrário, esse culpado é ele próprio.

Com efeito, quanto mais o católico que deseje ser puro faz concessões à impureza, tanto mais esta última vai exercendo sobre ele uma atração tempestuosa. A cada concessão recrudescer a luta, seguida normalmente por concessões ainda maiores.

Estados de espírito como esse infelizmente não são raros entre as criaturas humanas. E os genuínos moralistas católicos não se fartam de realçar todo o risco que eles trazem para a alma.

“Quem ama o perigo nele perecerá”, diz a Sagrada Escritura (Eccli. III, 27).

Esta frase resume toda a história da “luta” que o sr. JAP conduziu para se manter puro. E lhe explica o fracasso final. Ele simpatizou com o perigo, amou-o... e por fim, por sua própria culpa, nele pereceu. Esta síntese de sua vida moral é infelizmente a própria síntese banal das catástrofes morais que aos milhares, aos milhões, se desenrolam nos torvos e convulsionados dias em que vivemos.

Que o sr. JAP tenha rezado muito para obter as graças necessárias à sua situação, ele o afirma, deixando entender que o Céu foi surdo a suas preces. Não espanta. Pois Deus rejeita a oração oferecida nas condições espirituais em que se descreve o sr. JAP: *“Não ofereças ao Senhor donativos defeituosos, porque Ele não os receberá”* (Eccli. XXXV, 14). E o profeta Isaías adverte: *“Ouvi a palavra do Senhor, ó príncipes (que imitais os reis) de Sodoma, escuta a lei do nosso Deus, ó povo (semelhante ao) de Gomorra. De que me serve a mim a multidão das vossas vítimas? diz o Senhor. Já estou farto delas. Não ofereçais mais sacrifícios em vão. A minha alma aborrece as vossas calendas e as vossas solenidades; elas tornaram-se-me molestas, estou cansado de as suportar. E quando estenderdes as vossas mãos, apartarei de vós os*

meus olhos; e quando multiplicardes as vossas orações, não as atenderei. Lavai-vos, purificai-vos, tirai de diante dos meus olhos a malícia dos vossos pensamentos, cessai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem, procurai o que é justo, socorrei o oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a viúva. E então vinde, e argüi-me (se eu não vos tratar com misericórdia), diz o Senhor” (Is. I, 10 a 18).

Não basta, pois, a mera oração. Sem a cooperação do homem, não há perseverança na virtude. Por isso disse Santo Agostinho: “*Qui creavit te sine te, non salvabit te sine te*” — “Aquele que te criou sem teu concurso, não te salvará sem o teu concurso”.

É óbvio que um estado de divisão interna como o do sr. JAP pode ser nocivo aos nervos. Mas a causa dessa divisão não está no 6º Mandamento da Lei de Deus. Está, sim, nas hesitações culposas, dilacerantes e psiquicamente desgastantes, nas transgressões desse Mandamento, em que, tudo, o sr. JAP consentia, e que cada vez mais lhe minavam os bons propósitos.

A ação da TFP se limitou a apoiar-lhe, quanto possível, a vontade cambaleante, ajudando-o — na medida em que ele o quisesse — a recompor em si a unidade interior comprometida pelas indecisões dele. Essa ajuda, o sr. JAP jamais a aceitou por inteiro, e a foi recusando cada vez mais. Do ponto de vista da Moral católica — não é demais repetir — esta é a história típica e corriqueira de uma triste decadência espiritual.

3. A TFP recomenda o celibato aos seus sócios e cooperadores que livremente o queiram, porém de modo nenhum o impõe

Além do mais, aos 21 anos, o sr. JAP estava livre, segundo as normas do Direito Civil brasileiro, para procurar esposa, e se casar. E já aos 18 anos teria podido fazê-lo, desde que conseguisse autorização paterna ou emancipação (3).

Porém não o fez, movido pela veleidade de conservar o celibato sem renunciar de todo às suas pusilânimes concessões. Por que preferiu ele “*abrasar-se*” a “*casar-se*” (4), deixando de contrair castas núpcias, a partir do momento em que lho facultavam as leis de Deus e as do Estado? Pressão da TFP?

Antes de tudo convém ponderar que havia na TFP, nos tempos do sr. JAP, e as há inclusive em posições do maior realce, pessoas casadas. E que haviam contraído casamento depois de pertencerem à TFP, ou ao “*grupo do Legionário*” ou ao “*grupo do Catolicismo*”, núcleo inicial do qual esta última germinara.

O celibato nunca foi, nesta Sociedade, uma condição absoluta e sem exceções, como muitos imaginam. A TFP por certo favorece a livre opção de seus sócios e cooperadores por esse estado, como mais excelente do que o de casado. E nisto ela age bem. Pois é louvável entre cristãos aconselhar o mais perfeito (5). Porém jamais quis impor a perma-

(3) A lei civil brasileira proíbe que se casem os sujeitos ao pátrio poder; com autorização paterna, porém, permite o casamento do jovem aos 18 anos, e o da moça aos 16.

(4) “*Digo aos não casados e às viúvas que lhes é bom permanecerem assim, como também eu. Mas se não se contêm, casem-se. Porque é melhor casar-se, do que abrasar-se*” (I Cor. VII, 8-9).

(5) É esse o ensinamento do Apóstolo São Paulo: “*Estás livre de mulher? Não busques mulher. Mas, se tomares mulher, não pecaste. E se uma virgem se casar, não pecou; todavia estes terão tribulação da carne. E eu quisera poupar-vos a ela*” (I Cor. VII, 27-28).

Pio XII, na Encíclica *Sacra Virginitas*, de 25 de março de 1954, desdobra esse ensinamento:

“*A castidade perfeita é matéria de um dos três votos constitutivos do estado religioso (cfr. CIC can. 487) e é exigida aos clérigos da Igreja Latina admitidos às Ordens Maiores (cfr. CIC can. 132 § 1) e também aos membros dos Institutos Seculares (cfr. Const. Apost. Provida Mater, art. III, § 2; AAS, vol. XXXIX, 1947, p. 121). Mas é*

nência no celibato a pessoas que não enfrentassem com a necessária generosidade a dura batalha da pureza. Ou que simplesmente se sentissem atraídas para o estado conjugal. Nem possui ela meios para o impor.

Tudo isto tem alcance para a análise dos últimos lances da novela autobiográfica do sr. JAP. A partir do momento em que sua crise interior tomou certas proporções, o “*Senhor Leonardo*” foi o primeiro a lhe aconselhar que pedisse dispensa das promessas que fizera (6) e retornasse a Londrina, sua cidade natal. O que equivalia, *in concreto*, a pôr cordialmente diante de seus olhos, como solução normal, a opção em favor do casamento.

Durante seu longo processo de reintegração nos ambientes extrínsecos à TFP (GV pp. 181 a 197), esta lhe manteve, largamente abertas, as portas para o retorno. Porém em nenhum momento exerceu sobre ele a menor pressão nesse

igualmente praticada por grande número de simples leigos: homens e mulheres há que, sem viverem em estado público de perfeição, fizeram entretanto o propósito ou mesmo o voto privado de se absterem completamente do matrimônio e dos prazeres da carne, para mais livremente servirem ao próximo, e mais fácil e intimamente se unirem a Deus.

“Dirigimo-Nos com o coração paterno a todos e a cada um destes diletíssimos filhos e filhas que de algum modo consagraram a Deus corpo e alma, e os exortamos vivamente a confirmarem sua santa resolução e a pô-la em prática com diligência” (AAS, vol XLVI, p. 163).

Ensinar precioso para desfazer o tolo preconceito de muitos que pensam ser a castidade perfeita aconselhável só para quem receba a graça insigne da vocação sacerdotal, ou o santo chamado para o estado religioso.

(6) **Promessas**, note-se, e não **votos**, como narra incorretamente o sr. JAP na p. 181 de *Guerreiros da Virgem*. Aliás, também o que ele narra a respeito desses “votos” nas pp. 170-171 está repleto de incorreções.

O assunto dos votos na família de almas da TFP foi amplamente explanado no citado livro de ATILA SINKE GUIMARÃES, *Servitudo ex caritate*, Artpress, São Paulo, 1985, pp. 176 a 183, 223 a 230 e 262 a 268.

sentido. E a ruptura dele com a TFP só se deu quando ele quis. Isto é, quando, minado pelas dúvidas e desencantos, e, de outro lado, pelos anseios de uma prática sexual que, pelo menos de momento, não dava sinais de voltar-se para o casamento, entendeu de encerrar suas relações com a TFP. Daí a cena final de seu livro, quão censurável, que se passa num prostíbulo de Londrina, por ele descrita em todos os pormenores (GV pp. 190 a 193).

4. As dúvidas e os desencantos do sr. JAP

“Cumprir viver como se pensa, sob pena de, mais cedo ou mais tarde, acabar por pensar como se viveu” — é a observação sagaz do romancista e membro saliente da Academia Francesa de Letras, Paul Bourget, o qual se destacou, não só por seu estilo literário, como por sua penetração psicológica (cfr. *Le Démon du Midi*, Plon, Paris, 1914, vol. II, p. 375).

Dividido, de modo inicialmente esporádico e depois contínuo, no que diz respeito aos propósitos de pureza, o sr. JAP não poderia conservar em relação à TFP o entusiasmo íntegro que de início lhe votara.

Vieram os desencantos e as dúvidas.

O que fez a TFP para remediá-los? De que ajuda lhe foi ela para evitar, ou pelo menos para atenuar essa divisão interior que o levaria a uma crise nervosa?

A esse propósito, é preciso ter em vista a peculiaríssima estrutura psicológica do sr. JAP, no qual as sensações e as emoções preponderam de muito sobre o raciocínio. De sorte que o inopinado dos fatos e das sensações, postos em interação num cadinho interior aquecido pelo fogo do subjetivismo mais característico, fazem com que ele seja impene-trável, nas fases de crise, a qualquer olhar, bem como a qualquer ação vinda de fora.

Nessa última fase, muito pouco foi possível fazer por ele. E o que foi feito, infelizmente, de nada aproveitou ao sr. JAP. Pois até as comovedoras graças por ele recebidas ante a Ima-

gem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima (7) não o demoveram de sua recusa. Em um só ponto se revela sem vacilações sua infeliz alma vacilante: é em nunca abandonar o vício da vacilação pusilânime, por mais insistentes que fossem os apelos da graça.

* * *

Bem entendido, consideradas em bloco as refutações ao sr. JAP contidas neste capítulo, pelo fato mesmo de se basearem na doutrina católica, colidem frontalmente com as concepções materialistas e deterministas sobre psicologia e psiquiatria, de que Freud foi, em fins do século passado e em primórdios deste século, o pioneiro e o “profeta” (cfr. em Apêndice, MIGUEL BECCAR VARELA e EDWALDO MARGUES, *O pensamento de Freud no livro “Guerreiros da Virgem” do sr. José Antônio Pedriali*). Mas esta colisão transcende de muito o quadro da presente refutação.

Fique o sr. JAP com Freud e os que o seguiram, ou com os que, contestando-lhe embora amplamente o pensamento, não recusam a herança naturalista e determinista que ele lhes deixou.

Da nossa parte, ficamos com a doutrina católica, na qual se inspira a atuação da TFP.

(7) No ano de 1973 o sr. JAP conheceu em São Paulo, na sede da TFP, a Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima que vertera lágrimas em Nova Orleans (EUA). Do que então observou na Imagem, e do que em seguida se passou de excelente em sua alma, faz ele uma bela descrição (GV pp. 137 e 138-139). A leitura de sua narrativa dá a impressão de que se tratou de verdadeiras graças sobrenaturais. Mas, infelizmente, não correspondidas por ele. De sorte que, *grosso modo*, sua caminhada para o abismo continuou inalterada.

CAPÍTULO VIII

A TFP, uma “seita iniciática” que “alicia” adolescentes, ocultando suas metas mais profundas e sua verdadeira natureza?

1. O recrutamento da TFP: um maquiavélico processo de “aliciamento” de adolescentes?

O sr. JAP descreve o sistema de recrutamento de novos aderentes da TFP como um processo de “aliciamento” (GV pp. 72 a 74).

Assim, aquela forma de expansão, natural em toda sociedade que não está estagnada ou em decadência, é apresentada sob um prisma negativo e ultrajante.

O processo visaria sobretudo — ou exclusivamente — adolescentes. Não porém o tipo comum deles, mas uma certa espécie: “*Adolescente, classe média, inconformado com o mundo, poucos amigos — este, o perfil do apostolando ideal*” — esclarece o sr. JAP (GV p. 106).

A. Vocações para todas as atividades — como as da TFP — que exigem dedicação desinteressada e heroísmo em prol de um grande ideal são mais freqüentes na adolescência e na juventude

Cabe dizer, antes de tudo, que é inteiramente anacrônica a afirmação de que a TFP realiza seu recrutamento com exclusividade, ou quase tal, entre adolescentes.

A partir do início da década de 70, a TFP se empenhou em formar uma rede de correspondentes, constituída, como já se viu (cfr. Cap. V, 2, Nota 3), de pessoas de um e outro sexo, das mais variadas idades, mais marcadamente porém entre as que atingiram 30 anos ou mais.

Não obstante, é verdade que a TFP se esforça especialmente em recrutar, para os seus quadros de sócios e cooperadores, jovens, e até muito jovens.

Com efeito, é de conhecimento comum que no Brasil, já a partir da adolescência, o jovem começa a se pôr questões fundamentais em face dos mais variados aspectos da realidade e da vida (cfr. Cap. IV, 12, A). Tem assim seu início um processo intelectual e volitivo freqüentemente precoce, ao longo do qual a inteligência e a vontade vão adquirindo maturidade.

É também sabido — e até banal — que na adolescência e na mocidade o espírito humano costuma abrir-se mais generosamente para os grandes horizontes, os grandes ideais, os grandes apelos à dedicação desinteressada e ao heroísmo.

Por essa razão, costumam eclodir na adolescência ou na juventude as vocações para todas as atividades que pedem de modo particular tais qualidades, como, por exemplo, o Sacerdócio, o estado religioso, a vida militar. E por isso as dioceses, as Ordens religiosas, as Forças Armadas etc., se aparelham com particular solicitude para atrair a suas casas de formação especializada, tanto adolescentes quanto jovens.

É óbvio que, por análogas razões, as altas finalidades visadas pela TFP, a abnegação que esta pede a quem por tais finalidades se empolga, em suma, toda a epopéia da TFP

atrai especialmente adolescentes e jovens. E que, em consequência, esta deita particular empenho em se fazer compreender (em meio aos tropeços das freqüentes incompreensões e ao silvar constante das calúnias), por aqueles que naturalmente têm o espírito mais aberto a ela. Nada mais sensato, nem mais normal.

Assim, se bem que, em princípio, a TFP acolha entre seus sócios e cooperadores pessoas das diversas idades, nada mais explicável do que preferir ela, para seu recrutamento, agir junto a adolescentes e jovens. E nada nisto a caracteriza como uma sociedade “iniciática” ou demonstra propósitos de “lavagem cerebral” ou “manipulação das mentes”, como pretende o sr. JAP. A menos que análogas acusações se fizessem a seminários, noviciados, escolas militares etc.

B. Uma concepção de recrutamento que ignora completamente os hábitos informais do brasileiro

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, registra, no verbete *aliciar*:

“[Do latim *alliciare*, por *allicere*] *V.t.d.* 1. *Atrair a si; seduzir, atrair: Aliciou o amigo, fazendo-o ciente do segredo.* 2. *Peitar, subornar: Aliciou testemunhas para depor a seu favor.* 3. *Atrair, angariar: “enquanto se aliciavam adeptos ..., Seu Ramiro nos visitou com freqüência.” (Graciliano Ramos, *Infância*, p. 233). *T.d. e i.* 4. *Atrair, angariar.* 5. *Seduzir, atrair: Foi preso por aliciar menores para a prostituição.* 6. *Incitar, instigar: Aliciou os partidos a assumirem posições contrárias”* (Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1ª ed., 14ª impressão, p. 69).*

Na *Enciclopédia Saraiva do Direito* se lê que *aliciar* é “*seduzir, provocar, incitar com promessas, enganar quase sempre para fim ilícito*”.

No *Código Penal Militar*, o aliciamento é definido como “*crime praticado por civil, ou militar, ou por ambos, que em tempo de paz ou de guerra realizam promessas enganosas, subornam, engajam ou seduzem alguém para que se*

rebele contra a ordem interna ou externa do Estado” (cfr. PEDRO NUNES, *Dicionário de Tecnologia Jurídica*, Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro-São Paulo, 1961, 5ª ed., vol. I, p. 71).

O Código Civil trata do aliciamento de pessoas obrigadas a outrem por contrato de serviços agrícolas (art. 1235).

E no Código Penal (arts. 206 e 207), o aliciamento é configurado como *“delito, que consiste em incitar com promessas, ou seduzir trabalhadores, com o fim de os levar para território estrangeiro ou qualquer outra localidade dentro do país”* (cfr. PEDRO NUNES, op. cit., p. 71).

Assim, embora o vocábulo comporte um significado neutro, é notória a tendência para usá-lo, seja na vida corrente, seja na terminologia jurídica, num sentido pejorativo, e até envolvendo delito ou crime.

Dizer, portanto, que a TFP alicia adolescentes só pode significar que ela os atrai fraudulentamente, por meio de mentiras e silêncios astutos, com segundas intenções.

O sr. JAP formula ou insinua repetidamente essa acusação, ao longo de seu livro (GV pp. 12-13, 14, 57 ss., 68, 72 ss., 167, 200 etc.).

Ele afirma, por exemplo, que foi convidado *“subrepticamente”* a entrar para a TFP. *“Sub-repticamente, sim, porque em nenhum momento da fase inicial dos contatos que mantive com a Organização me foi dito que deveria ou poderia ser um de seus membros”* (GV p. 13).

É de pasmar a candura e a ingenuidade do autor de *Guerreiros da Virgem*.

Cooperadores da TFP fazem propaganda em seu colégio, e perguntam quais os alunos interessados em receber publicações da entidade. Ele se interessa e dá seu nome. Tempos depois é visitado duas vezes por um dos cooperadores, com o qual tem longas conversas, muito cordiais. Convidado a ir à sede de Londrina para assistir a uma palestra, ele se interessa e aceita o convite. Vai e gosta. Vai uma segunda vez, mais outra, e por fim acaba aderindo à TFP.

Diz ele — sempre testemunha única de sua própria acusação — que ao longo destes contatos não lhe foi dito que

se desejava seu ingresso como cooperador da TFP. Admita-se, para argumentar, que assim tenha sido. Para um adolescente brasileiro correntemente vivo — e o sr. JAP se imagina mais do que isto, um arquétipo — seria necessário dizer o óbvio, o gritantemente óbvio?

Para entender isto, do que precisava ele? Talvez um convite formalista, quiçá um ofício em papel timbrado, usando pomposas fórmulas de antanho?

Ainda aqui, ele parece ignorar completamente os hábitos informais do brasileiro. E principalmente do adolescente brasileiro.

C. O sr. JAP descarta gratuitamente os aspectos lógicos da argumentação da TFP e só vê nela um astuciosíssimo artifício psicológico

O sr. JAP descreve, às páginas 72 a 74 de seu livro, a “*técnica inicial de aliciamento*” em uso na TFP:

“Depois de pinçado, o apostolando tem de ser arrastado por uma corrente avassaladora de argumentos precisos, lançados na hora certa. Suas reações devem ser acompanhadas meticulosamente, os pontos de afinidade explorados ao máximo, as resistências sufocadas com cautela e da maneira mais indolor possível.

“— Nunca se oponha frontalmente às idéias de um apostolando, não se apresse em refutar seus argumentos contrários às nossas teses — explicou-me o apóstolo itinerante. — Atenha-se inicialmente em discutir os pontos em comum que ele possui conosco, elogie as posições que ele compartilha com o ‘grupo’. Numa palavra, atraia-lhe a confiança e a simpatia. Depois, e somente depois, vá aos poucos penetrando nos assuntos sobre os quais não estamos de acordo, lançando, aqui e ali, alguma dúvida sobre as opiniões dele. De imediato ele procurará defender as idéias próprias — e isto é natural. Quando reagir dessa forma, não podemos cair sobre ele como um raio, mas temos que avançar com cautela, levantando novas dúvidas. Isso fará que ele, quando estiver só, pense sobre o que falamos, procure encontrar respostas

às nossas ponderações. O processo estará desencadeado. E ele chegará a um ponto em que não terá mais condições de resistir à nossa argumentação.

“E prosseguiu meu conselheiro:

“— Temos de criar no interior dele um atrito. Atrito ideológico que, inevitavelmente, provocará a faísca. Aí, ou ele adere à nossa causa ou decide, conscientemente, recusá-la” (GV pp. 72-73).

É de se notar a insinuação. A recusa é apresentada como “consciente”. Da aceitação nada se diz. Parece que é inconsciente. O que isto insinua? Como se demonstra? Ambigüidade, penumbra... mas acusação!

Por outro lado, que “*atrito ideológico*” é este? E que faísca? Como atua esta faísca? Ele não o diz. E no entanto está isso na medula do tema...

O sr. JAP afeta conhecer perfeitamente o ensaio *Revolução e Contra-Revolução*, obra de cabeceira dos sócios e cooperadores da TFP. É de supor então que esteja presente à sua memória o que neste se diz sobre o “*choque*” contrarrevolucionário, operação “*atritiva*” a que ocasionalmente seu “*conselheiro*” se tenha referido:

“C. O ‘choque’ das grandes conversões. Segundo a História, afigura-se que as grandes conversões se dão o mais das vezes por um lance de alma fulminante, provocado pela graça ao ensejo de qualquer fato interno ou externo. Esse lance difere em cada caso, mas apresenta com freqüência certos traços comuns. Concretamente, na conversão do revolucionário para a Contra-Revolução, ele, não raras vezes e em linhas gerais, se opera assim:

“a. Na alma empedernida do pecador que, por um processo de grande velocidade, foi logo ao extremo da Revolução, restam sempre recursos de inteligência e bom senso, tendências mais ou menos definidas para o bem. Deus, embora não as prive jamais da graça suficiente, espera, não raramente, que essas almas cheguem ao mais fundo da miséria, para lhes fazer ver de uma só vez, como num fulgurante flash, a enormidade de seus erros e de seus pecados. Foi quando desceu a ponto de querer se alimentar das bolotas dos por-

cos que o filho pródigo caiu em si e voltou à casa paterna (cfr. Lc. XV, 16 a 19).

“b. Na alma tibia e míope que vai resvalando lentamente na rampa da Revolução, atuam ainda, não inteiramente recusados, certos fermentos sobrenaturais; há valores de tradição, de ordem, de Religião, que ainda crepitam como brasas sob a cinza. Também essas almas podem, por um sadio sobressalto, num momento de desgraça extrema, abrir os olhos e reavivar em um instante tudo quanto nelas definhava e ameaçava morrer: é o reacender-se da mecha que ainda fumega (cfr. Mt. XII, 20) (PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *Revolução e Contra-Revolução*, Boa Imprensa, Campos, 1959, p. 50).

Em nossa época de confusão, mais ainda do que em outras, é necessário que toda ação ideológica tenha contornos bem definidos, proporcionando àqueles a quem ela se dirige conhecerem precisamente quais as conseqüências dos princípios que lhes são propostos.

É claro que esse procedimento leal coloca eventualmente o apostolando na contingência de fazer opções, nem sempre fáceis. E que provoquem nele um choque ou atrito interior entre o que São Paulo chama o “homem velho” e o “homem novo” (Eph. IV, 21 a 24).

Mas a referência sumária do sr. JAP à criação do “atrito” interior em uma alma até então sem atritos dá ao leitor desinformado a impressão de uma ação antipática e nociva. Focalização jeitosa, sempre própria a desfigurar a TFP.

No ambiente criado por esta focalização, também a palavra “faisca” — facilmente relacionável com o termo *flash*, usado em *Revolução e Contra-Revolução* — parece adquirir uma conotação desfavorável à TFP. Faiscas... Quantas modalidades delas há! Uma faisca pode esclarecer, iluminar, deslumbrar. Mas pode também incendiar, fazer explodir, reduzir tudo a cinzas.

Apresentada como conexas com a antipática criação de “atrito”, a “faisca” muito mais se faz ver aí em seu aspecto maléfico e destruidor. Como algo que deflagra ou completa

a criação do “*atrito ideológico*”. O que é bem à maneira do sr. JAP.

Toda essa exposição apresenta os apostolandos como pessoas dotadas da psicologia personalíssima do sr. JAP. Isto é, ingerindo indiferentemente os argumentos, sem interesse em lhes analisar o valor lógico. E só sensível realmente a impressões pessoais que o apóstolo lhe possa estar causando. Imagem tão diversa da juventude de seu tempo, propensa à discussão e à contestação!

Que pode ser a tal “*corrente avassaladora de argumentos*” capaz de “*arrastar*”? Com essas palavras, o sr. JAP quer provavelmente dar a idéia de que os argumentos apresentados pela TFP são manipulados de tal modo que a livre análise do espírito fica inibida, e assim a pessoa é “*arrastada*” para onde não quer. Passar-se-ia, portanto, algo na linha da “*lavagem cerebral*”.

Assim, todo o aspecto lógico dos argumentos apresentados pela TFP, todo o seu valor probante intrínseco é descartado gratuitamente pelo sr. JAP, que se limita a ver neles um maquiavélico artifício psicológico que “*arrasta*”, “*sufocando as resistências*” do apostolando. E por isso ele descreve o processo de recrutamento na TFP de tal maneira que, no fim, o apostolando “*chegará a um ponto em que não terá mais condições de resistir à nossa argumentação*” (GV p. 73).

Sem dúvida, em todo trabalho de persuasão, não se pode levar em conta *apenas* os aspectos lógicos, descurando os aspectos psicológicos, pois o homem não se comporta, perante uma verdade ou um erro, como mera máquina de raciocinar, fria e indiferente. Ele pode ter sofrido, por influência dos ambientes que sucessivamente freqüentou (escolas, universidades, meios profissionais, grupos sociais etc.) uma deformação mental mais profunda ou menos, e a maior ou menor obtusão mental daí decorrente lhe dificultará a visão da verdade; ele pode estar apegado a erros longamente acariciados, e seus vícios resistirão à renúncia desses erros, e à adesão às verdades opostas, que o obriguem a mudar de vida.

Nada mais natural que prever essas dificuldades todas, e proceder — embora sempre com toda a lealdade — de modo a ajudar o apostolando a dispor-se a receber bem a verdade, e a corrigir em conseqüência seus defeitos intelectuais e morais. Assim, num processo de conversão, além do elemento lógico, intervém obviamente o fator psicológico, por assim dizer pedagógico. E, acima de tudo, intervém a graça de Deus, que atua na alma do homem, atraindo-o para a aceitação da verdade e a prática do bem. Sem falar, por fim, na ação do demônio...

O sr. JAP, em sua descrição, não negligencia de todo o aspecto espiritual — do qual trata logo em seguida ao tópico citado — mas deixa de lado o aspecto lógico, e procura apontar no sistema de recrutamento da TFP um processo prevalentemente psicológico que embai a inteligência e inibe a vontade. E isto a tal ponto, que, no fundo, o neófito não seria responsável — ou, pelo menos, não o seria plenamente — pelo passo que dá ao aderir à Sociedade. Ele teria sido propriamente ludibriado por um processo psicológico astuciosíssimo, e nisto consistiria o *“aliciamento”*.

Mas o sr. JAP não se dá o trabalho de demonstrar — note-se bem, *demonstrar*, e não apenas afirmar ou dar a entender — que a argumentação da TFP é destituída de *valor lógico*, próprio a persuadir de modo sadio e leal quem dela tome conhecimento. Ele simplesmente *descarta* o aspecto lógico, sem parecer notar que, para ser convincente sua narração, era necessário que o considerasse devidamente. Sem o que sua acusação cai inexoravelmente por terra, precisamente por insuficiência lógica...

E não é apenas isto. Lido com atenção o parágrafo transcrito, bem como todo o trecho em que ele descreve a *“técnica inicial de aliciamento”* da TFP (GV pp. 72 a 74), não fica claro este ponto essencial: no que consiste *precisa e definitivamente* o ludíbrio que seria utilizado pela entidade?

Admitido o princípio óbvio de que todo método de formação, ou simplesmente de persuasão, tem que proceder por etapas, respeitando as deficiências e idiosincrasias do formando, o que, ao ver do sr. JAP, distingue com toda a pre-

cisão o ludíbrio, daquilo que é claro, normal e honesto no sistema de recrutamento ou de formação que ele atribui à TFP? Ele não o diz.

E enquanto não o fizer, de sua narração só resulta o vazio da acusação.

Vê-se assim quanto é simplista a narração que o sr. JAP faz do processo de recrutamento da TFP. Simplismo, entretanto, sempre manipulado de forma a projetar uma imagem desfavorável desta Sociedade.

D. A tática do “terreno comum” ou a “baldeação ideológica inadvertida”, outro dos elementos integrantes do pretenso “método de aliciamento” da TFP?

“Atenha-se inicialmente em discutir os pontos em comum que ele possui conosco, elogie as posições que ele compartilha com o grupo. Numa palavra, atraia-lhe a confiança e a simpatia. Depois, e somente depois, vá aos poucos penetrando nos assuntos sobre os quais não estamos de acordo” (GV p. 73) — assim descreve o sr. JAP a tática em uso na TFP para atrair neófitos.

Em nosso livro *Em defesa da Ação Católica* (Editora Ave Maria, São Paulo, 1943, pp. 220 a 243), descrevemos e criticamos energicamente a tática do “terreno comum”, artifício de apostolado então muito preconizado em certos ambientes progressistas da Ação Católica. Consistia essa tática num silêncio sistemático, e no fundo cúmplice, com os erros doutrinários ou os defeitos morais das pessoas com quem se pretendia fazer apostolado. E na supervalorização das afinidades que houvesse entre apóstolo e apostolando. Esse erro trágico resultava, na prática, em freqüentes apostasias. E, diga-se de passagem, está na raiz de muitos excessos do hodierno ecumenismo.

E na obra *Baldeação ideológica inadvertida e diálogo* (Editora Vera Cruz, São Paulo, 1974, 5ª ed., 126 pp.) justamente denunciávamos outro artifício psicológico mediante

o qual muitos católicos se transformam paulatinamente em comunistas.

É um destes o método que o sr. JAP atribui à TFP? A entidade teria então a loucura de os denunciar, se ela própria os usasse como técnica de aliciamento?

Seja como for, a considerar condenáveis, sempre e por toda parte, as práticas que o sr. JAP atribui à TFP, estariam condenadas também legítimas habilidades da diplomacia e do comércio, as quais fazem parte das práticas comuns da vida.

Nada nem de longe parecido ocorre na TFP, que se pauta por princípios diametralmente opostos. Princípios que não constituem segredo, uma vez que estão largamente expostos no ensaio *Revolução e Contra-Revolução*:

“No itinerário do erro para a verdade, não há para a alma os silêncios velhacos da Revolução, nem suas metamorfoses fraudulentas. Nada se lhe oculta do que ela deve saber. A verdade e o bem lhe são ensinados integralmente pela Igreja. Não é escondendo, sistematicamente, o termo último de sua formação, mas mostrando-o e fazendo-o desejado sempre mais, que se obtém dos homens o progresso no bem.

“A Contra-Revolução não deve, pois, dissimular seu vulto total. Ela deve fazer suas as sapientíssimas normas estabelecidas por São Pio X para o proceder habitual do verdadeiro apóstolo: ‘Não é leal nem digno ocultar, cobrindo-a com uma bandeira equívoca, a qualidade de católico, como se esta fosse mercadoria avariada e de contrabando’ (carta ao Conde Medolago Albani, Presidente da União Econômico-Social da Itália, datada de 22-11-1909 — Bonne Presse, Paris, vol. V, p. 76). Os católicos não devem ‘ocultar como que sob um véu os preceitos mais importantes do Evangelho, temerosos de serem talvez menos ouvidos, ou até completamente abandonados’ (Encíclica Jucunda Sane, de 12-3-1904, Bonne Presse, Paris, vol. I, p. 158). Ao que judiciosamente acrescentava o santo Pontífice: ‘Sem dúvida, não será alheio à prudência, também ao propor a verdade, usar de certa contemporização, quando se tratar de esclarecer homens hostis às nossas instituições e inteiramente afastados

de Deus. As feridas que é preciso cortar — diz São Gregório — **devem antes ser apalpadadas com mão delicada.** Mas essa mesma habilidade assumiria o aspecto de prudência carnal se erigida em norma de conduta constante e comum; e tanto mais que desse modo pareceria ter-se em pouca conta a graça divina, que não é concedida somente ao Sacerdócio e aos seus ministros, mas a todos os fiéis de Cristo, a fim de que nossas palavras e atos comovam as almas desses homens' (*doc. cit., ibid.*)" (PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *Revolução e Contra-Revolução*, Boa Imprensa, Campos, 1959, pp. 49-50).

E. O apostolando: um ente passivo "em torno" do qual se trava o combate entre o Bem e o Mal, entre anjos e demônios, que o arrastarão inelutavelmente para um lado ou para outro

Continuando a descrever o processo de "aliciamento" da TFP, o sr. JAP se refere ao combate espiritual que se trava "em torno" do apostolando:

"Este é o período mais crítico do apostolado [o momento em que o neófito dá sua adesão]: o fato é que temos de lutar para que ele não se afaste, porque, se isto acontecer, ele estará correndo o risco de perder sua alma, pois, fora da TFP — o sr. sabe disso muito bem — não há salvação. Neste momento, não podemos dar-lhe trégua, pois nossa omissão será cobrada quando prestarmos contas a Deus de nossos atos aqui na Terra. Somente a omissão? Não! Também nosso despreparo ideológico e, principalmente, nossa tibieza espiritual. O recrutamento de um militante é, acima de tudo, um trabalho espiritual. Desde o primeiro contacto que ele mantém conosco, estará incessantemente coagido pelos demônios a afastar-se de nós. Ao mesmo tempo, os anjos estarão travando a seu lado uma luta implacável, tentando vencer os demônios. O que acontece em torno de todo apostolando — tal como aconteceu conosco — é um combate inexorável, a cada segundo, entre o Bem e o Mal, entre

a Verdade e a Mentira, entre a Luz e a Treva — em última análise, entre Deus e Lúcifer” (GV p. 73).

Note-se, de passagem, o caráter gravemente impróprio do vocábulo “*coagido*”, na presente narração. Alguém é coagido a algo, só se realmente é forçado a fazer esse algo. Ora, segundo a doutrina católica, a tentação diabólica pode solicitar o homem; não porém, *forçá-lo* a fazer algo.

Este trecho merece vários outros reparos.

A idéia de que “*fora da TFP não há salvação*” é completamente falsa. Quantos e quantos casos há de moribundos encontrados ao longo de estradas de rodagem, ou em ruas de cidades, vítimas de desastres ou ataques de doença, em que sócios e cooperadores da TFP desenvolvem os maiores esforços para trazer um Padre até eles, que lhes administre os últimos Sacramentos! Se “*fora da TFP não há salvação*”, por que os sócios e cooperadores desenvolveriam esse esforço? Basta evocar este fato para se compreender a falsidade da informação.

E as campanhas feitas pela TFP (cfr. *Meio século de epopéia anticomunista*, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1980, 4ª ed., 472 pp.), que fito têm, invariavelmente, senão conservar de pé algum escombros ainda não destruído, da civilização cristã, para dar glória a Deus e também para assim impedir pecados incontáveis, praticados com grave risco para as almas de pessoas que não são da TFP, mas cuja salvação ela ardentemente deseja?

As campanhas contra o divórcio, por exemplo...

O que se diz na TFP sobre a salvação dos que a ela não pertencem é coisa inteiramente distinta. Considerando os ambientes de hoje, a salvação é extremamente difícil, porque o é a perseverança na prática integral dos Mandamentos. Tanto é assim que, notoriamente, pouquíssimos são os que os praticam na integridade... Para o jovem que sai da TFP não é, pois, pequena a probabilidade de que não tenha meio senão de viver em ambiente no qual a observância dos Mandamentos lhe seja difícil. E, portanto, com risco sério de perder a alma. É claro que os sócios e cooperadores têm esta realidade bem presente diante dos olhos. Mas daí à afirma-

ção de que *“fora da TFP não há salvação”* há um abismo que, como sempre, o sr. JAP transpõe com facilidade...

É curioso que ao descrever o combate espiritual que se trava pela fixação do neófito, *“combate inexorável, a cada segundo, entre o Bem e o Mal, entre a Verdade e a Mentira, entre a Luz e a Treva — em última análise, entre Deus e Lúcifer”* (GV p. 73), envolvendo anjos e demônios, todo ele decorre *“em torno”* do apostolando. Como se este fosse solicitado *passivamente* para um lado e para outro, sendo ele próprio afinal arrastado para o lado da força *externa* que prevalecer... Concepção singular, que abstrai do combate espiritual *no interior do homem, e pelo qual — de acordo com a doutrina católica — ele é plenamente responsável*, acietando ou rejeitando a graça que Deus a ninguém recusa. Concepção, mais uma vez, que se alinha com a teoria da *“lavagem cerebral”*, na qual a vítima é um mero *“paciente”* de todo o processo ao qual é submetido.

F. Tratamento personalizado para cada apostolando: a “teoria das três vertentes”

O sr. JAP continua sua descrição da *“técnica inicial de aliciamento”* que seria posta em prática pela TFP:

“— O tratamento dispensado a cada apostolando jamais deve ser o mesmo — continuou [o cooperador da TFP que supostamente instruíra o sr. JAP]. — Toda pessoa se distingue das outras, possui dentro de si um universo de individualidades, potencialidades e aptidões. Todo indivíduo analisa os fatos segundo o ângulo que lhe confere a soma de conhecimentos e experiências acumuladas durante sua vida. Cada pessoa reage aos fatos e às circunstâncias conforme seu temperamento. Portanto, para que possamos ter êxito em nosso trabalho, é indispensável conhecermos a psicologia de quem estamos recrutando” (GV pp. 73-74).

Exórdio pomposo, a que o sr. JAP quer dar ares de maquiavelmente sábio, e que conduz, a título de conclusão, ao mais raso lugar-comum: pode-se conceber qualquer

forma de recrutamento que não tenha em vista a mentalidade do recrutando?

Prosegue a narração do sr. JAP:

“— Mas como conhecer sua psicologia? — perguntou, apressando-se em dar a resposta: — À primeira vista parece um trabalho muito complexo. Mas não é. Inicialmente, é importante saber qual o caminho por que podemos penetrar em seu interior. A este caminho chamamos *vertente*. E não há mais do que três vertentes que podem ser exploradas...

“— Quais? — eu quis saber, excitado por esta novidade.

“— A psicológica, a religiosa e a social. Vou explicar-lhe: a vertente psicológica é aquela que possuem as pessoas inclinadas para a música, o teatro, a pintura, enfim, para o belo; a religiosa, bem, dispensa explicações, e a social a têm os que se preocupam com os acontecimentos políticos e sociais, que buscam explicações para eles e que se deixam envolver por eles. É comum também que a mesma pessoa possua duas vertentes ao mesmo tempo e, em alguns casos raros, até as três.

“Enquanto ele discorria sobre as manifestações dessas três vertentes, meu cérebro compilava aquelas informações e remetia-me para os primeiros momentos em que frequentei a TFP. Sem muito esforço, dava-me conta das reações que tive ao entrar na sede da Organização pela primeira vez, a palestra de Rodrigo sobre política internacional, as músicas clássicas e religiosas tocadas com insistência, os símbolos e quadros contidos em cada sala e que exerciam, sobre quem se detivesse em analisá-los ou simplesmente passasse por eles, efeito previamente estudado.

“A técnica inicial de aliciamento descrita pelo apóstolo itinerante ajustava-se perfeitamente a meu caso. Creio que não foi difícil a meus recrutadores perceberem de imediato minha inclinação para a religiosidade e política, ao mesmo tempo. A partir disso, restara-lhes apenas explorar os assuntos de minha preferência, manipulá-los de acordo com a ideologia da TFP e usar os argumentos ‘corretos’, na hora certa,

para dissipar minhas dúvidas e conquistar minha adesão” (GV p. 74).

Fique aqui registrado mais uma vez o inteiro descaso que o sr. JAP vota aos aspectos lógicos e doutrinários da TFP, ao valor persuasório intrínseco de suas argumentações (do que se pode dar conta facilmente quem leia os livros que publica, bem como o mensário “Catolicismo”) para reduzir tudo a um mecanismo psicológico montado para “*explorar os assuntos*” preferenciais do neófito, e “*manipulá-los de acordo com a ideologia da TFP*”, a fim de conquistar a adesão dele.

Por outro lado, imaginando ter demonstrado que o sistema era habilmente montado, o sr. JAP parece dar-se com isso por satisfeito, sem se preocupar em indicar o que ele teria de ilícito. Para ele, o raciocínio é simples: é hábil, logo é ilícito...

Registre-se, ademais, a eficácia quase infalível que o sr. JAP atribui a essa “*técnica inicial de aliciamento*”. Se fosse assim, a TFP estaria hoje com número muito e muito maior de sócios e cooperadores, pois quase todos os apostolandos, ou até todos, teriam aderido à Sociedade, e nela permanecido. O que obviamente é falso.

Por fim, cabe um comentário especial sobre a “*doutrina das três vertentes*”, da qual se fala realmente na TFP. A expressão metafórica — “*vertentes*” — designa um critério tripartite para classificar, dentro da vasta temática de que se ocupa a TFP, as matérias que habitualmente mais interessam aos novatos, e que deveriam ser abordadas com eles de preferência, para se interessarem desde logo pela TFP, e avaliarem melhor, já de início, o alcance e o sentido da atuação da entidade.

Claro está que o conhecimento preliminar desses assuntos implica que os neófitos se vão enfronhando, paralelamente, nos demais aspectos do horizonte doutrinário da TFP. Esse conhecimento serve de caminho introdutório para que, aprofundando-se nos temas de seu interesse, cheguem a conhecer todo o vasto conteúdo doutrinário em que estes temas se encaixam.

Nada mais natural.

Mas esse tríptico critério de classificação de temas — as “vertentes” — segundo o interesse dos apostolandos, foi retransmitido de maneira insuficiente, e em parte também inexata, pelo sr. JAP:

a) A “vertente psicológica” inclui todos os temas especialmente atraentes para as pessoas que se interessam pela alma humana, pela análise das psicologias, inclusive a sua própria, e pelos temas relacionados com tudo isso. A música, o teatro, a pintura, enfim o belo, enquanto tais, não se incluem nessa vertente. Exceto se essas matérias forem consideradas, não em si mesmas, mas enquanto expressões de psicologias diversas;

b) A “vertente religiosa” interessa os espíritos particularmente propensos à piedade, à meditação, à consideração dos grandes temas relacionados com Deus e com a Revelação em geral;

c) A “vertente político-social” é aquela que o sr. JAP descreve menos mal. Abrange ela os assuntos concernentes já não aos indivíduos, mas a coletividades humanas como a Igreja, a nação, as instituições, as associações, e notadamente a família. Estão nessa vertente, por exemplo, a História, a Sociologia, a Psicologia das multidões etc.

O que, tudo, é bem mais amplo, mais preciso e mais cabível do que pode imaginar quem só tenha em mãos a dissertação pobre e imprecisa do sr. JAP.

Note-se, porém, que nem de longe essas três “vertentes” pretendem abranger todo o imenso campo do conhecer e do cogitar humanos. Elas servem para uma classificação dos assuntos (e correlativamente dos feitos psicológicos diferentemente atraídos por um desses três grupos de assuntos) que mais freqüentemente interessavam os apostolandos, nos remotos anos do início da década de 50, em que a “teoria” surgiu, e na década que se lhe seguiu.

Essa “teoria” foi objeto de conferências em mais de uma semana de estudos de “Catolicismo”, o mensário de cultura em torno do qual se reuniam os que depois seriam os sócios e cooperadores da TFP. A essas conferências compare-

ciam também numerosos jovens que então iam conhecer o movimento pela primeira vez. Esse é o terrível segredo iniciático imaginado pelo sr. JAP — à míngua de outras provas — para dar à TFP uma feição de sociedade secreta, própria a impressionar desfavoravelmente o público.

A presente exposição sobre a matéria seria incompleta se não se acrescentasse que a mentalidade e o modo de ser, e em alguma medida a própria linguagem, das sucessivas levas de novatos que se vinham aproximando da TFP em meados dos anos 70 — e conseqüentemente a opção pelos diferentes assuntos, e o enfoque destes — se foi modificando rapidamente. E que, por isto, a metáfora das “três vertentes”, sempre válida como recurso didático para designar uma classificação imutável, se foi também desajustando rapidamente das circunstâncias. Hoje, na TFP, ainda ocorre uma ou outra referência a ela. Mas rara e passageira. Como acontece, por exemplo, nas cogitações e nas conversas em voga hoje em todos os ambientes, no tocante aos trajes e aos automóveis em uso na primeira metade dos anos 70.

As “três vertentes”, hoje em dia, já pertencem muito mais à história da TFP do que ao presente. E, quer enquanto reminiscência, quer enquanto hábito apenas ainda subsistente, de um passado que se vai tornando remoto, nada tem hoje, como não teve outrora, de iniciático e de secreto.

2. A TFP, uma sociedade iniciática. — Por quê?

Obtida a adesão do neófito, começaria propriamente sua “iniciação”, a qual se desenvolveria em duas frentes: revelando-lhe os verdadeiros fins e a verdadeira natureza da entidade, e exigindo dele dedicação e renúncia cada vez maiores.

Isto caracteriza uma sociedade secreta, e por isso o sr. JAP compara a TFP com a Maçonaria, com desvantagem para a primeira: “*Na TFP — declara ele — o processo de atra-*

ção de uma pessoa é idêntico ao da maçonaria. Com uma desvantagem: na maçonaria a pessoa sabe que é uma organização secreta e que tem que passar por vários graus, que ele só vai conhecer a doutrina completa da maçonaria quando chegar ao grau 33. Eu falo com liberdade sobre a maçonaria porque meu avô chegou ao grau 33. Na época eu olhava para ele como se fosse um agente de Satanás na Terra. Na TFP eles são desonestos: à medida que a pessoa se vai deixando envolver, dominar, é que eles vão mostrando as regras, as imposições” (“Fatos”, Rio de Janeiro, 29-7-85).

O sr. JAP alega, por exemplo, não lhe ter sido dito desde logo que deveria dedicar-se à TFP inteiramente, consagrando-lhe todo o tempo disponível. E portanto diminuindo sensivelmente os contatos com os familiares. O concernente à abstenção do casamento seria reservado para lhe ser comunicado mais adiante.

Também não lhe teria sido informada de imediato a existência de fortes oposições à TFP, nos mais variados setores do mundo contemporâneo. E, em consequência, de lutas em que quase sempre o contendor menos poderoso é a TFP. Pelo contrário, ela lhe teria sido apresentada de início como sempre vitoriosa.

E, no entanto, ele pôde sentir a oposição à TFP logo que começou a freqüentá-la. Quando, dois dias após ter visitado pela primeira vez a sede da entidade, falou a uma colega de classe da visita, foi no “*silêncio e frieza*” dela que esbarrou (GV p. 15). A partir desse momento passou a sentir “*o peso de manter vínculos com a TFP e o isolamento que envolve seus membros*” (GV p. 15).

E assim alinha ele outros exemplos de aspectos da vida interna da TFP, que lhe seriam calados, e dos quais só se deu conta pouco a pouco.

Ora, toda esta descrição peca pela base. Quer pela sua experiência interna, quer pela sua experiência externa, o neófito não deixa de notar desde logo a disposição de dedicação integral que anima os sócios e cooperadores, o estado de celibato adotado pela muito grande maioria dos veteranos, bem como toda a oposição ideológica que a TFP

encontra nesta ou naquela pessoa do ambiente familiar, que é, para o adolescente, imagem exata do ambiente geral da cidade ou até do País.

Qualquer programa que a TFP estabelecesse com o fim de ocultar isso ao neófito seria logo frustrado pela evidência dos fatos.

Com efeito, simplesmente freqüentando qualquer sede da TFP, era impossível que ele não soubesse que um certo número de rapazes ali residia. Que faziam esses rapazes que não moravam com as respectivas famílias? Que desejos de profissão manifestavam? Que esperança de carreira enunciavam? Se, por mera coincidência, tal não lhe tivesse sido dito, o que lhe custava perguntar a qualquer pessoa, veterano ou novato? Por que aguardar a revelação que lhe seria comunicada no instante iniciático preciso? Este seu procedimento insólito já bastaria, por si, para pôr em dúvida sua narração.

Por outro lado, estando as sedes da TFP abertas durante todo o dia até altas horas da noite, forma-se naturalmente um convívio muito intenso, mesmo fora dos horários de reunião. É costume se formarem então as rodinhas mais improvisadas e informais. Nessas rodinhas se conversa sobre o que bem se entenda, misturando-se ora os mais velhos com os mais moços, ora reunindo-se estes ou aqueles só entre si, tudo ao sabor dos imprevistos do ambiente borbulhante.

Em qualquer dessas ocasiões, ele poderia fazer as perguntas que quisesse, e receberia respostas francas, mesmo porque se alguém pretendesse ocultar-lhe alguma coisa, ele de imediato constataria o contrário, máxime nas questões da dedicação integral, da carreira e do celibato.

Em Curitiba, para onde se mudou, tudo isso era ainda mais evidente. E em São Paulo, onde a TFP é mais numerosa, pôde ele verificar esses fatos de modo ainda muito mais pronunciado, sem que houvesse necessidade de alguém dizer-lhe qualquer coisa.

De onde, em conseqüência, não haver nenhum sentido em ocultar-lhe qualquer dessas coisas.

Curiosamente, o sr. JAP em nenhum momento afirma que

tenha feito alguma pergunta a quem quer que seja sobre esses pontos, e que lhe tenham negado resposta. O que surpreende, uma vez que ele se descreve, a essa altura de sua vida, como um extrovertido que *“não conseguia esconder o que de mais íntimo passava em seu interior”* (GV p. 17). E justamente sobre essas coisas que ele hoje julga tão estranhas, nada perguntou?

O sr. JAP passa tudo isso sob silêncio, a fim de que sua descrição da TFP caiba nos moldes da iniciação esotérica e sectária, rumo à conclusão completamente irreal para a qual quer conduzir o leitor.

Embora se refira de passagem, uma ou outra vez, a conversas informais (*“descontraídas”*) na TFP (cfr., por exemplo, GV p. 42), o sr. JAP dá a entender, sem o afirmar expressamente e sem dar disso a menor prova, que era em conversas estritamente dirigidas que na realidade se procedia à formação dos sócios e cooperadores da TFP. Como se em buliçosas turmas de brasileirinhos em plena adolescência tal dirigismo formalista nas conversas tivesse qualquer possibilidade de êxito!

Ao narrar algumas dessas conversas, ele indica as renúncias que gradualmente fez ao mundo exterior. E à medida que vai fazendo essas renúncias, ele mostra como lhe vai sendo pedido mais.

Realmente — não há porque negar — assim se procede na formação de um cooperador da TFP. Com efeito, não convém pedir a uma pessoa algo na linha da perfeição que, no momento, ela não está em condições de dar. Isso faz parte de toda boa pedagogia. Mas o fato de não se pedir *hic et nunc* certa coisa a alguém não importa em lhe ocultar que algum dia tal sacrifício lhe será pedido, se necessário.

Para quem quer que frequente a TFP, é patente — e normalmente faz parte até das conversas informais — que este ou aquele fez, a bem da entidade, mais tal ou tal esforço ou tal renúncia. O que indica bem a todos que é uma via de dedicação e de sacrifícios que cada um tem pela frente. E os estimula a segui-la pela força do exemplo que arrasta.

Foi sempre com esta gradualidade na via dos sacrifícios

e das renúncias que a Igreja ensinou o caminho da perfeição, e nele conduziu as almas.

3. A TFP oculta sua verdadeira natureza e seus fins últimos? — Uma entidade cívica de inspiração religiosa, em perfeita ordem com relação às leis civis e eclesiásticas

Mas a prova mais cogente de que a TFP seria uma sociedade secreta e iniciática, o sr. JAP a vê no fato de que ela esconderia aos neófitos sua verdadeira natureza e seus fins últimos.

Assim, diz ele: *“Uma organização que, para atrair-me e atrair aos demais, vestia inicialmente uma roupagem civil, exaltava seus ideais filantrópicos e políticos mas, com o passar do tempo, mostrava, debaixo desses trajes, sua verdadeira indumentária: não era apenas uma organização — ou uma sociedade, como preferia ser chamada — dedicada a combater o comunismo, defender a propriedade privada, lutar pelos bons costumes e pelo fortalecimento da família — era uma organização religiosa que se desenvolvia à margem da Igreja, atribuindo-se a missão de salvar a própria Igreja; uma organização composta de homens que execravam a sociedade e que se refugiavam em suas sedes, onde acreditavam embeber-se da sacralidade rejeitada pelo mundo; uma organização hierárquica e disciplinada, na qual todos tinham um superior, a quem deviam a mais estreita obediência, até nas questões mais íntimas; uma organização, enfim, profética, que julgava ter recebido de Deus a missão de reconduzir a humanidade ao ponto de onde se desviara — e, por isso, era hostilizada por uma conspiração surda, dirigida, desde a irrupção da Revolução, por homens astutos e diabólicos, que se entregaram a Satanás, como nós nos entregáramos à Virgem”* (GV pp. 97-98).

Na entrevista à “Folha de S. Paulo”, divulgada um dia antes da matéria publicada por “O Estado de S. Paulo”, o sr. JAP

se exprime em termos análogos: *“Os novatos passavam por um surto de entusiasmo. Estávamos descobrindo coisas novas e começando a palmilhar uma verdadeira doutrina: a ‘Verdadeira Doutrina’. Havíamos superado o estágio de acreditar que estávamos numa organização civil anticomunista que se movia por princípios católicos. Víamos que tudo isso era apenas um degrau de uma longa e, até então, para nós, incabável escada. Nesse segundo degrau, aprendemos — ou nos ensinaram, não sei — que a TFP era algo muitíssimo maior que tudo isso: uma organização profética, criada pela providência divina, para restaurar a civilização cristã”* (“Folha de S. Paulo”, 29-6-85).

Nestes textos aflora quase inteiramente uma impressão que o livro do sr. JAP deixa mais ou menos inculcada no espírito do leitor. E que ele até evita cuidadosamente de explicitar, a qual, aliás, chocaria o leitor comum.

Esta impressão é a de que a posição doutrinária anticomunista e de inspiração católica da TFP não é sincera.

Algumas das metáforas que ele usa tangenciam essa grave acusação. Por exemplo, logo no início do tópico do livro aqui citado (GV pp. 97-98), a qualidade de sociedade civil, devidamente registrada, da TFP, seria uma *“roupagem”*. Como *“roupagens”* seriam também os ideais filantrópicos e políticos dela. Indumentárias que não seriam verdadeiras, pois a única *“roupagem”* que ele qualifica como *“verdadeira”* (e que as primeiras escondem) seria a de uma associação de fins ocultos e escusos.

As *“roupagens”* anteriores correspondiam a algo de sincero no espírito da TFP e em suas metas? Parece que não, pois seriam utilizadas *“para atrair-me e atrair aos demais”*.

Não passariam, pois, de chamarizes, dir-se-ia.

Mas a linguagem do sr. JAP é confusa, pois logo em seguida ele afirma que a TFP *“não era apenas uma organização dedicada a combater o comunismo”* etc. O advérbio *“apenas”* indica que pelo menos em parte a finalidade da TFP é de fato combater o comunismo. De onde a acusação de insinceridade se atenuar, sem se dissipar inteiramente. No fim de tudo, o leitor não sabe a que se ater.

Tanto mais quanto, no depoimento à “Folha de S. Paulo”, a linguagem do sr. JAP muda outra vez. E ele adota, para exprimir os distintos aspectos com que se manifestaria sucessivamente a TFP, a imagem de degraus, e não mais de trajés. Ora, enquanto os trajés superpostos se velam um ao outro, tal não acontece com os degraus de uma escada que, pelo contrário, se fazem ver em conjunto, e se completam. E, segundo essa visualização, o anticomunismo de fundamento católico não seria uma posição insincera, mas apenas um degrau inicial.

Mas o leitor comum, habituado ao terrível tropel exterior — e interior — da vida moderna, com suas preocupações, suas pressões, suas angústias, terá o lazer e a serenidade mental para deslindar o que há de contraditório nestes fraseados alambicados do sr. JAP? Ou, diante do embrulhado das metáforas e da linguagem, passa para diante, levando no espírito tão-só uma impressão confusa e desagradável? É claro que, na muito grande maioria dos casos, é isso que se dará.

“*Menti, menti, algo sempre ficará*” nos espíritos, disse Voltaire. “Desdourai pela insinuação confusa e ultrajante, que algo sempre ficará”, pode-se parafrasear a este propósito.

De qualquer modo, segundo o sr. JAP, a TFP ocultaria, aos jovens que ela procura atrair, suas metas mais profundas e a sua verdadeira natureza. Não obstante, a própria descrição que ele faz mostra que essas metas são objeto de aprofundamentos sucessivos nas explicações feitas na TFP.

Ora, isso de forma alguma autoriza a concluir, como o sr. JAP insinua, que se trata de um processo de *iniciação*, que a TFP é uma *sociedade secreta*, e que *alicia* novos adeptos atraindo-os para um objetivo que na realidade é outro.

Com essa insinuação o sr. JAP manifesta, em primeiro lugar, uma ignorância verdadeiramente espantosa do que seja qualquer processo de formação, seja ele cultural, filosófico ou religioso, ou simplesmente científico. Pois como é possível apresentar de uma só vez todos os conhecimentos que uma pessoa deve adquirir? Todo aprendizado pro-

cede por via de aprofundamentos sucessivos, única forma de assimilação possível dos conhecimentos ministrados. Esta constatação é até o que há de mais elementar em matéria de pedagogia.

Compreendeu-o magnificamente, e soube pô-lo em prática o grande pedagogo que foi São João Bosco (1815-1888). É o que se vê numa clássica biografia de seu primeiro sucessor, o Bem-aventurado Dom Miguel Rua:

“Foi com extrema prudência que [Dom Bosco] lançou, na alma de seus meninos, a primeira semente das futuras colheitas. Uma só palavra infeliz, uma alusão demasiado clara, a revelação de seu verdadeiro desígnio desde cedo, teriam bastado para afastar para sempre suas boas vontades.

“De início, só lhes pediu uma coisa: que o quisessem ajudar. Nada mais. Suas singelas prédicas de domingo à noite versavam sobre as virtudes cristãs e religiosas; mas quando manifestava seu poderoso atrativo para fazê-las amar na prática, então Dom Bosco parecia só ter em vista a formação, a seu lado, de auxiliares totalmente consagrados a seu labor beneficente.

“Método idêntico ao que seguira Nosso Senhor em suas relações com os Apóstolos, método de revelação progressiva, que permite penetrar pouco a pouco no fundo do pensamento, à medida que as almas estão preparadas para recebê-lo e os espíritos para entendê-lo” (AUGUSTIN AUFFRAY SDB, Dom Miguel Rua, Central Catequística Salesiana, Madrid, sem data, Imprimatur de 1957, p. 52).

E nas célebres *Memórias do Oratório*, é o próprio Santo que relata os cuidados com que, pouco a pouco, foi revelando a seus discípulos o desígnio que tinha de fundar uma nova congregação religiosa:

“Eu via que ainda não era hora de propor o noviciado e os votos formais a meus companheiros de trabalho. Rezava, e fazia outros rezarem para que Deus nos inspirasse.

“O teólogo Borel e os que trabalhavam comigo, vendo e apreciando o bem religioso e social que se realizava, insistiam para que fosse dado início à Congregação. E eu lhes

respondia: 'Por ora, continuemos assim até que Deus nos dê claro sinal para começar'.

"Graves razões tinha eu para manter ainda essa espécie de arcano. Tão maus eram os tempos para tais assuntos, que se se houvesse pronunciado as palavras 'noviço', 'noviciado', 'profissão religiosa', se teriam assustado até os mais decididos, e, se não eles, pelos menos seus pais. Tantos eram os preconceitos, os erros, as calúnias e os escárnios com que a impiedade fustigava os religiosos e tudo quanto se relacionasse com eles. O Governo, por seu lado, havia suprimido as Ordens e Congregações religiosas. Ademais, aqueles bons rapazes eram quase meninos e inexperientes.

"De qualquer forma, era preciso apresentar uma Regra. Após muito orar, meditar e consultar, eu havia escrito uma, na essência igual às das diversas Congregações aprovadas pela Igreja, e diferente, em certas modalidades, para acomodá-la à índole dos tempos. Parecia-me que uma Congregação assim inspirava maior confiança e simpatia.

"E foram experimentadas [as Regras], aplicando-as ao grupinho de adeptos, aos quais eram lidas e explicadas prudentemente em conferências especiais. Não eram ainda as Regras definitivas, mas seu esboço prévio.

"Por mais que se procurasse guardar segredo, a notícia desse Regulamento transpirou fora do Oratório.

"Aproveitando a festa de São Francisco de Sales, insinuei cautamente no ânimo de alguns alunos uma vaga idéia de sociedade religiosa. Para tal fim, em uma reunião tratou-se do grande bem que, muitos reunidos, poderiam fazer ao próximo em geral, e aos meninos em particular. Fizemos uma promessa. O jovem clérigo Miguel Rua a pôs por escrito, e é conservada nos arquivos" (Biografía y Escritos de San Juan Bosco, BAC, Madrid, 1955, pp. 305-306).

Será esse um procedimento secreto, iniciático, desonesto? Como imaginá-lo, sendo o de um Santo canonizado pela Igreja?

Em recente livro, o Cardeal Giuseppe Siri, Arcebispo de Gênova (Itália), defende a Igreja de uma crítica análoga. Diz ele com penetrante argúcia: *"Tanto quanto é humana-*

*mente permitido representar-se a realidade dos primeiros tempos da Igreja, a Encarnação do Verbo de Deus foi revelada, mas permanecia também um arcano. Arcano não significa sempre uma vida secreta e um saber secreto, que só se deve desvendar a raros iniciados. Mas significa também que há verdades que não se pode sempre transmitir a todo o mundo, não por causa de uma palavra de ordem ou de um culto secreto, mas porque há verdades que exigem um grau de libertação interior e uma particular elevação espiritual para poderem ser compreendidas intelectualmente e expressas então por meio do vocabulário da palavra exterior” (Cardinal JOSEPH SIRI, *Gethsemani — Réflexions sur le mouvement théologique contemporain*, Téqui, Paris, 1981, 2ª ed., p. 299).*

O sr. JAP estaria no direito de denunciar como fraudulenta a TFP se houvesse, por parte desta, uma falsificação na apresentação dos objetivos da entidade. Ou uma contradição dolosamente ocultada, entre os fins últimos da entidade, e o que ela diz de si aos novatos. Mas isso não ocorre, nem ele prova que ocorra.

Com efeito, entre dizer de um lado que se quer combater o comunismo e o socialismo, e atuar em prol da Tradição, da Família e da Propriedade, e de outro lado dizer também que se quer restaurar a civilização cristã na integridade e no esplendor dos princípios religiosos e morais, que lhe servem de alma, bem como na conformidade da vida temporal com a Lei de Deus, não há contradição nenhuma. Posto que a TFP tem por fim defender os princípios da civilização cristã, como está consignado no art. 1º de seus Estatutos (1), não é difícil a qualquer pessoa de mediana coe-

(1) O art. 1º dos Estatutos da TFP diz expressamente que a Sociedade “*tem caráter cultural e cívico, visando esclarecer a opinião nacional e os Poderes públicos, sobre a influência deletéria exercida sempre mais, na vida intelectual e na vida pública, pelos princípios socialistas e comunistas, em detrimento da tradição brasileira e dos*

rência de pensamento inferir que ela almeja a restauração dessa civilização cristã em sua plenitude.

Isto, aliás, é público e notório por todo o modo de atuação da TFP, por seus manifestos, pelos livros que divulga etc. Mas, além disso, é explicado a fundo a qualquer um que se aproxime da TFP, tão logo sua acuidade de compreensão da crise do mundo hodierno vá além dos perigos imediatos e concretos que ele tem imediatamente diante dos olhos, fomentados de modo palpável pela atuação internacional do comunismo.

Essa crise, como a TFP o demonstrou em obras largamente divulgadas por todo o País, tem raízes morais e religiosas. Daí o empenho desta Sociedade em reconduzir toda a ordem temporal aos sadios princípios cristãos.

Tarefa que, em feliz expressão, Pio XII denominava "*consecratio mundi*", isto é, a sacralização do mundo. No dizer do mesmo Pontífice, essa é a tarefa específica do apostolado dos leigos (cfr. Alocução aos participantes do II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, em 5 de outubro de 1957, Documentos Pontifícios, n.º 127, Vozes, Petrópolis, p. 18 — *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. XIX, p. 459).

institutos da família e da propriedade privada, pilares da civilização cristã no País".

Esses Estatutos estão registrados no 1.º Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, desde a fundação da entidade, em 1960.

Que a atuação da TFP se tenha rigorosamente adstrito a esses objetivos estatutários é público e notório e, ademais, está pormenorizadamente descrito no livro *Meio século de epopéia anticomunista* (Editora Vera Cruz, São Paulo, 1980, 472 pp.). Dessa obra foram difundidas quatro edições em todo o Brasil, num total de 39 mil exemplares.

Contradiz, pois, clamorosamente a verdade a insinuação de que a TFP é uma entidade secreta, uma vez que suas finalidades são conhecidas do grande público e a atuação dela corresponde plenamente às metas estatutárias.

Sem dúvida, tudo isso caracteriza a TFP como uma *entidade cívica*, sim, mas com uma *finalidade religiosa*. É o que se denominava, pelo menos até a entrada em vigor do novo Código de Direito Canônico em 27 de novembro de 1983, uma “*associação laical*” (em latim, “*confraternitas laicalis*”). Isto é, uma associação de leigos que se rege por seus próprios Estatutos, e que só está submetida à Autoridade eclesiástica *in rebus fidei et morum*, ou seja, no que se refere à Fé e aos bons costumes (cfr. Resolução da Sagrada Congregação do Concílio de 13 de novembro de 1920, “*Acta Apostolicae Sedis*”, 1921, vol. XIII, pp. 135 ss.) (2).

Assim, a TFP se define perfeitamente bem como uma *entidade cívica* perante as leis civis, e como uma *confraternitas laicalis* perante as leis eclesiásticas, pelo menos até que estudos aprofundados do novo Código de Direito Canônico indiquem a terminologia mais adequada.

Não obstante, sempre habilidoso nos termos que escolhe, sob uma aparência de *nonchalance*, o sr. JAP descreve a TFP como “*uma organização religiosa que se desenvolvia à margem da Igreja*” (GV p. 98).

A expressão não pode deixar de dar ao leitor comum a impressão de uma entidade rebelde à Igreja, o que ele não diz expressamente, e muito menos prova. Portanto, aí está mais uma manipulação do sentido das palavras, feita pelo sr. JAP, no seu intento de demolir a TFP aos olhos do público.

A verdade, entretanto, é radicalmente outra.

Diga-se aqui apenas algo do essencial sobre a matéria:

No empenho de trabalhar pela restauração da civilização cristã segundo as belas palavras do Apóstolo São Paulo

(2) O novo Código de Direito Canônico parece ter introduzido facilidades ainda maiores para a criação e o funcionamento de associações privadas de leigos, usando, entretanto, uma terminologia nova. O assunto começa apenas a ser aprofundado pelos comentadores do novo Código. É prematuro, pois, definir a natureza de associações como a TFP em termos do novo Código.

que São Pio X tomou como lema de seu Pontificado — “*Instaurare omnia in Christo*” (Eph. I, 10 — “Restaurar todas as coisas em Cristo”) — a atuação da TFP sempre foi marcada por uma nota vivamente religiosa.

Não é de estranhar que em muitos de seus sócios e cooperadores germinassem anseios de uma maior consagração a Deus, quiçá em instituto religioso. Mas estes são rumos que dependem de numerosos fatores, internos e externos, do qual o mais importante é saber como a graça de Deus toca as almas. Em todo caso, seja qual for o rumo que a TFP venha a tomar, a entidade está, como sempre esteve, atenta às leis da Igreja, e disposta a sujeitar-se, *corde magno et animo volente*, às normas do Direito Canônico.

Sobre tais anseios e rumos — ainda não inteiramente definidos e fixados — conversa-se com inteira liberdade dentro da TFP. Apresentá-los como algo de secreto, que se oculta aos “iniciandos”, como diz o sr. JAP, não corresponde absolutamente à realidade dos fatos.

Tanto mais quanto tudo isto já foi inclusive explanado em obras editadas pela TFP e até anunciadas pela imprensa (cfr. Prólogo, tópico 5). É só a ignorância do sr. JAP em relação às obras publicadas pela entidade posteriormente à saída dele, que pode explicar uma acusação tão carente de objetividade.

4. A pedagogia própria da TFP: um sistema adequado para as gerações novas

Então não há na TFP cursos sistematizados? Toda a formação intelectual e moral da entidade se faz principalmente por meio de “*conversas informais*”? — É o que poderia perguntar quem lesse as precedentes considerações.

Sempre desconhecedor do ambiente deste País no qual se supõe integrado, o sr. JAP imagina que seria natural que houvesse na TFP, como em alguma organização nórdica imaginária, reuniões regulares, quiçá em forma mais ou

menos escolar, na qual fossem dadas aos novatos — na sua maioria adolescentes — noções sistemáticas e abrangentes cujo título global poderia talvez ser *Tudo sobre a TFP*.

Esse curso deveria incluir a revelação e a explicação, até do que o neófito já tivesse por si notado e pedido explicações durante as conversas informais. E, *a fortiori*, dos vários pontos que não tivessem sido levantados nessas conversas.

Já se fez notar (cfr. Cap. VIII, 1, B) quanto o dirigismo formalista é oposto à índole do brasileiro.

A experiência mostra que, por efeito de múltiplas circunstâncias, das quais a televisão é provavelmente a mais atuante, o homem contemporâneo, e os jovens adolescentes mais do que ninguém, são pouco propensos (para dizer só isso...) às exposições orais ou escritas sobre temas de qualquer natureza: religiosos, filosóficos, científicos, literários ou outros, por mais atraentes, substanciosas, metódicas ou claras que elas sejam. Estamos na aurora (ou melhor se diria na boca do abismo) do que Paulo VI qualificou de *"civilização da imagem"* (3).

Por isto, as conferências ou discursos públicos dos intelectuais nacionais ou estrangeiros da maior nomeada estão sistematicamente expostos ao risco de não contar com o comparecimento senão de algumas dezenas de ouvintes.

E os organizadores dos comícios partidários mais profusamente anunciados através dos meios de comunicação social, realizados nos pontos mais centrais das megalópolis brasileiras contemporâneas — por vezes com acesso facili-

(3) São estas as palavras do Pontífice: *"Sabemos bem que o homem moderno, saturado de discursos, se demonstra muitas vezes cansado de ouvir e, pior ainda, como que imunizado contra a palavra. Conhecemos também as opiniões de numerosos psicólogos e sociólogos, que afirmam ter o homem moderno ultrapassado já a civilização da palavra, que se tornou praticamente ineficaz e inútil; e estar a viver, hoje em dia, na civilização da imagem"* (Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de 8-12-1975, Documentos Pontifícios, n.º 188, Vozes, Petrópolis, 1984, 6.ª ed., p. 30).

tado pelo fornecimento de passagens de ônibus e metrô gratuitas — entretanto, inserem cada vez mais em seus programas a participação de toda sorte de cômicos, atores, cantores, músicos, bandas populares etc. E ainda assim atraem pouca gente. Sem embargo das cifras espantosamente exageradas (e discrepantes entre si...) fornecidas pelos meios de comunicação social, observadores idôneos depõem que tais comícios por vezes não alcançam mais do que algumas dezenas de milhares de participantes. E isto até em uma cidade como São Paulo, imensa Babel com cerca de 13 milhões de habitantes.

Para que o leitor meça toda a realidade que assim se deixa ver, imagine que, por algum inesperado motivo de última hora, ocorressem num desses comícios uma das seguintes eventualidades:

1.º) logo de início, o locutor anunciasse que se absteriam de participar do ato todos os cômicos, artistas etc. incluídos no programa. Neste caso: a) quanto tempo levaria o público para começar a se dispersar? b) quanto tempo levaria a dispersão para atingir o seu auge? c) cessada a dispersão, qual a porcentagem do público que restaria para ouvir até o fim os discursos programados?

2.º) se, pelo contrário, tivessem que se abster da participação somente os oradores, repita o leitor as perguntas “a”, “b” e “c” acima.

E terá medido por si mesmo quanto o homem médio de hoje é habitualmente infenso a cursos de conferências metódicas e seriadas segundo um programa que lota o ano de ponta a ponta, bem como a conversas formais planejadas.

Mas como então se arranja a TFP para comunicar aos que freqüentam suas sedes o interesse e até o entusiasmo que os sócios e cooperadores têm manifestamente em relação às doutrinas e às metas da entidade?

Certo autor definiu a política como “a arte do possível”. O que é verdade, sem embargo dos muitos abusos que se procura justificar aqui e lá, com base nesse pensamento.

E tem ele merecida aplicação no que concerne à formação dada pela TFP. Esta faz o “possível”. E este “possí-

vel”, ideado e realizado mais ou menos às apalpadelas, em meio aos múltiplos e confusos obstáculos da época, resultou no que segue.

Freqüentemente, este ou aquele tema assume vivo interesse nas fileiras da TFP: ao sabor de uma controvérsia interna amistosa mas particularmente viva, surgida nas livres conversas entre freqüentadores das sedes, ou então de algum acontecimento externo, nacional ou internacional, particularmente próprio a causar sensação. E de acontecimentos desse gênero se mostram cada vez mais pródigos os anos que vão correndo. O desejo de não se contentar sobre o assunto com opiniões vagas e pastosas desperta então um interesse geral pelos aprofundamentos históricos, técnicos ou doutrinários que caibam.

Realizam-se assim conferências ou palestras nas quais os expositores tratam imediatamente do assunto, inserindo-o sistematicamente em toda a amplitude de horizonte que ele comporta. E fazendo a este propósito as explanações religiosas, filosóficas ou culturais apropriadas. Assim se realizam sucessivas exposições sobre a matéria, e outras conexas — durante o tempo, ora curto, ora longo — em que perdue o interesse geral pelo tema. Durante esse tempo, com facilidade a freqüência é quase total. Se o expositor não tem suficiente discernimento para perceber os primeiros sintomas de que o interesse vai declinando, expor-se-á a um inevitável declínio no índice de comparecimentos.

Fixar, em conferências que deixaram de interessar, a atenção de um auditório, é coisa tão impossível quanto deter a maré descendente segurando com as mãos as ondas que fogem sob a ação irresistível do Sol e da Lua.

É este o modo de formação ideal? Não. E nem de longe. Mas é o *possível*.

Que resultados tem dado na TFP esse sistema? De modo geral, ele tem atraído para a leitura e para o estudo todas as pessoas aptas a tal nas fileiras da TFP.

Dentre estas, muitas há que pediram para residir em casas de estudo especialmente adequadas e dedicar todo o seu tempo ao labor intelectual como, bem entendido, à oração

(cfr. *Refutação da TFP a uma investida frustra*, Edição da TFP, 1984, pp. 23 a 25). O que de bom grado é aceito.

As bibliotecas da TFP, existentes nessas casas de estudo ou em outras sedes, são formadas por obras sérias e de valor, algumas até raras e valiosas. E estão naturalmente à disposição de todos.

A pedido dos interessados, funciona constantemente um serviço de compra de livros no Brasil, ou de encomenda de livros no Exterior, todos de bom quilate. Está também organizado um serviço de resumo de livros, muito útil para a formação intelectual dos respectivos leitores, e ideado especialmente para o uso dos que, não tendo tempo para ler na íntegra tal ou tal obra que lhes interesse, podem vantajosamente usar os ditos resumos. Atualmente, há leitores e resumidores de livros nos seguintes idiomas: português, castelhano, francês, italiano, inglês, alemão, holandês, grego, polonês, ucraniano, russo, árabe e latim. Em uma de nossas bibliotecas estão guardados, ao alcance dos estudiosos, mais de dois mil resumos.

E os frutos se vêm tornando cada vez mais abundantes e melhores, com o favor e a proteção de Nossa Senhora.

Ademais, o mensário de cultura “Catolicismo” sempre foi redigido, desde a fundação da TFP, em 1960, por sócios ou cooperadores dela. E das fileiras da entidade vão surgindo excelentes escritores de livros (cfr. elenco de obras da TFP no fim do volume).

No momento, há outros livros em preparação.

O produto de todo esse estudo filtra para os menos afeitos a matérias de tal elevação, em boa parte pelas conversas informais que, como já se viu, ocupam papel relevante na TFP. E daí resulta que, com freqüência, pessoas que, durante as campanhas de rua da TFP, abordam com perguntas ou objeções sócios e cooperadores da entidade que tenham suficiente tempo de freqüentação nas sedes desta, acabam por manifestar sua agradável surpresa ante o modo seguro e preciso com que a tudo eles respondem. E isto, por vezes ainda quando o sócio ou cooperador é muito jovem, e manifestamente de condição social muito modesta.

Dadas assim as explicações sobre o sistema de formação intelectual em vigor na TFP, apresenta-se naturalmente mais uma ocasião para fazer notar ao leitor quanto tudo isto discrepa da sinistra imagem de oficina de “lavagem cerebral”, produtora de estúpidos robôs, que as descrições imaginosas do sr. JAP visam inculcar ao público.

Ora, esse método de tão fecundos resultados, todo consuetudinário e condicionado fortemente pelas circunstâncias “analfabetizantes” da era da imagem que vem substituindo a era do pensamento, já existia em seus primórdios ao tempo em que o sr. JAP freqüentou as sedes da TFP (4). Porém, disto ele fez tábula rasa...

* * *

Tudo isso, que é tão normal, o sr. JAP vê hoje com os olhos do relativista convicto e militante que se reintegrou no mundo neopagão. E que procura polemicamente apresentar fatos de explicação fácil e até corriqueira sob uma luz falsa, de modo a conferir à TFP a fisionomia de uma sociedade de caráter iniciático e tenebroso.

É o caso de lembrar mais uma vez a frase do Evangelho: *“O teu olho é a lâmpada de teu corpo. Se teu olho é bom, todo o teu corpo será luminoso; se ele é mau, teu corpo também estará nas trevas. Cuida para que a luz que há em ti não se transforme em trevas. Se pois todo o teu corpo é luminoso, sem nenhuma mistura de trevas, ele será iluminado inteiramente, como quando brilha sobre ti a claridade de uma lâmpada”* (Lc. XI, 34 a 36).

(4) Os primeiros elementos desse método começaram a germinar nos anos 50, no grupo de redatores do mensário “Catolicismo”. Anteriormente, pois, à fundação da TFP (cfr. *Meio século de epopéia anticomunista*, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1980, 4ª ed., pp. 409 a 455).



CAPÍTULO IX

Resposta a algumas acusações esparsas

Há dois modos de refutar um livro: o primeiro é analisar o texto passo a passo, ver que erros nele afloram e rebatê-los um a um; o outro consiste em investigar qual a doutrina ou conjunto de doutrinas que está subjacente ao texto e mostrar o que tenha de errôneo.

O livro do sr. JAP oferece tantos flancos ao ataque, tantas seriam as retificações a fazer em pontos de importância grande, média ou pequena, que seria impossível discorrer sobre tudo no presente trabalho. Por isso, para abranger de algum modo, na refutação, o livro todo, patenteou-se necessário discernir as linhas gerais de sua acusação e em seguida refutá-las.

Esse trabalho tornou claro que o fio condutor, subjacente a todas essas acusações mais explícitas ou menos, consiste em uma doutrina que será objeto do último capítulo da presente refutação.

Antes de abordá-la, porém, convém desfazer ainda algumas objeções esparsas, que poderiam impressionar desfavoravelmente um público menos avisado.

É do que se tratará a seguir.

1. O Reino de Maria, mais uma noção que a TFP não inventou

Tratando do Reino de Maria, o sr. JAP se pergunta: *“Até quando deveríamos esperar por esse reino, sobre cujas possibilidades eu jamais ouvira falar, exceto nos recintos fechados da TFP?”* (GV p. 185).

Com isso ele insinua — sem o afirmar explicitamente — que tal noção é originária da TFP. E outro objetivo não teria a entidade para inventá-la senão embair os neófitos com a miragem de uma era de ouro para a Igreja e a civilização cristã, e assim conquistar a adesão deles.

Ora, acontece que tal noção — sabe-o perfeitamente o sr. JAP — a TFP colheu-a em São Luís Maria Grignon de Montfort, no seu famosíssimo *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*.

Diz o grande apóstolo da devoção a Nossa Senhora, canonizado em 1947 por Pio XII: *“Ah! quando virá este tempo feliz — diz um santo de nossos dias, todo dado a Maria — quando virá este tempo feliz em que Maria será estabelecida Senhora e Soberana nos corações, para submetê-los plenamente ao império de seu grande e único Jesus? Quando chegará o dia em que as almas respirarão Maria, como o corpo respira o ar? Então, coisas maravilhosas acontecerão neste mundo, onde o Espírito Santo, encontrando sua querida Esposa como que reproduzida nas almas, a elas descenderá abundantemente, enchendo-as de seus dons, particularmente do dom da sabedoria, a fim de operar maravilhas de graça. Meu caro irmão, quando chegará esse tempo feliz, esse século de Maria, em que inúmeras almas escolhidas, perdendo-se no abismo de seu interior, se tornarão cópias vivas de Maria, para amar e glorificar Jesus Cristo? Esse tempo só chegará quando se conhecer e praticar a devoção que ensino, ‘Ut adveniat regnum tuum, adveniat regnum Mariae’ ”* (op. cit., Vozes, Petrópolis, 1984, 13.^a ed., pp. 210-211).

“Que venha o Reino de Maria, para que assim venha o vosso Reino” — isto é, o de Jesus Cristo. Tal é o pensamento que perpassa todo o *Tratado da Verdadeira Devoção*, e que é aqui expresso em termos de clareza e ardor inexcusáveis.

A devoção que São Luís Maria Grignion de Montfort preconiza é a escravidão de amor à Santíssima Virgem, tema desenvolvido no *Tratado*.

Esse *“século de Maria”*, ou *“Reino de Maria”*, do qual fala o Santo, a TFP o compagina com o triunfo do Imaculado Coração de Maria, anunciado por Nossa Senhora em Fátima, e essa ilação é de primeira evidência.

O mundo de hoje está pejado de crimes, di-lo sem ambages a Mensagem de Fátima, a qual acrescenta, logo depois, que dia virá em que o Imaculado Coração de Maria há de triunfar. Tal se deve entender obviamente no sentido de que a Santíssima Virgem estabelecerá o seu império sobre as almas, e portanto sobre as instituições, as nações e sobre todo o mundo (1).

Por isso, o **Reino de Maria** será especificamente, na perspectiva de Fátima, o **Reino do Imaculado Coração de Maria**. Isto é, um reino de pureza e de bondade do coração ma-

(1) Na radiomensagem transmitida para Portugal por ocasião da coroação da Imagem de Nossa Senhora de Fátima, em 13 de maio de 1946, Pio XII afirma:

“Jesus é Rei dos séculos eternos por natureza e por conquista; por Ele, com Ele, subordinadamente a Ele, Maria é Rainha por graça, por parentesco divino, por conquista, por singular eleição. E o seu reino é vasto como o de seu Filho e Deus, pois que de seu domínio nada se exclui.

“Coroando a imagem de Nossa Senhora, assinastes, com o atestado de fé na sua realeza, o de uma submissão à sua autoridade Fizestes mais ainda: alistastes-vos Cruzados para a conquista ou reconquista do seu Reino, que é o Reino de Deus. Quer dizer: obrigastes-vos a trabalhar para que Ela seja amada, venerada, servida à volta de vós, na família, na sociedade, no mundo” (Documentos Pontifícios, n.º 110, Vozes, Petrópolis, 1959, 2.ª ed., pp. 36-37).

terno da Mãe de Deus, reino de grande esplendor, tanto na sociedade temporal como na Igreja, pela abundância das graças derramadas pelo Espírito Santo.

Com efeito, sempre foi doutrina da Igreja que o fundamento de toda excelência na ordem temporal consiste na íntima e fiel união das almas com Nosso Senhor Jesus Cristo, com Nossa Senhora sua Mãe, e com a Santa Igreja, sua Esposa mística.

Dessa união decorre a fiel observância dos Mandamentos. E desta decorre, por sua vez, a inteira e esplendorosa harmonia de relações dos homens entre si.

Quando assim os homens praticam o amor do próximo por amor de Deus, daí provêm a vitalidade pujante e a boa ordenação de todas as sociedades, grupos e instituições que constituem a esfera temporal, desde a família na base, até o Estado no ápice.

E, por sua vez, daí nasce, como o fruto de uma árvore, toda espécie de fatores de progresso, não só na esfera temporal mas, em larga medida, também na esfera espiritual.

A paz! Tanto se fala sobre ela em nossos dias, e contudo poucos sabem no que ela consiste. E menos numerosos ainda são os que a possuem, porque a paz verdadeira é a paz de Cristo no Reino de Cristo (2).

Na visualização mariana de São Luis Grignon de Montfort — que é também a de Fátima, como há pouco ficou

(2) Ensinou-o solenemente Pio XI na Encíclica com que inaugurou o seu Pontificado:

“Não poderá haver nenhuma paz verdadeira — a paz de Cristo tão desejada — enquanto todos os homens não seguirem fielmente os ensinamentos, os preceitos e os exemplos de Cristo, na vida pública ou privada.

“Com efeito, Jesus Cristo reina primeiramente sobre o espírito dos indivíduos por seus ensinamentos, sobre os corações pela caridade, sobre a vida inteira quando esta se conforma com sua lei e imita seus exemplos. Reina, em seguida, na família

“Reina finalmente na sociedade, quando, prestando a Deus uma homenagem soberana, reconhece que é dele que derivam a autoridade

dito —, a paz de Cristo no Reino de Cristo se identifica com a paz de Maria no Reino de Maria.

Que os cétricos irreductíveis sorriam diante de todas essas perspectivas, nada de mais previsível, em vista de sua falta de fé. Mas a TFP não se dirige a tais cétricos e sim aos corações retos.

Por fim, importa notar aqui que todas estas noções — que a TFP não inventou — já circulam na Igreja pelo menos desde meados do século passado, quando o *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem* foi publicado pela primeira vez (em 1843). Até o ano de 1900, já tinham sido publicadas 16 edições em francês, quatro em inglês, quatro em italiano, três em polonês, duas em holandês, uma em espanhol, além de duas no Canadá e uma nos Estados Unidos. De lá para cá, as edições se decuplicaram, computando-se já em 1966 pelo menos 300 em 20 idiomas. No Brasil, já foram publicadas 13 edições, sendo de 1984 a mais recente.

Mas a discussão do assunto não termina aqui. O sr. JAP poderia replicar que não está acusando a TFP de inventar essa noção, pois ele diz apenas que foi nesta Sociedade que ele ouviu falar dela (cfr. GV p. 185).

De fato, é isso o que ele diz textualmente.

Não obstante, o leitor corrente, que ignora todas as in-

e seus direitos, o que dá regras ao poder, caráter imperativo e grandeza à obediência.

“Conclui-se desta forma claramente que não há paz de Cristo senão pelo reino de Cristo e que o mais eficaz meio de trabalhar pelo restabelecimento da paz é restaurar o reino de Cristo. Assim, quando se esforçava para ‘restaurar tudo em Cristo’, Pio X, como por divina inspiração, preparava a grande obra do ‘restabelecimento da paz’ que devia ser o programa de Bento XV.

“Quanto a Nós, prosseguindo na missão que se deram Nossos dois predecessores, empregaremos todos os nossos esforços em realizar ‘a paz de Cristo’ no ‘reino de Cristo’, com absoluta confiança na graça de Deus” (Encíclica Ubi Arcano de 23-12-1922, Documentos Pontifícios, n.º 19, Vozes, Petrópolis, 1950, 2.ª ed., pp. 19 a 21).

formações que acabam de ser lembradas, ao ler o texto do sr. JAP, formará inevitavelmente a idéia de Reino de Maria como mais uma singularidade da TFP, em meio a tantas outras que o sr. JAP procurou apontar. E assim, ao ler que ele jamais ouvira falar das “possibilidades” de tal reino “*exceto nos recintos fechados da TFP*”, não deduzirá outra coisa senão que tal noção não se encontra fora... Ou seja, que a TFP a fabricou.

Todas estas são habilidades que denotam uma destreza de linguagem que o sr. JAP não aprendeu na TFP, onde ele se descreve um jovem ingênuo e incauto, que a muito duras penas foi recebendo as primeiras lições da vida.

* * *

E, por fim, no que se refere à pretensa conservação desse tema, *inter domesticos parietes* na TFP, nada mais falso.

Em nosso artigo *Exsurge Domine! Quare obdormis?*, publicado em “Catolicismo”, nº 56, de agosto de 1955, o tema é especificamente tratado. Esse artigo concluía uma série de três, dedicados a São Luís Grignon de Montfort, e todos com referências explícitas ao Reino de Maria (3).

(3) Os outros dois artigos da série eram: *Doutor, Profeta e Apóstolo na crise contemporânea* (nº 53, maio de 1955) e *O Reino de Maria, realização do mundo melhor* (nº 55, julho de 1955).

Não faltam constantes referências ao Reino de Maria em outros artigos de “Catolicismo”. Ver, por exemplo, PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, *Pio XII e a era de Maria*, nº 48, dezembro de 1954; *O anticomunismo e o Reino de Maria*, nº 62, fevereiro de 1956; *Fátima, numa visão de conjunto*, nº 197, maio de 1967; CUNHA ALVARENGA (José de Azeredo Santos), *Falácias do Arcebispo de Olinda e Recife*, nº 235, julho de 1970.

Também não é difícil entrever uma alusão ao Reino de Maria, na Encíclica *Ad Caeli Reginam*, de 11 de outubro de 1954, na qual, instituindo a festa da Realeza de Nossa Senhora, Pio XII pondera: “*Neste gesto está depositada a grande esperança de que possa surgir nova era, confortada pela paz cristã e pelo triunfo da Religião*” (AAS, 1959, vol. XLVI, p. 638).

Ademais, no já citado livro *As Aparições e a Mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia*, do qual foram divulgados pela entidade, só no Brasil, 24 edições num total de 505 mil exemplares (701 mil em todo o mundo), o assunto é tratado de forma sucinta mas clara e direta na nota 28, p. 82. Livro esse que, provavelmente, o sr. JAP, enquanto estava na TFP, ajudou a divulgar, *extra domesticos parietes...*

* * *

Por tudo quanto foi dito se vê que o Reino de Maria nem de longe é a utopia cujo “fabrico” o sr. JAP procura atirar em rosto da TFP.

Aqui pode o leitor, por assim dizer, apalpar a metodologia absolutamente *sui generis* — para dizer pouco — das “demonstrações” do sr. JAP:

a) Como ponto de partida, uma insinuação falsa: a de que o Reino de Maria é mais um artifício de aliciamento da TFP;

b) Em seguida, e à guisa de prova, uma alegação impregnada de um subjetivismo desconcertante. É que, fora da TFP, ele jamais ouviu falar das “possibilidades” do Reino de Maria. Logo ninguém no mundo fala deste. Ou seja, o diâmetro do mundo é exatamente igual ao diâmetro das realidades de que o sr. JAP “ouviu falar”.

E no entanto ele afirma explicitamente ter lido o *Tratado da Verdadeira Devoção* (cfr. GV p. 44), onde se encontra, facilmente, fundamento para quanto aqui está escrito...

É deste quilate a idoneidade do sr. JAP, que entretanto pretende ser crido como testemunha... única!

2. O Reino de Maria, uma nova Idade Média?

Seria a implantação deste Reino de Maria um retorno à Idade Média como apregoa “OESP” de 30 de junho, neste

vistoso título: “*Querem dominar a terra e voltar à Idade Média*”? Embora não ataque direta e frontalmente a Idade Média, o modo de o sr. JAP mencionar essa era histórica é próprio a inclinar o leitor para a impressão negativa de que a TFP deseja pura e simplesmente retornar a uma época de há muito transacta.

Por outro lado, quando nas pp. 120 a 124 de *Guerreiros da Virgem*, o sr. JAP se estende longamente sobre a vida de renúncias e sacrifícios dos monges medievais, ele o faz com evidente intenção de chocar a sensibilidade do leitor moderno, predispondo-o desfavoravelmente para o que vem a seguir, ou seja, a descrição da “*réplica perfeita de um mosteiro medieval*” (GV p. 120) que seria o “*mosteiro sagrado*” da TFP (GV p. 115), isto é, o Êremo de São Bento.

Já vão longe os tempos do antimedievalismo cego nascido do Humanismo e da Renascença, e posteriormente levado pelo Iluminismo a um auge difícil de conceber em nossos dias.

Mesmo até às vésperas da Revolução Francesa, se alguém pensasse em construir uma Catedral ou um castelo em qualquer lugar da Europa, o estilo artístico escolhido para tal teria as maiores probabilidades de ser inspirado próxima ou remotamente na arte greco-romana. Não porém na arte medieval.

Foi só no decurso do século XIX que, como fruto do grande progresso alcançado então pelas investigações históricas, se começou a fazer justiça à Idade Média.

Mesmo assim, o anticlericalismo rubicundo que caracterizou determinadas correntes filosóficas e políticas do mesmo século se encarregou de manter vivaz, em certos setores da cultura ocidental, o enxame de preconceitos antimedievais que a História se ia encarregando de destruir mais e mais. E ainda hoje, embora as Catedrais de *Notre-Dame* de Paris e dos Santos Reis de Colônia, por exemplo, sejam objeto de uma admiração universal, como tantos outros monumentos eclesiásticos e civis que a Idade Média nos legou, perduram, de cá e de acolá, restos de preconceitos antimedievais.

E são esses restos que o sr. JAP parece empenhado em instrumentalizar contra a TFP.

Uma apologia completa da Idade Média comportaria uma tal mole de argumentos e exigiria tanto espaço que não é esta a ocasião nem o lugar para fazê-la.

De qualquer forma, se o sr. JAP quiser, sobre o assunto, dados bem à sua mão, bastar-lhe-á ler, por exemplo, a recente série de artigos sobre as universidades medievais, publicada pelo próprio quotidiano em que escreve (4).

Mais amplo ainda é o horizonte aberto sobre a Idade Média pelo livro ao mesmo tempo erudito e atraente da historiadora francesa Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Age*. Ou ainda, da mesma autora, outra obra, talvez ainda mais elucidativa, *Pour en finir avec le Moyen Age*.

Assim bem se explica que acerca da Idade Média tenha escrito Leão XIII o célebre trecho que o próprio sr. JAP transcreve em seu livro: *“Tempo houve em que a filosofia do Evangelho governava os Estados. Nessa época, a influência da sabedoria cristã e a sua virtude divina penetravam as leis, as instituições, os costumes dos povos, todas as categorias e todas as relações da sociedade civil. Então a Religião instituída por Jesus Cristo, solidamente estabelecida no grau de dignidade que lhe é devido, em toda parte era florescente, graças ao favor dos Príncipes e à proteção legítima dos Magistrados. Então o Sacerdócio e o Império estavam ligados entre si por uma feliz concórdia e pela permuta amistosa de bons ofícios. Organizada assim, a sociedade civil deu frutos superiores a toda expectativa, cuja memória subsiste e subsistirá, consignada como está em inúmeros docu-*

(4) Cfr. RUY NUNES, *A participação estudantil no estudo medieval de Bolonha*, 9-8-85; *Universidade-de-estudantes na Espanha medieval*, 6-9-85; *A Idade de Ouro das universidades*, 13-9-85; *O caráter eclesiástico das universidades medievais*, 20-9-85; *De Oxford a Coimbra*, 25-10-85; *A liberdade acadêmica na Idade Média*, 22-11-85. Cfr. ainda GILLES LAPOUGE, *A redescoberta da Idade Média*, suplemento “Cultura” do mesmo jornal, 7-7-85.

mentos que artifício algum dos adversários poderá corromper ou obscurecer” (Encíclica *Immortale Dei*, 1-11-1885, Documentos Pontifícios, n.º 14, Vozes, Petrópolis, 1960, 4.ª ed., p. 15).

Leão XIII — todos os historiadores o reconhecem — foi o contrário de um Papa que se pudesse qualificar de reacionário ou retrógrado. O quadro que ele traça da Idade Média não pode ser qualificado por isso de parcial. Bem sabia ele, cuja grande cultura era geralmente reconhecida, o que todos os homens de mediana instrução de todos os tempos sabem acerca da Idade Média. Ou seja, que ela não foi paradisíaca para a Igreja. Pelo contrário, não só da parte de seus inimigos externos, bárbaros pagãos, como também seguidores de Mafoma, sofreu ela terríveis investidas, e passou por cruéis provações. Traçando daquela era histórica o quadro há pouco citado, não pretendeu o Pontífice descrever toda a Idade Média, em suas relações com a civilização cristã. Mas tão-só o bosquejo das linhas positivas que, com toda a clareza, e favorecidas pelo recuo dos séculos, emergem de uma lúcida vista de conjunto daquela época.

É assim também que se pensa na TFP sobre a matéria.

Uma nova Idade Média? Nicolas Berdiaef escreveu sobre o assunto seu famoso livro. Deseja a TFP uma nova Idade Média? Por tudo o que fica dito, a resposta não deixa margem a hesitações.

Sem ter sido ela ideal, foi no decurso da Idade Média que a Igreja e a civilização cristã alcançaram historicamente o fastígio de sua influência benfazeja.

Se por nova Idade Média se entende uma era em que esse fastígio volte a marcar a vida dos homens e das nações, a TFP a deseja?

Sim e não.

Sim, porque, sendo católica a inspiração doutrinária do pensamento da entidade, ela não pode deixar de desejar para os homens e as nações os benefícios de toda ordem decorrentes dos ensinamentos da Igreja.

Não, se se entender que, nessa matéria, a Idade Média

foi um ápice historicamente atingido, mas que esteve bem longe de ser o maior ápice atingível.

E, em seu amor à Igreja e à civilização cristã, é desse ápice que a TFP faz a meta de todas as suas aspirações e de toda a sua ação.

Fanatismo? É possível que assim pense o sr. JAP. Quanto a nós, pensamos que é amor de Deus.

E neste campo, os sócios e cooperadores da TFP procuram seguir a máxima do *Doctor Melifluus*, São Bernardo de Claraval: *“A medida do amor de Deus consiste em amá-lo sem medida”* (*Tratado do amor de Deus*, Cap. VI, 16, in *Oeuvres mystiques*, Seuil, Paris, 1953, p. 50).

3. O que a TFP pensa de si mesma e do papel que lhe caberá no Reino de Maria

Assim resume “OESP” o que o sr. JAP diz em seu livro, sobre o futuro papel da TFP no Reino de Maria:

“A TFP, então, teria árdua tarefa. Implantado o ‘Reino de Maria’, Plínio seria levado num carro de fogo, escoltado por legiões de anjos, à Montanha dos Profetas, onde permaneceria até a luta final entre Deus e o anti-Cristo. E nós, seus discípulos — discípulos do Profeta de Maria — ficaríamos encarregados de zelar pela integridade do Reino. Como os Templários, nossa missão seria a de lutar contra todos os que, consciente ou inconscientemente, rejeitassem o modus vivendi do Reino. Como os monges de Cluny, nosso dever seria o de irradiar para os moradores do Reino a sã doutrina, os hábitos imaculados, a religiosidade perfeita.

“Na condição de fiscalizadores e protótipos do Reino, teríamos, então, ascendência sobre papas, reis e legisladores. — sobre todo o mundo, portanto” (“O Estado de S. Paulo”, 30-6-85).

O sr. JAP levanta neste tópico três questões conexas, embora distintas:

- A. A TFP como entidade providencial, profética;
- B. O papel da TFP no Reino de Maria;

C. A pretensa imortalidade do fundador da TFP e seu papel nos últimos tempos.

A. A TFP como entidade providencial e profética

Os Profetas do Antigo Testamento foram homens providenciais a quem Deus comunicou certas previsões e mensagens a serem transmitidas ao povo eleito, para o conhecimento de certas verdades fundamentais e para o orientar na conduta a seguir.

As profecias constantes do Antigo Testamento, como aliás também as do Novo, devem ser cridas absolutamente pelos fiéis, pois fazem parte da Revelação oficial. Esta terminou com a morte do último Apóstolo.

Mas o Espírito Santo continua a instruir e iluminar a Igreja através da assistência profética. O dom da profecia continua a existir, porém sem o caráter oficial dos profetas do Antigo e do Novo Testamento. Para o bem de toda a Igreja, Deus concede a alguns, clérigos ou leigos, homens ou mulheres, esse dom. Dele fala especialmente o Apóstolo São Paulo, embora se deva ter presente que os teólogos opinam de modo diverso sobre se ao dom da profecia está sempre e necessariamente ligado um carisma. Para o esclarecimento do tema que nos ocupa, não é preciso entrar nessa questão.

Convém em todo caso ressaltar que o dom da profecia está sempre sujeito ao discernimento e julgamento da Sagrada Hierarquia, pois só a esta Nosso Senhor Jesus Cristo conferiu o tríplice múnus de ensinar, santificar e governar os fiéis.

A propósito, assim ensina o grande exegeta CORNELIO A LAPIDE: *“Foram de Jerusalém uns Profetas. — Desde o início, a Igreja teve Profetas: pois a profecia era uma das graças gratis datis do Espírito Santo, e conseqüentemente também um índice da verdadeira Igreja, a qual o Espírito Santo rege, como ensina São Paulo em I Cor. XIV. Por onde também esses foram enviados a Antioquia para confirmarem e ilustrarem com o dote de sua profecia aquela Igreja*

já florescente” (Commentaria in Scripturam Sacram — In Acta Apostolorum, Ludovicum Vives, Paris, 1877, tomo 17, p. 253).

E em outro lugar, o mesmo exegeta afirma:

“Os Profetas, pois, foram mestres da fé ortodoxa, doutores da verdade, para anunciarem aos homens os desígnios ocultos de Deus, e para separarem a Igreja de Deus da sinagoga de Satanás, e com o dom da profecia, como indício e sinal certíssimo da verdadeira Igreja, a espalharem e mostrarem a todo o mundo.

“Por esta razão, em todos os séculos Deus iluminou a sua Igreja com Profetas, e através deles manifestou-a, chancelou-a e confirmou-a, para que ninguém pudesse duvidar da verdade e da verdadeira Igreja, em meio a tantas trevas e labirintos de erros e de heresias.

“No Novo Testamento foram profetas Cristo e os Apóstolos e os que os seguiram. São Justino, Mártir (Diálogo Contra Tryphonem), é testemunho de que até os tempos dele existiram profetas na Igreja de Deus em uma sucessão quase contínua. O mesmo diz Santo Agostinho acerca de seu século (De Civ. Dei, lib. V, Cap. XXVI), onde, entre outras coisas, fala dos oráculos de São João Anacoreta

“Tomás Bózius prova a mesma coisa no tocante a outros séculos (lib. De Notis Ecclesiae, signo XIX). É patente que neste nosso século brilharam com o espírito de profecia São Carlos Borromeu, São Francisco de Paula, o Beato Luís Bertrand, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Gaspar Belga, Luís Gonzaga, Teresa, e muitos outros, como se vê em suas vidas escritas por varões dignos de fé” (Commentaria in Scripturam Sacram — In Prophetas Proemium, Ludovicum Vives, Paris, 1875, tomo 11, p. 43).

Um tópico do eminente teólogo Cardeal CHARLES JOURNET dará ao leitor uma idéia suficiente da amplidão do tema:

“A Igreja não conhece apenas o depósito revelado, ela é também esclarecida sobre o estado do mundo e sobre o movimento dos espíritos. Os mais lúcidos de seus filhos participarão desta sua miraculosa penetração. Eles saberão dis-

cernir, à luz divina, os sentimentos profundos de sua época, eles saberão diagnosticar os verdadeiros males e prescrever os verdadeiros remédios. Enquanto a massa parecerá atingida pela cegueira, enquanto até os melhores hesitarão ou tatearão, eles, com um instinto sobrenatural e infalível, irão direto ao alvo. O recuo dos séculos manifestará a justiça de sua visão.

*“Santo Atanásio ou São Cirilo, Santo Agostinho ou São Bento, Gregório VII, Francisco de Assis, Domingos, viam numa espécie de clarão profético a marcha dos tempos e a orientação que era preciso dar às almas. O autor da Cidade de Deus, o contemplativo que fundou, há oitocentos anos, a regra sempre viva dos cartuxos, São Tomás, que elucidou, três séculos antes da Reforma, as verdades que iam ser mais contestadas no limiar dos tempos novos, Joana d’Arc, Teresa de Avila, eis os verdadeiros profetas da Igreja. Eram ao mesmo tempo santos, e é verdade que a profecia é distinta e mesmo separável da santidade. Mas quando é autêntica, ela se encaixa sempre no sulco da revelação apostólica; e como o poder do mestre sustenta e guia o esforço dos discípulos, as profecias autênticas são sustentadas e guiadas pela revelação de Cristo e dos apóstolos. ‘Em nenhuma época — diz São Tomás — faltaram homens dotados do espírito de profecia, não certamente para trazer qualquer nova doutrina da fé, *ad novam doctrinam fidei depromendam*, mas para dirigir os atos humanos, *ad humanorum actuum directionem*’ (II-II, 174, 6 ad 3). Os profetas que se afastam desta linha são falsos profetas” (L’Église du Verbe Incarné, Desclée de Brouwer, Paris, 1962, 3ª ed., vol. I, pp. 173 a 175).*

E em nota, o Cardeal JOURNET cita mais duas vezes São Tomás:

“Os antigos profetas — diz São Tomás — eram enviados para estabelecer a fé e restaurar os costumes. Hoje, a fé já está fundada, porque as promessas foram cumpridas por Cristo. Mas a profecia que tem por fim restaurar os costumes não cessa nem cessará” (Comm. in Math., cap. XI).

“Ele (São Tomás) explica, aliás, que as profecias que nos revelaram o depósito da fé divina se diversificam à medida que se tornam mais explícitas com o progresso do tempo; mas as profecias que têm por fim dirigir a conduta dos homens deverão se diversificar segundo as circunstâncias, porque o povo se dissipa quando cessa a profecia: ‘Por isto, em cada época, os homens foram instruídos divinamente a respeito do que convinha fazer, segundo exigia a salvação dos eleitos’ (II-II, 174, 6)” (op. cit., pp. 174-175).

* * *

Considerando que a ação da “família de almas” da TFP, já ao longo de mais de meio século, tem desempenhado um papel relevante na preservação da civilização cristã no Brasil, e vem projetando os mesmos ideais muito além de nossas fronteiras, uns e outros se têm perguntado, dentro e fora dos quadros da entidade, se não há algo de providencial e profético — no sentido que acaba de explicar o Cardeal Journet — na atuação dela. E muitos respondem efetivamente que sim.

São cogitações — cumpre observar — que de um lado estão em perfeita consonância com a doutrina da Igreja, fundamentadas como são em trechos muito claros de São Tomás citados pelo Cardeal Journet. E, de outro lado, incidem sobre matéria de fato — isto é, sobre se tais considerações cabem ou não cabem ao caso concreto da TFP — a respeito do que cada um pode pensar como quiser.

Exatamente por isso, são hipóteses que não são impostas a ninguém como condição de adesão à Sociedade, sobre as quais se conversa livremente nos ambientes internos, sem a preocupação de cercá-las de nenhum segredo. E por isso chegam sem obstáculo aos ouvidos de qualquer neófito.

Por que, então, a TFP não as divulga externamente? — Pela simples razão de que são hipóteses... e ninguém trabalha junto ao público senão com certezas na defesa das quais é necessário se empenhar.

De qualquer modo, como a ortodoxia dessas cogitações

foi objeto de contestação, inclusive por opositores que as divulgaram pela imprensa, a TFP, de seu lado, também já publicou um alentado volume em que o tema é amplamente explanado em várias de suas implicações doutrinárias (cfr. *Refutação da TFP a uma investida frustra*, Edição da TFP, 1984, vol. I, pp. 51 a 126).

Tal é o alcance da concepção de que a TFP é uma entidade profética e providencial para nossos dias. Quem quiser ver nisso uma hipótese exagerada que a TFP forma a respeito de si mesma, que a veja. A esta Sociedade importa apenas sublinhar que é uma hipótese perfeitamente ortodoxa em termos de doutrina católica.

B. O papel da TFP no Reino de Maria

Como corolário das cogitações anteriores, também se levantou a hipótese de que a TFP ocuparia, na Igreja e na civilização cristã restauradas após os castigos previstos por Nossa Senhora em Fátima (cfr. Cap. VI, 3), um papel análogo ao que os monges de Cluny desempenharam na Idade Média. Mas este papel não corresponde a uma “*ascendência*” em sentido estrito, isto é, a uma superioridade, preponderância ou predomínio (cfr. AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, verbetes *ascendência* e *ascendente*), e portanto, a uma situação de *mando* mais ou menos explícita. Influência, sim; mando, não.

Sempre empenhado em carregar a nota, o sr. JAP como que “negligencia” estas finuras lingüísticas. E, habilidosamente, a fisionomia da TFP que ele apresenta é a mais desfavorável possível. Com efeito, interpretada “*ascendência*” como posição de mando — o que um certo número de leitores inevitavelmente fará — a TFP aparece como uma entidade sedenta de domínio “*sobre papas, reis e legisladores* — *sobre todo o mundo, portanto*” (loc. cit.).

Mas qualquer um que se detenha em considerar o precedente histórico de Cluny, que o próprio sr. JAP indica, compreenderá o verdadeiro alcance da hipótese que a TFP

levanta sobre si mesma. Isto é, a de uma Sociedade inteira e abnegadamente a serviço da Igreja e da civilização cristã, submissa aos legítimos pastores espirituais e vivendo em perfeito acatamento às autoridades civis. Mas, ao mesmo tempo, irradiando os bons princípios e estimulando as boas iniciativas por toda a Cristandade.

O que tem tal hipótese de extravagante ou de contrário às normas e à disciplina da Igreja?

Neste crepúsculo do século XX, e sobretudo neste crepúsculo dos tempos contemporâneos, é notório que a TFP se vem destacando por suas publicações e por sua atuação no cenário brasileiro, por sua fidelidade à doutrina tradicional da Igreja.

A tal respeito, é grato recordar aqui as palavras honrosas de uma congregação romana, às quais deu ensejo a publicação de *A liberdade da Igreja no Estado comunista* (PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1964, 3ª ed. ampliada, 42 pp.).

Com efeito, em carta de 2 de dezembro de 1964, o Cardeal Giuseppe Pizzardo e Monsenhor Dino Staffa (mais tarde também Cardeal), respectivamente Prefeito e Secretário da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, assim se exprimiam a propósito desse livro: “*Congratulamònos com o Autor e auguramos a mais larga difusão ao denso opúsculo, que é um eco fidelíssimo dos Documentos do Supremo Magistério da Igreja*”.

“*Eco fidelíssimo do Supremo Magistério da Igreja*”: é o que a TFP aspira ser, agora e sempre, e durante o Reino de Maria.

C. A pretensa imortalidade do fundador da TFP e seu papel nos últimos tempos

Não é raro, na História das escolas de pensamento e das instituições, que discípulos entusiastas se expandam em elogios hiperbólicos a seus mestres.

Um correspondente de Santo Agostinho o chama — em uma série de hipérboles que o grande Padre e Doutor da

Igreja não omite recusar em sua resposta — “*sacrorator justitiae*”, “*instaurator spiritualis gloriae*”, “*dispensator salutis aeternae*” (consagrador da justiça, restaurador da glória espiritual, dispensador da salvação eterna) (cfr. Ep. 210 — apud *Choix d'écrits spirituels de Saint Augustin*, Introdução e tradução de PIERRE DE LABRIOLLE, J. Gabalda et Fils, Editeurs, Paris, 1932, p. 8).

Um exemplo entre mil.

O que acontece aos maiores, *a fortiori* pode acontecer aos que são tão menores. Há cerca de 20 anos, um cooperador da TFP extremamente jovem — e ao qual a TFP já deve hoje trabalhos intelectuais de relevante valor, que pressagiam outros maiores ainda — levado pelo ardor e pelo arrojo característicos da idade que então tinha, aventou, em conversas informais com companheiros seus de ideal e de geração, a título de hipótese, a possibilidade de que ao fundador desta Sociedade estaria reservado algum dia um papel especial, análogo ao do Profeta Elias, que, segundo é geralmente admitido pelo comentaristas da Sagrada Escritura, voltará à Terra no fim dos tempos para combater o Anticristo. E só depois disto será morto.

No borbulhar da vida quotidiana da TFP, a hipótese causou naturalmente a surpresa que se pode imaginar. Enquanto uns a rejeitavam, ou mantinham em face dela displicente indiferença, outros a consideravam com benévola simpatia. Alguns, mesmo, por ela se entusiasmaram.

Tudo se passou sem caráter polêmico, já que todos percebiam tratar-se de hipótese que aflorara de modo inteiramente periférico no amplo campo de temas sobre os quais se conversa na TFP.

Por que não interveio desde logo com fulminante energia, cortando o curso a essa hipótese realmente surpreendente, o presidente do Conselho Nacional da TFP? — Percebe-se que é o que o sr. JAP teria querido.

Precisamente porque a TFP não é a instituição tocada com o pulso ditatorial que o sr. JAP descreve, o presidente do CN só interviria nesse miúdo incidente de sua vida quotidiana se a hipótese apresentasse condições de deitar raízes

duráveis nas fileiras da entidade. Ora, essas condições nem de longe existiam.

Intervenções tais só se justificam quando necessárias. Pois também elas devem obedecer, a seu modo, ao princípio: “*Non sunt multiplicanda entia sine necessitate*”. Correções, advertências, repreensões, o bom formador só as utiliza com a circunspeção com que os médicos receitam remédios. Ou seja, se omitem cuidadosamente de prescrevê-los quando o organismo apresenta sólidas condições para se recuperar por si mesmo.

A respeito deste tema, o jovem, cujo nome menciono com afeto e apreço — Atila Sinke Guimarães — escreveu em um de seus trabalhos (*Refutação da TFP a uma investida frustrada*, Edição da TFP, 1984, vol. I, pp. 353 a 369) todas as elucidações cabíveis.

Pena é que o sr. JAP seja tão desinformado do que a TFP publica sobre a sua própria história, que não tenha tomado o cuidado de ler esse trabalho antes de se atirar à sua fogaosa invectiva anti-TFP, apresentando como tese incondicionalmente admitida o que não passou de uma hipótese — mais bem uma mera conjectura confinante com a fantasia — sem radicação efetiva nos ambientes da entidade.

4. O “mosteiro secreto” da TFP

O sr. JAP descreve com abundância de pormenores verdadeiramente novelescos (entremeados com erros grosseiros que demonstram a quantas falhas está sujeita sua memória), a visita que fez à sede que a TFP possui no bairro paulistano do Jardim São Bento. E insinua tratar-se de um mosteiro secreto, cuja frequência seria dificultada mesmo a certos setores da TFP (GV pp. 115 a 134).

Trata-se de um edifício que pertenceu outrora à Ordem Beneditina. Construído presumivelmente pelos anos 20 ou 30 de nosso século, em estilo românico, serviu de observatório astronômico a um antigo Abade do Mosteiro de São Bento.

O que ignora o sr. JAP é que a visita a esse “*mosteiro secreto*” já foi diversas vezes franqueada a moradores desse e de outros bairros, desejosos de conhecer a sede, a famílias ligadas a sócios ou cooperadores da TFP, a todos os correspondentes da TFP e respectivas famílias por ocasião dos Encontros bianuais em São Paulo e a numerosos visitantes do Exterior. Todos puderam percorrer à vontade as suas dependências (5).

É claro — dirá algum adversário empenhado em levar a seus últimos extremos a argumentação anti-TFP — essa entidade obviamente programou tais visitas, e retirou adrede do local, cuidadosamente, tudo o que poderia chocar os eventuais visitantes.

Entretanto, no dia 24 de novembro de 1984, em uma manhã de sábado, apresentou-se repentinamente à porta da sede uma viatura da Polícia Civil, com vários investigadores. Informaram os seus ocupantes que estavam à procura de uma menina seqüestrada da família, e haviam recebido uma denúncia anônima de que ela se encontrava escondida ali. Sempre a ação misteriosa e metódica dos “anônimos”, intermitente nos vácuos entre os diversos estrondos publicitários anti-TFP, mas que se transforma em ampla e agitada fermentação antes de estes “estourarem”, e volta à intermitência assim que estes cessam...

A hipótese era simplesmente absurda, mas para evitar que ficasse pairando qualquer dúvida no espírito dos bravos tripulantes da viatura policial, os encarregados da sede, embora não estivessem obrigados a isso, permitiram que eles entrassem e visitassem o imóvel e todas as suas dependências, o que fizeram sem exceção de um único cômodo.

Nessa perquirição, feita sem aviso prévio e portanto sem que o “*mosteiro secreto*” pudesse ser preparado para rece-

(5) Análoga afirmação pode ser feita em relação às duas sedes da TFP em Itaquera, à sede principal da Rua Maranhão 341, à sede da Secretaria Geral da Rua Martinico Prado 246 etc.

ber os insólitos visitantes, nada se apurou contra a entidade. O caso ficou devidamente registrado em documento firmado pelos tripulantes da viatura.

5. O “motim” de 1975

Diz o sr. JAP que a campanha de 1975 contra o divórcio foi devida a um “*motim*” que teria ocorrido entre veteranos da TFP, os quais desejavam “*assumir o controle da Organização*” (GV p. 178).

A necessidade de provar que sua capacidade mental não fôra prejudicada por um acidente que sofrera pouco antes, é que teria levado o Presidente do Conselho Nacional da entidade a determinar a campanha, embora previsse que, em represália, os adversários produziriam um grande estrondo publicitário (cfr. GV p. 179).

Ainda aqui, o sr. JAP distorce os fatos muito à sua maneira.

Realmente, em fevereiro de 1975, sofri um grave acidente de automóvel. Enquanto me recuperava dos efeitos do desastre, coincidiu que os divorcistas, cujo caminho fôra vitoriosamente barrado pela TFP em 1966, tentaram outra investida, no Senado e na Câmara Federal, com projetos de lei de autoria do Senador Nelson Carneiro e dos Deputados Rubens Dourado e Airon Rios.

Ainda acamado, mas acompanhando com interesse os acontecimentos, estimei que a TFP bem poderia barrar ainda uma vez a investida do divórcio. Mas hesitava muito em lançá-la em campanha, porque percebia que seria inevitável uma vindita dos adversários, que lhe moveriam uma furiosa contra-ofensiva publicitária que, sobretudo em regime discricionário, poderia pôr em risco até a própria sobrevivência da entidade.

Por outro lado, para largas faixas do público, acostumadas a ver a TFP sempre na primeira linha de combate em defesa da família, pareceria inexplicável a omissão da entidade. Tal omissão causaria certamente impressão desfavo-

rável entre os seus simpatizantes. E nas próprias fileiras de sócios e cooperadores, poderia explicavelmente produzir-se um desânimo muito prejudicial para o futuro desenvolvimento da entidade.

O ponto capital do problema não constituía, em meu espírito, matéria para dúvidas. Parecia-me inevitável a implantação do divórcio a prazo mais ou menos próximo. Com efeito, quando de nossa vitoriosa campanha antidivorcista do ano de 1966, embora o Episcopado, de seu lado, combatesse o divórcio com muito menos empenho que outrora, o público católico nem notara expressamente essa peculiaridade. Pois ele ainda estava imbuído a fundo do ensinamento antidivorcista tradicional da Igreja, em que se tinham destacado, não havia tanto tempo, primeiramente o Cardeal Dom Sebastião Leme no Rio de Janeiro, depois o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta em São Paulo. E assim o brado antidivorcista da TFP encontrara ampla e vitoriosa repercussão.

Mas, entre uma e outra investida divorcista, o tempo havia corrido. A insistência antidivorcista do Episcopado se havia rarefeito muito. E o progressismo já desvirtuara muitos e entibiara muitíssimos dos católicos. Se, conforme se podia prever, a resistência do Episcopado não retomasse seu antigo vigor, a vitória do divórcio já estaria de antemão garantida, senão a prazo imediato, pelo menos a prazo médio (6).

Pesando com cuidado os prós e os contras da situação, pareceu preferível lançar a campanha. Foi um risco calculado. O então Bispo de Campos, D. Antonio de Castro Mayer, escreveu contra o divórcio uma substancial e valente carta pastoral que a TFP difundiu por todo o País. O lance alcançou a breve prazo o seu objetivo: o divórcio foi efeti-

(6) A tal propósito, é digno de registro o insuspeito testemunho do Cardeal D. Eugênio Sales, atual Arcebispo do Rio de Janeiro, a propósito do falecimento do Cardeal Motta: "*Se a Igreja no Brasil tivesse lutado como o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, o divórcio não teria sido aprovado*" ("O Globo", 21-9-82).

vamente barrado ainda uma vez. Mas a prazo médio se tornou impossível detê-lo. E ao fim de mais dois anos de atuação dos mesmos agentes de mingramento da maioria antidivorcista, a dissolubilidade do vínculo conjugal acabou por entrar na legislação brasileira: entre a última vitória antidivorcista e a primeira vitória divorcista, a TFP tivera de enfrentar galhardamente, e aliás com êxito, o maior estrondo publicitário até então promovido contra ela no Brasil.

Esse estrondo, articulado inequivocamente em vista da vitoriosa campanha antidivorcista da TFP, foi de tais proporções que teria bastado para derrubar um governo, segundo comentou um observador imparcial. E no entanto, *auspice et afflante Beata Maria Virgine* (sob os auspícios e o bafejo da Bem-Aventurada Virgem Maria), a TFP saiu engrandecida da refrega (7).

É por detrás desses fatos que o sr. JAP quis ver um “*motim*”, uma “*conspiração*”...

O cooperador da TFP que, segundo o sr. JAP, teria revelado a existência dessa conjura em uma reunião (cfr. GV pp. 178-179), bem como os demais cooperadores que faziam então parte do mesmo grupo, negam peremptoriamente que tenha havido essa reunião, e que se tenha falado acerca do tal “*motim*”.

Tanto a reunião como o “*motim*” só existem na fecunda imaginação do sr. JAP.

(7) Interessante indício da parcialidade do sr. JAP: a respeito da CPI instituída por ocasião deste estrondo na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, diz ele que “*seu parecer não chegou a meu conhecimento*” (GV p. 179). Entretanto, ele, que só deixou as fileiras da TFP dois anos depois de encerrada a CPI, e que ademais, para redigir seu libelo anti-TFP, consultou o livro *Meio século de epopéia anticomunista*, onde esses fatos são narrados com todos os pormenores (cfr. pp. 257 a 270), não poderia absolutamente ignorar o desfecho da CPI. E, como é sabido, esta nada tendo apurado contra a TFP, encerrou seus trabalhos no dia 18 de outubro de 1975 sem apresentar o relatório de praxe.

6. Orações, benevolência e acolhimento: normas gerais de relacionamento da TFP com os que dela se afastaram

Os “apóstatas”...

Também esse tema foi cuidadosamente esquadrinhado pelo sr. JAP, para que nada faltasse ao caráter de “suma contra TFP” que ele quis dar ao seu volume de duzentas páginas.

Volume esse notável pela concisão, se comparado às trezentas e tantas páginas da presente réplica. O que não espanta, porque é obviamente mais fácil alinhar, à maneira de folhetim difamatório, um elenco de acusações fundamentadas a trouxe-mouxe e de passagem. Ou extraídas dos inesgotáveis mananciais que um espírito subjetivista estimulado pelo ódio pode encontrar na própria fantasia.

Diz em essência o sr. JAP que os egressos da TFP eram tidos nesta com desprezo e ódio. Por exemplo, zombava-se deles, evitavam-se os contatos com eles, negava-se-lhes cumprimento, e nem sequer se lhes fazia o favor de uma oração para que voltassem ao bom caminho, ou pelo menos salvassem suas almas (cfr. GV pp. 183-184).

A essas afirmações, a TFP responde rotundamente: são falsas.

E a linguagem dos fatos fala por ela.

1. A primeira testemunha a mencionar neste sentido é o próprio sr. JAP. Cegado pela paixão de detrair a TFP a todo propósito, e até sem propósito, não se deu conta de que a narração por ele mesmo feita, da conduta exemplar da TFP para com ele, ao longo do seu processo de “apostasia”, indica pelo contrário a disposição cheia de benevolência da entidade para com aqueles que, sucumbindo ao peso das pressões do ambiente externo ou das solicitações internas para o pecado, abandonam a meio caminho a abnegada e gloriosa jornada da TFP.

Nesse sentido é digno de nota que ele não mencione, como ocorrido com ele, depois de seu total desligamento da enti-

dade, um só fato concreto que comprove suas assertivas. O que, num livro de memórias, seria inadmissível que ele omitisse.

E tem para isso boas razões. Um sócio da TFP residente em Londrina, o qual por ora prefere que não se lhe publique o nome, certifica que, mesmo após consumada a ruptura do sr. JAP com a Sociedade, o atendeu várias vezes, dispensando-lhe atenções e até favores de múltiplas ordens.

A menção deste fato só poderia estorvar a acusação generalizada e sem matizes do sr. JAP.

2. Este último omite também dizer que, de quando em vez, algum egresso da entidade pede para ser nela readmitido. E que não há memória de algum que, apresentando-se nas devidas condições, tenha deixado de receber a acolhida do filho pródigo.

3. Cumpre ponderar também que entre os correspondentes da TFP se contam mais de 100 egressos da entidade, o que em geral ocorreu não à maneira de uma brusca reconciliação, mas como resultado de uma normal continuidade de relações que se haviam mantido cordiais pelos anos afora.

Onde então o desdém e o ódio?

4. Ademais, a TFP guarda com carinho numerosas cartas de egressos que lhe manifestam saudades, admiração, reconhecimento comovido pela formação recebida, e se recomendam às orações dos sócios e cooperadores da entidade.

5. O assunto das orações constitui outro capítulo. Mais de uma vez se tem rezado na TFP por “apóstatas”. Há muitos anos já, o Presidente do Conselho Nacional disse em reunião plenária da entidade que rezava todos os dias pelos que foram, são ou podem ser sócios ou cooperadores da TFP, e recomendou que análoga prática fosse seguida pelos presentes.

6. Quanto aos castigos que a Providência pode desfechar sobre os que se recusam a seguir uma vocação claramente conhecida como tal, cfr. Cap. VI.

* * *

Bem entendido, é possível que, numa organização tão ampla quanto a TFP, uma ou outra transgressão dessas normas gerais de procedimento haja sido praticada. Não se entra aqui na análise dos fatos concretos, a fim de evitar uma casuística infundável e, no total, irrelevante.

Com efeito, qual a organização que aceitaria de ser qualificada toda inteira segundo o procedimento dos que lhe infringem as normas e os costumes?

Baste portanto dizer, à guisa de ponto final, que na narração de quatro fatos concretos (cfr. GV p. 184), o sr. JAP incide em várias incorreções ponderáveis. Uma delas consiste em qualificar de “apóstata” um jovem que, egresso de fato das fileiras da TFP norte-americana, passou ato contínuo para a qualidade de correspondente. Nesta faleceu.

7. O atentado que o sr. JAP teme sofrer

O sr. JAP fez questão de inserir, no contrato que firmou com a editora de seu livro, uma cláusula que prevê a possibilidade de seu “desaparecimento”. Nessa hipótese, os direitos autorais deveriam ser pagos a sua mãe (cfr. “Brasil Extra”, São Paulo, agosto de 1984). Com isso ele insinua, maliciosamente como de costume, que a TFP, à míngua de resposta contra seu tão serpentino e venenoso ataque, poderia vingar-se dele, seqüestrando-o ou eliminando-o.

Essa caluniosa insinuação consta também do resumo que “OESP” publicou de *Guerreiros da Virgem* em 30 de junho p.p.

Não é crível que o sr. JAP alimente efetivamente tais receios. Ele conhece perfeitamente bem o caráter pacífico da TFP, aliás atestado por mais de 4 mil cartas de Prefeitos e Delegados de Polícia de cidades de todo o País.

Imaginaria porventura ele que seu livro viria a ser tão terrivelmente danoso para a TFP que esta chegaria a abandonar uma conduta que, fiel a seus princípios cristãos, vem mantendo inalteravelmente desde sua fundação?

Em todo caso, se as apreensões dele foram efetivas, é

de esperar que ele não tenha apenas garantido a continuidade dos direitos autorais para sua família, como também tenha procurado garantir a sua segurança pessoal, pedindo proteção à Polícia. O que de nenhum modo consta.

E se não o fez — o que seria muito contraditório com o alarme que manifestou — que o faça logo. Assim, não só sua vida ficará garantida contra eventuais agressores, como a TFP poderá ter a certeza de que, havendo algum atentado, a Polícia deitará logo a mão nos culpados, e os identificará.

E a inocência da TFP mais uma vez ficará comprovada.

* * *

Guerreiros da Virgem saiu em meados de julho. Quando o presente sair a público, estará caminhando para fazer meio ano a publicação do folhetim do sr. JAP. E o atentado quimérico, temido por esse fantasioso subjetivista, não teve sequer sombra de realização.

Sua hipótese insultante vai criando cabelos brancos.

De qualquer forma, seria muita presunção dele ainda manter vivos os seus receios, publicada a presente refutação... Pois quem dispõe de uma tal plethora de argumentos, não tem a menor vantagem em silenciar um opositor que abre tanto o flanco à réplica.



CAPÍTULO X

“Guerreiros da Virgem”, livro hegeliano-freudiano que acena para a perseguição religiosa do dia de amanhã

Lido o livro *Guerreiros da Virgem*, talvez mais de um leitor se pergunte qual a censura mais profunda que ele contém contra a TFP. O que seria explicável, à vista de que o autor, o prefaciador e o apresentador — ao que parece — a quiseram pensadamente inexplicita. Por outro lado, é tal a abundância de dados informativos, aliás desigualmente verazes, e de acusações expressas ou insinuadas que o sr. JAP apresenta, que o leitor comum se perde no meio de tudo isso, e é perfeitamente cabível a pergunta sobre qual seja a nota mestra desse concerto de difamações.

Parece, pois, conveniente consagrar este último capítulo a uma investigação sobre este ponto.

Tal investigação parece conduzir à conclusão de que essa nota mestra existe, e constitui a crítica mais profunda de *Guerreiros da Virgem*. Uma verdadeira “mensagem” subliminar dirigida ao leitor, que se faz sentir em todo o livro — porém mais especialmente no prefácio do sr. Domingos Pellegrini.

1. “Esquerda e direita são como as pontas da ferradura: extremos que se julgam opostos, mas quase se tocam”

O sr. Pellegrini descreve-se a si próprio, em 1966, quando “fazia as primeiras barbas” (GV p. VII) como o tipo do rapaz propenso a tomar uma posição definida no entrechoque das grandes forças ideológicas que se confrontavam então no mundo. Estava, segundo ele, no ponto exato para ser recrutado.

O que lhe aconteceu foi que, conforme ele narra, ambos os extremos tentaram recrutá-lo. Antes a TFP, em cuja sede ele teria estado apenas por algumas horas. Logo depois o comunismo, ao qual efetivamente aderiu.

Fala a seguir de sua “*experiência*” no movimento comunista, e dos remorsos que sentiu ao abandoná-lo. Tudo de maneira a causar a impressão de que a evolução dele e a de Pedriali foram análogas, embora tenham percorrido vias radicalmente opostas.

E ambos desfecharam em rupturas também análogas porque têm, um e outro, personalidades de quilate, e não se contentaram com a posição medíocre de meros robôs dentro dos respectivos movimentos.

Entretanto o sr. Pellegrini ajeita, nesta análise comparativa do ambiente comunista que freqüentou e da TFP, uma situação preferencial para o primeiro.

Afirma ele, com efeito, que “*quanto menor a organização, mais fanática; mais medíocres ou oportunistas os militantes que continuam depois das desilusões juvenis; e mais descarada a dependência mútua entre líder e liderados. E, contribuindo com dinheiro e favores para pagar remorsos, há os simpatizantes*” (GV p. IX).

Dado que o conceito geral, ou melhor, a ilusão geral é de que a corrente comunista (da qual o MR-8 é uma integrante mais conflitiva ou menos, conforme a Moscou convenha ir movendo as respectivas marionetes) é bastante

numerosa e que a TFP em qualquer caso é menos numerosa do que ela, daí decorre que a vida nessa corrente seria bem mais humana e arejada. Como a vida nas grandes religiões pagãs dos primórdios do Cristianismo seria muito mais arejada e humana do que entre os fiéis da Igreja Católica nas catacumbas!

Aliás, que as simpatias do sr. Pellegrini propendem muito e muito para a esquerda, salta aos olhos de quem leia o seu prefácio. Basta considerar que, segundo ele, os jovens comunistas *“agitam em comício a bandeira do Futuro”*, enquanto os da TFP *“marcham na rua com estandarte do Passado”*.. (GV p. IX).

O estilo do prefácio é leve, fluente, de fácil leitura. E bem adequado a um relativista, que escreve com ares de uma neutralidade cômoda e algum tanto divertida, a respeito dos grandes problemas que empolgam a mente dos homens, e não raras vezes os têm dividido ao longo da História.

E assim vê os antagonismos entre o que ele pareceria propenso a qualificar como seitas paralelas: o movimento comunista *in genere*, ou mais especificamente o MR-8 de um lado, e, de outro, a TFP.

Dir-se-ia que através dele fala todo um veio da opinião pública, o qual se tem em conta de *“moderado”*, mas é, a seu modo, tão radical ou mais do que os outros; relativista até o último ponto, inimigo radical e fanático de todas as radicalidades e fanatismos. E vendo obsessivamente radicalidade e fanatismo onde se acham e até onde não se acham. O conceito de radicalidade, aliás, está bem marcado nesse prefácio pelo emprego de uma imagem: *“Como disse o general Golbery do Couto e Silva, um homem tido como de direita: Esquerda e direita são como as pontas da ferradura: extremos que se julgam opostos, mas quase se tocam”* (GV p. VIII).

A tese do prefácio consiste em que as diferenças entre direita e esquerda são secundárias. Importante é o que elas têm de comum. Nesse ponto preciso se encontra o foco de desentendimento dos relativistas com os dois *“extremos”*:

Os moderados — chamemo-los centristas ou relativistas,

indiferentemente — não acreditam realmente e a fundo na objetividade da razão humana e, em conseqüência, nas doutrinas dos sistemas e das escolas. E consideram os que, pelo contrário, afirmam essa objetividade da razão — chame-mo-los absolutistas de direita ou de esquerda — como tendo nisto muito mais de comum entre si (e sem embargo das vastidões doutrinárias que os separam), do que têm de comum com os relativistas. E isto muito embora estes possam, por vezes, concordar ora com a direita, ora com a esquerda. Pois se trata de concordâncias leves e superficiais, sem implicar antagonismo real em relação à posição oposta.

“Uns usam gravatas, outros jeans, mas na TFP ou no MR-8 o comportamento tem mais semelhanças que diferenças”, diz o sr. Pellegrini (GV p. VIII).

2. Será todo e qualquer extremo necessariamente exagerado?

Ainda que algum tanto à margem do curso desta exposição, não é possível deixar sem protesto a desenvoltura com que o sr. Pellegrini procura colar na TFP o epíteto ambíguo e mal sonante de *“extremista”*.

Em determinado “leque” ideológico, o que são precisamente os *“extremos”*?

A esse respeito, várias respostas são possíveis.

Uma primeira concepção é a de que extremistas são tão-só as duas posições mais opostas do leque, e ideologicamente mais distantes uma da outra.

Neste caso, suposto um parlamento todo ele constituído de centristas — moderados por definição — a gama mais próxima da direita e a mais próxima da esquerda deveriam ser qualificadas *ipso facto* de *“extremistas”*. E deveriam ser paradoxalmente tachados de *“extremistas”* elementos essencialmente moderados, e ademais tidos e havidos como tais.

Essa conclusão chocante é entretanto inevitável. Pois todo centro se compõe necessariamente de gamas ideológi-

cas. E esse conjunto de gamas, pelo fato de ter indeclinavelmente uma gama inicial e outra terminal, comporta duas gamas extremas.

Nesse sentido, “*extremista*” nada significaria de depreciativo.

“Significaria”: o verbo “significar” acaba de ser empregado no condicional. Com efeito, esse significado sem cunho pejorativo não existe na linguagem corrente. Figura aqui como instrumento de mera hipótese de trabalho.

Numa outra concepção, “*extremista*” se aplicaria a algo que é marcadamente exagerado, que passa gravemente dos limites do bom senso, e que tende até a ser — ou efetivamente é — delirante, malfazejo, incompatível com todas as formas de convivência normal.

Ora, nesse sentido a TFP tem recusado mais de uma vez o epíteto injusto. E com quanta razão!

Considerem-se seus livros e suas campanhas. O que pleiteiam? Por exemplo, o respeito à propriedade privada no *ager* brasileiro, o repúdio do divórcio, a vigilância contra os embustes e ardis da infiltração esquerdista na Igreja etc.

Se essas posições são “*extremistas*”, no sentido pejorativo do vocábulo, é inelutável perguntar se também o são os incontáveis brasileiros que têm apoiado essas campanhas porque contrários ao divórcio e/ou à Reforma Agrária, à infiltração comunista na Igreja etc.

Como a resposta seria indiscutivelmente que tais brasileiros não são *extremistas*, será forçoso concluir que a TFP também não o é, ou então que a mesma doutrina, quando sustentada oficialmente pela TFP, merece o qualificativo de “*extremista*”, e quando professada a título individual pelos que apóiam as posições da entidade não merece tal epíteto.

Tal posição contraditória, só a poderá sustentar um fanático anti-TFP. E “*que los hay, los hay*”..

Aliás, cumpre registrar que esse epíteto de “*extremistas*” vai evoluindo, e por detrás de seu sentido superficial, vai transparecendo, incubado, outro sentido.

“*Extremista*” seria todo aquele que julga possível ao espírito humano distinguir com inteira segurança e objetividade entre verdade e erro, bem e mal. “*Extremista*” seria, por exemplo, o católico que afirme ser a verdadeira Igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo tão-só a Católica. E não serem verdadeiras igrejas de Jesus Cristo as demais, protestantes ou greco-cismáticas. E, reciprocamente, seria “*extremista*” o protestante ou cismático que assumisse igual posição ante sua própria igreja.

Moderado, pelo contrário, seria aquele que, diante de profissões religiosas não só opostas mas antagonicas, afirmasse estar em desacordo com todas, porque verdade e erro, bem e mal têm muito — pelo menos — de relativo. E, em consequência, o espírito humano deve caminhar para uma síntese destilada desses contrastes, que aliás não deveriam ser antagonicos. Um pan-cristianismo irenístico, ecumênico, capaz de os absorver ou superar processivamente, sem antagonismos, lutas ou entrechoques: isto, sim, caracteriza o verdadeiro moderantismo.

Para o moderado, irenístico, ecumênico, sequioso de ver chegar a era de todas as miscelâneas, de todos os amálgamas e de todas as confusões, em uma palavra, para os *relativistas*, haveria plena cidadania neste fim de século e nos séculos a vir.

Pelo contrário, para os opositores desse regime — os *extremistas* — já estaria preparada a estrela amarela, de uso compulsório, que o nazismo preparou para os judeus. Ou algum equivalente sinal de vitupério, de desprezo.

3. Nenhum ideal que exige dedicação e sacrifício seria próprio das pessoas verdadeiramente adultas

O sr. Pellegrini acentua que a aptidão de alma para ser recrutado reside normalmente nos adolescentes: pelo que “*como muito já fez a Igreja, como ainda o Estado faz,*

enquanto o serviço militar for obrigatório, tanto a esquerda como a direita recrutam jovens” (GV p. VIII).

Por quê? — “Claro — responde — *um cidadão maduro não vai ficar a serviço de idéias alheias com a dedicação que as organizações exigem. E tanto para quem adora a Virgem como para quem adora Lênin, as idéias a seguir, desenvolver e divulgar são as dos líderes — devidamente endeusados, nem tanto por exigência própria, mas por carência mítica dos liderados” (GV p. VIII).*

Vê-se bem aqui a nota relativista. No fundo, até o serviço militar é uma afronta contra a maturidade do homem. Se o que o sr. Pellegrini diz for levado até as últimas conseqüências, os homens consentem em ir ainda moços para a guerra, porém se fossem adultos jamais aceitariam de ir.

Porque, exceção feita dos líderes — *“figuras realmente excepcionais, homens de idéias e de ação determinados, exemplares na teoria e na prática”* (e ele, imaginando talvez ser amável para com o fundador da TFP, o coloca como uma dessas figuras excepcionais... ao lado de Lênin!) — nenhum ideal elevado e transcendente, que exige dedicação e sacrifício, é próprio às pessoas verdadeiramente adultas.

4. No relativismo total, em que nada chega às suas últimas conseqüências, a suprema sabedoria de vida

Assim, a TFP e o comunismo, o fundador da TFP e Lênin seriam como que as duas pontas da ferradura, que quase se tocam. Enquanto o arco da ferradura, no mais alto, representa a curva larga, abrangente, lúcida e acomodatória dos relativistas.

A única postura humana perfeita, que não tem exageros nem conduz a horrores, é o centrismo. Ou seja, o relativismo. Pois se a coerência total — tanto a de direita como a de esquerda — gera toda espécie de aberrações, de polêmicas, de contendas e até de derramamento de sangue, o

centro, incoerente mas sensível às evoluções da vida, esse sim não apresenta inconvenientes.

E é preciso que cada qual se precavenha, dentro de si mesmo, contra o perigoso mecanismo da lógica total que trabalha a partir de verdades absolutas (preconceitos de classe, diria um marxista). Pois que leva necessariamente à formação das ideologias alienantes: *“As organizações de extrema são formas muito interessantes para aprendermos a observar e desmontar as armadilhas ideológicas instaladas em nós”* (GV p. IX).

Sim, porque *“afinal, todo mundo que se considera de direita ou de esquerda, ou que aceita essa visão, tem um pouco de TFP ou MR-8 — nem que seja por parentesco remoto”* (GV p. IX).

O pensamento do sr. Pellegrini está bem enunciado nesta frase: *“Se a coerência não estiver livre para, se quiser, ir apenas até a próxima idéia, já começa a se formar a craca dos princípios e dos preconceitos, pais das ideologias”* (GV p. X). Ou seja, o pensamento humano não se deve submeter ao império da lógica, que o leva, com toda a segurança, a tirar conseqüências, conseqüências e mais conseqüências, do que resulta um corpo ordenado de princípios, isto é, uma ideologia. Pelo contrário, para ele, ser coerente significa contentar-se com o aspecto superficial e epidêmico das coisas, e nada mais.

Dessa forma, se uma idéia é porventura aceita, dela não se deve necessariamente tirar todas as conseqüências lógicas. Mas deve-se estar disposto a questioná-la e negá-la livremente no dia seguinte. *“Se nossa visão da vida não pudesse mudar a cada dia que nasce, para que, diabos, nasce mais um dia?”* — pergunta o prefaciador (GV p. X).

Se não se estiver disposto a negar amanhã o que se afirma hoje, essa idéia se transforma num preconceito odioso, e pode conduzir até à formação de uma ideologia, oh supremo perigo!

Essa postura parece afirmar, aos olhos do sr. Pellegrini, a liberdade total de pensamento. Contudo, na realidade nega-a. O pensamento humano, na concepção dele, seria

como um barquinho que fosse capaz de se deslocar de uma ilha até outra próxima, mas que não fosse um meio de transporte seguro para atravessar o oceano das grandes cogitações intelectuais, indo seguramente de ilha a ilha, de certeza a certeza, até os últimos horizontes do cogitar humano.

Atravessar esse oceano já seria entrar no “*Esquema*” tão temido pelo sr. Pellegrini (GV p. IX). Como se não constituísse para ele um rígido esquema, um amplo sistema — mais do que isto, uma como que “religião” — o relativismo!

Ora, o sr. Pellegrini, que parece tão cioso da liberdade para contestar os sistemas ideológicos, não parece reconhecer com o mesmo entusiasmo a liberdade dos que querem adotar determinado sistema.

Com efeito, diz ele que “*o sofrimento de Pedriali para escrever este livro parece destinado a alertar os jovens e pais*” (GV p. X). Alertar os jovens, claro está, é para que não entrem na ferradura por alguma das pontas dela, e sobretudo não entrem numa das pontas, isto é, a da direita. Mas, alertar os pais, para quê?

Evidentemente ele quer que estes usem seu poder coercitivo para evitar que os jovens saiam do esquema relativista, e se deixem absorver por alguma das pontas da ferradura. Mas esse recurso à autoridade paterna em matéria ideológica, feito sem sequer tomar em consideração que o próprio menor de idade começa a ter, a partir de certo momento, uma capacidade de observar e de julgar que merece um proporcionado respeito, isso para ele não constitui autoritarismo, nem pressão indébita, nem anulação da liberdade individual!

Essa a irremediável contradição inerente a todas as escolas relativistas!

Percebe-se que, no fundo, segundo o pensamento do sr. Pellegrini, é preciso não dar importância às idéias e deixar os fatos fluírem por si. Os sistemas filosóficos não são, para ele, senão meras explicações e mitos com que os homens tentam justificar para si mesmos os impulsos que neles estuam, de forças evolutivas muito mais ricas, mais inteligentes e mais profundas do que as pobres idéias que forjam.

Nessa perspectiva, o que seria o relativista? Seria — pode-se concluir — uma espécie de profeta captador e divulgador dessas forças profundas. Ele como que as sentiria “no ar” ou “no vento”, ou então no mais profundo de si mesmo, e deveria deixar-se mover despreocupadamente por elas.

Profeta, foi dito. Não se poderia dizer robô?

O relativista despreza os comunistas, bem como os membros da TFP, por considerá-los robôs uns e outros, e escravos de sistemas ideológicos. E talvez nem se dê conta de que ele próprio se põe como robô e escravo dessas forças universais, evolutivas, que segue sem ao menos encontrar para elas uma explicação racional da qual se sinta absolutamente convicto.

No fundo, o que o relativista pratica é o menosprezo total da razão, é o culto a uma como que divindade recôndita, que ele não menciona e nem sequer deixa entrever que exista.

5. “O Senhor não faz bem nem mal a ninguém” (Soph. I, 12): a lição que a “experiência” do sr. JAP lhe ensinou

Ora, o que se passou precisamente com o sr. JAP, na perspectiva do sr. Pellegrini?

Antes de conhecer a TFP, ele era um rapaz tendente ao maravilhoso e procurava, embora sem se dar conta disso senão muito difusamente, um ideal sublime, uma verdade objetiva e absoluta para amar e servir. Não lhe bastava o ambiente confinado em que vivia. Ao conhecer a TFP, esta se lhe afigurou um foco de presença e de atração desse ideal pelo qual, desde menino, anelava.

Adere então à TFP — ou seja, fixa-se numa das pontas da ferradura — e resolve consagrar-se inteiramente às atividades da mesma, porque lhe pareciam dignas de tal sacrifício.

Com o passar do tempo, porém, e sob a ação de fatores diversos, ele vai esfriando no fervor inicial, e sente cada vez

mais forte o apelo do mundo que antes o enfastiara e que ele, ao entrar na TFP, deixara com alívio.

Começa então a perder brilho diante de seus olhos o ideal que tanto almejava: *“Perdia gradualmente a fé no ideal, ideal que iluminara minha adolescência e tumultuara o início de minha juventude”* (GV p. 185).

E vêm as dúvidas: o triunfo do Imaculado Coração de Maria, previsto por Nossa Senhora em Fátima, o tão anelado Reino de Maria, começa a lhe parecer uma miragem do deserto:

“Até quando deveríamos esperar por esse reino, sobre cujas possibilidades eu jamais ouvira falar, exceto nos recintos fechados da TFP? Não seria algum mal entendido ou a cega esperança de realização de uma hipótese remota? Não nos comportávamos como os soldados e oficiais do Forte Bastiani — os personagens criados por Dino Buzzati em O Deserto dos Tártaros —, que consumiam suas vidas, sua saúde física e mental, seus sonhos, suas ambições na expectativa do ataque dos temíveis tártaros? O ataque não vinha, nem sequer se ouvia falar dos tártaros, mas para a guarnição do Forte Bastiani não havia outro motivo para viver senão aquele: esperar, esperar, esperar...” (GV p. 185).

“Então, qual caminho tomar? O da miragem? Ou o da realidade? (1) — pergunta-se — Ambos despontavam cheios de incógnitas, nenhum me parecia seguro. Hesitava. E, quanto mais me demorava a decidir, mais alimentava a angústia, angústia que aumentava à medida que se entrecruzavam, confusas e caóticas, as forças opostas que agiam em

(1) O que entende ele aí por *“realidade”*? A miragem oposta, ou seja, a outra ponta da ferradura? Esta última, ele nem a menciona aqui. A outra alternativa na qual seus olhos se vão fixando, cada vez mais atraídos, é a da vida sem ideais nem tensões, sem sistemas ideológicos que deformam e capturam. A boa vida, ou antes, a vidinha acomodatória, espontaneísta, prosaica e permissivista deste mundo concreto que outrora o enfastiara.

meu interior. Ora era atraído para um lado, ora impulsionado para outro. E não encontrava o equilíbrio que me resolvesse a serenidade. A indefinição persistia” (GV pp. 185-186).

E, como todos os que não têm coragem para tomar uma decisão importante, o sr. JAP achou melhor deixar-se levar molemente pelo sabor dos acontecimentos, pelos impulsos internos que sua vontade débil não queria vencer: *“Resolvi fechar os olhos e deixar-me conduzir pelos impulsos que se fizessem mais fortes. E as forças do mundo foram, pouco a pouco, sobrepujando o que eu sempre julgara as forças divinas...”* (GV p. 186).

O que a *“experiência”* fracassada de seis anos na TFP teria assim ensinado ao sr. JAP é que nenhum ideal merece qualquer sacrifício. Seu erro inicial teria consistido em ter-se aberto para o ideal, ter aspirado ao maravilhoso, ao absoluto. Porque nada é inteiramente maravilhoso, como também nada é inteiramente hediondo. Ele teria compreendido, afinal, que o mundo é como aquela cidade descrita pelo profeta Sofonias, onde o bem e o mal, a verdade e o erro, o belo e o monstruoso se mesclam, e tudo nele coexiste sem choque com nada, mesmo as pessoas ou as coisas mutuamente mais aberrantes, porque nada é inteiramente bom nem inteiramente mau.

“E naquele tempo acontecerá isto — diz o profeta, referindo-se a Jerusalém: eu esquadrinharei Jerusalém com lanternas, e castigarei os homens que dizem nos seus corações: o Senhor não faz bem nem mal a ninguém” (Soph. I, 12).

A grande conquista do sr. JAP fora da TFP foi a de um horizonte em que o céu aparece baixo e plúmbeo, nenhuma aragem de fé, nem sequer de idealismo, sopra no ar estagnado. E do pantanal da terra apenas se elevam o odor e os miasmas de uma pobre humanidade entregue inteiramente ao ceticismo, à dúvida e à satisfação irrestrita de suas próprias paixões.

Sobre esse quadro desolador poder-se-ia imaginar — é o primeiro ato de imaginação contido nestas trezentas pá-

ginas — dois Anjos segurando duas faixas, cada uma contendo, à guisa de comentário explicativo de tal ruína, respectivamente dois ensinamentos do Divino Salvador: “*Quem não está coMigo, está contra Mim*” (Mt. XII, 30); e “*Seja o vosso falar: sim, sim; não, não*” (Mt. V, 37).

Em tal quadro, o sr. JAP não vê — e há quanto tempo — os dois ensinamentos evangélicos. E se sente realizado.

É na negação de qualquer contradição válida entre esses opostos, que ele encontra aquele equilíbrio que procurara anteriormente sem êxito numa ponta da ferradura, e só agora encontrou no relativismo. Isto é, na parte larga da ferradura. Sendo todo-o-mundo, e pensando como tal, ele é equilibrado como todo-o-mundo.

Guerreiros da Virgem é, no fundo, a negação do ideal e a apologia afincada da mediocridade, da entrega, da descontração, da abstenção de qualquer atitude repressiva face à sensualidade. Isso fica bem claro na descrição que o sr. JAP faz da sua última visita — em Londrina — a uma sede da TFP: “*Da sacada, olhava para os edifícios do centro da cidade, e as luzes nas janelas emitiam um chamado forte, envolvente. Naqueles apartamentos, nas casas, nas ruas, tudo contrastava com a vida que levava nos últimos anos. A descontração, o sorriso, a espontaneidade, a liberdade — como isso era diferente do que se passava no interior das nossas sedes, em que cada atitude era premeditada ou decorrência de hábitos impostos! Fora, a liberdade; dentro, a submissão incondicional a um só homem — Plínio, o ‘profeta do Reino de Maria’ —, ao qual deveríamos ajustar nossa vontade, pensamento e sentimento*” (GV p. 197) (2).

Por que pensar logicamente, se não há verdade nem erro? Por que coibir os impulsos, se não há bem nem mal?

(2) As palavras finais do texto citado descrevem com deformação caricata as relações modeladas segundo uma obediência legitimamente análoga à religiosa. Ver, a respeito, ATILA SINKE GUIMARÃES, *Servitudo ex caritate*, Artpress, São Paulo, 1985, pp. 47 a 91.

O importante é não controlar as próprias idéias, e sim deixá-las soltas ao léu, sem procurar exercer o governo do que acontece dentro de si, deixando-se tocar livremente pelos influxos internos cujo efeito concreto é tornar-nos um homem como os outros, pensando, sentindo e vivendo como todo-o-mundo, partícipes, em última análise, da grande mentalidade universal. Porque, a não ser um *uomo qualunque* — um qualquer — a alternativa é clara: ser um desequilibrado ou ser um robô.

Se o sr. JAP agora se julga equilibrado, é porque já não o empolga nenhum ideal nobre e elevado, como também não o horroriza a sujeira. Tudo lhe é indiferente. Ele, que era uma pessoa de mentalidade seletiva antes de conhecer a TFP, e cujo espírito seletivo a TFP teria exacerbado, imagina que compreendeu agora consistir a suprema sabedoria da vida em ser um cidadão da cidade increpada pelo profeta Sofonias. Este último sim, um espírito sectário, absoluto, incompreensivo e fanático.

Essa a “mensagem” do livro. A conclusão a que ele quer conduzir o leitor. Especialmente — é de supor — se esse leitor for extirpado assim das fileiras da TFP.

6. Em Freud e em Hegel, o substractum filosófico mais profundo de “Guerreiros da Virgem”

Qual o sistema ideológico que se deixa entrever furtivamente nos refolhos dessa “mensagem”?

Não parece difícil vislumbrar que há nela um *substractum* freudiano, e por baixo deste, um *substractum* hegeliano.

Segundo Freud, a personalidade do homem se divide, como que topograficamente, em três regiões: o *ego*, o *id* e o *superego*.

Esquemáticamente, o *ego* é a região onde se manifesta a parte consciente da personalidade, que aflora das regiões subconscientes e entra em contato com o mundo exterior. O *id* é a região do inconsciente onde estão os instintos em

revolta, sempre reprimidos, dominados, sempre querendo afirmar-se e expandir-se. E o *superego* é uma instância repressora formada pela interiorização, na personalidade do homem, das proibições impostas pela autoridade paterna e pela sociedade civilizada. Em consequência, o *superego* escraviza o indivíduo, impedindo a livre expansão de seus instintos.

Assim, segundo Freud, a cultura e a civilização foram manuseadas pelos príncipes e pelos sacerdotes (ambos os termos entendidos num sentido muito lato: um industrial ou um banqueiro de hoje, por exemplo, seria um príncipe da ordem capitalista; um intelectual que se imponha por sua superioridade à admiração dos outros seria um sacerdote dos valores que afirma e defende). Esses príncipes e sacerdotes, para manterem os homens debaixo do jugo, elaboraram as religiões, as regras de procedimento, os princípios de estética etc. Esse conjunto de imposições em escala social constitui no interior do homem o *superego*, que entra em choque com o *ego* e com o *id* e, num mecanismo terrível de censuras, impede que os instintos reprimidos se expandam.

O *id* tem dois instintos fundamentais, *eros* e *thanatos*. *Eros* é o instinto da vida e do amor. E *thanatos*, que na concepção dualista de Freud se opõe a *eros*, é o instinto da agressão, da destruição e da morte. E *libido* é a energia psíquica que impulsiona *eros* e faz o homem tender para o prazer — não apenas o sexual, mas sobretudo o sexual.

O que de mais importante existe no homem é o *id*, porque o inconsciente é a verdadeira fonte da personalidade. Tanto o *ego* como o *superego* são formações provenientes do *id*, onde reside a força vital mais profunda.

A repressão do *superego* sobre o *ego* e o *id* é a causa dos desequilíbrios mentais. E dessa repressão malfazeja o homem só se liberta se tiver coragem de afrontar decididamente o mecanismo repressor do *superego*, isto é, se se entregar ao mais largo permissivismo.

No fundo, vê-se aqui aplicada ao interior do homem a mesma dialética hegeliana que Marx aplicou à sociedade.

Freudismo e marxismo, em profundidade, constituem um único sistema, aplicado em campos diferentes. E Hegel é o *abstractum* comum a ambos.

Marx vê a sociedade numa contínua luta de classes que jamais tem fim. Freud, analogamente, vê na personalidade do homem uma luta implacável do *id* (sede dos instintos) com o *superego* (representante da sociedade civilizada repressora desses instintos), da tese com a antítese. E o *ego* é, de certa forma, a síntese. Mas como os instintos reprimidos estão numa fermentação contínua que nunca pára, a síntese nunca é definitiva, forma-se uma nova tese, por sua vez em luta com uma nova antítese, em busca de uma nova síntese. É um aspecto do processo evolutivo universal, hegeliano, que prossegue.

A doutrina freudiana nega que o homem possa, por via de lógica, chegar ao conhecimento da verdade. Pois, sendo entranhadamente relativista, não crê que possa existir uma verdade objetiva.

Para quem aceita a existência de uma verdade objetiva, uma idéia admitida traz necessariamente suas conseqüências lógicas. Como o normal da parreira é produzir uvas, e o do trival produzir trigo, assim também as premissas produzem suas conseqüências. Mais ou menos inevitavelmente, pois o homem, no grosso de seu pensamento caminha nas vias da lógica.

Esse princípio é contestado pelo freudismo. Para Freud, a lógica é apenas uma concatenação aparente do pensamento. Este último não é verdadeiramente livre, mas é tão-só o fruto de apetências e tendências profundas com as quais a lógica nada, ou quase nada, tem que ver. E constitui um mero conjunto de racionalizações, sem mais realidade.

Também o livre arbítrio do homem é negado pelo freudismo. O homem pensa que é livre, porém na realidade é continuamente condicionado em sua liberdade pelo inconsciente que luta contra o mecanismo repressor do *superego*. De fato, o homem não passa de mero brinquedo dessas forças em luta, e por isso ninguém pode ser moralmente responsabilizado por seus atos.

Um homem sem livre arbítrio e incapaz mesmo, de ser dono dos seus próprios pensamentos, esse o robô que o freudismo imagina ver no homem que Deus criou, entretanto, à sua imagem e semelhança, racional, livre e possuidor de uma alma imortal.

Sendo racional, pode ele compreender a lei moral, pode saber o que é bom e o que é mau. Possuindo na sua plenitude o livre arbítrio, tem ele a faculdade de optar como queira, pelo bem ou pelo mal (3). E por toda a eternidade, com sua alma imortal, gozará ou sofrerá de acordo com o bem ou o mal que tiver praticado em sua vida terrena.

7. O relativismo, “religião” intolerante e exclusivista, ferozmente persecutória dos que ousam crer em verdades

Exposta essa doutrina, vem à tona o que há de mais ve-lado no libelo do sr. JAP contra a TFP. Esta não seria ape-nas a “seita” malfazeja que fez nele uma “lavagem cere-bral”. A TFP seria a organização nefasta que trabalha pe-lo sublime e pelo espírito seletivo, que trabalha para man-ter viva nos espíritos a distinção - e a oposição - entre a verdade, o bem e o belo de um lado, e de outro lado o erro,

(3) Cumpre distinguir entre a *liberdade psicológica* e a *liberdade moral*. O renomado tomista Pe. Victorino Rodríguez y Rodríguez as-sim esclarece a questão: “É moralmente falsa a liberdade de quem obra o mal. Quem peca, obra livremente na ordem psicológica; mas porque não tem licença moral para isso, violenta a ordem moral e incorre na ‘servidão do pecado’ (Jo. VIII, 34). São Pedro chama a tal liberdade ‘sombra da malícia’ (I Pe. II, 16). Pecar é certamente exercer a liberdade psicológica, mas não a liberdade moral, muito pelo contrário, sobretudo se se tiver em conta que, na ordem da graça, o pecado mortal destrói o princípio da vida moral, ficando o homem na mais absoluta impotência para obras livres saudáveis. Usar da li-berdade para o mal é abdicar da própria dignidade e degradar-se” (VICTORINO RODRÍGUEZ OP, *Temas-Clave de Humanismo Cristiano*, Speiro, Madrid, 1984, p. 121).

o mal, o feio. A organização que, em consequência, convinda os espíritos para o sublime, dá-lhes um feitio seletivo — e, em dadas situações, pugnaz — que é bem exatamente o oposto do relativismo.

É aí que *Guerreiros da Virgem* finalmente desemboca. É uma crítica à TFP, mas que contém no fundo toda uma filosofia de vida, toda uma “religião”.

Uma “religião” relativista, de modo geral radicalmente exclusivista e ferozmente difamatória (e cumpre recordar que a difamação é autêntica forma de perseguição) de todos os não relativistas.

Certos episódios da campanha anti-seitas, aludidos no Capítulo IV, deram, aliás, mostra disso. Pois, no fundo do conceito indefinido do que hoje se qualifica de seita, está essa afirmação: seita é todo grupo que crê em verdades absolutas e procura se opor assim ao curso espontâneo das coisas, à evolução universal. O que aliás — seja dito de passagem — não corresponde à realidade de grande número das seitas, inclusive das de maior e mais escandaloso destaque.

E como poderá essa perseguição não atingir — em tempo médio pelo menos — a Santa Igreja Católica, Apostólica e Romana, da qual os sócios, cooperadores e correspondentes da TFP se honram de fazer parte? Como não ficará ela exposta, cedo ou tarde, no pelourinho dos relativistas?

Para aquilatar quanto dista essa posição irenístico-relativista da doutrina católica, do ensinamento da Igreja, veja-se, por exemplo, este trecho do célebre *Tratado da Verdadeira Devolução à Santíssima Virgem*, de São Luís Maria Grignon de Montfort. Nele, o grande apóstolo marial comenta as palavras do Gênesis: “*Porei inimizades entre ti e a mulher, e entre a tua posteridade e a posteridade dela. Ela te pisará a cabeça, e tu armarás traições ao seu calcanhar*” (Gen. III, 15).

“*Uma única inimizade Deus promoveu e estabeleceu, inimizade irreconciliável, que não só há de durar, mas aumentar até ao fim: a inimizade entre Maria, sua digna Mãe, e o demônio; entre os filhos e servos da Santíssima Virgem e os filhos e sequazes de Lúcifer; de modo que Maria é a*

mais terrível inimiga que Deus armou contra o demônio.

“Deus não pôs somente inimizade, mas inimizades, e não somente entre Maria e o demônio, mas também entre a posteridade da Santíssima Virgem e a posteridade do demônio. Quer dizer, Deus estabeleceu inimizades, antipatias e ódios secretos entre os verdadeiros filhos e servos da Santíssima Virgem e os filhos e escravos do demônio. Não há entre eles a menor sombra de amor, nem correspondência íntima existe entre uns e outros. Os filhos de Belial, os escravos de Satã, os amigos do mundo (pois é a mesma coisa) sempre perseguiram até hoje e perseguirão no futuro aqueles que pertencem à Santíssima Virgem, como outrora Caim perseguiu seu irmão Abel, e Esaú, seu irmão Jacob, figurando os réprobos e os predestinados. Mas a humilde Maria será sempre vitoriosa na luta contra esse orgulhoso, e tão grande será a vitória final que ela chegará ao ponto de esmagar-lhe a cabeça, sede de todo o orgulho. Ela descobrirá sempre sua malícia de serpente, desvendará suas tramas infernais, desfazará seus conselhos diabólicos, e até ao fim dos tempos garantirá seus fiéis servidores contra as garras de tão cruel inimigo.

*“Mas o poder de Maria sobre todos os demônios há de patentear-se com mais intensidade nos últimos tempos, quando Satanás começar a armar insídias ao seu calcanhar, isto é, aos seus humildes servos, aos seus pobres filhos, os quais ela suscitará para combater o príncipe das trevas. Eles serão pequenos e pobres aos olhos do mundo, e rebaixados diante de todos como o calcanhar, calcados e perseguidos como o calcanhar em comparação com os outros membros do corpo. Mas, em troca, eles serão ricos em graças de Deus, graças que Maria lhes distribuirá abundantemente. Serão grandes e notáveis em santidade diante de Deus, superiores a toda criatura, por seu zelo ativo, e tão fortemente amparados pelo poder divino, que, com a humildade de seu calcanhar e em união com Maria, esmagarão a cabeça do demônio e promoverão o triunfo de Jesus Cristo” (SÃO LUIS MARIA GRIGNION DE MONTFORT, *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*, Vozes, Petrópolis, 13.^a ed., 1984, pp. 54 a 57).*

Como, para um relativista, não julgar sectária, intoleravelmente sectária essa concepção do mundo como uma luta contínua entre Deus e o demônio, o bem e o mal, a raça da Virgem e a raça da serpente?

Como não condenar da mesma forma o ensinamento tradicional da Santa Igreja?

Não faltou, com efeito, entre autores que se dizem católicos, quem quisesse ver laivos da execrável heresia dos maniqueus nesta posição do grande Santo, como de tantos outros pensadores católicos, a cuja pena se devem considerações análogas. Imputação de tal maneira infundada que, aos lábios de quem a ouve, só podem ocorrer as palavras de Dante: *“Non ragioniamo di loro, ma guarda e passa”* (Inferno III, 51).

Mas sofrer em união com Cristo Redentor e Maria Santíssima corredentora, esta é a via sagrada dos discípulos de Cristo — que a TFP também quer palmilhar — como preveiu o próprio Divino Mestre:

“Se o mundo vos aborrece, sabeis que, primeiro do que a vós, Me aborreceu a Mim. Se vós fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu; mas, porque vós não sois do mundo, antes Eu vos escolhi do meio do mundo, por isso o mundo vos aborrece.

“Lembraí-vos daquela palavra que Eu vos disse: Não é o servo maior do que o seu senhor. Se eles Me perseguiram a Mim, também vos hão de perseguir a vós; se eles guardaram a minha palavra, também hão de guardar a vossa. Mas tudo isso vos farão por causa do Meu nome, porque não conhecem aquele que Me enviou.

“Se Eu não tivesse vindo, e não lhes tivesse falado, não teriam culpa, mas agora não têm desculpa do seu pecado. Aquele que Me aborrece, aborrece também meu Pai. Se Eu não tivesse feito entre eles tais obras, quais nenhum outro fez, não teriam culpa, mas agora viram-nas, e, contudo, aborreceram-Me a Mim e a meu Pai. Mas (isto aconteceu) para se cumprir a palavra que está escrita na sua Lei: Odiaram-Me sem motivo” (Jo. XV, 18 a 25).

O pensamento
de Freud no livro
“Guerreiros da
Virgem” do sr.
José Antônio Pedriali

Miguel Beccar Varela • Edwaldo Marques
da Comissão de Estudos Médicos da TFP



INTRODUÇÃO

No livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP* (EMW Editores, São Paulo, 1985, 201 pp.), o sr. José Antônio Pedriali relata sua passagem por essa Sociedade e as reações psicológicas que experimentou ao longo de seu relacionamento com ela.

Ao preparar a refutação da TFP a esse livro, pediu o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira que a Comissão de Estudos Médicos da entidade opinasse se o fundo de quadro do relato do sr. J. A. Pedriali se baseia numa concepção doutrinária de sentido freudiano para interpretar os fatos.

Para atender a essa consulta, dois membros da referida Comissão fizeram um confronto entre a doutrina de Freud e os fatos narrados no livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP*, do qual resultou o relatório que, ouvidos os demais componentes da Comissão, é a seguir apresentado.

Sobre se o sr. J. A. Pedriali deforma ou não os fatos em seu relato, colocou-se, para os autores do presente relatório, o seguinte problema:

a) Em primeiro lugar, enquanto médicos, não podiam eles suspender o juízo no que diz respeito à objetividade

ou à falsidade desses fatos. Com efeito, em Psiquiatria é indispensável que o médico controle a veracidade dos dados que compõem o relato do indivíduo em observação. Esse controle pode realizar-se através das informações que fornecem os familiares ou pessoas que convivem com ele, ou através da observação direta do meio em que ele vive ou viveu.

b) Mas, por outro lado, não podiam os autores deste estudo, enquanto colaboradores da instituição visada, simplesmente afirmar que certos dados são deformados ou falsos, sem levantar a suspeita de parcialidade. Deveriam então provar amplamente tais afirmações.

Ora, a nota de subjetivismo que deforma os fatos já foi objeto de exaustiva análise por parte do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira na sua refutação (Cap. I, 2).

Assim, do ponto de vista médico, a análise do depoimento autobiográfico do sr. J. A. Pedriali pode ser conduzida a termo sem mais necessidade de mostrar quanto o autor de *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP* distorce, falseia e interpreta à sua maneira os fatos que narrou.

Seu relato está redigido de maneira a poder ser interpretado, à luz das teorias freudianas, como um caso típico dos efeitos nocivos da religião sobre a maturação psíquica dos indivíduos.

Com efeito, na narrativa do sr. J. A. Pedriali, estão presentes os mais importantes elementos considerados pelo freudismo como característicos de uma religiosidade neurótica.

Dentre eles cumpre destacar:

1. Uma conversão neurótica regressiva.
2. Repressão sexual neurotizante, imposta em nome de princípios religiosos.
3. Surgimento de idéias obsessivas.
4. Angústia patológica causada pelo conflito entre os princípios inculcados pela TFP e o instinto sexual reprimido.
5. Determinismo psíquico, no qual os instintos dominam a razão e a vontade.

O sr. J. A. Pedriali atribui à influência que a TFP teria

exercido sobre ele todos os seus problemas psíquicos. Ao mesmo tempo reconhece nas doutrinas que ouvia na TFP aquelas mesmas que havia aprendido durante sua formação em um lar católico. Assim, por exemplo, em virtude da educação católica que recebera e de sua experiência anterior em outros movimentos religiosos, não se surpreendeu com o que lhe foi dito na TFP sobre a dedicação a um ideal (GV p. 13), nem quando a Igreja Católica lhe foi apresentada como a única verdadeira (GV p. 12), e nem com o fato de os Santos serem tomados como modelos de vida para todos os fiéis (GV pp. 37-38). Em sua narração, o sr. J. A. Pedriali coloca claramente a TFP como pertencente à corrente tradicionalista da Igreja (GV p. 31).

Importa ressaltá-lo, pois a **imagem católica que o sr. J. A. Pedriali apresenta da TFP é semelhante à imagem que Freud apresenta da Religião para atacá-la**, como se mostrará no decorrer deste relatório. E se a TFP é apontada por ele como causadora daquilo que considerou seu caminho para a loucura, então, em rigor de lógica, é a própria Religião Católica que deve ser acusada de enlouquecer as pessoas. Crítica que está na medula da posição de Freud sobre a religião.

A acusação implícita no relato do sr. J. A. Pedriali, de que a TFP é uma seita religiosa iniciática que arregimenta adeptos através de métodos de aliciamento, os quais incluem a mitológica “lavagem cerebral” (cfr. “*Lavagem Cerebral*” — *Um mito a serviço da nova “Inquisição terapêutica”, “Catolicismo”*, n.º 409, janeiro de 1985), é coerente com a acusação que Freud fez à religião em geral, e à Religião Católica em particular, cinquenta anos antes que aquela expressão fosse inventada.

Neste relatório se procurará, portanto, mostrar como os fatos narrados pelo sr. J. A. Pedriali se ajustam perfeitamente a uma interpretação de caráter freudiano.



CAPÍTULO I

Uma conversão neurótica regressiva

1. Relato do sr. J. A. Pedriali

O sr. J. A. Pedriali se apresenta a si mesmo como um adolescente normal (15 anos), cuja adesão à TFP já manifestou, desde o primeiro momento, aspectos desequilibrados, em razão da atitude super-repressiva da entidade em relação à sexualidade, como se verá no Capítulo II.

Idealista, sonhador e católico praticante, encontrou ele na TFP algo que buscava desde antes dos dez anos: uma visão de amplos horizontes sobre os problemas políticos, culturais e religiosos do mundo. E uma atuação católica de espírito religioso autêntico, não tibia nem puramente social, como havia encontrado nos grupos religiosos de que participara anteriormente (GV pp. 11 e 13). Por isso ele não teve dificuldade em aceitar a afirmação da TFP de que *“nossas vidas tinham que ser devotadas às nossas idéias e nossas idéias deviam subordinar-se aos ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana”* (GV p. 12). Educado em um lar católico, a primeira impressão — no sr. J. A. Pedriali tudo são “impressões” ou “sensações” — foi de que havia coerência entre a doutrina religiosa professada

pela TFP e a vida particular e social de seus sócios e cooperadores (cfr. GV p. 13).

Mas o acontecimento mais marcante e decisivo ocorrido no processo de sua adesão à TFP não foi o reencontro com os seus ideais, e sim um episódio puramente emotivo verificado durante uma SEFAC (Semana Especializada de Formação Anticomunista), na conferência de encerramento feita pelo Prof. Plínio Corrêa de Oliveira.

Durante a SEFAC, o convívio com outros jovens que buscavam o mesmo ideal e se entusiasmavam com as coisas que o sensibilizavam desde a infância, as músicas, os símbolos, o ambiente *"arremessavam-me — diz ele — para o mais recôndito de minha alma, onde senti despertar a criança, que se deixava envolver pela fantasia dos contos de fada e que buscava refúgio nos cantos escuros das igrejas, na esperança de que — quem sabe? — os anjos aparecessem a qualquer momento"* (GV pp. 38-39).

Logo a seguir, e estabelecendo evidente relação entre um fato e outro, narra uma cena da infância em que teve uma crise de pranto quando sua tia lhe fez um relato da Paixão: *"Aquela descrição da Paixão e a reação que tive ao conhecê-la acompanharam-me nos anos seguintes. E, no final da SEFAC, assistia à palestra do Prof. Plínio com interesse, quando, por impulso, olhei para os olhos dele e os encontrei olhando para os meus. Falava sobre a crise da Igreja. Lembrou a Paixão, citando uma frase do Profeta Jeremias que pode ser aplicada a Cristo em seus últimos momentos de agonia. Esta frase soou como um gongo que me convocava para reparar, através da adesão à TFP, as dores sofridas por Cristo"* (GV p. 39).

Este ato transcendental de sua vida, o sr. J. A. Pedriali o apresenta como tendo sido causado por mera repetição de uma experiência emocional infantil. Os princípios expostos pelo conferencista, o assentimento da razão e a adesão da vontade a esses princípios, ele os considera como secundários e duvidosos.

E ele o afirma expressamente. Embora diga que a sua adesão à TFP foi uma escolha feita com *"convicção"*, acres-

centa no parágrafo seguinte: *“a doutrina, porém, foi o que menos me despertou a atenção”* (GV p. 38).

2. A doutrina freudiana

Segundo Freud, a religião em si mesma constitui uma neurose infantil do indivíduo e da humanidade, uma neurose obsessiva. E esta surge da frustração causada pela proibição de matar o pai e de coabitar com a mãe. Esses dois desejos constituem os elementos chave do Complexo de Édipo.

Segundo Freud, este “complexo”, que surge entre os 3 e 6 anos, é reprimido neuroticamente na imensa maioria dos casos, porque o menino se sente forçado a renunciar a seus desejos incestuosos em relação à mãe, por causa do pai, a quem percebe como rival poderoso, que o ameaça de castração. É o que Freud chama de *“complexo de castração”*.

Freud expõe essa teoria em várias de suas obras:

— *“Quando é ainda uma criança, um filho já começa a desenvolver afeição particular por sua mãe, a quem considera como pertencente a ele; começa a sentir o pai como um rival que disputa sua única posse A essas atitudes chamamos de ‘complexo de Édipo’, visto que a lenda de Édipo materializa, com apenas uma leve atenuação, os dois desejos extremos originários na situação do filho — matar o pai e tomar a mãe como esposa”* (Conferências introdutórias sobre Psicanálise, vol. XV, p.248) (1).

— *“O perigo real que o menino teme, como consequência de estar apaixonado por sua mãe é a punição de ser castrado, de perder seu órgão genital O temor de castração é um dos motivos mais comuns e mais fortes para a repressão e, portanto, para a formação das neu-*

(1) Todas as citações da obra de Freud aqui feitas são extraídas da Edição ‘Standard’ Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Imago Ed. Ltda., Rio de Janeiro, 1970-1977, 24 volumes.

roses" (Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise, vol. XXII, pp. 109-110).

Com o instinto sexual assim reprimido, a criança passa à fase seguinte de sua evolução sexual, chamada "período de latência" (6 a 12 anos), durante o qual o instinto, reprimido no inconsciente, é "sublimado". A sublimação é um processo psíquico pelo qual a energia instintiva sexual é desviada para outros objetos, tais como a cultura e a religião. Assim, o temor-amor pelo pai e o amor incestuoso pela mãe, que estão reprimidos no inconsciente, são sublimados, transformando as figuras paternas em divindades. A essas figuras o menino transfere seus desejos incestuosos e homicidas, dando origem às crenças religiosas.

"É durante este período da latência total ou apenas parcial que se constroem as forças psíquicas que irão mais tarde impedir o curso do instinto sexual e, como barreiras, restringir seu fluxo — a repugnância, os sentimentos de vergonha e as exigências dos ideais estéticos e morais.

"A atividade destes impulsos (sexuais infantis) não cessa mesmo durante este período de latência, embora sua energia seja desviada, no todo ou em grande parte, de seu uso sexual e dirigida para outras finalidades Poderosos componentes são adquiridos para toda espécie de realização cultural por este desvio das forças instintivas sexuais dos objetivos sexuais e sua orientação para objetivos novos — processo que merece o nome de 'sublimação' " (Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, vol. VII, pp. 181-182).

"A criança humana não pode completar com sucesso seu desenvolvimento para o estágio civilizado sem passar por uma fase de neurose, às vezes mais distinta, outras, menos. Isso se dá porque muitas exigências instintuais... têm de ser domadas através de atos de repressão, por trás dos quais, via de regra, se acha o motivo da ansiedade. A maioria dessas neuroses infantis é superada espontaneamente no decurso do crescimento, sendo isso especialmente verdadeiro quanto às neuroses obsessivas da infância... Exatamente do mesmo modo, pode-se supor, a humanidade como um todo, em seu desenvolvimento através das eras, tombou em

estados análogos às neuroses, e isso pelos mesmos motivos... Assim, a religião seria a neurose obsessiva universal da humanidade; tal como a neurose obsessiva das crianças, ela surgiu do complexo de Édipo, do relacionamento com o pai. A ser correta essa conceituação, o afastamento da religião está fadado a ocorrer com a fatal inevitabilidade de um processo de crescimento” (O futuro de uma ilusão, vol. XXI, p.57).

A religião nasce, dessa maneira, de um “complexo de Édipo” mal resolvido:

“Ao concluir então, esta investigação excepcionalmente condensada, gostaria de insistir em que o resultado dela mostra que os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte convergem para o complexo de Édipo. Isso entra em completo acordo com a descoberta psicanalítica de que o mesmo complexo constitui o núcleo de todas as neuroses, pelo menos até onde vai nosso conhecimento atual” (Totem e tabu, vol. XIII, p. 185).

“A religião, a moralidade e um senso social — os principais elementos do lado superior do homem (estou no momento, colocando a ciência e a arte de lado) — foram originalmente uma só e mesma coisa. Segundo a hipótese que apresentei em Totem e tabu, foram filogeneticamente adquiridas a partir do complexo paterno: a religião e a repressão moral através do processo de dominar o próprio complexo de Édipo, e o sentimento social mediante a necessidade de superar a rivalidade que então permaneceu entre os membros da geração mais nova” (O Ego e o Id, vol. XIX, p. 52).

“Deus é um substituto paterno, um pai exalçado, a cópia de um pai tal como este é visto e experimentado na infância — pelos indivíduos em sua própria infância, e pela humanidade em sua pré-história, como pai da horda primitiva e primeva. Posteriormente na vida, o indivíduo vê seu pai como algo diferente e menor. Porém a imagem ideativa que pertence à infância é preservada, e se funde com os traços da memória herdados do pai primevo para formar a idéia que o indivíduo tem de Deus” (Uma

neurose demoníaca do século XVII, vol. XIX, p. 109).

Esta neurose infantil é normalmente superada na adolescência, quando o contato com a realidade do mundo desmente todos os mitos religiosos. E é por isso que, segundo Freud, tantos jovens adolescentes passam por uma "crise religiosa" e ficam ateus.

Em conseqüência, toda conversão religiosa ocorrida durante ou depois da adolescência deve ser considerada como a instalação de uma neurose.

A causa principal desta neurose é a frustração do instinto sexual (libido) pelas pressões morais ambientais no mundo real. A libido então se introverte, voltando as costas ao mundo real e entregando-se à vida da fantasia. Esta, por sua vez, tem como efeito uma "regressão" a etapas infantis e imaturas da psique (cfr. *Tipos de desencadeamento da neurose*, vol. XII, pp. 292-293).

Giacomo Daquino, psiquiatra psicanalista freudiano que se professa católico (2), ressalta o caráter regressivo do que o freudismo considera uma conversão neurótica, quer dizer, uma conversão para uma religiosidade infantil: "*A conversão neurótica ocorre, na maioria das vezes, de um modo imprevisto, às vezes transtornante e até dramático; corresponde a uma experiência emotiva, vivida com forte carga ansiosa, no curso de intensos e profundos conflitos, a qual se exterioriza por um entusiasmo súbito por algum novo objeto ou grupo religioso ... e a regressão tem aqui um papel fundamental*" (G. DAQUINO, *Psicanalisi e religiosità*, S.E.I., Torino, 1981, p. 180).

(2) Não está na natureza deste trabalho demonstrar quanto o freudismo se choca diretamente com a doutrina católica. E, portanto, quanto se distanciam da Fé que dizem professar os seguidores da doutrina de Freud que ostentam a posição de católicos. Tudo isto exigiria um estudo à parte, o qual aliás não seria inútil, tendo em vista a confusão que se estabeleceu a esse respeito em tantos meios católicos, apesar das monstruosas aberrações da doutrina sustentada por Freud e seus discípulos, das quais o leitor tem, no presente relatório, uma pequena amostra.

CAPÍTULO II

Repressão sexual neurotizante imposta em nome de princípios religiosos

1. A doutrina freudiana

Segundo a doutrina freudiana, a religião é o principal instrumento da civilização, em seu processo de crescente repressão neurotizante do instinto sexual.

A teoria de Freud sobre a repressão sexual como fator neurotizante é extremamente radical, em que pesem as freqüentes ressalvas, ambigüidades e contradições que se encontram em suas obras.

Herbert Marcuse, que se declara freudiano “ortodoxo”, diz:

“A Psicologia Individual, de Freud, é em sua própria essência uma Psicologia Social. A repressão é um fenômeno histórico. A subjugação efetiva dos instintos, mediante controles repressivos, não é imposta pela natureza, mas pelo homem. O pai primordial, como arquétipo da dominação, inicia a reação em cadeia de escravização, rebelião e dominação reforçada, que caracteriza a história da civilização.

“A noção de que uma civilização não-repressiva é im-

possível constitui um dos pilares fundamentais da teoria freudiana. Contudo, a sua teoria contém elementos que transgridem essa racionalização; desfazem a tradição predominante do pensamento ocidental e sugerem até o seu inverso. Sua obra caracteriza-se por uma obstinada insistência em expor o conteúdo repressivo dos valores e realizações supremos da cultura" (*Eros e Civilização — Uma crítica filosófica ao pensamento de Freud*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968, pp. 36-37).

Freud considera que existe um antagonismo irremediável — na atual etapa da evolução da humanidade — entre a civilização e a vida instintiva, e trata desse tema em diversas de suas obras. Entre elas se destacam *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1908) e *O mal-estar na civilização* (1930).

Alguns exemplos darão ao leitor uma noção suficiente do pensamento de Freud a respeito.

Em artigo *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor* (1912), Freud considera "a perspectiva da impotência [sexual] psíquica como uma condição universal da civilização" (*Contribuições à psicologia do amor — II*, vol. XI, p. 167).

Dois fatores, segundo Freud, estão na origem dessa impotência sexual de natureza psíquica:

Um é o horror ao incesto: "*Parece não só desagradável mas também paradoxal, que se deva afirmar que alguém, para ser realmente livre e feliz no amor, tem de sobrepujar seu respeito pelas mulheres e aceitar a idéia do incesto com sua mãe ou irmã*" (idem, p. 169).

O outro fator é a repugnância pela matéria fecal causada pela repressão do sentido do olfato, ocorrida quando o homem, em seu processo evolutivo, segundo a teoria freudiana, passou da posição de quadrúpede para a de bípede: "*O excrementício está todo, muito íntima e inseparavelmente, ligado ao sexual; a posição dos órgãos genitais — inter urinas et faeces — permanece sendo o fator decisivo e imutável. Os instintos do amor são difíceis de educar. Sua*

educação ora consegue de mais, ora de menos. O que a civilização pretende fazer deles parece inatingível, a não ser à custa de uma ponderável perda de prazer” (idem, p. 172).

Em outra obra, Freud afirma: *“Não existe reivindicação mais pessoal que a da liberdade sexual, e em nenhum outro ponto a civilização exerceu supressão mais severa que na esfera da sexualidade”* (Os chistes e sua relação com o inconsciente, vol. VIII, p. 131).

Para Freud a repressão do instinto sexual está na origem da religião e da civilização. O instinto sexual, reprimido desde a infância com o *“complexo de Édipo”*, é a energia de onde a Fé *“obteve seu imenso poder, que esmaga a ‘razão e a ciência’ ”* (Moisés e o monoteísmo, vol. XXIII, p. 146).

As idéias religiosas *“são ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade. O segredo da sua força reside na força desses desejos”* (O Futuro de uma ilusão, vol. XXI, p. 43).

“As religiões puderam efetuar uma renúncia completa do prazer nesta vida, mediante a promessa de compensação numa existência futura” (Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental, vol. XII, p. 283).

“A renúncia progressiva aos instintos constitucionais parece ser uma das bases do desenvolvimento da civilização humana” (Ato obsessivos e práticas religiosas, vol. IX, p. 130).

Por fim aponta a religião como um perigo e os fiéis como débeis mentais e ignorantes.

“Tudo aquilo que, à semelhança das proibições da religião contra o pensamento, se opõe a uma evolução nesse sentido [o futuro domínio da razão], é um perigo para o futuro da humanidade” (A questão de uma Weltanschauung, vol. XXII, p. 208).

As pessoas que aceitam os absurdos comunicados pelas doutrinas religiosas são débeis mentais.

“Quando outrora um homem se permitia aceitar sem crítica todos os absurdos que as doutrinas religiosas punham à sua frente, e até mesmo desprezar as contradições existentes entre elas, não precisamos ficar muito surpresos com

a debilidade de seu intelecto" (*O Futuro de uma ilusão*, vol. XXI, p. 62).

E crer é próprio dos ignorantes, não é racional:

"Quanto maior é o número de homens a quem os tesouros do conhecimento se tornam acessíveis, mais difundido é o afastamento da crença religiosa, a princípio somente de seus ornamentos obsoletos e objetáveis, mas, depois, também de seus postulados fundamentais" (idem, p. 52).

Agora se verá como essa visão freudiana da religião como força repressora patogênica pode ser aplicada à TFP, segundo a narração que o sr. J. A. Pedriali faz do modo pelo qual a castidade é praticada e estimulada na entidade.

2. Narração do sr. J. A. Pedriali

O segundo elemento da narração do sr. J. A. Pedriali que parece ter sido ressaltado e deformado para ajustar-se a uma imagem "freudiana" é a repressão sexual. Ele a apresenta como imposta pela TFP em nome dos princípios religiosos, e por ele aceita sem que entendesse suas razões profundas, e contra suas inclinações: *"Se for preciso recusar isto, recusarei, sabendo que este é o desejo de Deus. A religião ensinou-me que isto é errado, e deve ser, portanto. Custe o que custar, serei fiel a esse preceito. Só que, entre a teoria e a prática, muito tempo e muito esforço seriam consumidos..."* (GV p. 20).

Em outras palavras, para o sr. J. A. Pedriali, a TFP ensinaria que a castidade deve ser praticada porque *"este é o desejo de Deus"*. O que, em última análise, é verdade. Só que, com isso, ele deixa insinuado que os Mandamentos da Lei de Deus não são explicáveis à luz da razão e quiçá sejam até absurdos. Já foi visto acima o que Freud pensa sobre esse tema.

Se não a praticasse, *"teria que romper com a TFP. E, com isso, não estaria selando para sempre meu destino ... optando pela Treva em lugar da Luz?"* (GV p. 43).

O sr. J. A. Pedriali vai assim descrevendo a repressão

sexual que lhe teria sido imposta na TFP, paralelamente ao processo de perda da sanidade mental a que a entidade o teria submetido por meio de imposições, ameaças e outras técnicas repressivas (por exemplo, como se verá, votos, identificação com o líder etc.).

Os argumentos que ele aponta como sendo os utilizados pela TFP para exigir a repressão sexual são ridículos (cfr. GV p. 43). E ele só conseguia praticá-la graças a “*uma força interior muito intensa*”, a qual lhe fazia “*acreditar que, lutando e rezando, o conseguiria*” (GV p. 40). Não se tratava, de acordo com essa versão, da castidade livremente praticada em obediência aos Mandamentos, obediência apoiada na fé, na razão e no bom senso. E a “*força interior*” não era — segundo o contexto em que ela é várias vezes mencionada — a graça sobrenatural que fortifica a inteligência e a vontade contra os instintos desordenados. Adiante se analisará (cfr. Cap. III *in fine*) essa força misteriosa e irresistível que aparece em vários momentos-chave da narração do sr. J. A. Pedriali.

O sr. J. A. Pedriali se coloca como um “caso típico” dos alegados efeitos nocivos da TFP. Se ela produziu nelé esses fenômenos psíquicos, logo sua doutrina e métodos são falsos, nocivos. No capítulo subordinado ao título *Deus, estou enlouquecendo!*, diz ele: “*Qual a origem de minha doença? Nosso modo de pensar e de agir não seria o responsável por essas anomalias? —, e da desconfiança aflorou a dúvida: se o modo de agir e de pensar da TFP provoca o enfraquecimento dos nervos, levando, em alguns casos rebeldes, à loucura, o modo de agir e de pensar da TFP não pode, portanto, estar correto...*” (GV p. 169).

O livro do sr. J. A. Pedriali gira em torno de três momentos-chave que se referem à repressão sexual neurotizante dentro da TFP. Esses momentos-chave estão montados como verdadeiras “cenas”:

- 1ª “cena”: a repressão inicial, aceita “com convicção”;
- 2ª “cena”: um episódio sexual-sentimental, relatado pelo meio do livro, e que parece servir para o leitor avaliar o estado psíquico do sr. J. A. Pedriali durante a permanência

dele na TFP, antes que a descompensação psíquica começasse;

3ª "cena": um conjunto de episódios de carácter sexual que descrevem a "liberação" final do instinto reprimido, e que coincidem com sua ruptura com a TFP e o desaparecimento dos sintomas.

3. Primeira "cena": renúncia à namorada e à masturbação — Consagração à Santíssima Virgem

a) Relato do sr. J. A. Pedriali da primeira "cena"

O primeiro passo no processo de repressão sexual, no relato do sr. J. A. Pedriali, corresponde à sua primeira atitude dentro da TFP: *"Assim, voltei resolvido a abster-me inteiramente do prazer sexual"* (GV p. 40). Em concreto, renuncia à masturbação e a uma namorada ("*Suzan*"), sua colega de escola.

As razões que, segundo ele, a TFP lhe propunha para justificar essa atitude eram inteiramente ridículas e absurdas. As mulheres modernas "*são todas pecadoras*", ensina-se na TFP, segundo o sr. J. A. Pedriali (cfr. GV p. 42). Foi Eva que induziu Adão "*a comer o fruto proibido, causa da expulsão de ambos do paraíso, causa do primeiro e dos demais pecados, causa, enfim, da atual situação em que vive o mundo. Todas as mulheres, em consequência, têm essa tendência para o mal, esse poder diabólico de conduzir o homem ao pecado, à perdição eterna. Tantos foram os homens que se condenaram por causa de uma mulher, tantas foram as batalhas perdidas por influência de uma mulher, tantas foram as vidas arruinadas por causa da paixão inspirada pela mulher...*" (GV p. 43). O homem, portanto, deve evitar a mulher, nem sequer olhar para ela... (cfr. GV p. 43).

Assim, o sr. J. A. Pedriali não podia continuar com sua namorada, "*mesmo sabendo que ela não era o monstro*

maligno que me era apresentado, de maneira genérica, por enquanto, pelos teefepistas” (GV p. 43).

Em seguida, ele se refere à consagração mariana segundo o espírito de São Luís Maria Grignon de Montfort, fazendo um explícito nexos entre o “drama” que estava vivendo (ter que abandonar a namorada) e a consagração que estava para realizar: *“Narciso [encarregado do apostolado com os novatos], acompanhando nas semanas seguintes meu drama, instruía dois outros iniciantes na TFP e a mim sobre como nos consagrarmos à Virgem por meio da escravidão recomendada por São Luís Maria Grignon de Montfort” (GV p. 44).*

No dia da consagração, haveria uma cerimônia simples na sede principal da TFP. Enquanto se preparava para este ato, ele não conseguia rezar, seu *“subconsciente agia automaticamente” (GV p. 46)* e não conseguia pensar senão em *“Suzan”* (a namorada) nem ver outra coisa que o rosto de *“Suzan”* que sorria para ele (cfr. GV p. 49). Tal era o estado psíquico, em que, segundo seu depoimento, ele fez a sua consagração a Nossa Senhora.

b) Sentido freudiano desta primeira “cena”

Cabe lembrar, para compreender o sentido insinuado na “cena” que os “mitos” da religião seriam sublimações delirantes do “complexo de Édipo”, uma realização disfarçada dos impulsos incestuosos em relação à mãe, e de ódio-amor em relação ao pai etc. Em *Totem e tabu* e em *Moisés e o monoteísmo*, Freud faz insinuações blasfemas sobre a devoção mariana católica, onde se percebe que Nossa Senhora é vista por ele como um vestígio de antigas mitologias, de divindades maternas incestuosas (cfr. *Totem e tabu*, vol. XIII, p. 181; *Moisés e o monoteísmo*, vol. XXIII, p. 108).

Se se observam as coisas do ponto de vista freudiano, não é possível evitar de pensar em uma “formação de compromisso” entre um impulso reprimido e uma exigência ético-religiosa, expressa na consagração do sr. J. A. Pedriali à

Virgem. Ele dava assim certo escape ao impulso, ao mesmo tempo que obedecia ao Mandamento de praticar a castidade, que a religião lhe impunha. Em outras palavras, Nossa Senhora, para um freudiano, seria um substituto de "Suzan".

4. Segunda "cena": agressão sexual na escola e relacionamento sentimental com uma colega; sentimento patológico de culpa

a) Relato do sr. J. A. Pedriali da segunda "cena"

A segunda grande "cena" ressaltada no relato do sr. J. A. Pedriali é um episódio ocorrido na escola, quando um grupo de três moças o aborda, provocando-o sexualmente. Essa "cena" se complementa com um posterior relacionamento, meramente amistoso, com uma jovem colega de curso ("*Marta*").

Ele introduz a "cena" colocando um antecedente. Num tempo que ele não especifica, mas que se entende que é desde sua entrada na TFP, havia deixado de "*namorar, manter relações sexuais ou masturbar-se*", mas isto lhe "*custara grande esforço*". "*A fisionomia de Suzan assemelhava-me a algo difuso, envolto por densa névoa. Sequer olhava furtivamente, por atração sexual ou mesmo envolvimento emocional, para qualquer garota, fosse ela quem fosse*" (GV p. 89).

A "cena" da escola deixou o sr. J. A. Pedriali profundamente perturbado sobre se havia pecado ou não. Apesar de não ter consentido de modo algum na provocação das moças, sentia-se atribulado, não podendo admitir que se tivesse afastado de Deus "*contra a sua vontade*" (GV p. 92). Isto, que a doutrina católica chama escrúpulo, Freud qualifica de sentimento patológico de culpa, originado na atitude psíquica infantil que a religião favorece.

A esse episódio se seguiu a relação amistosa acima mencionada, com sua colega de classe. O sr. J. A. Pedriali considerou este relacionamento mais perigoso que a agressão

de que havia sido vítima, porque mais facilmente “*seria capaz de neutralizar as resistências e conduzir-me fatalmente ao mesmo ponto, o sexo e o pecado*” (GV p. 93).

As razões que menciona são mais uma vez carentes de toda fundamentação doutrinária: “*A distância em relação às mulheres era norma de conduta dos adeptos da Organização, e não poderia desrespeitá-la sob o risco de incorrer numa grande falha. ‘Traidor’, ‘sabugo’ — assim eram classificados os militantes que se envolveram com uma mulher, namoravam ou se haviam casado*” (GV p. 94). Não obstante, “*a fisionomia de Marta, seu sorriso, seu recatamento vinham-me à mente constantemente, obrigando-me a intensificar as orações e penitências para desarmar aquilo que me parecia uma armadilha diabólica*” (GV p. 94).

O sr. J. A. Pedriali escolhe este momento de seu relato, quando sua atração pela moça crescia, para intercalar uma nova “imposição” da TFP, imposição que ia no fundo contra suas idéias e intenções. Seu “diretor espiritual” lhe revela um novo passo a ser dado. Deve considerar-se como um monge, além de escravo e guerreiro da Virgem. Isto o toma de surpresa e ele é então convidado a “*ir-se compenetrando disso com mais seriedade*” (GV p. 95).

A partir de então, redobrou de intensidade o conflito que nele se produzia. “*A impossibilidade de dar vazão ao que sentia em relação a Marta criara em mim um foco de atrito que se tornava latente, numa proporção crescente*” (GV p. 96). “*Passavam-se as semanas. A angústia, que antes era apenas um sintoma, aumentava À medida que me introduzia nas doutrinas e hábitos da Organização, sentia uma divisão interior muito forte: uma parte de mim relutava em prosseguir, outra parte se esforçava para vencer a rival e conduzir-me, inteiramente, pelo resto do caminho que ainda me faltava percorrer*” (GV p. 97).

“*Marta*” era um obstáculo que devia ser afastado de seu caminho. De maneira imediata, mudando de colégio, mas “*isso só não bastaria. Era preciso uma força muito forte [sic] para reerguer-me moralmente. Como seria e de que forma agiria sobre mim essa força? Não poderia concebê-lo naquela ocasião, mas esperava que algo me agitasse inter-*

namente, extirpando de mim as dúvidas que me faziam presentir a aproximação da deserção — a apostasia" (GV p. 99). Nada de sério, nada de raciocinado. Ele coloca suas esperanças em obscuras forças que operariam em seu interior.

"Apostasia! Esta palavra me causava arrepios, toda vez que a ouvia ou nela pensava. Continha significados sombrios. Abandonando a TFP, era-me apresentada como certa a perdição eterna; e também pairava no ar a ameaça de que todo apóstata corria sérios riscos de ser vítima de uma grande tragédia... ou passar o resto de seus dias corroído pelo remorso" (GV p. 99).

Por essa ocasião, diversos acontecimentos — penúrias econômicas, o milagre com a Imagem de Nossa Senhora de Fátima que verteu lágrimas em Nova Orleans, e que causou grande sensação nos ambientes da TFP, uma visita ao *Eremo de São Bento* (uma das sedes da entidade em São Paulo), entre outros — contribuíram para "sufocar" suas dúvidas e vacilações, produzindo nele uma passageira "reascensão" espiritual (GV pp. 106 ss.).

E assim, o problema da sexualidade não volta a aparecer até quase o final do livro. A "repressão" se tornou eficaz, mas apenas na aparência, porque não solucionou o "conflito". O sr. J. A. Pedriali deixa claro que todos esses acontecimentos que contribuíram para "sufocar" seus problemas redundaram num crescente agravamento de seu estado de perturbação psíquica.

b) Doutrina freudiana aplicável à segunda "cena"

Segundo Freud, o impulso instintivo edipiano é reprimido e vai se apagando da consciência, mas permanece ativo, e pugna por encontrar uma via de escape, criando um conflito insolúvel entre o *ego* e o inconsciente. Qualquer episódio na vida consciente que possa lembrar o conteúdo desse instinto (uma provocação sexual, por exemplo), o aviva e, não sendo satisfeito em virtude da repressão, é percebido sob a forma de um intenso sentimento de culpa.

Os atos religiosos, sempre segundo Freud, são ações compulsivas (1) que funcionam como “*medidas protetoras*” contra a tentação. A religião — conjunto de práticas e princípios que regem as relações entre o homem e Deus — fica reduzida a uma relação entre o *ego* e o instinto sexual reprimido.

Por outro lado, tal sentimento de culpa assim conscientizado provém de um “*sentimento inconsciente de culpa*”. Este tem origem em “*certos eventos mentais primitivos, mas é constantemente revivido pelas repetidas tentações, que resultam de cada nova provocação*”. Ademais, o sentimento de culpa provoca ansiedade, ante a expectativa de algum infortúnio ligada, através da idéia de castigo, à percepção interior da tentação (cfr. *Atos obsessivos e práticas religiosas*, vol. IX, pp. 126-127).

Nos Santos e, de modo geral, nos que resistem à tentação — afirma Freud — esta adquire uma intensidade especialmente alta, pois, “*como todos sabem [sic!], as tentações são simplesmente aumentadas pela frustração constante, ao passo que a sua satisfação ocasional as faz diminuir, ao menos por algum tempo*” (*O mal-estar na civilização*, vol. XXI, p. 149).

A civilização vive — segundo Freud — de provocar crescentes sentimentos de culpa (cfr. *idem*, p. 158). “*Quando uma tendência instintiva experimenta a repressão, seus elementos libidinais são transformados em sintomas e seus componentes agressivos em sentimento de culpa*” (*idem*, p. 163).

Os primeiros instintos que foram reprimidos, dando origem à civilização, foram os do incesto, do homicídio e do canibalismo, e hoje a proibição desses instintos está internalizada (no *superego*), a ponto de não necessitar de uma coerção externa para sustentá-la. Mas há outras exigências instintivas que estão proibidas pela moral e pelo *superego*,

(1) Ações coercitivas e irresistíveis impulsionando a executar atos contrários a seus desejos ou hábitos. A não execução do ato compulsório — segundo Freud — provoca ansiedade.

às quais as pessoas obedecem pela pressão externa (cfr. *O futuro de uma ilusão*, vol. XXI, pp. 21 ss.).

A Igreja, como outros grupos "artificiais", se vê forçada a usar métodos coercitivos (temor do Inferno, dogmas, leis etc.) para evitar as apostasias e manter a coerência interna (cfr. *Psicologia de grupo e a análise do Ego*, vol. XVIII, p. 119).

5. Terceira "cena": banho num lago, volta à masturbação e ida a um prostíbulo. Ruptura final com a TFP

a) Relato do sr. J. A. Pedriali da terceira "cena"

Desde o episódio há pouco analisado, e que foi aqui chamado de segunda "cena", até a terceira e final, passam-se vários anos, com narrações que ocupam quase 100 páginas do livro. Nestas o problema da sexualidade não aparece de forma explícita ou significativa. Já no final, perto do "desenlace", esse problema reaparece num episódio ambíguo em que, num lago solitário, ele toma banho nu. Sentia o desejo de entrar na água, *"de entregar-me. Meu corpo estava entorpecido, displicente. Dando passos tímidos, equilibrando-me sobre os pedregulhos, procurei os lugares mais fundos do lago, agitando os braços para provocar ondas. Com a água ao pescoço, mergulhei, subi à tona, mergulhei de novo. Há mais de quatro anos não experimentava aquela sensação de liberdade, de despreocupação. A água fria envolvendo todo o meu corpo nu; a Natureza, indolente e protetora; minha mente, entregue momentaneamente a coisas miúdas, inocentes, deixando-me conduzir pelas múltiplas sensações que me invadiam. Paz. Principalmente paz. Estive tão absorto que não percebi as horas. Aquela noite foi uma das mais tranqüilas dos últimos anos. Meu corpo estava relaxado, a mente despreocupada"* (GV pp. 173-174).

A formulação estabelece uma relação entre o contato livre com a natureza, a nudez e a sensação de liberdade. O estar entregue inteiramente a sensações, sem nada que o coibisse, foi o que lhe trouxe o relaxamento, a despreocupação, a paz. Nada de raciocínio, nada de princípios, nada de disciplina. Somente a sensação.

Essa sensação que o sr. J. A. Pedriali descreve contrasta com a intensa “*angústia*” que o atenuava durante todos esses anos.

Esta cena deixa também transparecer o intenso desejo, que já então o dominava, de livrar-se de toda repressão. Seria, na interpretação do sr. J. A. Pedriali, o retorno do instinto sexual à consciência.

Depois, diversos acontecimentos provocaram uma crise que o apartaria da TFP.

Mas ainda hesitava:

“A indefinição persistia. Enquanto não me resolvia por qualquer dos caminhos que tinha à frente, resolvi fechar os olhos e deixar-me conduzir pelos impulsos que se fizessem mais fortes.

“E as forças do mundo foram, pouco a pouco, sobrepujando o que eu sempre julgara as forças divinas...” (GV p. 186).

“A metamorfose se acelerava, mais interna que externamente, criando um conflito insustentável. Faltava ainda, para a ruptura total, a ousadia de desafiar o pecado. Pecado mortal: esse estado que tentara evitar nos últimos anos — o que julgava ter conseguido — rondava-me à espreita de ligeira vacilação para me dominar” (GV p. 186).

Pensamentos sensuais se lhe tornaram “*uma obsessão*” e “*sentia a volúpia agitando-me o interior. A barragem que construía e fortificara nos anos anteriores começava a sofrer rachaduras, e por elas esguichava a sensualidade que, a custo, represara. E essa sensualidade, em ebulição, começou a pressionar com fúria o obstáculo que bloqueava seu escoamento. A explosão estava próxima*” (GV p. 187).

Alguém poderia pensar que a metáfora da barragem que racha exprime apenas uma crise espiritual comum na vida

de um jovem; no entanto, ela se ajusta de modo muito mais óbvio — assim como o contexto — ao que é o eixo da doutrina freudiana.

O sr. J. A. Pedriali parece exultar ante a eclosão do que apresenta como sua volta à normalidade e que o libertaria do que ele considera um fator de enlouquecimento, isto é, a repressão do instinto sexual imposta arbitrariamente pela TFP.

Certa noite *"o desejo venceu"*, e comete, então, um pecado solitário (GV p. 188). E pouco tempo depois vai a um prostíbulo... (GV pp. 190 ss.).

"Com o ato sexual — acrescenta ele — meu antigo universo de valores, que se vinha decompondo sob a força de novos valores, ruína definitivamente" (GV p. 193).

A ruptura completa levou, entretanto, mais de um ano. Por fim, uma noite, na sede da TFP em Londrina, observa um grupo de colaboradores que, *"jantando à luz de velas, e falando em voz baixa, repreendiam-se publicamente por não terem adquirido a necessária identificação com Plínio Corrêa. Na radiola, uma voz solitária cantava uma música gregoriana, enchendo o ambiente com seus acordes em tom de súplica"* (GV p. 196).

Fora, nos *"apartamentos, nas casas, nas ruas, tudo contrastava com a vida que levava nos últimos anos. A descontração, o sorriso, a espontaneidade, a liberdade*

"Sentia-me, olhando para fora, como alguém que se reanima depois de um prolongado estado de inconsciência. Reencontro doloroso esse em que a verdadeira personalidade, ao recuperar parcialmente a lucidez, se descobre dominada por outra e, fraca, combatida, tem de lutar para recobrar sua autenticidade!" (GV p. 197).

b) Doutrina de Freud aplicável à terceira "cena"

O sr. J. A. Pedriali, portanto, apresenta como terapêutica e solução para recuperar sua personalidade normal, o abandono da repressão, a volta à liberdade, à descontração.

No início deste capítulo já se viu como isto coincide

com o pensamento de Freud, que atribui importância primordial à repressão sexual na gênese das neuroses. Especialmente a repressão de origem religiosa.

Freud se manifesta sobre o assunto ainda em outras passagens, apontando claramente a continência sexual como causa de doenças nervosas:

— *“Entre os danos acima atribuídos a essa moral sexual civilizada refiro-me ao aumento, imputável a essa moral, da doença nervosa moderna” (Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna, vol. IX, p. 188).*

— *“Todos os fatores que prejudicam a vida sexual, suprimem sua atividade ou distorcem seus fins devem também ser vistos como fatores patogênicos das psicose neuroses” (idem, p. 192).*

E, pela sua teoria, a maioria dos jovens que praticam a continência se tornam neuróticos:

— *“A tarefa de dominar um instinto tão poderoso quanto o instinto sexual, por outro meio que não a sua satisfação, é de tal monta que consome todas as forças do indivíduo. O domínio do instinto pela sublimação, desfetindo as forças instintuais sexuais do seu objetivo sexual para fins culturais mais elevados, só pode ser efetuado por uma minoria, e mesmo assim de forma intermitente, sendo mais difícil no período ardente e vigoroso da juventude. Os demais tornam-se em grande maioria neuróticos ou sofrem alguma espécie de prejuízo” (idem, p. 198).*

Por outro lado — segundo Freud — vencer a proibição que a moral religiosa impõe à sexualidade tem, às vezes, um caráter terapêutico, libertador das forças instintivas que impulsionam o processo de maturação: *“Podemos também falar de um retorno terapêutico da masturbação. Muitos dos senhores [Freud está se dirigindo a um grupo de psicanalistas] terão descoberto que representa um grande progresso se, durante o tratamento, o paciente se aventura a dedicar-se novamente à masturbação embora possa não ter intenção de estacionar permanentemente neste ponto de parada infantil” (Contribuição a um debate sobre a masturbação, vol. XII, p. 319).*

Na sua obra *O mal-estar na civilização*, Freud sustenta que o objetivo da vida é obter a felicidade, a qual consiste em experimentar o prazer e evitar a dor (cfr. op. cit., vol. XXI, p. 94). E o método que mais se aproxima desta meta é o amor: "*Uma das formas através da qual o amor se manifesta — o amor sexual — nos proporcionou nossa mais intensa experiência de uma transbordante sensação de prazer, fornecendo-nos assim um modelo para nossa busca de felicidade*" (idem, p. 101).

Mas, segundo ele, como já se viu, a sociedade reprime exageradamente os instintos em nome da religião e da moral.

Diz Freud em *A moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna*: "*Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos. Cada nova conquista foi sancionada pela religião, cada renúncia do indivíduo à satisfação instintual foi oferecida à divindade como um sacrifício e foi declarado 'santo' o proveito assim obtido pela comunidade*" (op. cit., vol. IX, p. 192).

E em *O mal-estar na civilização* esclarece ainda: "*A civilização atual deixa claro que só permite os relacionamentos sexuais na base de um vínculo único e indissolúvel entre um só homem e uma só mulher, e que não é de seu agrado a sexualidade como fonte de prazer por si própria, só se achando preparada para tolerá-la porque, até o presente, para ela não existe substituto como meio de propagação da raça humana*" (op. cit., vol. XXI, p. 125).

CAPÍTULO III

Surgimento de idéias obsessivas

1. A versão do sr. J. A. Pedriali

Segundo o relato do sr. J. A. Pedriali, a repressão da sexualidade foi por ele levada a cabo como efeito de uma escolha realizada “*com convicção*” (GV p. 38). Sua convicção resultava muito mais de impressões do que de uma persuasão lógica e doutrinária. Ademais, por razões que serão apontadas no Capítulo V, convém ressaltar que ele não afirma que essa escolha tenha sido feita *livremente*.

Apesar de sentir-se atraído pela sensualidade, o sr. J. A. Pedriali estava disposto a essa renúncia: “*Se for preciso recusar isto, recusarei, sabendo que este é o desejo de Deus. A religião ensinou-me que isto é errado, e deve ser, portanto. Custe o que custar, serei fiel a esse preceito*” (GV p. 20).

A partir desta decisão começou — sempre segundo a sua versão dos fatos — a ser bombardeado na TFP por novas doutrinas e pela exigência de renúncias cada vez maiores.

No começo recebera ensinamentos de caráter político-social inspirados na doutrina católica, que lhe permitiram

realizar "um grande sonho, encontrando pessoas que poderiam fazer-me penetrar no campo de conhecimentos que tanto me fascinava" (GV p. 11). "Cultura, religião e política fundiam-se num só elemento, o elemento que tanto perseguira desde criança" (GV p. 14).

Depois, a componente religiosa se foi fazendo cada vez mais insistentemente presente, até desembocar numa estranha mistura de doutrinas e de mística, que um leitor comum, com os dados que o sr. J. A. Pedriali lhe fornece, e da forma sob a qual os apresenta, interpretaria como delírios (e que um psicanalista denominaria uma sistematização delirante paranóide).

O sr. J. A. Pedriali diz, por exemplo, que na TFP se exigia, além de uma preparação espiritual, uma preparação física, "porque, do contrário, como enfrentar corpo a corpo hostes demoníacas, legiões inteiras de espíritos malignos, exércitos de revolucionários sedentos de vingança por verem sua obra, construída pacientemente séculos a fio, ser destruída num só golpe?" (GV p. 147).

Segundo a visão do sr. J. A. Pedriali, tudo girava em torno de dois elementos:

a) a expectativa dos castigos anunciados em Fátima por Nossa Senhora, que na linguagem da TFP se chama de *Bagarre*;

b) a identificação sempre crescente dos cooperadores com o fundador da TFP.

A espera da *Bagarre* e a identificação com o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, sob a pressão crescente do temor e do sentimento de culpa, habilmente estimulados pelas doutrinas que, de forma dosada, teriam sido apresentadas ao sr. J. A. Pedriali, iriam degenerando em verdadeiras idéias obsessivas (1) que o teriam levado aos bordos da loucura.

(1) Uma idéia obsessiva é um pensamento insistente que não se pode pôr de lado e que atormenta constantemente, apesar de o enfermo saber que não tem fundamento.

“Deus, estou enlouquecendo!” é o título do Capítulo 9 de *Guerreiros da Virgem* (p. 157).

“A Bagarre está mais próxima do que nunca; ‘os castigos terríveis aproximam-se; ‘precisamos preparar-nos, urgentemente; Dominus Plinius, o santo profeta; ... ‘quem não abdicar de si próprio e se recusar a entregar-se a Dominus Plinius será consumido pelo fogo eterno; ... — estas frases e outros raciocínios entrecortados me vinham à mente com insistência inquietante, causando-me calafrios, de início esporádicos, depois freqüentes” (GV pp. 112-113).

“A Bagarre era o eixo em torno do qual deveriam girar nossos pensamentos, ações e orações. Respirava-se a Bagarre, bebia-se e comia-se a Bagarre, dormia-se a Bagarre! O nível de dedicação de um membro do grupo media-se, além da identificação com Dominus Plinius, pela certeza e compenetração da Bagarre. Estava próxima, iminente... e não vinha!” (GV p. 140).

Igualmente obsessiva seria a idéia de *“identificar-se”* com o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, encarnação da Contra-Revolução, *“ao qual cada militante deve abrir a alma e a mente para absorver-lhe todos os fluidos”* (GV p. 81).

“Deixando nossas almas ser penetradas pela dele encontraremos, na realidade, as nossas próprias almas criadas para ajustar-se inteiramente à alma dele. Basta que nos esqueçamos de nós e nos enlevemos por ele, assim como Eliseu se extasiava na presença de Elias” (GV pp. 110-111). Ele é *“a única luz que deve guiar nossos passos e iluminar nossa razão”* (GV p. 111). *“Conhecer mais detalhadamente a vida de Dominus Plinius para embeberme dela como os apóstolos, que, após a ação do Espírito Santo, se deixaram embeber e transformar pela vida, ensinamentos e exemplos de Cristo”* (GV p. 112). *“Obediência e pobreza, naturalmente. Mas isso não é suficiente. É necessário que nos entreguemos por inteiro à TFP e, de modo especial, a Dominus Plinius”* (GV p. 127). *“Quanto mais compenetrados estivéssemos de nossa missão, mais próximos estaríamos de nossa conversão total, quando,*

então, nos identificaríamos por inteiro com Dominus Pli-nius" (GV p. 160).

De maneira aparentemente inexplicável, ante cada nova doutrina e exigência de maior dedicação, manifesta-se surpreendido e com restrições, mas ao mesmo tempo adota esses ensinamentos e eles passam a governar seus pensamentos e seus atos, ainda que contra a sua vontade. "Aparentemente inexplicável" — foi dito — porque, na verdade, a teoria do *superego* (2) de Freud explica essa aceitação e essa obediência reticentes. Segundo o freudismo, certas imposições morais provenientes do exterior (autoridade paterna ou de seu substituto) são vistas, de início, como tais; mas depois, pouco a pouco, são interiorizadas, passando a ser vistas como próprias, e a fazer parte do *superego*.

As novas doutrinas que a TFP lhe ia apresentando pareciam ter como único fim exigir dele novas renúncias, uma adesão cada vez mais incondicional e — paradoxalmente — mais irracional à TFP.

Nesse sentido, a consagração como escravo de Nossa Senhora aparece como um meio utilizado para selar a dependência do membro em relação à organização e ao seu líder: "*O verdadeiro devoto da Virgem tem, necessariamente, de ser seu escravo. E um escravo é alguém que não tem direitos, que perdeu a liberdade de escolher seu próprio destino*" — diz o sr. J. A. Pedriali (GV p. 44).

Em algumas poucas frases (GV pp. 44 a 46), o sr. J. A. Pedriali "explica" a devoção mariana, segundo o método de São Luís Maria Grignon de Montfort, de maneira insuficiente, e conclui com uma falsidade: "*Escravidão que pressupunha o abandono das minhas aspirações pessoais e até mesmo que renegasse minha família*" (GV p. 46).

"A partir daquele compromisso não mais nos pertenciamos: pertencíamos a Ela, senhora do Universo; pertenciamos

(2) Ver adiante o conceito de *superego* (Cap. V, 3).

mos à TFP, sua intermediária; pertencíamos a Dominus Plinius, nosso líder” (GV p. 54).

Afirmações que parecem calculadas para dar a impressão de que a TFP “aliena” as pessoas de seus legítimos interesses e de sua própria personalidade.

Pouco tempo depois, novo passo: o sr. J. A. Pedriali é informado de que não só era escravo da Virgem, senão também seu soldado para destruir a Revolução e implantar o Reino dEla (cfr. GV pp. 59 ss.).

“Este ideal, ao mesmo tempo em que o sentia próximo, dava-me a impressão de ser inatingível. Para ser fiel a ele, estava certo de que teria de mudar radicalmente, desprezar tudo o que me afastasse dele. Estava rompendo com o mundo, sabia que já progredira nesta trajetória, e agora me convencia de que era exortado a subir mais um degrau” (GV p. 60).

Apesar de suas dúvidas e restrições, mais uma vez reafirma que compartilhava as idéias que lhe eram apresentadas pela TFP: *“Aquelas idéias, das quais compartilhava — sem ainda compreendê-las por inteiro”* (GV p. 61).

Devoção mariana, Fátima e Bagarre, Revolução anticristã e ideal católico contra-revolucionário quase sempre descritos com graves deformações; doutrinas que parecem não cumprir papel relevante na eleição do caminho a seguir; confrontação com uma “força” misteriosa que impõe pensamentos e reações, e *“diante do que minha vontade não tinha como reagir”* (GV p. 48): tudo isso intercalado com a descrição de reações emotivas cada vez mais intensas, de angústia e de conflito, entre o desejo de recusar e o temor da apostasia. O conjunto é apresentado de modo a sugerir que se trata de um estado delirante fomentado pelas idéias obsessivas de “Bagarre” e de *“identificação com o líder”*. Idéias que reconhece cada vez mais como absurdas, utópicas (cfr. GV p. 98), mas que o temor lhe impede de abandonar (cfr. GV p. 99).

Não se trata de nenhuma objeção lógica que houvesse ocorrido contra a TFP. Era o efeito de uma crise ascencional: irritabilidade, angústia, labilidade da atenção, insônia

(cfr. GV p. 99). *"Quanto mais intenso se tornara meu convívio na TFP, novas doutrinas me eram ensinadas, mas agora, ao contrário de essas doutrinas contribuírem para esclarecer minhas dúvidas e incompreensões, faziam que essas incompreensões e dúvidas crescessem, às vezes, num ritmo vertiginoso. Não me dava conta disso — ou, mais exatamente, tinha medo de constatá-lo — e, um ano depois de minha transferência para Curitiba, meu fervor inicial estava amortecido. Meu subconsciente trabalhava dia e noite para colocar em xeque as posições que meu consciente não se atrevia a questionar"* (GV p. 98).

2. Doutrina de Freud

A. A fórmula psicopatológica da religião

Freud, como já foi visto, considera a prática da religião uma neurose obsessiva universal, e os dogmas que ela ensina como delírios paranóides. Diz ele em *O futuro de uma ilusão*: *"Algumas [doutrinas religiosas] são tão improváveis, tão incompatíveis com tudo que laboriosamente descobrimos sobre a realidade do mundo, que podemos compará-las — se consideramos de forma apropriada as diferenças psicológicas — a delírios"* (op. cit., vol. XXI, p. 44).

"Se, por um lado, a religião traz consigo restrições obsessivas, exatamente como, num indivíduo, faz a neurose obsessiva, por outro, ela abrange um sistema de ilusões plenas de desejo juntamente com um repúdio da realidade, tal como não encontramos, em forma isolada, em parte alguma senão na amência" (N.E.: *Amência de Meynert é um estado de confusão alucinatória aguda*) (idem, p. 58).

"Minhas contribuições à psicologia da religião, que começaram com a verificação da notável similitude entre as ações obsessivas e o ritual ou as práticas religiosas Descrevi a neurose obsessiva como uma religião particular distorcida e a religião como uma espécie de neurose obsessiva universal" (*Um estudo autobiográfico*, vol. XX, p. 82).

A neurose obsessiva religiosa surge, segundo Freud, do “complexo de Édipo” reprimido. Os instintos homicidas e incestuosos permanecem ativos, criando um sentimento de culpa que se expressa nos rituais e nas normas morais (cfr. *Totem e tabu*, vol. XIII, pp. 184 ss.).

Como a *causa* verdadeira da proibição religiosa (o “complexo de Édipo”) é desconhecida para o indivíduo — pois permanece reprimida no inconsciente — nenhum raciocínio é capaz de livrá-lo dela. O instinto insatisfeito aumenta de intensidade e busca outras vias de escape (objetos e atos substitutivos) que são também reprimidas (cfr. *Totem e tabu*, vol XIII, pp 46 ss.).

B. A “identificação com o líder”, um fenômeno psíquico regressivo

Em sua obra *Psicologia de grupo e a análise do Ego*, Freud estuda, à luz de suas teorias sobre o instinto sexual, os fenômenos psíquicos que se produzem na formação dos grupos.

A primeira observação, diz, é que os indivíduos passam a pensar, sentir e atuar de maneira inteiramente diferente quando se integram em um “grupo psicológico” (cfr. op. cit., vol. XVIII, p. 95).

“[No grupo] sua submissão [do indivíduo] à emoção torna-se extraordinariamente intensificada, enquanto que sua capacidade intelectual é acentuadamente reduzida” (idem, p. 113).

A força que mantém a coerência dos grupos é o instinto sexual — coarctado em seu fim: *“As relações amorosas constituem a essência da mente grupal. Um grupo é claramente mantido por um poder de alguma espécie; e a que poder seria essa façanha melhor atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo?”* (idem, p. 117).

A relação com o líder é de caráter libidinoso infantil, a “identificação” com o pai, que é a forma mais primitiva e original do laço emocional (cfr. idem, pp. 134, 135, 136).

Esse estado de "enamoramento" com o líder e entre os membros de um grupo entre si é semelhante ao fenômeno da hipnose, diz Freud na referida obra: a mesma humilde sujeição, a mesma transigência, a mesma ausência de crítica tanto em relação ao hipnotizador quanto ao objeto do amor (cfr. idem, pp. 144 a 146).

Assim, cada indivíduo do grupo se identifica com o líder. A consequência desta identificação, que suplanta o ideal do *ego* infantil (o pai), por um novo ideal que é o líder, está em que os *egos* de todos os indivíduos ligados ao líder por essa forma se identificam entre si, transformando-se em um só e mesmo *Ego* (cfr. idem, p. 147).

Freud afirma que as características psicológicas que observa nos grupos *"apresentam um quadro inequívoco de regressão da atividade mental a um estágio anterior, como não nos surpreendemos em descobri-la entre os selvagens e as crianças"* (idem, p. 149).

Cabe aqui esclarecer o sentido da "força" misteriosa mencionada repetidas vezes pelo sr. J. A. Pedriali. Essa força, ele a descreve como sendo *"uma força no ar, indescritível, impalpável, que impulsionava todos a pensarem do mesmo modo, a usarem os mesmos argumentos, a terem as mesmas reações diante de um fato corriqueiro ou de algum acontecimento espetacular. Havia uma força, disseminada nos ambientes da TFP, que influenciava por osmose os que os freqüentassem. Havia algo demasiadamente forte ao meu redor, que meus sentidos percebiam, mas que minha razão não conseguia discernir, diante do que minha vontade não tinha como reagir. O que justificava que um punhado de jovens trocassem seus sonhos de uma vida confortável e segura pelo comportamento austero, pelo futuro incerto, pelo presente marcado pela incompreensão da sociedade, pelo presente repleto de renúncias contínuas?"* (GV p. 48).

À luz das citações anteriores, essa força pode ser entendida num sentido inteiramente freudiano. Ela seria, segundo Freud, o instinto sexual que, reprimido, coarctado em seu fim, se dirigiria a novos objetos dentro do grupo (o lí-

der e os demais companheiros) (cfr. op. cit., vol. XVIII, pp. 117-118).

Freud exemplifica esta ação da libido com o que se passa na Igreja Católica e no Exército: *“Numa Igreja (e podemos com proveito tomar a Igreja Católica como exemplo típico), bem como um exército prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça — na Igreja Católica, Cristo que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permitisse fazê-lo. [Cristo] coloca-se, para cada membro do grupo de crentes, na relação de um bondoso irmão mais velho; é seu pai substituído”* (idem, p. 120).

Tal poderia ser, analogamente, na descrição do sr. J. A. Pedriali, a explicação freudiana para a força misteriosa que parece estar subjacente e que manteria coesa a TFP, e alcançaria de seus adeptos renúncias e uma dedicação fora do comum ao ideal assumido.



CAPÍTULO IV

Angústia patológica causada pelo conflito entre os princípios inculcados pela TFP e o instinto sexual reprimido

1. A versão do sr. J. A. Pedriali

Dois elementos continuamente presentes na narração do sr. J. A. Pedriali são a *"angústia"* e o *"temor"*. A insistência e o destaque com que esses elementos são apresentados levam à conclusão de que esses dois aspectos, que podem sobrevir episodicamente em qualquer vida espiritual séria, extrapolam os limites da psicologia normal e caem no campo do determinismo freudiano, segundo o qual a angústia e o temor resultam do conflito sem solução, entre o instinto sexual reprimido e as exigências da civilização, uma das quais é a religião.

Ao longo do livro do sr. J. A. Pedriali, a história da sua angústia forma um todo coerente que pode ser esquematizado da seguinte maneira:

1.º A adesão à TFP foi opção consciente entre o mundo e o ideal, ainda que realizada de modo superficial; ou, vistas as coisas com mais profundidade, entre suas apetências sensuais e as exigências da religião.

2º Mas o sr. J. A. Pedriali acusa a TFP de apresentar um *ideal inatingível*, criando dessa maneira, automaticamente, um fator de desequilíbrio. A tensão entre a insuficiência das próprias forças psíquicas e as exigências desse ideal inatingível teriam criado um estado de angústia crescente, na proporção em que aumentavam as exigências do ideal, e também o "temor" do fracasso.

3º Ter-se-ia formado dessa maneira um estado patológico de angústia e de temor que o sr. J. A. Pedriali supera quando, afinal, consegue libertar sua sexualidade reprimida. *Ipso facto*, o ideal da TFP se dissipa como as trevas quando aparece o sol.

A. A clara opção entre o ideal da TFP e a vida de sensualidade

Desde o começo das relações do sr. J. A. Pedriali com a TFP, colocou-se para ele a necessidade de escolher entre o ideal da entidade e o "mundo", que o conduzia em direção oposta (GV p. 38).

Esta escolha parece ser colocada por ele em termos de uma luta moral, "*uma guerra comigo mesmo*" (GV p. 38). Ele alega que o preocupavam algumas "*dúvidas*", por exemplo sobre a realidade do perigo comunista, sobre a marcha do mundo para o caos (cfr. GV p. 19) e sobre a castidade (cfr. GV p. 20). Mas, afirma, decidiu obedecer ao "*desejo de Deus*", aos ensinamentos da religião e superar as suas dificuldades em relação à prática da pureza (cfr. GV p. 20).

Entretanto, apesar das dúvidas, a opção a ser feita fica clara para o sr. J. A. Pedriali, que percebe a oposição existente entre a impureza e a religião. Ele via bem que se tratava de uma escolha num mundo em caos, onde "*as pessoas se esqueceram da finalidade máxima para a qual foram criadas, voltando as costas a Deus, à Igreja e à virtude e engolfando-se de corpo e alma nos prazeres carnavais e mundanos*" (GV p. 46).

B. A opção pelo ideal “inatingível” cria um estado de conflito insolúvel

Esta opção pela TFP, o sr. J. A. Pedriali a apresenta como se, uma vez feita, ela o houvesse colocado em *um estado de conflito insolúvel*, entre sua sensualidade e o *ideal* adotado (cfr. GV pp. 96 a 99). Este é *apresentado como inatingível*, e ao mesmo tempo *cheio de exigências e de ameaças*: *“Nunca me fora apresentada de modo tão claro a seriedade do compromisso que assumira. A TFP aparecia-me como algo grandioso, reluzente em seus símbolos, ufana de seu ideal. Mas este ideal, ao mesmo tempo em que o sentia próximo, dava-me a impressão de ser inatingível. Para ser fiel a ele, estava certo de que teria de mudar radicalmente, desprezar tudo o que me afastasse dele. Estava rompendo com o mundo, sabia que já progredira nesta trajetória, e agora me convencia de que era exortado a subir mais um degrau”* (GV p. 60).

“A capela refletia seu vazio em minha alma e alimentava ainda mais minha angústia. Angústia porque, quanto mais me entusiasmava pelas coisas que descobria ou me ensinavam na Organização, mais temia ser incapaz de atingir a perfeição que me era exigida. Ao mesmo tempo, sentia medo: medo das Forças Secretas, medo do pecado, medo das pessoas que não compactuavam com nosso ideal. Medo também dos castigos previstos para a humanidade pervertida, medo de sucumbir antes da Bagarre, medo de perderme durante ela. Medo de mim. Medo de todos. Medo até de Dominus Plinius Por que o temia? Porque, por mais otimista que fosse a meu respeito, sabia que ainda me faltavam anos-luz para adquirir a perfeição. A distância entre o que eu era e o que deveria ser acabrunhava-me, enchia-me de melancolia, deixava-me às vezes tentado ao desespero.

“A angústia crescia com os dias, formando um turbilhão de sentimentos desencontrados.

“De manhã, porém, a luta recomeçava, feroz: não ao pecado que me ameaçava, não ao mundo revolucioná-

rio, não aos meus desejos, não aos meus vícios, não a qualquer hesitação sobre meu ideal" (GV pp. 161-162).

Aqui o sr. J. A. Pedriali deixa claro que a raiz de seu conflito interno estava no choque entre o ideal da TFP e sua sensualidade mal controlada.

C. A ruptura do equilíbrio instável do conflito instinto-repressão

Ele *"temia que qualquer atitude de incompreensão ou, pior, de rejeição"* ante as "recomendações" que na TFP lhe teriam sido feitas de distanciamento e repúdio *"em relação à própria família, às pessoas em geral e a qualquer expressão da vida moderna"* criasse em torno dele um círculo de isolamento que o levasse à apostasia. Por isso se pergunta:

"Por que este temor? Porque, no estágio de iniciação em que me encontrava, não admitia mais o abandono da causa pela qual me decidira. A simples hipótese de isso vir a acontecer deixava-me angustiado em relação ao futuro, pois — pensava — o que seria de mim se recusasse a missão que me fora confiada por Deus? A recusa dessa missão corresponderia a uma traição, em certa medida equivalente à de Judas em relação a Cristo.

"Por isso, olhar para trás era inconcebível. Para mim — e para os demais em idêntica situação — inexistia alternativa senão vencer toda e qualquer relutância em assimilar os hábitos e princípios que me eram impostos, e voltar-me apenas para o futuro, aguardando e preparando-me para os grandes desafios que teria de enfrentar e para os momentos de glória dos quais participaria como membro ativo" (GV pp. 76-77).

A "conscientização" do conflito continua: *"Aos poucos, um sentimento confuso foi brotando, delineando-se com o passar dos meses"* (GV p. 168). Uma atitude de dúvida sobre *"se o modo de pensar e de agir da TFP provoca o enfraquecimento dos nervos"* (GV p. 169) faria desaparecer o obstáculo à sexualidade: *"A partir desta atitude [de dúvi-*

da], não mais teria forças para represar minha índole natural, minhas ambições, minhas inclinações para o pecado, meus antigos vícios” (GV p. 169).

Era-lhe pois necessário aumentar as represas contra o instinto que lutava por nele libertar-se. Sentia-se ameaçado no equilíbrio instável em que vivia. Por isso teria feito os votos de *“obediência, seriedade, castidade, antimundanicismo e pobreza”*, *“numa demonstração cega de fé em nossos ideais”* (GV p. 170). Mas esses votos que, segundo lhe diziam na TFP, deveriam ser *“pares de asas que nos alçam a vãos sempre mais altos”*, para ele *“funcionaram como contrapesos de chumbo, impulsionando-me sempre mais para baixo, em direção ao abismo imperscrutável”* (GV p. 170).

Por fim, o banho nu no lago, contato com a natureza — um ato de liberdade, de abandono das regras — provoca o começo da ruptura final daquele equilíbrio instável que havia no conflito instinto-repressão. *“Essa sensualidade, em ebulição, começou a pressionar com fúria o obstáculo que bloqueava seu escoamento. A explosão estava próxima”* (GV p. 187). Veio em seguida a masturbação (GV p. 188) e, por fim, o ato sexual num prostíbulo (GV pp. 190 a 193).

No outro pólo do conflito tudo ruía: *“Com o ato sexual, meu antigo universo de valores, que se vinha decompondo sob a força de novos valores, ruía definitivamente”* (GV p. 193). Seu ideário há muito estava *“atingido de morte”* (GV p. 195), e nas discussões que ainda mantinha com pessoas que discordavam da TFP, apenas utilizava *“chavões que, um a um, eram soterrados pelas evidências que pululavam aos meus olhos”* (GV p. 195). O sr. J. A. Pedriali havia reencontrado *“a descontração, o sorriso, a espontaneidade, a liberdade”* (GV p. 197).

2. Conflito e angústia neurótica, segundo a doutrina de Freud

Como já ficou visto no Capítulo II, Freud considera a repressão do instinto sexual como fator predominante na etiologia das neuroses para a maioria das pessoas.

O "conflito" (noção elaborada por Freud para designar a oposição entre tendências diversas) é o choque entre a tendência que pugna por descarregar-se e a força que exige seu controle ou repressão, com o conseqüente desenvolvimento de sintomas psiconeuróticos. Dessa pugna o paciente não tem consciência (cfr. G. DAQUINO, *Religiosità e psicoanalisi*, SEI, Torino, 1981, p. 200).

A doutrina freudiana sobre a ansiedade (1) está extensamente explicada em *Inibições, sintomas e ansiedade* (vol. XX) e *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (vol. XXII).

A ansiedade é de um gênero parecido ao medo. Assim, como o medo é uma reação ao perigo conhecido, a ansiedade é uma reação ao perigo desconhecido que provém do interior de cada um.

Freud sustenta ainda que a repressão dos instintos está sob a influência da ansiedade neurótica.

De maneira sintética, o processo por ele descrito é o seguinte: o *ego* percebe a emergência de um impulso instintivo que ameaça recriar uma situação de perigo ainda presente na memória (ameaça de perda do amor materno, ou de "castração" pelo pai, ou de rejeição por parte da sociedade). Esse perigo, na angústia neurótica, é representado pela severidade das normas morais e religiosas interiorizadas no *superego*. Se o *ego* é débil (por imaturidade, por

(1) *Ansiedade e angústia* são termos que geralmente se equivalem e são utilizados por distintos autores para designar o mesmo fenômeno psíquico. Neste sentido é que são empregados neste trabalho.

exemplo) ante o instinto que surge no inconsciente, ele somente é capaz de reprimi-lo, em lugar de suprimi-lo racionalmente. Para isso, recorre a uma técnica que consiste em reproduzir os sentimentos de angústia experimentados na mesma situação no passado, antes que o instinto se descarregue. Então, o instinto perigoso é automaticamente reprimido a nível inconsciente pelo mecanismo do princípio do prazer-desprazer (que busca experimentar sensações que trazem prazer e evitar as dolorosas).

O destino da energia assim reprimida pode ser:

a) acumulada à espera de outra oportunidade de descarga;

b) o impulso instintivo é destruído e sua energia desviada para outros fins (“complexo de Édipo” sadiamente superado, por exemplo);

c) o instinto sexual reprimido *regride* a um estágio anterior da evolução sexual: “o exemplo mais claro dessa espécie é dado pela neurose obsessiva, na qual atuam conjuntamente a regressão e a repressão” (*Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise*, vol XXII, p. 116). Freud chama a esta solução “a fuga para a doença” (*Nota sobre um caso de neurose obsessiva*, vol. X, p. 201).

Assim, quanto mais severas e restritivas são as exigências morais e religiosas, maior é a ansiedade e também maior a repressão instintiva. Daí que Freud critique as crescentes exigências da “moral civilizada”, que, segundo ele, aumentam a neurose da sociedade.

É o que, de acordo com esta concepção, se teria passado com o sr. J. A. Pedriali.



CAPÍTULO V

Um determinismo psíquico no qual os instintos dominam a razão e a vontade

As descrições que o sr. J. A. Pedriali faz de suas atitudes face à realidade do mundo em geral, e em especial face à TFP, são marcadas por um determinismo psíquico total. Este aspecto do livro *Guerreiros da Virgem — A vida Secreta na TFP* permite estabelecer novas analogias entre os pressupostos implícitos em sua história e a “dinâmica” da doutrina freudiana. Com efeito, como se verá logo abaixo, esta considera as relações psíquicas dos indivíduos com o mundo exterior como essencialmente determinadas pelos instintos. Segundo os pressupostos freudianos, o homem é de fato governado pelos instintos, os quais o fazem ver a realidade e reagir em face dela conforme suas exigências.

Um leitor pouco familiarizado com este aspecto do freudismo poderia sentir-se surpreso, confuso, ante a incoerência sistemática das atitudes do sr. J. A. Pedriali face ao ideal que adotou.

A liberdade que o sr. J. A. Pedriali tinha para aceitar ou rejeitar — a partir de um raciocínio crítico — a doutrina que a TFP lhe apresentava, é algo que ele não leva em conta. Pelo contrário, em sua narração está continua-

mente presente — de modo explícito ou insinuado — a idéia de que a TFP tolhia sua liberdade por meio da pressão do ambiente ou de ameaças de diversos tipos. Essas pressões teriam por objetivo forçá-lo a mudar seus modos de ver, de sentir e de viver. Ele fala mesmo, diversas vezes, em uma “força” misteriosa, que o compelia a aceitar as “imposições” da TFP, e contra a qual sua vontade não conseguia reagir vitoriosamente.

Dada a quase completa abstração que o sr. J. A. Pedriali faz do papel da inteligência e da vontade, somente se pode compreender — mas então se compreende inteiramente — sua alegação de que sofria pressões coercitivas de sua liberdade, à luz do determinismo psíquico freudiano, que entende, como única e verdadeira liberdade, a liberdade dos instintos.

Antes de apresentar o conceito freudiano de que a vida consciente está sujeita à vida instintiva, convém destacar, entre os numerosos textos do sr. J. A. Pedriali que falam nesse sentido, alguns dos mais expressivos.

1. O determinismo psíquico do sr. J. A. Pedriali

Desde a descrição de sua adesão à TFP, o relato do sr. J. A. Pedriali foi inteiramente subjetivista. Sua afirmação, logo de início, de que a doutrina foi o que menos lhe chamou a atenção, dá um primeiro sinal expressivo do que se vai desenrolar durante todo o livro. De fato, suas reações podem ser consideradas sistematicamente a-rationais.

As doutrinas jamais merecem, da parte do sr. J. A. Pedriali, um juízo racional, lógico, e nunca, ou como que nunca, movem sua vontade a um ato de adesão livre; pelo contrário, apenas despertam emoções rumo a uma aceitação ou recusa ambígua, mesclada de “temores”, “angústias”, “restrições”.

Depois do primeiro contato com a TFP, ele descreve em

si unicamente agitação, sensações, impossibilidade de fazer um juízo crítico, lógico e razoável: *“Um mundo de impressões desencontradas agitava-me a mente e revolvía-me a sensibilidade. Era impossível formar um juízo crítico sobre o que vira, discernir o lógico e razoável entre tantas informações e imagens que me foram transmitidas”* (GV p. 14).

As doutrinas, em vez de o levarem a exercitar ordenadamente sua condição de ser racional, despertavam-lhe meras impressões e se cingiam a lhe revolver a sensibilidade.

Deixando de lado a insinuação de uma *“técnica de aliciamento”*, — o *“bombardeio de idéias”* — que teriam limitado sua capacidade de um juízo crítico, fica insinuada ainda aqui uma conexão entre a sensibilidade e a doutrina, a qual passa por cima da razão e da vontade. Tal concepção é inaceitável em qualquer sistema psicológico coerente com a doutrina católica, e colide com o próprio senso comum.

No seu primeiro encontro com a TFP, o sr. J. A. Pedriali só secundariamente prestou atenção no conjunto de doutrinas que constituem o ideal dela. Para ele, mais importante foi o contacto com pessoas nas quais podia *“encontrar ressonância”* para seus sonhos de horizontes menos estreitos e seus sentimentos estéticos (cfr. GV p. 17). Essa imposição, ele a manteve ao longo de todo o seu relacionamento com a entidade.

Em várias partes do livro, o sr. J. A. Pedriali faz uma exposição resumida de diversos aspectos do pensamento e da ação da TFP em defesa da civilização cristã. Abstração feita das deformações e deficiências já mencionadas, nota-se que ele compreendia em alguma medida as doutrinas que lhe eram explicadas. Não obstante, nos vários anos que permaneceu na TFP, parece não ter podido formar um juízo crítico sobre as mesmas e tomar uma atitude pessoal, livre, ante elas.

Seu ato de adesão à TFP, seu progresso ou sua perseverança na entidade eram inteiramente independentes do conhecimento lógico e ordenado da verdade, da bondade ou da beleza do que lhe ia sendo ensinado. Tudo decorria da *“força”* misteriosa que o compelia, ou de puras impressões de agrado ou de repulsa.

Diz ele que sentia *"que algo mudava dentro e fora de mim. Sabia que mudava e estava de mãos atadas para impedir que o processo de transformação avançasse e se completasse por inteiro. Pouco a pouco assimilava com menos resistência as novas idéias, que se refletiam em meu procedimento. Era vulnerável a essas idéias, e meus aliciadores sabiam muito bem explorar meus pontos fracos"* (GV p. 17).

O determinismo psíquico do sr. J. A. Pedriali fica aqui patente. Ele se sente de mãos atadas — entenda-se: de vontade atada — para impedir que seus "aliciadores" inoculem nele idéias novas, contra as quais era balda a sua resistência interior.

Na primeira SEFAC (Semana Especializada de Formação Anticomunista) promovida pela TFP a que assistiu, foilhe explicado no que consiste o perigo comunista, o sentido e a história da entidade, as renúncias aos interesses pessoais que meritoriamente se realizam nela para melhor servir a civilização cristã, tudo com base na doutrina da Igreja. Nada disso teve outro efeito senão que *"as lembranças das sedes e da estrutura da Organização ressonavam em meu cérebro, confuso pela sucessão de imagens e idéias que me foram transmitidas"* (GV p. 38). Seu ato de adesão — como foi visto acima — decorre de um lance intensamente emotivo, na conferência de encerramento da SEFAC, em que o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira convoca todos a repararem, através da adesão à TFP, as dores sofridas por Cristo em sua Paixão (cfr. GV p. 39).

Mais adiante lembra, de modo ora mais deformado, ora menos, outro bloco de teses da TFP: a Revolução, as promessas de Nossa Senhora em Fátima, o Reino de Maria (cfr. GV pp. 77 a 80). Eis sua única conclusão: *"Os membros da TFP, agora, sentem-se humilhados e marginalizados"* e isto é visto *"pela TFP como prova de que está trilhando o caminho da verdade"* (GV p. 80). O sr. J. A. Pedriali põe de lado as amplas explicações doutrinárias que ele mesmo acaba de mencionar, e imagina que a *prova* de que a TFP está com a verdade é um *sentimento* de humilhação e marginalização.

Quando começa a sentir o apelo renovado da sexualidade (GV pp. 89 ss.), aumentam as “dúvidas” sobre o ideal que, de “sublime”, passa a lhe parecer “utópico” (GV p. 98). Para não romper com a TFP, nenhum apelo à razão, nem à força de vontade. Apenas punha sua esperança numa “força muito forte [sic] para reerguer-me moralmente. Esperava que algo me agitasse internamente, extirpando de mim as dúvidas que me faziam pressentir a aproximação da deserção” (GV p. 99).

Em sua visita ao Êremo de São Bento, outro exemplo claro do seu determinismo psíquico a-racional e passivo: “Não queria pensar, apenas deixar que aquela imagem impregnasse meu cérebro e jamais se apagasse. Fiquei, assim, nessa posição contemplativa, até que, aos poucos, alguns pensamentos se foram articulando. Meu cérebro esforçava-se para descobrir — se é que houvesse — algum simbolismo naquelas imagens sobrepostas. Então, como num flash, veio-me à mente a convicção clara de que aquele local abrigava, em seu silêncio e isolamento, todo o ascetismo conservado e acumulado pelo monaquismo católico” (GV p. 120).

Essa “convicção”, nascida de uma sucessão de imagens, equivale, no contexto do livro, a uma negação do papel da inteligência abstrativa.

Na sede da TFP em Itaquera, mais um conjunto de teses: infiltração comunista na Igreja, forças secretas, configuração da política internacional, *Ostpolitik*, discos voadores etc., tudo isto sem comentários críticos da parte do sr. J. A. Pedriali. Apenas afirma que a TFP as havia apresentado em um contexto de brutalidade, arbitrariedade, esgotamento físico e terror: “Itaquera servia para abalar a resistência que alguém pudesse ter em relação ao comportamento julgado ideal” (GV p. 146).

Por fim, “na encruzilhada”, quando estava a ponto de abandonar a entidade, diz ele: a TFP “não mais me atraía. Quando me sentira tentado ao desânimo, encontrara forças que me incentivaram a prosseguir, apontando para o final da estrada: o Reino de Maria! Mas, agora, me sentia sem essas forças e, pior, perdia gradualmente a fé no ideal”

(GV p. 185). Por outro lado, "o retorno às minhas origens surgia imerso numa espessa neblina" (GV p. 185). Diante dessa encruzilhada — diz ele — "resolvi fechar os olhos e deixar-me conduzir pelos impulsos que se fizessem mais fortes" (GV p. 186). Como se vê, apenas "impulsos" que conduzem suas decisões e seus atos. A inteligência e a vontade estão inteiramente ausentes.

Após a ruptura, lhe "custava acreditar que estava abandonando definitivamente a Organização" (GV p. 195). De tal maneira os impulsos inconscientes governariam seus atos, que apenas com esforço ele teria tomado consciência desses mesmos atos.

2. O determinismo psíquico freudiano

Para Freud não existe um fim objetivo para a vida, como pretende a religião. Existe apenas um propósito subjetivo: acima de tudo experimentar fortes sentimentos de prazer, e secundariamente evitar o desprazer.

"O que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Não pode haver dúvida sobre sua eficácia, ainda que o seu programa se encontre em desacordo com o mundo inteiro. Não há possibilidade alguma de ele ser executado; todas as normas do universo são-lhe contrárias. A intenção de que o homem seja 'feliz' não se acha incluída no plano da 'Criação' " (O mal-estar na civilização, vol. XXI, pp. 94-95).

Para ele, existe um determinismo psíquico total. O livre arbítrio não passa de uma ilusão.

"Muitas pessoas, como sabemos, contestam a suposição de um determinismo psíquico completo, recorrendo a um sentimento especial de convicção de que existe um livre arbítrio. Esse sentimento de convicção existe; e não cede nem diante da crença no determinismo. Como todo sentimento normal, deve ter algo que o justifique. Pelo que posso observar, porém, ele não se manifesta nas grandes e importantes

decisões da vontade: nessas ocasiões temos antes um sentimento de compulsão psíquica e gostamos de poder recorrer a ele” (A psicopatologia da vida cotidiana, vol. VI, pp. 303-304).

Também nas *Cinco lições de Psicanálise* afirma a existência de um “*rigoroso determinismo da vida mental, o qual não conhece exceção*” (op. cit., vol. XI, p. 48).

O papel do inconsciente impessoal como determinante dos atos humanos ficará bem ressaltado se se analisar, ainda que de maneira muito esquemática, a estrutura da psique humana segundo Freud. Isto permitirá também chegar ao fundo da criteriologia com que o sr. J. A. Pedriali se interpreta a si mesmo.

Freud divide a psique em três “zonas” ou “instâncias” distintas — o *id*, o *ego* e o *superego*, com funções e características específicas.

As funções e características do *id* deixam claro que é impossível sustentar a idéia de que existe uma *pessoa* como sujeito psicológico nos indivíduos, cuja substância formal seja uma alma espiritual inteligente e livre. Com efeito, o *id* — inconsciente — seria aquilo que a psique tem de impessoal, a sede da força vital que são os instintos, e o lugar onde se produzem os processos psíquicos “primários” que determinam verdadeiramente os atos do homem. Tais processos psíquicos são *inconscientes* e *ilógicos*, atemporais e independentes da realidade (cfr. *Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise*, vol. XXII, pp. 94-95).

“O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica: em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo exterior e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos dos sentidos” (Interpretação de sonhos, vol. V, p. 651).

O *ego*, ao contrário, é apenas uma fachada do *id*, a zona psíquica em que se produz o fenômeno puramente funcional e acidental da consciência. O *ego* é apenas um fenômeno de superfície, um instrumento do *id* impessoal

a quem está diretamente sujeito através da tirania dos impulsos instintivos.

"Examinaremos agora o indivíduo como um id psíquico, desconhecido e inconsciente, sobre cuja superfície repousa o ego o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo. O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões" (O Ego e o Id, vol. XIX, pp. 37 a 39).

O ego cumpre uma função de ponte entre a realidade do mundo externo e o *id* cego e inconsciente.

Freud compara o ego com um débil cavaleiro que deve frear um cavalo poderoso que é o *id*: *"Com frequência um cavaleiro, se não deseja ver-se separado do cavalo, é obrigado a conduzi-lo onde este quer ir; da mesma maneira, o ego tem o hábito de transformar a vontade do id em ação como se fosse sua própria vontade"* (idem, p. 39).

Ao analisar as funções do ego consciente na vida psíquica, diz: *"De outro ponto de vista [tratou até aqui do ego enquanto forte e maduro] vemos este mesmo ego como uma pobre criatura que deve serviço a três senhores e, conseqüentemente, é ameaçado por três perigos: o mundo exterior, a libido do id e a severidade do superego [o ego é um intermediário entre o id e o mundo exterior] É [o ego] não apenas um auxiliar do id, é também um escravo submisso que corteja o amor de seu senhor [obedecendo, por exemplo, a suas exigências, ou disfarçando essas exigências com racionalizações]"* (O Ego e o Id, vol. XIX, pp. 72-73).

A terceira região ou instância da psique, na qual se realiza a idealização ou sublimação de todos aqueles impulsos instintivos que, ao longo da vida do indivíduo e da espécie, foram reprimidos, é o *superego*. Este está constituído sobretudo pelo complexo de Édipo *recalcado*, e *transformado* pela identificação com as figuras parentais, em regras morais, em ética social, em religião (cfr. idem, pp. 49 a 51).

A moral é por isso fruto de um instinto sexual reprimi-

do no inconsciente. Não existe para Freud uma lei natural impressa por Deus na alma: *“Podemos rejeitar — afirma — a existência de uma capacidade original, por assim dizer natural, de distinguir o bom do mau. O que é mau, freqüentemente não é de modo algum o que é prejudicial ou perigoso ao ego. Pelo contrário, pode ser algo desejável pelo ego e prazeroso para ele. Aqui portanto, está em ação uma influência estranha, que decide o que deve ser chamado de bom ou mau”* (*O mal-estar na civilização*, vol. XXI, p. 147).



CONCLUSÃO

O objetivo específico deste relatório foi responder à consulta do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, sobre se existe uma correlação entre a doutrina de Freud e a maneira como o sr. J. A. Pedriali expõe e interpreta seu itinerário na TFP.

Essa correlação fica evidenciada ao longo deste relatório.

Dada a amplitude que toma a acusação do sr. J. A. Pedriali, o problema de ter ele sofrido realmente algum distúrbio psíquico se torna irrelevante. Com efeito, o juízo que ele forma da TFP, como responsável pelo desequilíbrio nervoso por que passou, implica num julgamento da própria doutrina e moral católica, pois os pressupostos subjacentes na sua narração são claramente hostis à religião em geral e à Religião Católica em particular.

O conjunto dos fatos que ele apresenta tem uma coerência interna e forma uma imagem da TFP, de suas doutrinas e métodos, bem como da influência que estes exerceriam sobre as pessoas que a ela aderem. Os efeitos dessa influência, segundo o sr. J. A. Pedriali, seriam nocivos ao equilíbrio psíquico dessas pessoas e resultariam em sofrimento, ruptura com a sociedade e frustração das metas de vida dessas pessoas.

Essa imagem só pode adquirir a coerência que o sr. J. A. Pedriali lhe atribui caso se aceitem como pressupostos as doutrinas de Freud sobre a psicologia humana e sobre o papel da religião. Pelo contrário, tanto os elementos essenciais, como o conjunto dos fatos e as interpretações que o sr. J. A. Pedriali faz dos mesmos, se tornam incoerentes e absurdos se deixam de ser vistos à luz dessas doutrinas.

Com efeito, para alguém que tenha estudado Freud, é impossível acompanhar o desenvolvimento da versão do sr. J. A. Pedriali sem perceber por detrás dos fatos que ele descreve o paralelo de cada uma de suas afirmações ou insinuações com os princípios psicanalíticos. O caráter retrógrado e infantil da Religião, o papel essencial da sexualidade na condução da vida humana, o efeito neurotizante da prática da pureza tal como foi sempre exigida pela Igreja Católica, o "conflito" insolúvel entre a sexualidade e a Moral católica, o estranho silêncio a respeito do papel da razão, da vontade e da graça, são pontos da teoria de Freud que estão irrecusavelmente presentes na narração do sr. J. A. Pedriali.

Em particular, as acusações de "seita" e de "lavagem cerebral" que ressaltam mais explicitamente ou menos do texto do sr. J. A. Pedriali só adquirem algum sentido se se apóiam também no fundo de quadro freudiano.

Do ponto de vista de uma psicologia científica séria, não ideologicamente comprometida, elas são inteiramente insustentáveis.

As "seitas", acusadas de praticar a "lavagem cerebral" como meio de conquistar novos aderentes, têm sido objeto de viva polêmica nos Estados Unidos, nos últimos anos. Psiquiatras, psicólogos, sociólogos e outros profissionais das ciências humanas foram chamados a se pronunciar e, em sua esmagadora maioria, concluíram que esses conceitos não têm consistência científica. Trata-se apenas de uma distorcida e tendenciosa instrumentalização, para efeitos propagandísticos, do multimilenar conceito de seita, e do não menos antigo e corrente fato do proselitismo religioso.

Vistos, porém, com os olhos do freudismo, os conceitos de “seita” e de “lavagem cerebral” adquirem novo gume e voltam-se diretamente contra a própria Igreja Católica, sua doutrina, sua espiritualidade e seu apostolado. Uma análise desses conceitos sob tal prisma exigiria entretanto um estudo especial.

Todas as teses — mais explícitas ou menos — do livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP*, concernentes aos múltiplos temas abordados pelo sr. J. A. Pedriali, formam uma teoria única que está na dependência de uma filosofia.

A respeito dessa filosofia, diz Rudolph Allers, psiquiatra e filósofo católico, que foi professor da Universidade Católica de Washington e estudou durante anos a doutrina de Freud: *“Uma filosofia que nega o livre arbítrio; que ignora a espiritualidade da alma; que, com um oco materialismo e sem qualquer tentativa de prova, identifica os fenômenos mentais e corporais; que não conhece outro fim senão o prazer; que se entrega a um confuso e obstinado subjetivismo, e que se mostrou cega à verdadeira natureza da pessoa humana — não pode ter qualquer ponto comum com o pensamento cristão. É-lhe completamente oposta”* (Freud — *Estudo crítico da Psicanálise*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1970, p. 259).







20 anos de estrondos publicitários contra a TFP

I. 1966 — No exato momento em que a TFP realizava uma campanha de âmbito nacional, de coleta de assinaturas contra o divórcio, a Comissão Central da CNBB emite uma nota acautelando os católicos acerca das atividades da Sociedade. A TFP publica então uma *Respeitosa defesa*, na qual torna patente o injusto da atitude do organismo episcopal. Essa defesa não foi seguida de tréplica. A entidade conclui com êxito sua campanha, coletando 1.042.359 assinaturas.

II. 1968 — Furiosa investida publicitária lança contra a TFP uma catadupa de acusações: a entidade teria iludido a boa-fé de Da. Iolanda Costa e Silva, esposa do Presidente da República, para conseguir que ela subscrevesse o abaixo-assinado contra a infiltração comunista nos meios católicos; a TFP estaria envolvida em uma conspiração contra o governo e teria participado de uma série de atos de violência. Dois peremptórios desmentidos do Prof. Gama e Silva, Ministro da Justiça, negando que estivesse em curso uma investigação contra a TFP, põem fim ao estrondo publicitário. Ao mesmo tempo, a entidade encerra vitoriosamente sua campanha contra a infiltração comunista em meios católicos com 1.600.368 assinaturas.

III. 1970 — A TFP sai às ruas em campanha de esclarecimento da opinião nacional perplexa com a ascensão do marxista Allende à Presidência do Chile. Desordeiros tentam perturbar a campanha em Belo Horizonte, e grande alarido da imprensa procura apresentar a entidade como a culpada. Um incisivo desmentido da TFP é praticamente ignorado pelos jornais. Logo depois, um minúsculo e corriqueiro incidente, em que um cooperador da entidade em Porto Alegre reagiu com uma bofetada contra um ex-colega de ginásio que lhe ofendera a mãe, corre por todo o País, noticiado pelos jornais. O Cardeal D. Eugênio Sales, então Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, emite uma nota premunindo os fiéis contra a entidade. O Prof. Plínio Corrêa de Oliveira interpela respeitosamente o Purpurado, que se cala. A campanha da TFP chega normalmente a seu fim, e a entidade se projeta ainda mais aos olhos do público, especialmente por ter previsto com três anos de antecedência, em livro de um de seus diretores, Fábio Vidigal Xavier da Silveira — *Frei, o Kerensky chileno* — o advento do comunismo no Chile.

IV. 1973 — A TFP difunde por todo o País a *Carta Pastoral sobre Cursilhos de Cristandade*, de D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos. Anuncia-se estrondosamente que a CNBB, reunida no Seminário Alfonsianum, na Capital paulista, iria condenar a TFP. O “Jornal da Tarde”, de São Paulo, publica uma série de cinco reportagens de página inteira apresentando uma descrição caricatural da entidade, calculada para impressionar mal os leitores; porém esta não produz efeito. Também a CNBB não confirma sua condenação à TFP.

V. 1975 — A TFP lança vitoriosa campanha de difusão da *Carta Pastoral Pelo casamento indissolúvel*, de D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos, com a qual é barrada mais uma vez a introdução do divórcio no Brasil. Desencadeia-se contra a entidade uma furiosa saraivada de acusações que vão desde a subversão da ordem constitucional no País até o aliciamento de menores. Uma

CPI se instala na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que após três meses de exaustivas investigações, nada conclui contra a entidade. O vendaval publicitário, que produziu 2.207 notícias sobre a TFP (em sua maioria contrárias), de abril a dezembro, se dissipa inocuamente.

VI. 1978 — O programa “Fantástico” da TV Globo investe primeiramente contra elementos do Clero tradicionalista de Campos, e em seguida contra a TFP, apontada como a grande instigadora e responsável pelas imaginárias aberrações moralizantes atribuídas pela emissora aos referidos eclesiásticos. Em *Edital*, a Cúria Diocesana de Campos refuta as acusações no que concernem a ditos eclesiásticos. A TFP, incriminada de formar mentalidades carregadas de rancor, de desagregar as famílias, de promover exercícios paramilitares e de se constituir, dessa maneira, num potencial de subversão direitista, desfaz em breve e incisivo comunicado essas aleivosias, lançadas aliás sem qualquer prova. Assim cabalmente refutadas as acusações, e diante da inocuidade da ofensiva publicitária, os promotores do “Fantástico” encerram a série na quarta emissão.

VII. 1979 — Um relatório anônimo distribuído nos restritos círculos da direita tradicionalista francesa e nas embaixadas sediadas em Paris de todos os países onde existem TFPs, lança ataques absurdos e contraditórios contra o conjunto destas associações, acusando-as de constituir uma seita que exalça desmesuradamente a Virgem Maria e cultua de modo aberrante seu fundador, Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, bem como a memória da veneranda progenitora deste. Ao mesmo tempo, foi preso em Paris, durante 27 dias, sob a denúncia absolutamente infundada de fraudes financeiras, o sr. Martim Afonso Xavier da Silveira Jr., destacado cooperador da TFP brasileira que se mudara para a França. Colhendo estas informações, “O Estado de S. Paulo”, o “Jornal da Tarde” de São Paulo e as revistas “Veja” e “Isto É” publicaram espalhafatosas notícias mesclando as duas ordens de fatos de natureza

obviamente diversa, e oferecendo ao público brasileiro a imagem mais desfavorável das várias TFPs. A TFP brasileira se defendeu com altanería, em comunicados de imprensa, e numa carta do Presidente do Conselho Nacional, que o "Estado de S. Paulo" transcreveu na secção dos leitores. De sua parte, a TFP francesa publicou uma refutação em dois volumes, que igualmente fez circular nos ambientes atingidos pela calúnia. E por fim, apurados minuciosamente os fatos, a própria Justiça francesa reconheceu a absoluta improcedência da acusação feita ao sr. M.A. Xavier da Silveira Jr., o qual divulgou, em secção livre na "Folha de S. Paulo", e posteriormente no mensário de cultura "Catolicismo", duas cartas historiando a urdidura de que fora vítima.

VIII. 1980 — Adversários da TFP procuram implicá-la numa onda de violência e atentados terroristas que se sucederam ao longo do ano. A Rádio Moscou difunde a notícia publicada por um jornal de Teófilo Otoni (MG), que acusa a entidade de estar angariando fundos de fazendeiros para desencadear uma onda de terrorismo na região. O Bispo Auxiliar de Teófilo Otoni lança a suspeita de que a TFP teria baleado o Pe. Mamede, de sua Diocese. Luis Carlos Prestes, em entrevista à imprensa, pede providências governamentais contra a TFP, relacionando-a com a onda de atentados. A entidade é acusada pelo jornal local de Santana do Livramento (RS) de estar angariando fundos para a compra de armas. Um telex do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira ao Bispo Auxiliar de Teófilo Otoni, bem como oportunos e incisivos comunicados do Serviço de Imprensa da TFP desmentem essas falsas versões.

IX. 1982 — Fantasiada reportagem da revista "Manchete" acusa a TFP de pretender assassinar João Paulo II e exhibe como "prova" uma foto em que aparecem, de costas, dois jovens indetectáveis praticando tiro-ao-alvo numa estampa de Sua Santidade. O Sr. Cardeal D. Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, dá crédito à notícia caluniosa e a Cúria Arquidiocesana emite

Nota oficial censurando a entidade. O Prof. Plínio Corrêa de Oliveira interpela respeitosamente o Purpurado, o qual entretanto não retira a acusação, antes a amplia, estendendo-a a outros pontos de discrepância com a entidade. O Presidente do Conselho Nacional da TFP replica a cada acusação. A polêmica afinal cessa quando a própria revista "Manchete" reconhece a improcedência de sua denúncia, publicando sem comentários circunstanciado desmentido da TFP. Agências noticiosas internacionais disseminaram a absurda versão, que é publicada por jornais de todo o mundo. Só uma minoria, porém, deu acolhida ao desmentido da TFP.

X. 1982 — A TFP é acusada de ter impresso uma edição apócrifa do semanário arquidiocesano "O São Paulo" contendo acusações ao Sr. Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Apesar de o próprio Purpurado inocentar lealmente a TFP, a entidade foi importunada por investigação atrabiliária em uma de suas sedes, bem como foi varejada a gráfica de um de seus sócios. Por fim, uma declaração do delegado encarregado das investigações corroborou o desmentido categórico da entidade publicado pela imprensa.

XI. 1984-1985 — Reduzido número de egressos da entidade acusam a TFP de infringir o Direito Canônico e de ter resvalado para a heterodoxia, prestando um culto ilícito à memória de Da. Lucília R. Corrêa de Oliveira, veneranda progenitora do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, e ao próprio Presidente do Conselho Nacional da Sociedade. A entidade publica uma obra em dois volumes, *Refutação da TFP a uma investida frustra*, de autoria de uma comissão de sócios, na qual as acusações são analisadas amplamente em seus aspectos teológicos e canônicos. Em março de 1985, dois dos egressos lançam a acusação de que na TFP se praticaria uma forma aberrante de escravidão pessoal ao Prof. Plínio Corrêa de Oliveira. O assunto é perfeitamente esclarecido em comunicados da entidade divulgados pela imprensa, bem como no livro *Servitudo ex caritate*, escrito por um de seus sócios, nos quais se mostra que o liame entre o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira e alguns só-

cios ou cooperadores da TFP não era senão uma forma específica e legítima de praticar a “escravidão marial”, toda ela de natureza espiritual, preconizada por São Luís Maria Grignon de Montfort e aprovada pela Igreja. Os três volumes de refutação da TFP aduzem em abono das teses neles sustentadas numerosos textos e pareceres sobre pontos específicos, de eminentes teólogos, moralistas e canonistas. O Pe. Victorino Rodríguez OP, teólogo e filósofo de fama mundial, leu acuradamente o vol. I da *Refutação da TFP a uma investida frustra* (o vol. II contém quase exclusivamente exemplos de vidas de Santos impressas com aprovação da autoridade eclesiástica), bem como o livro *Servitudo ex caritate*, e deu um parecer favorável a cada uma das obras, atestando assim a perfeita ortodoxia de tudo quanto se pratica na TFP nas matérias em questão.

XII. 1985 — No livro *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP*, o sr. José Antônio Pedriali, egresso da entidade, acusa-a de constituir uma seita de caráter iniciático, que através de requintados processos de “lavagem cerebral”, produz efeitos altamente danosos sobre a saúde de seus adeptos. O lançamento do livro conta com ampla cobertura publicitária, principalmente de “O Estado de S. Paulo”. A investida, porém, não chega a impressionar o público. Contudo, para que o silêncio da entidade não fosse interpretado como um reconhecimento implícito das acusações, sai agora a lume *Guerreiros da Virgem — A réplica da autenticidade / A TFP sem segredos*.

. . .

A História religiosa do século XIX e das primeiras décadas deste século foi marcada por violentas ofensivas publicitárias contra a Igreja Católica, das quais foram paradigmas a campanha do *Kulturkampf* promovido na Alemanha pelo Chanceler Otto von Bismark (1815-1898) e as que precederam e acompanharam a promulgação das leis “cultuais” de perseguição religiosa na França, ao tempo dos Presidentes

do Conselho de Ministros Waldeck-Rousseau (1899-1902), Émile Combes (1902-1905), Rouvier (1905-1906), Sarrien (1906) e Clemenceau (1906-1909).

Na América Latina, constituiu campanha relevante desse gênero a *Questão Religiosa*, na qual se imortalizou a figura de D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), Bispo de Olinda.

A nação colombiana ficou marcada pela heróica luta antiliberal e contra-revolucionária de Mons. Frei Ezequiel Moreno y Díaz (1848-1906), Bispo de Pasto, proclamado Bem-aventurado por Paulo VI em 1975.

No Equador, campanhas análogas culminaram no assassinato, por anticlericais, do grande Garcia Moreno (1821-1875), Presidente da República, e de Mons. José Ignacio Checa y Barba (1829-1877), Arcebispo de Quito, o qual morreu em consequência do vinho envenenado colocado no sagrado Cálice em que celebrava a Missa, na Sexta-Feira Santa.

A célebre resistência dos heróicos *Cristeros*, a partir de 1926, em face das leis de perseguição religiosa no México, constituiu desfecho glorioso de numerosas ofensivas publicitárias desencadeadas naquele país.

Os vagalhões do ódio incessantemente lançados assim contra a Religião e o Clero católicos, bem como contra leigos que consagraram suas vidas à defesa da Igreja e da civilização cristã, se foram desgastando, aos olhos do público da Europa, como da América Latina, no decurso das décadas. E, ao final, silenciaram na indiferença geral.

. . .

A História se repete. Desgaste análogo vai ocorrendo quanto às ofensivas contra a TFP, entidade cívica de inspiração católica.

É o que explica que, servida embora por opulenta propaganda do macrocapitalismo publicitário, a campanha em favor de *Guerreiros da Virgem — A vida secreta na TFP*, do sr. José Antônio Pedriali, desencadeada na última semana de junho de 1985, tenha encontrado cética e indiferente a

opinião pública. Em virtude dela, a TFP não perdeu um só sócio, um só cooperador, um só correspondente, ou um só doador.

E a partir de agosto desse mesmo ano, se achou em plenas condições para enfrentar com galhardia e eficácia a grande batalha contra o agro-reformismo socialista e confiscatório. Isto, sem que, ao longo dos seis meses decorridos desde a publicação do resumo de *Guerreiros da Virgem* em "O Estado de S. Paulo", a TFP tenha tido necessidade de divulgar uma só linha de refutação.

A causa da delonga com que vem a lume *Guerreiros da Virgem — A réplica da autenticidade / A TFP sem segredos* foi, aliás, a absorção do autor da presente resposta na grande pugna em defesa da propriedade agrária.

Para entender o que se passa, leia...



- Revista de cultura e atualidade

• O desenrolar desconexo e confuso dos acontecimentos mundiais produz o sentimento frustrante de que *“não é possível entender mais nada”*.

• Para quem se coloca no mirante da doutrina católica, esses acontecimentos têm entretanto uma explicação. É a luta permanente entre o Bem e o Mal, entre a cidade terrena e a cidade celeste, de que falam os Santos, especialmente Santo Agostinho.

• “Catolicismo” oferece a seus leitores uma análise dos fatos à luz dos ensinamentos tradicionais da Igreja. E mostra como o mundo se aproxima do momento ápice em que os inimigos de Deus tentarão o supremo esforço para a implantação de um estado de coisas totalmente contrário aos princípios do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. É disto exemplo frisante a sanha comunista, a qual atinge, nos dias que correm, o seu paroxismo.

Pedidos à Empresa Padre Belchior de Pontes S/C
Rua Martim Francisco 665 — CEP 01226 — São Paulo
Tel.: 221-8755 (ramal 235).

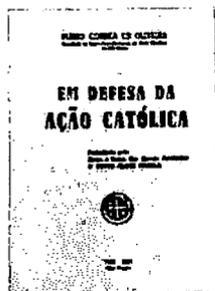
A TFP recomenda

As doutrinas propugnadas pela TFP estão expostas em diversas publicações — livros, manifestos, declarações, comunicados, cartas abertas etc.

“Catolicismo” tem franqueado suas páginas para todos os pronunciamentos da TFP. O leitor encontrará ainda, nesse prestigioso mensário de cultura católica, informações e notícias sobre as diversas atividades da associação.

Dos livros difundidos pela TFP, vários produziram, a seu tempo, tal impacto sobre os acontecimentos — quer no campo religioso, quer no campo temporal — que passaram a fazer parte da História de nosso País. Desses livros sucederam-se as edições e dezenas de milhares de exemplares foram vendidos.

Conhecê-los é indispensável para quem queira se formar um panorama autêntico e completo da luta contra o comunismo, em nosso País, no decurso dos últimos cinqüenta anos.



• EM DEFESA DA AÇÃO CATÓLICA (1943)

Plínio Corrêa de Oliveira

Primeiro brado de alerta contra o progressismo nascente. Aponta e refuta os erros infiltrados no laicato católico, especialmente em certos meios da Ação Católica. Prefácio do Cardeal Bento Aloisi Masella, então Núncio Apostólico no Brasil. Objeto de expressiva carta de louvor escrita em nome do Papa Pio XII pelo Substituto da Secretaria de Estado da Santa Sé, Mons. J. B. Montini, mais tarde Paulo VI.

384 pp. — Duas edições, quatro mil exemplares.

• REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO (1959)

Plínio Corrêa de Oliveira

Livro de cabeceira dos sócios, cooperadores e correspondentes da TFP. Analisa o processo de descristianização da sociedade temporal e laicização da sociedade espiritual iniciado no século XV e que vai atingindo seu ápice nos dias que correm. Aponta também as metas e os métodos aptos a cortar o passo e extinguir o processo revolucionário.

64 pp. — Duas edições em português, cinco em espanhol, três em italiano, duas em inglês e duas em francês. Publicado originalmente em "Catolicismo". Transcrito na íntegra ou parcialmente em revistas da França, Itália, Espanha, Argentina, Chile e Angola. Total: 94 mil exemplares.



• REFORMA AGRÁRIA — QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA (1960)

D. Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina
D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos
Prof. Plínio Corrêa de Oliveira
Economista Luiz Mendonça de Freitas

Best-seller polêmico que alertou o povo brasileiro contra a Reforma Agrária socialista e anticristã. Estudo doutrinário e técnico, baseado nos princípios da doutrina social católica, em considerações históricas e em abundantes estatísticas. Contribuiu decisivamente para a formação do clima ideológico no qual eclodiu, no Brasil, o movimento anticomunista de março de 1964.

520 pp. — Quatro edições em português e três em espanhol. Total: 39 mil exemplares.



• DECLARAÇÃO DO MORRO ALTO (1964)

Pelos mesmos autores de RA-QC

Programa positivo de política agrária com o objetivo de resolver a fundo os problemas do campo, sem entretanto desfigurar a estrutura rural vigente.

32 pp. — Duas edições, 22.500 exemplares.





• **BALDEAÇÃO IDEOLÓGICA
INADVERTIDA E DIÁLOGO (1965)**

Plínio Corrêa de Oliveira

Descreve o processo subtil pelo qual, através do diálogo irenista, muitos católicos se transformam inadvertidamente em comunistas.

128 pp. — Cinco edições em português, seis em espanhol, uma em italiano e uma em alemão. Reproduzido em sete jornais e revistas de quatro países. Total: 132,5 mil exemplares.



• **A IGREJA ANTE A ESCALADA DA AMEAÇA
COMUNISTA — APELO AOS BISPOS SILENCIOSOS (1976)**

Plínio Corrêa de Oliveira

Primeiro estudo a apresentar ao público brasileiro um vasto panorama da grande peleja doutrinária que surgiu há mais de quarenta anos em pequenos núcleos católicos e ganhou progressivamente todo o Brasil. No mesmo volume, resumo do momentoso livro da TFP chilena, A Igreja do Silêncio no Chile — A TFP andina proclama a verdade inteira.

224 pp. — Quatro edições, 51 mil exemplares.



• **TRIBALISMO INDÍGENA, IDEAL COMUNO-
MISSIONÁRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI (1977)**

Plínio Corrêa de Oliveira

Denuncia a corrente neomissionária aggiornata que se opõe à catequese e à civilização dos indígenas, e prega uma espécie de "luta de classes" entre silvícolas e brancos. Estudo indispensável para o conhecimento da grande crise pela qual passa a Igreja no Brasil e que tende a se transformar, de crise religiosa, em crise de todo o País.

128 pp. — Sete edições em português, além da transcrição em "Catolicismo". Publicado em inglês na revista "Crusade for a Christian Civilization". Total: 87 mil exemplares.

• **SOU CATÓLICO: POSSO SER CONTRA A REFORMA AGRÁRIA?** (1981)

Plínio Corrêa de Oliveira
Carlos Patricio del Campo

Analisa acuradamente o documento Igreja e problemas da terra, emitido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e mostra que não há consonância entre a Reforma Agrária preconizada por esse documento episcopal e os ensinamentos tradicionais do Supremo Magistério da Igreja.

360 pp. — Quatro edições em português, 29 mil exemplares.



• **O SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO: EM VISTA DO COMUNISMO, BARREIRA OU CABEÇA-DE-PONTE?** (1981)

Plínio Corrêa de Oliveira

Mensagem das TFPs de 13 países. Põe em evidência que o programa autogestionário da coligação socialo-comunista vitoriosa na França em 1981 visa a desagregação da sociedade atual em corpúsculos autônomos, meta final da utopia anárquica.

33,5 milhões de exemplares em 155 publicações de 69 países. Edição especial em francês sob o título *Autogestion socialiste: les têtes tombent à l'entreprise, à la maison, à l'école* (Tradition-Famille-Propriété, Asnières [França], 1983, 213 pp.).



• **AS CEBs... DAS QUAIS MUITO SE FALA, POUCO SE CONHECE — A TFP AS DESCREVE COMO SÃO** (1982)

Plínio Corrêa de Oliveira
Gustavo Antonio Solimeo
Luiz Sérgio Solimeo

Demonstra o caráter nitidamente subversivo das Comunidades Eclesiais de Base — CEBs, as quais têm atuado em invasões de propriedades urbanas e rurais, agitações em fábricas, greves ilegais etc.

256 pp. — Seis edições, 72 mil exemplares.





• A PROPRIEDADE PRIVADA E A LIVRE INICIATIVA,
NO TUFÃO AGRO-REFORMISTA (1985)

Plínio Corrêa de Oliveira
Carlos Patricio del Campo

Aponta o caráter socialista e confiscatório da Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA), bem como do Estatuto da Terra, mostrando que ambos os documentos conduzem à implantação de uma estrutura rural igualitária e, ademais, prejudicial à economia do País.

174 pp. — Duas edições, 16 mil exemplares.



• AS APARIÇÕES E A MENSAGEM DE FÁTIMA
CONFORME OS MANUSCRITOS DA IRMÃ LUCIA (1967)

Antonio Augusto Borelli Machado

Texto das célebres revelações feitas em 1917, em Fátima, Portugal, nas quais Nossa Senhora adverte o mundo sobre o perigo da expansão do comunismo. Acompanham notas explicativas e comentários.

96 pp. — 21 edições em português, quinze em espanhol, uma em inglês e quatro em italiano. Publicado originariamente em “Catolicismo” e transcrito em diversos jornais e revistas de sete países. Total: 701 mil exemplares.



• MEIO SÉCULO DE EPOPÉIA ANTICOMUNISTA (1980)

Historia os 50 anos de luta em defesa dos princípios básicos da civilização cristã iniciada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1928 nos ambientes especificamente católicos, e da qual desabrochou em 1960 a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade — TFP, que vem tendo desde então marcante presença no confronto ideológico de nossos dias, não só na sociedade brasileira, como em todo o mundo.

472 pp. — Quatro edições em português, uma em espanhol e uma em inglês. Total: 53 mil exemplares.

• **AGITAÇÃO SOCIAL, VIOLÊNCIA: PRODUTOS DE LABORATÓRIO QUE O BRASIL REJEITA (1984)**

Arnóbio José Glavan
Atelier de desenhos da TFP

Versão no gênero tão difundido das histórias em quadrinhos de alguns dos temas tratados no livro As CEBs... das quais muito se fala, pouco se conhece — A TFP as descreve como são.

44 pp. — Cinco edições, 150 mil exemplares.



• **REFUTAÇÃO DA TFP A UMA INVESTIDA FRUSTRADA (1984)**

Antonio Augusto Borelli Machado, Atila Sinke Guimarães,
Gustavo Antonio Solimeo e João S. Clá Dias

Em vista de acusações lançadas por egressos da entidade, o livro prova que todas as marcas de respeito que na TFP se têm em relação ao seu fundador, Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, e à memória da progenitora deste, estão em inteira conformidade com os ensinamentos, as leis e as praxes da Santa Igreja. A obra, fundamentada em ampla documentação e em pareceres de eminentes teólogos, moralistas e canonistas, conta com a prestigiosa aprovação do Pe. Victorino Rodríguez y Rodríguez OP, ex-professor de Teologia da Universidade Pontifícia de Salamanca e da Faculdade San Esteban da mesma cidade, e atualmente Prior do Convento de São Domingos el Real, de Madrid, filósofo e teólogo de fama mundial.



Dois volumes, de 517 e 469 pp. respectivamente. Uma edição: vol. I, mil exemplares; vol. II, 1500 exemplares.

• **SERVITUDO EX CARITATE (1985)**

Atila Sinke Guimarães

Descreve a prática da escravidão a Nossa Senhora preconizada por São Luís Maria Grignon de Montfort, e o modo como esta foi posta em uso na TFP quando do especial surto de fervor marial em 1967. Essa prática, de natureza toda espiritual, nada tem a ver com a escravidão pagã, ou escravidão dos negros no Brasil. O estudo, que abrange detalhada análise do estado religioso na Igreja, é fundamentado em parecer de abalizado canonista da célebre Universidade de Salamanca na Espanha e em numerosas citações. Também conta ele com a aprovação do ilustre tomista espanhol Pe. Victorino Rodríguez.

302 pp. — Duas edições, 900 exemplares.



Obras Esgotadas



• **CARTA PASTORAL SOBRE PROBLEMAS DO APOSTOLADO MODERNO (1953)**

D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos

Orientação segura da opinião católica diante dos erros do progressismo que se expandia cada vez mais celeremente, embora de forma ainda larvada.

140 pp. — Duas edições em português, duas em espanhol, duas em francês e duas em italiano. Total: 17 mil exemplares.



• **CARTA PASTORAL PREVENINDO OS DIOCESANOS CONTRA OS ARDIS DA SEITA COMUNISTA (1961)**

D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos

Mostra que o comunismo constitui, mais que um partido político, uma seita filosófica que pretende conquistar o mundo todo, e com a qual os católicos não podem colaborar sob nenhum pretexto.

32 pp. — Três edições em português e uma em italiano. Publicada na íntegra em "Catolicismo" e "Cristianità", da Itália. Total: 34,5 mil exemplares.



• **CARTA PASTORAL SOBRE A SEITA COMUNISTA, SEUS ERROS, SUA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA E OS DEVERES DOS CATÓLICOS NA HORA PRESENTE (1962)**

D. Geraldo de Proença Sigaud SVD, Arcebispo de Diamantina

Descreve as doutrinas e os métodos de ação do comunismo, e o perigo concreto que representa para o Brasil, bem como as medidas práticas para uma ação anticomunista eficaz.

173 pp. — Três edições em português (duas no Brasil e uma em Goa). Publicada em "Catolicismo" e na revista "Verbo" de Madrid. Total: 28 mil exemplares.

• CATECISMO ANTICOMUNISTA (1962)

D. Geraldo de Proença Sigaud SVD,
Arcebispo de Diamantina

Confronto entre a doutrina católica e o comunismo, num sistema de perguntas e respostas acessíveis para o grande público.

48 pp. — Seis edições em português, duas em espanhol e uma em italiano. Publicado em “Catolicismo”. Total: 138 mil exemplares.



• ACORDO COM O REGIME COMUNISTA: PARA A IGREJA, ESPERANÇA OU AUTODEMOLIÇÃO? (1963)
Plínio Corrêa de Oliveira

Denuncia a manobra do comunismo que induz os católicos a aceitarem a eliminação da propriedade privada em troca de uma tal ou qual liberdade de culto. Obra elogiada e recomendada em carta da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades como “eco fidelíssimo” dos documentos do Supremo Magistério da Igreja. Publicada originariamente sob o título A liberdade da Igreja no Estado Comunista.

128 pp. — Dez edições em português, onze em espanhol, cinco em francês, quatro em inglês, três em italiano, duas em polonês, uma em alemão, uma em húngaro e uma em vietnamita. Transcrito em 39 jornais ou revistas de treze diferentes países. Total: 171 mil exemplares.



• FREI, O KERENSKY CHILENO (1967)

Fábio Vidigal Xavier da Silveira

Considerado livro profético quando, em 1970, se cumpriu sua previsão, feita três anos antes, de que a política esquerdista do Presidente demo-cristão Eduardo Frei preparava a ascensão de um governo marxista no Chile.

208 pp. — Duas edições em português, sete em espanhol e uma em italiano. Publicado duas vezes em “Catolicismo” (1967 e 1970) e três vezes na revista “Cruzada” de Buenos Aires. Transcrito em numerosos jornais e revistas do Exterior. Total: 128,8 mil exemplares.





• GRUPOS OCULTOS TRAMAM A SUBVERSÃO NA IGREJA (1969)

Plínio Corrêa de Oliveira

Denúncia à opinião católica a existência de organismos internacionais semiclandestinos — o IDOC e os “grupos proféticos” — que promovem a revolução comuno-progressista na Igreja.

Edição especial de “Catolicismo” (n.º 220-221, de maio-junho de 1969), com 165 mil exemplares vendidos.



• CARTA PASTORAL SOBRE CURSILHOS DE CRISTANDEADE (1972)

D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos

Advertência sobre erros que se introduziram nos até então incontrovertidos Cursilhos de Cristandade.

112 pp. — Três edições em português, uma em inglês. Publicada na íntegra em “Catolicismo”. Total: 96 mil exemplares.



• CARTA PASTORAL PELO CASAMENTO INDISSOLÚVEL (1975)

D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos

Exposição precisa e acessível da doutrina católica contrária ao divórcio.

64 pp. — Duas edições em português. Transcrita em cinco jornais ou revistas de quatro países. Total: 119 mil exemplares.



• NA “NOITE SANDINISTA”, O INCITAMENTO À GUERRILHA DIRIGIDO POR SANDINISTAS “CRISTÃOS” À ESQUERDA CATÓLICA NO BRASIL E NA AMÉRICA ESPANHOLA (1980)

Texto integral dos discursos pronunciados pelos representantes sandinistas na sessão do dia 28 de fevereiro de 1980, na Semana de Teologia realizada no Teatro da PUC em São Paulo, sob o alto patrocínio do Sr. Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Análise e comentários do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira.

Edição especial de “Catolicismo” (n.º 355-356, julho-agosto de 1980). Publicado também nas revistas das TFPs da Argentina, Chile, Uruguai, Equador e Colômbia. Total: 75,4 mil exemplares.

Obras editadas pelas TFPs de outros países e entidades afins

• COLEÇÃO "DIÁLOGOS SOCIALES" (1967)

1. LA PROPIEDAD PRIVADA ES UN ROBO?
— Propiedad privada: Derecho sagrado o privilegio odioso?
2. UD. DEBE TRABAJAR SÓLO PARA EL ESTADO?
— Propiedad privada: Cómo puede servir al bien común?
Cuál es su función social?
3. AHORRAR PARA LOS HIJOS ES ANTISOCIAL?
— Propiedad privada y clases sociales: Servidoras o enemigas de la familia?
4. UN SOLO PATRON Y TODOS PROLETARIOS: ideal socialista — dirigismo estatal: Favorable o nocivo a la libre iniciativa y a la dignidad humana?

Temas da problemática comunismo x anticomunismo apresentados de forma resumida e substancial, na mesma linguagem de que estes costumam se revestir em conversas caseiras e encontros de rua.

32 pp. cada — Nove edições em espanhol e cinco em português (somente dos três primeiros). Total: 459 mil exemplares.

• EL NACIONALISMO, UNA INCÓGNITA EN CONSTANTE EVOLUCIÓN (1970)

Cosme Beccar Varela Hijo, Carlos F. Ibarguren, Jorge M. Storni, Miguel Beccar Varela e Ernesto P. Burini, da Comissão de Estudos da Sociedade Argentina de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

Mostra como o nacionalismo argentino evoluiu de uma posição tradicional católica e hispânica para um posição nitidamente esquerdista.

264 pp. — Três edições, seis mil exemplares.





- **TODOS PROPIETARIOS... O TODOS PROLETARIOS?**
Edição da TFP colombiana

No estilo dos "Diálogos sociais", análise da reforma agrária, ruína e não redenção para o campo colombiano.

16 pp. — Cinco edições, 25 mil exemplares.



- **LOS "KERENSKYS" ARGENTINOS (1972)**
Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad

Denuncia uma minoria revolucionária constituída por "sapos" da alta finança, clérigos esquerdistas, homens de imprensa, figuras do Governo de então e da intelligentsia, bem como por políticos profissionais, cuja atuação visava conduzir a Argentina ao socialismo populista, pela instauração de um governo esquerdista moderado — muito esquerdista e pouco moderado.

192 pp. — Três edições, 13 mil exemplares.



- **IL CREPUSCOLO ARTIFICIALE DEL CILE CATTOLICO (1973)**

Coletânea de artigos do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira e de manifestos da TFP chilena sobre as conseqüências ruinosas da instalação do marxismo no Chile.

208 pp. — Edição da *Alleanza Cattolica*, de Piacenza, Itália.



- **ALLENDE ET SA "VOIE CHILIENNE"... POUR LA MISÈRE (1974)**

Reportagem sobre o malogro da experiência de "socialismo em liberdade" do governo da Unidade Popular no Chile, feita in loco, imediatamente após a queda de Allende, por enviados das TFPs brasileira, argentina e chilena.

240 pp. — Publicada em jornais ou revistas das TFPs e entidades congêneres do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela. Edição em forma de livro por *Tradition - Famille - Propriété*, de Paris. Total: 69 mil exemplares.

- LA IGLESIA DEL SILENCIO EN CHILE —
LA TFP PROCLAMA LA VERDAD ENTERA (1976)
Sociedad Chilena de Defensa de la
Tradicición, Familia y Propiedad

Descrição e análise do desconcertante apoio que uma grande parte do Episcopado e uma ponderável parcela do Clero chilenos, encabeçados pelo Cardeal Silva Henríquez, deram ao marxista Allende para sua ascensão ao poder e permanência nele.

468 pp. — Edições também na Argentina, Colômbia, Espanha, França e Estados Unidos. Total: 24 mil exemplares. Resumos amplamente difundidos no Brasil, Argentina e Bolívia.



- IZQUIERDISMO EN LA IGLESIA: "COMPAÑERO DE RUTA" DEL COMUNISMO EN LA LARGA AVENTURA DE LOS FRACASOS Y DE LAS METAMORFOSIS (1976)
Comisión de Estudios de la Sociedad Uruguaya de
Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad

Mostra como uma parcela influente da Hierarquia e do Clero uruguaios apoiaram a subversão que durante vários anos convulsionou o país, e que teve como braço armado o movimento guerrilheiro tupamaro.

384 pp. — Duas edições no Uruguai e uma na Espanha. Total: 11 mil exemplares.



- DÉVELOPPEMENT ET PAIX: UN SOCIALISME
MULTICOLEURE AU SERVICE DU COMMUNISME (1978)
Jeunes Canadiens pour une Civilisation Chrétienne

Denuncia as tendências marxistas da Organisation Catholique Canadienne pour le Développement et la Paix, fundada pelo Episcopado daquele país para ajudar as nações subdesenvolvidas.

128 pp. — Uma edição em francês e uma em inglês. Total: 10 mil exemplares.



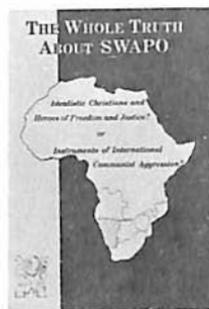


• **IMBROGLIO, DÉTRACTION, DÉLIRE — REMARQUES SUR UN RAPPORT CONCERNANT LES TFP (1980)**

Association Française pour la Défense de la Tradition, de la Famille et de la Propriété

Ampla e cabal defesa das TFPs contra acusações absurdas e contraditórias de um relatório anônimo que circulou em meios tradicionalistas franceses.

2 volumes, de 331 e 102 pp. respectivamente. — Duas edições em francês (uma na França e outra no Brasil) e uma em inglês. Total: 2200 exemplares.



• **THE WHOLE TRUTH ABOUT SWAPO — IDEALISTIC CHRISTIANS AND HEROES OF FREEDOM AND JUSTICE? OR INSTRUMENTS OF INTERNATIONAL COMMUNIST AGGRESSION? (1984)**

The American Society for the Defense of Tradition, Family and Property

Polêmico e corajoso estudo que denuncia, com base em nutrida documentação da SWAPO, as vinculações daquele movimento guerrilheiro com o comunismo internacional.

66 pp. — Três edições em inglês, uma em africâner, duas em alemão e uma em italiano. Total: 56 mil exemplares



• **EL URUGUAY AUTÉNTICO — EL GRAN PROSCRIPTO DE LOS ADALIDES DE LA DESPROSCRIPCIÓN (1984)**

Comisión de Estudios de la Sociedad Uruguaya de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad

Diante da perspectiva de retorno do Uruguai à normalidade institucional, a TFP manifesta sua preocupação por não ver autenticamente representado, nas opções eleitorais, o uruguiaio autêntico — ameno, pacífico e ordenado — que não quer ver seu país mergulhado novamente no caos da subversão.

172 pp. — Uma edição, 3500 exemplares.

• PSIQUIATRAS, PSICÓLOGOS Y SOCIÓLOGOS DE REPERCUSIÓN MUNDIAL ASEGURAN: "LAVADO DE CEREBRO" ES UN SLOGAN PUBLICITARIO QUE NINGÚN CIENTÍFICO DE ALTO NIVEL TOMA EM SERIO (1984)
Comissão de Estudos da TFP norte-americana

Com base em depoimentos de 38 especialistas de renome internacional, demonstra que a teoria da "lavagem cerebral" é inteiramente destituída de conteúdo científico.

60 pp. — Editado na Colômbia. Publicado em "Catolicismo" (n.º 409, janeiro de 1985). Total: 14 mil exemplares.

